

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

**TURISMO, DIFERENCIAIS DE SALÁRIOS E INVESTIMENTO
DIRETO ESTRANGEIRO: O CASO DO BRASIL**

Carla Regina Ferreira Freire Guimarães

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Economia

Orientador: Professor Doutor Joaquim Ramos Silva

Lisboa 2015

**UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO**

**TURISMO, DIFERENCIAIS DE SALÁRIOS E INVESTIMENTO
DIRETO ESTRANGEIRO: O CASO DO BRASIL**

Carla Regina Ferreira Freire Guimarães

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Economia

Orientador: Professor Doutor Joaquim Alexandre Ramos Silva

Júri: Presidente: Professor Doutor Manuel Fernando Cília de Mira Godinho, Professor Catedrático e Presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Economia e Gestão

Vogais: Professora Doutora Maria Helena Almeida Silva Guimarães, Professora Associada com Agregação da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.

Professor Doutor Joaquim Alexandre Ramos Silva, Professor Associado com Agregação do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa.

Professor Doutor Carlos Alberto Pestana Barros, Professor Associado com Agregação do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa.

Professor Doutor José Candeias Bonito Filipe, Professor Auxiliar com Agregação do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Lisboa 2015

DEDICATÓRIA

À minha mãe Nyde (*in memoriam*), minha melhor amiga e incentivadora. Seu amor incondicional me fez correr atrás dos meus sonhos e a superar tantas dificuldades.

Ao meu pai Manoel (*in memoriam*), um exemplo, um amigo. Sempre colocou a educação em primeiro lugar.

Com certeza, eles estariam muito felizes por eu ter conseguido vencer mais essa etapa.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela força interior, proteção e luz, sobretudo nos momentos mais difíceis.

Ao meu orientador, Professor Doutor Joaquim Ramos Silva, pelo direcionamento preciso em todos os momentos solicitados e pelo apoio durante todas as fases da elaboração do trabalho, pelos comentários, sugestões e críticas que contribuíram para a sua melhoria.

À Universidade Estadual de Santa Cruz pela liberação e pelo apoio financeiro necessário para a realização deste trabalho e aos professores do departamento de Ciências Econômicas, pelo apoio que possibilitou minha permanência em dedicação exclusiva durante este período, em especial, ao Professor Doutor Sócrates Moquete, então diretor do DCEC, sempre disposto a atender minhas solicitações.

Ao Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações da Universidade de Lisboa (SOCIUS/UL) pelo apoio logístico e convívio em um dos mais importantes “Centros de Excelência” em pesquisa da Europa. Às funcionárias do SOCIUS, Mónica Fraga e Teresa Oliveira, pelo suporte.

Aos professores do ISEG pela excelência académica e aos colegas com os quais compartilhei as alegrias e dificuldades de cursar um Doutoramento de alto nível, em especial, ao Flavio Ivo, pelo grande apoio durante a realização das disciplinas.

À Isabel Moura da Secretaria de Pós-graduação do ISEG, sempre atenciosa nas informações de cunho burocrático, sempre pronta a ajudar.

À Professora Doutora Moema Midlej, que além de amiga, em muitos momentos minha “co-orientadora”, me apoiando em todas as fases da elaboração deste trabalho, dando sugestões e fazendo críticas. Agradeço à imensa colaboração, torcida e carinho.

Ao Professor Doutor Henrique Neder, da Universidade Federal de Uberlândia, que mesmo não conhecendo-me, disponibilizou as rotinas do STATA e tirou algumas dúvidas.

À minha filha Rafaella, razão do meu viver, amor da minha vida. Que este trabalho possa servir de exemplo de que um dos principais legados que uma mãe pode deixar aos seus filhos é o gosto pela educação.

Ao meu marido Gilberto Junior, um agradecimento muito especial pelo carinho, incentivo, motivação e apoio constante no período que passamos em Lisboa. Seu companheirismo, amor e dedicação foram fundamentais para que esse desafio fosse superado.

Aos meus pais, Manoel (*in memoriam*) e Nyde (*inmemoriam*), por compreenderem a importância da educação e sempre me apoiarem durante a minha formação.

Às minhas irmãs Cláudia, Sheyla e Shirley (*in memoriam*) e meus sobrinhos Marcus, Gabriela e Isabela, pela torcida e amor incondicional.

Aos amigos Regina e Joel, pelos momentos de descontração e convívio, ajudando-me a superar a distância da família, principalmente em datas importantes.

Aos queridos amigos Antônio Oscar Góes, Bernadete Bittencourt, Ricardo Feitosa, Vilma Duarte, Vânia e Paulo Estivaleta, pelos momentos de companheirismo e cumplicidade. Vocês ficarão para sempre no meu coração.

Aos companheiros da Cantina Antiga (Gabinetes SOCIUS), Elenildes, Anderson, Karin, Jacimara e Jaime, Lirandina e Catarina pelos bons momentos que passamos e experiências trocadas.

E por fim, todas as demais pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta tese.

RESUMO

O objetivo desta tese foi analisar o setor de turismo do Brasil, sob a perspectiva do desenvolvimento econômico. Como o mercado de trabalho e o IDE são importantes vetores de desenvolvimento econômico de um país ou região e dando particular atenção ao setor de turismo, procurou-se com o presente trabalho identificar alguns aspectos considerados relevantes na relação entre turismo e diferenciais de salários, por gênero, regiões e setores, e turismo e IDE.

Em primeiro lugar, mostrou-se a importância econômica do setor de turismo e analisou-se o desempenho econômico do turismo no mundo e no Brasil. Concluiu-se que o setor de turismo no Brasil vem desenvolvendo-se nos últimos anos apesar dos desafios a serem enfrentados.

Em segundo lugar, testou-se a hipótese de que há diferenciais de salários, seja no setor de turismo com o setor não turístico, regionais e por gêneros, dificultando o seu desenvolvimento e conseqüentemente do país. Para tanto, utilizou-se a decomposição Oaxaca-Blinder aperfeiçoada por Jann. Concluiu-se que há diferenciais de salários nos três aspectos analisados e que as variáveis escolaridade e idade são as mais importantes para a explicação desses diferenciais, evidenciando a necessidade de políticas públicas voltadas para essas variáveis com o intuito de reduzir esses diferenciais.

Por fim, utilizando uma metodologia VAR, avaliou-se a relação entre IDE e turismo. Constatou-se que ocorre causalidade bidirecional entre as variáveis e que há uma relação direta entre elas, confirmando o argumento teórico de que o IDE desempenha um papel significativo para a expansão do setor de turismo do Brasil.

Palavras-chave: desenvolvimento, salários, decomposição, gêneros, regiões brasileiras, causalidade

ABSTRACT

The objective of this thesis is to analyze the tourism sector in Brazil, from the perspective of economic development. As labor market and FDI are important vectors in the economic development of a country or region, and with particular attention to the tourism industry, we tried to identify with this study some major aspects in the relationships between tourism and wage differentials and tourism and FDI.

First, we show the economic importance of the tourism sector and analyzed the economic performance of tourism in the world and, particularly, in Brazil. The conclusion is that it has been developing in recent years despite the challenges to be faced.

Secondly, we tested the hypotheses that there are wage differentials between the tourist and non-tourist sectors, regionally and by gender, hindering the development of tourism and consequently also the development of the country. In this endeavor, we used the Oaxaca-Blinder decomposition perfected by Jann (2008). It was concluded that there are wage differentials in the three dimension that were analyzed and the variables education and age are the most important to explain these differences, highlighting the need for public policies involving such variables in order to reduce the differentials.

Finally, using a VAR methodology, we assessed the relationship between FDI and tourism. It was found these is bidirectional causality between the variables, i.e., there is a direct relationship between them, confirming the theoretical argument that FDI plays a significant role for expanding the tourism sector in Brazil.

Key words: development, salaries, decomposition, genres, Brazilian regions, causality

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE TABELAS	xi
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	xv
CAPÍTULO 1 - APRESENTAÇÃO	1
CAPITULO 2- IMPORTÂNCIA DO TURISMO.....	9
2.1. <i>Introdução</i>	9
2.2. <i>Revisão de literatura</i>	11
2.2.1. <i>Turismo: conceitos, definições e contradições</i>	12
2.2.2. <i>Economia do turismo</i>	14
2.2.2.1. <i>Mercado Turístico</i>	15
2.2.2.2. <i>Procura Turística</i>	15
2.2.2.3. <i>Oferta Turística</i>	17
2.2.2.4. <i>Impactos econômicos</i>	18
2.2.2.5. <i>O multiplicador turístico</i>	21
2.2.3. <i>Desenvolvimento econômico e turismo</i>	23
2.2.4. <i>Política Nacional de Turismo</i>	30
2.2.5. <i>Diversidade geográfica e turística do Brasil</i>	34
2.3. <i>Procedimentos metodológicos</i>	37
2.4. <i>Desempenho do turismo no mundo e no Brasil</i>	38
2.4.1. <i>Turismo no mundo</i>	38
2.4.2. <i>Turismo no Brasil</i>	40
2.5. <i>Considerações finais</i>	47
CAPÍTULO 3 -DIFERENCIAIS DE SALÁRIOS.....	49
3.1. <i>Introdução</i>	49
3.1.2. <i>Estrutura do capítulo</i>	51
3.2. <i>Revisão de literatura</i>	52

3.2.1. O emprego no setor turístico.....	52
3.2.2. Gênero e turismo.....	54
3.2.3. Teorias que explicam a desigualdade salarial no mercado de trabalho	57
3.2.3.1. Teoria do Capital Humano	60
3.2.3.2. Teoria da discriminação	64
3.2.3.3. Teoria da segmentação do mercado de trabalho	69
3.2.3.4. Teoria dos diferenciais compensatórios.....	73
3.2.4. Modelos empíricos	74
3.2.5. Revisão empírica sobre diferenciais de salários.....	86
3.2.5.1. Diferenciais salariais por gêneros	87
3.2.5.2. Diferenciais salariais (setor de serviços e turismo).....	91
3.2.5.3. Diferenciais salariais (Regionais)	97
3.3. Hipóteses da pesquisa	99
3.4. Metodologia	100
3.4.1. Fonte de dados	100
3.4.2. Modelo Econométrico	103
3.5. Resultados	113
3.5.1 Avaliação do diferencial de salários entre o setor turístico e o setor não turístico do Brasil	113
3.5.2. Diferencial de salários no setor turístico do Nordeste do Brasil: uma análise comparativa com as regiões brasileiras.....	123
3.5.3. Diferenciais de rendimentos por gênero no setor turístico do Brasil	136
3.6. Considerações finais	147
CAPÍTULO 4 - INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO E TURISMO	150
4.1. Introdução	150
4.2. Revisão de literatura	152
4.2.1. Teorias do IDE.....	152
4.2.2. IDE e Turismo	159
4.2.3. Evidências empíricas.....	163
4.3. Hipóteses	168
4.4. Metodologia	168
4.4.1. Investimento Direto Estrangeiro na Economia.....	168
4.4.2. Relação causal entre IDE e turismo do Brasil.....	169

4.4.3. Fonte e operacionalização do modelo	173
4.5. Resultados	174
4.5.1. Investimento Direto Estrangeiro na Economia	175
4.5.1.1. Fluxos e estoque de IDE no Brasil	175
4.5.1.2. Estoque de IDE no setor de turismo do Brasil	180
4.5.1.3. Estoque de IDE nas regiões geográficas do Brasil	182
4.5.2. Relação entre IDE e turismo	184
4. 6. Considerações finais	190
CAPÍTULO 5- CONCLUSÃO.....	192
REFERÊNCIAS	199
DECLARAÇÃO	222

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Síntese do capítulo 2	6
Figura 2 - Síntese do capítulo 3	7
Figura 3 - Síntese do capítulo 4	8
Figura 4 - Diferentes tipos de turismo de acordo com o país de origem dos visitantes	13
Figura 5 - Categorias de benefícios do turismo na economia das regiões de destino	22
Figura 6 - Mapa do Brasil e suas regiões geográficas	34
Figura 7 - Evolução do turismo mundial. 2000 a 2013	39
Figura 8 - Distribuição turismo mundial por região. 2013	40
Figura 9 - Crescimento da receita do turismo internacional no mundo, América do Sul e Brasil. 2000 a 2013 (%).....	44
Figura 10 - Estoque de ocupações formais nas atividades características do turismo do Brasil (em milhões)	46
Figura 11 - Demanda de trabalho no setor turístico	54
Figura 12 - Síntese sobre segregação horizontal e vertical	56
Figura 13 - Equilíbrio em um mercado competitivo	58
Figura 14 - Ciclo técnico de produção (<i>Feedback</i> negativo).....	72
Figura 15 - Ciclo técnico de produção (<i>Feedback</i> positivo)	72
Figura 16 - Decomposição de Oaxaca-Blinder.....	106
Figura 17 - Representação esquemática do mecanismo do Ciclo do Produto.....	155
Figura 18 - Participação do Brasil no total do fluxos mundiais de IDE. 1990 - 2013	175
Figura 19 - Participação por país no total dos fluxos de IDE para América Latina. 1990 - 2010 (em %)	176
Figura 20- Participação do estoque de IDE no PIB brasileiro (1995 - 2010).....	180

Figura 21 - Participação do estoque de IDE no produto interno Bruto das regiões brasileiras (em %).....	183
Figura 22 - Funções impulso - resposta para o modelo.....	189

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I - Evolução das políticas nacionais de turismo do Brasil.....	31
Tabela II- Evolução das chegadas de turistas estrangeiros no Brasil, décadas de 1970, 1980 e 1990 e nos anos de 2000 a 2013	42
Tabela III - Dados dos turistas estrangeiros no Brasil (2000 a 2013)	43
Tabela IV- <i>Ranking</i> dos principais países emissores de turistas ao Brasil – 2009 a 2013...	44
Tabela V- Desembolso de recursos realizados por instituições financeiras federais para o financiamento do turismo no Brasil. 2004 - 2012 (Em mil R\$).....	47
Tabela VI- Síntese dos trabalhos sobre diferenciais salariais (Gênero)	91
Tabela VII- Síntese dos trabalhos sobre diferenciais salariais (Setor de serviços e turismo)	96
Tabela VIII- Síntese dos trabalhos sobre diferenciais salariais (Regional).....	98
Tabela IX- Fração de amostragem e composição da amostra, segundo as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas. 2012.....	102
Tabela X- Descrição das variáveis utilizadas e seus efeitos esperados sobre as equações, de participação e de rendimentos (Setor turismo e não turismo)	109
Tabela XI- Descrição das variáveis utilizadas e seus efeitos esperados sobre as equações, de participação e de rendimentos (Região Nordeste e demais regiões)	110
Tabela XII- Descrição das variáveis utilizadas e seus efeitos esperados sobre as equações, de participação e de rendimentos (Gêneros masculino e feminino).....	112
Tabela XIII- Média (ou proporção) e desvio padrão das variáveis associadas às características socioeconômicas dos trabalhadores ocupados no setor de serviços, turismo e não turismo, Brasil, 2012.....	114

Tabela XIV- participação no mercado de trabalho remunerado e determinantes do rendimento dos trabalhadores no setor turístico do Brasil. 2012	116
Tabela XV- Decomposição da diferença do logaritmo/hora entre o setor turístico e o setor não turístico. 2012	119
Tabela XVI- Efeito característica da decomposição da diferença do logaritmo/hora entre o setor turístico e não turístico. 2012.....	121
Tabela XVII- Efeito segmentação da decomposição da diferença do logaritmo/hora entre o setor turístico e não turístico. 2012.....	122
Tabela XVIII- Empregados nas ACTs, por classes de rendimento mensal e Regiões brasileiras (em %). 2012	124
Tabela XIX- Média (ou proporção) das variáveis associadas às características socioeconômicas dos trabalhadores ocupados no setor de turismo - Brasil e Grandes Rgiões. 2012	125
Tabela XX- Participação no mercado de trabalho remunerado e determinantes do rendimento dos trabalhadores do setor turístico do Brasil (controlando a Região Nordeste) e da Região Nordeste. 2012.....	126
Tabela XXI- Decomposição da diferença do logaritmo/hora entre a Região Nordeste e demais regiões brasileiras. 2012.....	131
Tabela XXII- Efeito característica da decomposição da diferença do logaritmo/hora entre a Região Nordeste e demais regiões brasileiras. 2012.....	133
Tabela XXIII- Efeito regional da decomposição da diferença do logaritmo/hora entre a Região Nordeste e demais regiões brasileiras. 2012	134
Tabela XXIV- Empregados nas ACTs, por classes de rendimento mensal e gênero (em %) - Brasil. 2012.....	137

Tabela XXV- Média (ou proporção) das variáveis associadas às características socioeconômicas dos trabalhadores ocupados no setor de turismo, por gênero. 2012.....	138
Tabela XXVI- Distribuição dos ocupados nas ACTs, por gênero. 2012	139
Tabela XXVII - Idade e escolaridade média dos ocupados nas ACTs por gênero. 2012	139
Tabela XXVIII- Rendimento médio mensal dos ocupados nas ACTs por gênero. 2012.	140
Tabela XXIX- Participação no mercado de trabalho remunerado e determinantes do rendimento dos trabalhadores do setor turístico dos gêneros masculino e feminino. 2012	141
Tabela XXX - Decomposição da diferença do logaritmo/hora entre os gêneros feminino e masculino. 2012.....	144
Tabela XXXI - Efeito característica da decomposição da diferença do logaritmo/hora entre os gêneros. 2012	146
Tabela XXXII - Efeito discriminação da diferença do logaritmo/hora entre gêneros. 2012	147
Tabela XXXIII - Relação e efeitos do IDE no setor de turismo.....	162
Tabela XXXIV- Síntese dos trabalhos empíricos sobre a relação entre IDE e turismo... ..	167
Tabela XXXV - Participação dos ingressos de IDE nos setores da economia. Em %	177

Tabela XXXVI- Estoque de IDE no Brasil, por setor, 1995, 2000, 2005 e 2010 (R\$ milhões; valores deflacionados para Reais de 2010) e Taxa de Crescimento (em %)	178
Tabela XXXVII - Ranking de origem dos recursos do estoque de IDE no Brasil	179
Tabela XXXVIII- Estoque de IDE nas ACTs, 1995, 2000, 2005 e 2010 (R\$ milhões; valores deflacionados para Reais de 2010).....	181
Tabela XXXIX - Ranking do estoque de IDE nas atividades de alojamento e alimentação do turismo por país de origem dos recursos	182
Tabela XL - Distribuição regional do estoque de capital para o Brasil (R\$ milhões; valores deflacionados para Reais de 2010) e TC (em %).....	182
Tabela XLI - Teste para a escolha do número de defasagens (lags)	184
Tabela XLII - Teste ADF para as séries selecionadas (em ln)	185
Tabela XLIII - Teste de Causalidade à Granger.....	185
Tabela XLIV - Teste de Cointegração de Johansen	186
Tabela XLV - Estimativa do modelo vetorial de correção de erro (VEC).....	187
Tabela XLVI - Estimativa de longo prazo da análise de cointegração (jan/2003 a dez/2013)	188
Tabela XLVII - Decomposição de variância para o modelo	190

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACT	Atividades Características do Turismo
BACEN	Banco Central do Brasil
BES	Banco Espírito Santo
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIF – OIT	Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho
CITE	Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EMN	Empresa Multinacional
EUROCHAMBRES	The Association of European Chambers of Commerce and Industry
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
IPEA	Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MIT	Mercado Interno de Trabalho
MTUR	Ministério do Turismo
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PRODETUR/NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil
SEBRAE	Serviço de apoio às micro e pequenas empresas
SECTUR	Secretaría de Turismo
SECTUR México	Secretaría de Turismo do México
SIDS	Estados Insulares em Desenvolvimento
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UNWTO	World Tourism Organization (Organização Nacional do Turismo)

CAPÍTULO 1

APRESENTAÇÃO

A presente tese de doutoramento incide no estudo do setor de turismo do Brasil. A realização desta investigação surge da constatação que o setor tem se projetado como uma das principais atividades econômicas no mundo contemporâneo, movimentando cifras que constituem participação crescente na composição do PIB das nações. O setor gera desenvolvimento, emprego e elevação do nível de renda onde é explorado de forma adequada. De acordo com Barros et al (2011) a indústria do turismo tem se desenvolvido rapidamente nas últimas 3 décadas, beneficiando sobretudo a evolução da economia, aumento do poder aquisitivo e redução no custo de transporte.

O desenvolvimento do setor de turismo pode ser explicado pela teoria da modernização, que considera que o desenvolvimento é um processo evolutivo, que ocorre em etapas, em busca de progresso, ou seja, esse desenvolvimento será alcançado através do crescimento econômico, sobretudo a partir de certo nível de bem-estar. As atividades turísticas crescem e podem levar à intensificação deste processo devido aos seus efeitos multiplicadores (Faria, 2012).

Além disso, o turismo vem ganhando destaque na capacidade de induzir o desenvolvimento, com a redução das desigualdades regionais e a melhoria da inserção do País no mercado mundial (Oliveira, 2010).

Verifica-se que apesar de se reconhecer que a atividade turística tem importância significativa e crescente sobre o desempenho da economia de muitos países ou regiões, funcionando como força propulsora do desenvolvimento econômico, o setor turístico

têm sido relativamente pouco estudado. No caso brasileiro, ainda não existem estimativas específicas e precisas que orientem políticas sobre o desenvolvimento do setor e poucos estudos o quantificam, por ser considerado um dos menores setores da economia produtiva. A maioria dos estudos são relacionados aos setores industrial e agrícola, considerados os mais importantes para a economia brasileira. Tal fato funcionou como motivação para o aprofundamento do tema.

A falta de estudos dessa natureza pode ser um dos entraves para o crescimento do turismo no país, uma vez que os formuladores de política e planejadores não dispõem de informações em níveis de precisão confiáveis para a tomada de decisão, dificultando, assim, a determinação de qual (is) a (s) melhor (es) diretriz (es) a ser (em) adotada (s). A dimensão econômica desta atividade é real. Gastos dos turistas tem impactos diretos, indiretos e induzidos na economia e a atividade turística também contribui para a diversificação da economia local com importante efeito multiplicador sobre ela. Assim, não é surpreendente que os governos estejam continuamente estimulando a modernização de seus destinos turísticos e a expansão das atividades turísticas, propiciando a exploração de novos destinos.

Com o desenvolvimento do setor de turismo, ocorrem mudanças no mercado de trabalho das atividades ligadas ao setor de turismo, pois o aumento da capacidade receptiva aumenta a necessidade de geração de empregos. Além disso, o turismo absorve uma parte da mão-de-obra liberada de outros setores, impactando, assim, o mercado de trabalho global. O setor de turismo é formado por atividades bastante heterogêneas e delas surgem características que afetam o mercado de trabalho, como o nível educacional, nível de tecnificação, políticas setoriais, etc. Sendo relevante incluir

o capital humano como fonte de aumento de produtividade e crescimento econômico, explicado pela teoria do crescimento endógeno.

Uma questão bastante debatida na literatura sobre desenvolvimento econômico consta de diferenciais de salários, que é definido como a diferença entre os salários médios auferidos por grupos diferentes (homens e mulheres, regiões, setores, raças e etnias), nos quais são diferentemente avaliados com base em atributos não produtivos, pois mesmo com as políticas neoliberais adotadas para alcançar observa-se ainda desigualdades, em especial, de salários.

Observou-se que a maioria dos trabalhos sobre diferenciais salariais são direcionados para o setor industrial, poucos estudos são voltados para o setor de serviços e principalmente para o setor de turismo. Neste contexto, esta tese inova por focar nos diferenciais de salários no setor de turismo, setor pouco estudado principalmente no Brasil, país onde a atividade vem ocupando cada vez mais importância na matriz econômica.

Outro ponto de interesse desta investigação foi a relação entre IDE e turismo no Brasil, tendo em vista o crescente fluxo de turistas e capitais estrangeiros nesta atividade. A motivação por este tema deveu-se à estabilização da economia brasileira a partir da implantação do Plano Real, em 1994, pois os investidores estrangeiros se sentiram atraídos a ampliar, modernizar ou iniciar investimentos no Brasil. Com isso houve mudanças no que se refere a relações internacionais no Brasil e, dentre essas mudanças está o aumento de IDE no país. O fato do setor ser relativamente menos desenvolvido torna o apelo ao IDE relevante, dado o potencial existente.

Em decorrência dessas novas relações, observou-se aumento da concorrência externa, estimulando uma reestruturação produtiva aumentando a produção dos setores intensivos em mão-de-obra, como o setor de turismo.

É reconhecido que o IDE tem desempenhado, de forma crescente, um papel significativo no desenvolvimento econômico das nações, pois é aceito como um veículo importante para a transferência de tecnologia e conhecimento, bem como novas formas de gestão e organização, especialmente para países em desenvolvimento, como o Brasil (Gomes & Silva, 2014). Pode ser explicado pela corrente neoliberal de desenvolvimento, na qual se fundamenta na liberalização do comércio internacional e o turismo se encaixa no contexto da globalização (Faria, 2012). O turismo pode ser considerado globalizado por romper barreiras devido ao deslocamento de pessoas.

Segundo a UNCTAD (2011), atualmente países em desenvolvimento estão considerando o turismo como um dos caminhos potencialmente promissores para o desenvolvimento econômico e humano, desde que certas vantagens comparativas se verifiquem. Por sua vez, o IDE é um dos veículos através dos quais esses países podem promover o setor do turismo. No caso brasileiro, as ACTs são ainda comparativamente pouco importantes, sendo natural que outros países, através do IDE, contribuam para o desenvolvimento do setor pois têm mais experiência nesta área.

Diante do exposto, constata-se que o turismo é um setor que pode proporcionar ou ser vetor de desenvolvimento. O trabalho e o investimento são importantes fatores para o desenvolvimento de um país ou região. Então, a estrutura salarial desigual dificulta a contribuição do setor para o desenvolvimento, ou seja, as fragilidades estruturais dos vetores de desenvolvimento do setor impedem que as potencialidades naturais e culturais sejam exploradas eficientemente e possam vir a contribuir de maneira mais

efetiva na matriz econômica do país. Já um país que estimula o IDE pode acelerar o crescimento e posteriormente o desenvolvimento econômico.

Para tanto, questiona-se: qual o desempenho econômico do turismo no Brasil nos últimos anos? Existem diferenças salariais no setor de turismo, dificultando, assim, o desenvolvimento do setor? Será que o IDE vem estimulando o crescimento do setor?

Neste contexto, e dando particular atenção ao setor de turismo, procurou-se com o presente trabalho identificar alguns aspectos considerados relevantes na relação entre turismo e diferenciais de salários e turismo e IDE.

É nesta base que avança-se com um conjunto de hipóteses de trabalho que foram testadas no âmbito da pesquisa e que constituem o essencial desta tese.

A hipótese de trabalho é que o setor de turismo do Brasil vem melhorando seu desempenho nos últimos anos, atraindo mais investidores estrangeiros, através de IDE para o país, porém, ainda observa-se diferenciais de salários, seja entre o setor não turístico, regionais e por gêneros, dificultando, assim, o desenvolvimento do setor, apesar de absorver um volume crescente de mão-de-obra.

Esta investigação procura dar uma contribuição para se conhecer melhor o setor de turismo, principalmente em termos quantitativos, tornando assim o tema relevante. Portanto, com este estudo almeja-se dar respostas a questões cruciais e às lacunas técnicas e científicas existentes dentro do setor de turismo, além de propiciar conhecimento e instrumentos de planejamento turístico, de ações do poder público e do setor privado, especialmente na formulação de políticas de desenvolvimento setorial, de emprego e internacionalização.

Este estudo encontra-se organizado em 5 capítulos. Além desta apresentação, que consiste no primeiro dos capítulos, o segundo capítulo visa analisar a importância

econômica do turismo. Especificamente, pretende-se avaliar o desenvolvimento da atividade turística do Brasil, a partir dos anos 1990, com ênfase no seu desempenho econômico recente. Assim, no contexto desta tese, é necessário começar por fazer uma breve apresentação destas tendências mundiais, bem como sobre a forma como o setor turístico do Brasil se integra no processo.

Este capítulo organiza-se em torno de 5 tópicos que direcionam as discussões dos resultados acerca do desempenho do turismo no Brasil e no mundo (conforme é mostrado na Figura 1).

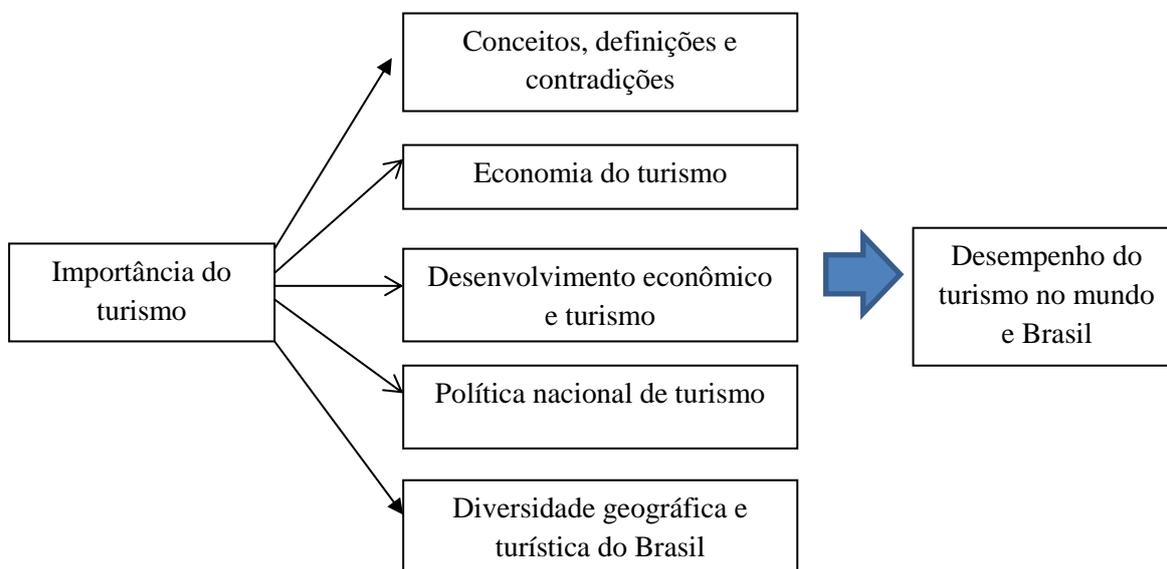


FIGURA 1 - SÍNTESE DO CAPÍTULO 2

O capítulo 2 consiste primeiramente numa revisão teórica a respeito do setor de turismo: i) conceitos, definições e contradições; ii) Economia do turismo; iii) Desenvolvimento econômico; iv) Política Nacional do Turismo e, v) Diversidade brasileira. A partir daí analisa-se o desempenho do setor para mostrar a importância econômica do turismo (Figura 1).

O terceiro capítulo consiste em analisar os diferenciais de salários nas atividades características do turismo, para o ano de 2012. Busca-se analisar as diferenças salariais

no setor de turismo entre o Nordeste e as demais regiões geográficas do Brasil, entre gênero e entre as outras atividades do setor de serviços, de forma a identificar as variáveis que influenciam o comportamento de salários nessas atividades, tais como cor, sexo, educação, idade, entre outros. Para tanto utiliza-se a decomposição de Oaxaca (1973) e Blinder (1973) aperfeiçoada por Jann (2008), corrigindo os problemas gerados pela seletividade amostral através do modelo Tobit II, desenvolvido por Heckman (1979), levando-se em consideração a amostragem complexa da PNAD.

Na organização do capítulo busca-se, também, desenvolver conceitos e digressões teóricas, conforme fluxo indicativo na Figura 2.

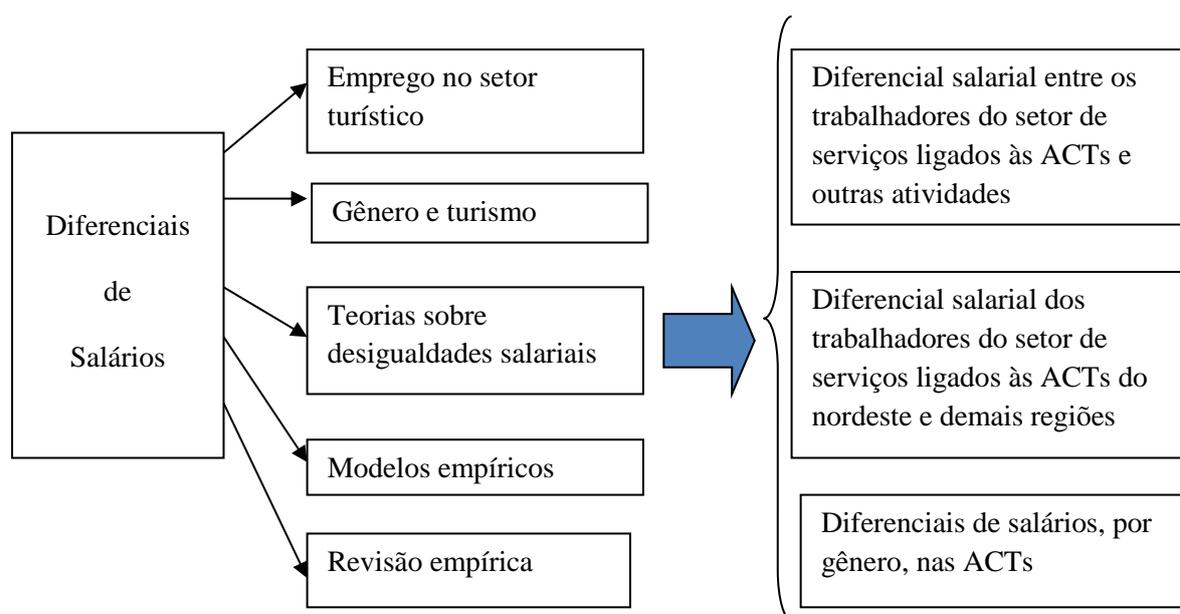


FIGURA 2 - SÍNTESE DO CAPÍTULO 3

De acordo com a Figura 2, observa-se que o capítulo 3, desdobra-se em três análises distintas:

- 1) Diferencial salarial entre os trabalhadores do setor de serviços ligados às ACTs e outras atividades.

- 2) Diferencial salarial dos trabalhadores do setor de serviços ligados às ACTs do Nordeste e demais regiões
- 3) Diferencial salarial dos trabalhadores do setor de serviços ligados às ACTs entre os gêneros.

O quarto capítulo busca, de forma geral, analisar as relações existentes entre turismo e IDE no Brasil no período 2003-2013, via estimação de um modelo vetorial de correção de erros (VEC) e teste de causalidade de Granger, além de identificar e analisar o ingresso de IDE no Brasil, nas regiões brasileiras e nas ACTs para fornecer evidências empíricas da contribuição do IDE para os efeitos de crescimento e o desenvolvimento local.

Na organização do capítulo busca-se, também, desenvolver conceitos e digressões teóricas, conforme fluxo indicativo na Figura 3.

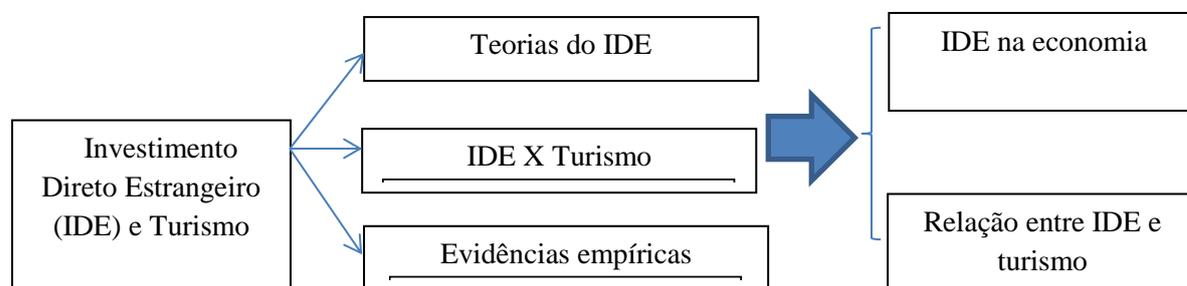


FIGURA 3 - SÍNTESE DO CAPÍTULO 4

Conforme a Figura 3, o capítulo quatro se desdobra em duas vertentes, a primeira prende-se a uma análise descritiva e comparativa do IDE na economia mundial e brasileira e a outra consiste em uma análise econométrica sobre a relação entre IDE e turismo no Brasil.

No último capítulo, são apresentadas as conclusões gerais da tese, incluindo recomendações de políticas e sugestões para o prosseguimento da pesquisa.

CAPITULO 2

IMPORTÂNCIA DO TURISMO

2.1. Introdução

Na sociedade contemporânea, o turismo tem assumido importante papel de múltiplas dimensões que abrange os campos da economia, da história, da cultura, da geografia, da antropologia, da sociologia, da administração, do direito, entre outros campos do saber, podendo ter desdobramentos como indústria, como ato social, como reflexo da expressão cultural, da identidade, da composição social e ainda, sob o prisma dos impactos ambientais, das contribuições econômicas, da segmentação, visando o desenvolvimento local, bem como, a patrimonialização e a preservação histórico-cultural. Comparando com a agricultura ou indústria a sua importância tende a crescer.

No âmbito do desenvolvimento regional, o turismo é entendido como o processo de mudanças estruturais em determinados espaços. Para tanto, deve ser constantemente planejado para promover dinamismo econômico e melhorias na qualidade de vida e bem estar social em lugares com identidade própria e singular. Neste aspecto, é considerado como um dos principais fatores de produção de receitas e empregabilidade, constituindo-se em uma atividade de primordial importância econômica e de grande alcance social.

Sob o enfoque de atividade econômica, o setor é analisado na perspectiva da produção, consumo e circulação do conjunto de bens e serviços materiais e imateriais que são colocados à disposição daqueles que buscam ambientes ou espaços, em

períodos curtos de tempo, por diversas motivações, seja para lazer, negócios, cultura, etc. De acordo com Cooper et al (2008), pode ser entendido como uma combinação de indivíduos, empresas, organizações e lugares, que de alguma forma proporcionam uma experiência de viagem, ou seja, é uma atividade multidimensional e multifacetada, que une muitas vidas e atividades econômicas diferentes. Segundo Rios & Solé (2007), o turismo é uma atividade multifacetada que se inter-relaciona com diversos segmentos econômicos e procura um complexo conjunto de ações setoriais para o seu desenvolvimento, ou seja, de natureza intersetorial.

O turismo tem demonstrado significado relevante, pois no setor de serviços é a atividade que mais cresce na atualidade, mobilizando cerca de 50 setores produtivos em uma determinada economia (Fernandes & Coelho, 2002).

Assim, o turismo vem revelando-se como uma atividade estratégica para o processo de crescimento e desenvolvimento. Uma das maiores preocupações de grande parte dos países tem sido a fomentação de atividades que contribuam para o desenvolvimento econômico, sem comprometer o uso eficiente dos recursos naturais, através do desenvolvimento sustentável. Sabe-se que toda e qualquer atividade econômica tem impactos negativos sobre o meio ambiente, seja pelo lixo gerado no consumo e na produção, seja pela exploração intensiva dos recursos naturais.

Contudo, existem atividades que são menos impactantes do que outras e acredita-se que esse seja o caso do turismo, uma vez que permite explorar os recursos naturais sem extraí-los ou esgotá-los e, normalmente, sem produzir resíduos tóxicos. Inclusive em regiões onde a atividade é desenvolvida, o planejamento turístico sério e permanente pode contribuir, não apenas para reduzir os impactos, mas para criar políticas de conservação e preservação.

O planejamento, considerado como formulação sistemática de um conjunto de decisões, torna-se essencial para o funcionamento adequado das atividades econômicas que geram o crescimento e desenvolvimento. Observa-se que o turismo está inserido num ambiente variado, daí a necessidade de usar estratégias e planejar as práticas envolvidas. Para além disso, o apoio das instituições públicas e privadas é de fundamental importância.

Diante do exposto, este capítulo tem como objetivo mostrar a importância econômica do setor de turismo e analisar o desempenho econômico da atividade turística no mundo e no Brasil.

Este capítulo além dessa introdução, onde foi contextualizado o tema do estudo e descrito o seu objetivo apresenta mais quatro seções. Na segunda seção, fez-se uma breve revisão de literatura sobre turismo, economia do turismo, Política Nacional de Turismo, desenvolvimento econômico e turismo e diversidade geográfica e turística do Brasil; na terceira foram expostos os procedimentos de investigação; na quarta seção, realizou-se uma análise sobre o turismo no mundo e no Brasil e, por último, foram feitas algumas considerações finais sobre o presente capítulo.

2.2. Revisão de literatura

Nesta seção, foi realizada uma abordagem geral a respeito do turismo (conceitos, definições e contradições). Em seguida, foi feito um breve estudo sobre economia do turismo e desenvolvimento econômico e turismo. Depois foi feita uma descrição da Política Nacional de Turismo. Por fim, mostrou-se a diversidade geográfica e turística do Brasil.

2.2.1. Turismo: conceitos, definições e contradições

O turismo é o deslocamento de pessoas de seu local de residência habitual por determinado período de tempo, inferior a um ano, não sendo motivado pelo exercício profissional constante (Ignarra, 1999; Sancho & Buhalis, 2001). Este movimento temporário pode ser motivado seja por lazer, aventura, negócios, saúde ou estudos (Lage & Milone, 2004).

De acordo com a UNWTO (1994), turismo compreende as atividades das pessoas que viajam em lugares fora do seu ambiente habitual, por menos de um ano consecutivo para lazer, negócios e outros fins. Segundo Eusébio (2006), esta definição traduz-se numa definição técnica através das seguintes delimitações:

- duração mínima da estada – 24 horas para os visitantes que pernoitam no local visitado;
- duração máxima de estada – um ano;
- motivos específicos de visita – lazer, recreio e férias; visitar familiares e amigos, negócios, saúde, religião e outros;
- distância mínima considerada – muitas vezes é definida uma distância mínima para delimitar o termo “ambiente habitual” – a UNWTO recomenda 160 Km.

Cunha (2006) é mais amplo na classificação do turismo, pois toma como base as causas, influências, os fatores que intervêm nas deslocações de pessoas, como origem, meios de transportes, período de deslocamento, entre outros. Classifica o turismo segundo a origem dos visitantes, as repercussões na balança de pagamentos, a duração de permanência, origem da viagem, a natureza dos meios da viagem e o grau de liberdade administrativa. Segundo a origem dos visitantes tem-se o turismo doméstico,

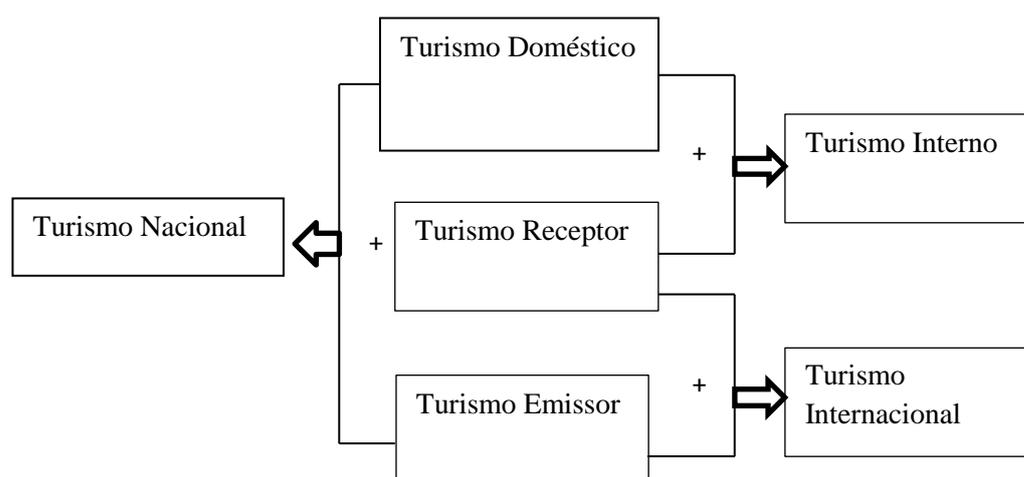
receptor e emissor. Em que o primeiro é o deslocamento dentro do próprio país, o segundo relativo a visitas a um país por não residentes e o último referente à saída de residentes de um país para outro.

A classificação dos diferentes tipos de turismo de acordo com o país de origem dos visitantes é (Eusébio, 2006, p. 14):

Turismo doméstico – Compreende as atividades dos residentes que viajam dentro do seu próprio país mas para fora do seu ambiente habitual, por um período não superior a 12 meses consecutivos por motivos de lazer, negócios ou outros.

Turismo receptor – Compreende as atividades dos visitantes não residentes de um país que permanecem no país visitado não mais do que 12 meses consecutivos por motivos de lazer, negócios ou outros.

Turismo emissor – Compreende as atividades dos residentes de um país que viajam para fora desse país não mais que 12 meses consecutivos, por motivos de lazer, negócios ou outros.



Fonte: Eusébio (2006), elaborado a partir de UNWTO (1994)

FIGURA 4 - DIFERENTES TIPOS DE TURISMO DE ACORDO COM O PAÍS DE ORIGEM DOS VISITANTES

A partir da Figura 4, tem-se que: i) Turismo interno, engloba o turismo doméstico e o turismo receptor; ii) Turismo internacional, engloba o turismo receptor e o turismo emissor e, iii) Turismo nacional, compreende o turismo doméstico e o turismo emissor.

Nas repercussões na balança de pagamentos tem-se o turismo externo ativo em que há entrada de divisas no país provocada pela visita de turistas estrangeiros e o turismo externo passivo em que há saída de divisas do país provocada pela visita de residentes a outros países (Cunha, 2006).

Para sua existência deve haver uma procura interessada em consumir os bens e serviços oferecidos e uma oferta interessada em ofertá-los. Para isso, condições básicas devem ser estipuladas, como atrativos turísticos; infraestrutura básica, condições sociais e políticas públicas apropriadas; presença de uma rede de comercialização adequada, planejamento próprio e *marketing* profissional (Lage & Milone, 2004).

2.2.2. Economia do turismo

Nesta subseção sobre economia do turismo, primeiramente definiu-se mercado turístico (procura e oferta turística). Em seguida, fez-se uma descrição dos impactos econômicos causados pelo turismo. E por fim, explicou-se o multiplicador turístico. Esta subseção teve o intuito de explicar como o setor de turismo pode ser analisado em termos econômicos.

2.2.2.1. Mercado Turístico

Mercado turístico é o espaço onde a oferta e a procura turística se relacionam. É o conjunto de informações que permitem os agentes tomarem suas decisões diante do nível de escassez da economia (Lage & Milone, 2004). Pode ser dividido em mercado turístico direto, fornece e consome bens e serviços integralmente ligados ao turismo e, mercado turístico indireto em que os bens e serviços são parcialmente ligados ao turismo. Para cada segmento de viagem (descanso, negócios, estudos, saúde, práticas religiosas, etc.) um tipo de produto e de destino deve ser oferecido. Tal como para o caso geral deve haver especificamente uma procura interessada em consumir os bens e serviços oferecidos e uma oferta interessada em ofertá-los, bem como um conjunto de condições para que cada categoria de mercado turístico funcione. Além disso, de acordo com Beni (2003), os produtos turísticos não são homogêneos e intercambiáveis, característica de seu mercado. Cada empresa vende um produto diferenciado dos demais, ou seja, o mercado turístico está na categoria de “concorrência imperfeita”. Quer dizer, que cada produto turístico é único dentro do mercado. E para cada produto, existe uma demanda específica.

2.2.2.2. Procura Turística

A procura turística pode ser definida como “a quantidade de bens e serviços turísticos que os indivíduos desejam e são capazes de consumir a um dado preço, em um determinado período de tempo. O consumidor tem como objetivo maximizar sua satisfação com a combinação de escolhas dentro da possibilidade de gastos.

Considerando os recursos escassos, o consumidor é obrigado a escolher entre um bem ou serviço em detrimento de outro ” (Lage & Milone, 2004).

Segundo Matias (2007, p. 95) a procura turística se expressa em termos de consumo turístico que pode ser definido como “um agregado expresso em termos monetários que resulta das despesas derivadas da procura de bens e serviços turísticos”, isto é, despesas com deslocamento e permanência no local de destino.

O consumo turístico pode ser dividido em 3 categorias: consumos básicos, que são indispensáveis à realização da viagem (transporte, alojamento e alimentação); consumos complementares, que aumentam o grau de satisfação da viagem e são indispensáveis à realização da viagem (diversões, entretenimento, visitas, etc); e, consumos acessórios, apesar de serem consumidos na viagem, poderiam ser consumidos mesmo que a viagem não se realizasse (artigos de vestuário, higiene pessoal, jornais e revistas habituais, etc.) (Cunha, 2006).

Lage & Milone (2004) destacam os principais fatores que afetam a procura turística, a saber: *preço dos produtos turísticos* – a variação da procura é inversamente proporcional ao preço, ou seja quanto mais elevado o preço, menor a procura, e vice-versa; *preço dos outros bens e serviços* – o consumidor tende a procurar os bens e serviços com preços menores, ou seja, se os preços concorrentes forem menores haverá um deslocamento da procura; *nível de renda dos turistas* – a variação da procura é diretamente proporcional à renda, ou seja, quanto maior a renda maior tende a ser o produto procurado; *gosto ou preferência dos turistas* – a procura dos bens e serviços é influenciada por gostos e hábitos.

Matias (2007) acrescenta taxa de câmbio – a variação da procura é inversamente proporcional à taxa de câmbio. Ou seja, na perspectiva do país receptor, que é

dominante nesta tese, quanto menor for o número de unidades de moeda estrangeira para obter a mesma quantidade de moeda nacional, maior tende a ser a procura e vice-versa. Também acrescenta a procura no período anterior (forma dinâmica) e a distância ao mercado de origem, quanto maior a distância menor a procura.

A procura turística pode ser dividida em procura efetiva e potencial. A procura turística real é aquela constituída por turistas que se encontram na localidade receptora. Já a procura potencial é constituída de pessoas que possuem todas as condições de viajar, mas não o fazem por desconhecerem o local e seus atrativos. A partir dos dados da demanda real é que se projetam as tendências de demanda potencial (Ruschmann, 1994).

Para Cunha (2006), os fatores determinantes da procura turística são os fatores estruturais, conjunturais e psicossociológicos. O primeiro é uma tendência de médio a longo prazo ligado ao crescimento econômico e ao modo de vida de cada país. O segundo, dentro de um período curto define o volume e o tipo de procura, assim como a duração da permanência e os preços dos serviços turísticos. Já o terceiro é difícil quantificar o seu poder de influência sobre a procura turística, pois pertencem ao domínio irracional e inconsciente.

2.2.2.3. Oferta Turística

Os atrativos naturais, históricos e culturais, assim como os meios de hospedagem, equipamentos, infra-estrutura, ou seja, os serviços públicos e privados são conceituados de oferta turística, pois é tudo que um destino turístico tem e pode oferecer aos visitantes. Segundo Lage & Milone (2004):

A oferta turística pode ser definida como sendo o conjunto de atrações naturais e artificiais de uma região, bem como de todos os produtos turísticos à disposição dos consumidores para a satisfação de suas necessidades. É onde se encontram todas as empresas que oferecem produtos direta e indiretamente ligados ao turismo (Lage & Milone, 2004, p. 41- 42).

A oferta turística se divide em atrativos turísticos, serviços turísticos, serviços públicos e infraestrutura. Em que atrativos turísticos são separados em naturais e culturais e estão relacionados com as motivações de viagens dos turistas e a avaliação que estes fazem sobre o destino turístico. O serviço turístico é tudo que é fornecido aos turistas que podem ser concorrentes ou se complementarem. Os serviços públicos são aqueles oferecidos pelo Estado para melhor aproveitamento do destino, tais como transporte, hospital, bancos, etc. Infraestrutura básica é uma pré-condição para o desenvolvimento de um destino turístico (Ignarra, 1999).

Os principais fatores que afetam a oferta turística são: *preço do produto turístico* – o preço do produto é diretamente proporcional a oferta, ou seja, quanto mais elevado o valor do produto, mais incentivo há em produzi-lo; *preço de outros bens e serviços* – os preços dos outros produtos poderão atrair para o setor turístico fatores de produção empregados em outras atividades; *preço dos fatores de produção* – está ligado ao custo final dos produtos ofertados, se este preço for maior haverá uma diminuição da oferta, ou seja, é inversamente proporcional; *nível de avanço tecnológico* – o aumento do nível tecnológico auxilia na oferta dos produtos turísticos (Lage & Milone, 2004).

2.2.2.4. Impactos econômicos

Análises econômicas dos efeitos do turismo em determinadas áreas podem ser utilizadas como ferramenta indispensável para a promoção do bem-estar, principalmente

em regiões que o turismo se apresenta como atividade imprescindível no que se refere à promoção de renda e emprego. Diante disso, esta subseção objetiva identificar e caracterizar os impactos econômicos que o desenvolvimento turístico poderá originar nas regiões de destino.

Destarte, Silveira (2002) relaciona o turismo e o desenvolvimento regional. Segundo o autor, pelo fato do turismo ser classificado como uma das principais atividades econômicas do mundo, tornou-se “objeto de desejo” para muitas regiões. Assim sendo, muitos membros do governo, empresários e outros agentes econômicos, assimilaram o discurso que coloca o desenvolvimento desta atividade como “grande alternativa” de política econômica.

Lage & Milone (2001, p. 128) elucidam que os impactos econômicos do turismo podem ser classificados da seguinte maneira:

- Impactos diretos: representados pelo total de renda criada nos setores turísticos como resultante direta da variação dos gastos com esses produtos;
- Impactos indiretos: representados pelo total de renda criada pelos gastos dos setores de turismo em bens e serviços produzidos e ofertados na economia;
- Impactos induzidos: representados na medida que os níveis de renda aumentam em toda a economia como resultado dos impactos diretos e indiretos das variações dos gastos turísticos, e, ainda parte da renda adicional que é gasta em bens e serviços produzidos internamente.

Bem como deve existir a análise dos impactos diretos e indiretos, positivos e negativos, devem ser mensuradas as principais implicações da atividade turística no que se refere aos impactos econômicos. Barbosa (2002, p. 3) discorre sobre as implicações mais comuns da análise do impacto econômico como sendo as seguintes:

- Mudanças na oferta do setor poderão envolver mudanças quantitativas (abertura ou fechamento de hotéis e atrativos), acarretando uma expansão ou contração da capacidade, ou mudanças qualitativas (melhora na qualidade ambiental, infraestrutura local, natureza dos produtos e serviços disponíveis na região).
- Mudanças na procura turística, na população, na posição competitiva da região, e nas variáveis econômicas, provavelmente, resultará em alterações na quantidade de turistas para a região e nos gastos turísticos.
- A avaliação dos efeitos de ações e políticas que afetam a atividade turística de forma direta ou indireta faz com que os tomadores de decisão tenham informações e subsídios para analisar e entender as conseqüências das ações a serem realizadas e escolher a melhor alternativa.
- Entender a estrutura econômica e as interdependências entre os diferentes setores na economia local.
- Comparar os impactos econômicos em diferentes alternativas de alocação de recursos para o desenvolvimento local. Este estudo poderá servir para incentivar o gasto público no setor de turismo, ou mesmo a obtenção de tratamento diferenciado relativo a outros setores da economia.

Da mesma maneira que os aspectos econômicos positivos merecem ser analisados, os aspectos negativos não podem ser postos em segundo plano. É necessária uma análise mais aprofundada sobre os gastos do turismo, pois isto é importante para a formulação de políticas públicas eficientes para um melhor desenvolvimento da economia a longo prazo. A combinação dos modelos econômicos, ambientais, sociais e

as técnicas de previsão são parte importante nas análises de avaliação do impacto do turismo (Cooper et al, 2008).

2.2.2.5. O multiplicador turístico

Um instrumento importante na análise econômica da atividade turística é o efeito multiplicador. Cooper et al (2008), discorrem que os multiplicadores turísticos medem a performance da indústria do turismo, seus efeitos econômicos de curto prazo de uma mudança no padrão das despesas turísticas. São apropriados para mensurar o impacto das despesas turísticas em movimento dos negócios, renda, emprego, receita do setor público e balanço de pagamentos.

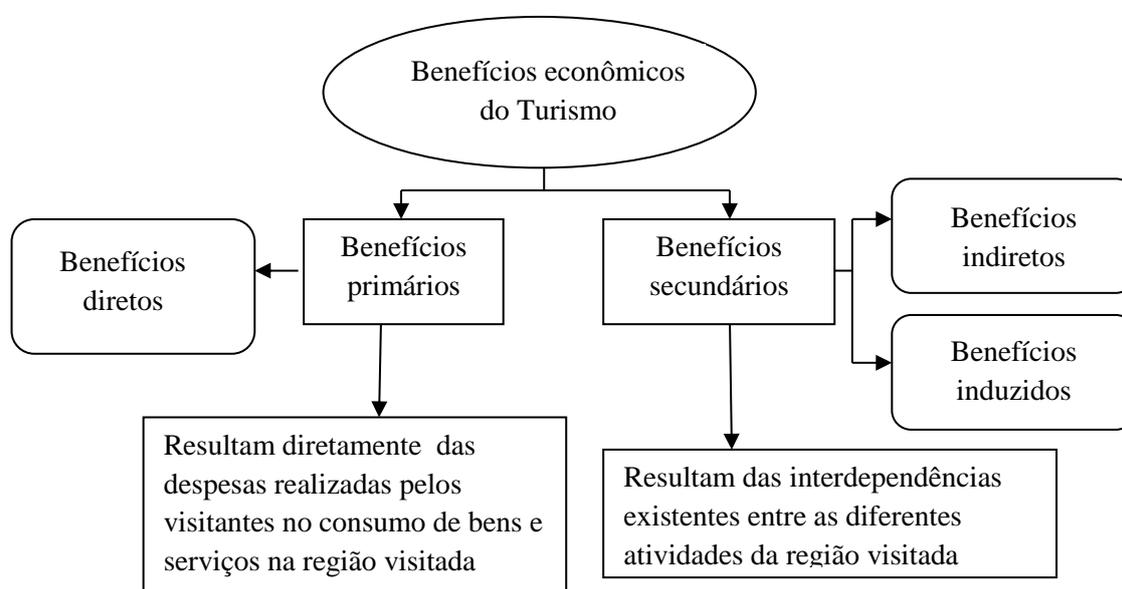
Segundo Lopes & Vasconcelos (2000), em toda economia, a variação inicial da despesa tem um impacto imediato e direto sobre a renda daqueles que são beneficiados por esses gastos. Ao receber esta renda, os indivíduos ampliarão seu consumo de acordo com a propensão marginal a consumir, levando à nova ampliação da renda. Os agentes que forem beneficiados por esta nova ampliação da renda também ampliarão seu consumo, gerando novo acréscimo de renda, e assim sucessivamente. Desta forma, os acréscimos de consumo induzidos pelo gasto inicial fazem com que a renda cresça mais do que a variação anterior.

Primeiramente, os estabelecimentos comerciais que recebem os gastos diretos dos turistas precisam comprar bens e serviços de outros setores da economia local. Por exemplo: hotéis contratarão serviços como da construção civil, bancos, contadores, alimentação e bebidas. Parte desse gasto sairá de circulação, pois os fornecedores precisarão comprar produtos importados para cobrir suas necessidades. Ou seja, estes fornecedores precisarão comprar bens e serviços de outros fornecedores, e assim por

diante. A atividade gerada em consequência das rodadas de compras e gastos é conhecida como efeito indireto (Barbosa, 2002).

O efeito induzido é aquele gerado através dos salários, aluguéis e juros da atividade turística que resultam em outras atividades econômicas. Por exemplo, os juros pagos ao banco por um empréstimo e, conseqüentemente, ocorrerá aumento da atividade econômica.

Esses efeitos (benefícios) são sintetizados na Figura 5.



Fonte: Eusébio (2006, p. 40)

FIGURA 5 - CATEGORIAS DE BENEFÍCIOS DO TURISMO NA ECONOMIA DAS REGIÕES DE DESTINO

De acordo com Eusébio (2006), a contabilização dos benefícios primários está diretamente relacionada com o consumo dos visitantes e a contabilização dos efeitos secundários baseia-se no conceito de que existe interdependência entre as várias atividades que fazem parte de uma economia, confirmando o conceito de multiplicador

em turismo. Portanto, a completa avaliação dos benefícios econômicos do turismo para as regiões de destino implica tanto a contabilização dos benefícios primários como dos secundários.

2.2.3. Desenvolvimento econômico e turismo

A importância e a diversidade dos problemas do desenvolvimento levaram ao surgimento da Economia do Desenvolvimento, após a Segunda Guerra Mundial. A argumentação sobre desenvolvimento se apresenta em quatro principais teorias centrais.

- 1) Teoria da modernização
- 2) Teoria da dependência
- 3) Teoria Neoliberal
- 4) Desenvolvimento alternativo

De acordo com Faria (2012), estas correntes tem alguns pontos em comum com a contribuição do turismo para o desenvolvimento.

- Teoria da modernização

A premissa central da teoria da modernização é que todas as sociedades seguem um caminho evolucionista para o desenvolvimento e que, de acordo com seu estágio de desenvolvimento, pode ser localizado em diferentes posições ou fases sobre um caminho do tradicional ao moderno (Telfer, 2014). Os principais representantes desta corrente são Lewis (1954) e Rostow (1956). Segundo Faria (2012), essa teoria considera que o desenvolvimento é atingido através do crescimento econômico e que a poupança, as externalidades e o comércio externo podem induzi-lo.

Tal crescimento econômico pode ser induzido de várias maneiras, tais como através de pólos de crescimento, que podem ser centros urbanos ou setores da economia, que é da maior importância para o desenvolvimento do turismo relacionado. Ou seja, o turismo representa um pólo de crescimento econômico a partir do qual os benefícios econômicos podem ser difundidos por toda a economia, através do efeito multiplicador de renda (Sharpley, 2003).

A teoria da modernização tem sido a base implícita de muitos estudos sobre o turismo nos países em desenvolvimento. O turismo tem sido promovido como uma estratégia de desenvolvimento para transferir tecnologia, para aumentar o emprego, gerar divisas, aumentar o produto interno bruto, atrair capital de desenvolvimento, promover um modo de vida moderno com os valores ocidentais e gerar transformações das sociedades rurais tradicionais (Telfer, 2014).

A teoria da modernização é criticada por seu pressuposto de modernização inevitável, ou seja, pela sua doutrina fundamental de crescimento econômico, frequentemente dependente de investimento dos grandes centros. No entanto, ela reflete mais de perto o processo relacionado com o desenvolvimento do turismo, cujos benefícios são mais comumente medidos em termos econômicos.

- Teoria da dependência

Também conhecida como teoria do subdesenvolvimento. Para os estudiosos dessa teoria o desenvolvimento e o subdesenvolvimento não são etapas de um mesmo processo. Eles procuraram entender o funcionamento do sistema capitalista de produção nos países periféricos (que dependem dos países desenvolvidos), que gerava e aumentava as diferenças econômicas, sociais e políticas entre países e regiões pois com

a expansão dos países avançados ocorre o subdesenvolvimento dos países periféricos (Faria, 2012). Esta dependência é o principal fator impeditivo de desenvolvimento de um país (Moreira & Crespo, 2012).

Segundo Lepp (2008), os destinos turísticos dos países periféricos são dependentes dos mercados, conhecimentos e capital situados nos países avançados. Por exemplo, os turistas que se deslocam dos países mais avançados para os países em desenvolvimento, pretendem muitas vezes ter o conforto e as comodidades a que estão habituados; normalmente, isto não é possível sem investimento e especialização dos países desenvolvidos. Portanto, o dinheiro pago pelo turista acaba por regressar aos investidores e especialistas desses países.

- Teoria neoliberal

De acordo com esta teoria, um país pode alcançar o desenvolvimento adotando políticas econômicas de liberalização dos mercados (de capital e do comércio, mas não de mão-de-obra) (Faria, 2012).

O neoliberalismo é caracterizado pela política de privatização de empresas estatais e pela abertura da economia a entrada de multinacionais, permitindo a livre circulação de capitais estrangeiros. Enfatiza a globalização e a defesa dos princípios econômicos do capitalismo. Os neoliberais propõem a adoção de medidas contra o protecionismo econômico através da redução do poder do Estado e de sua desburocratização, ou seja, este poder deve ser limitado e subordinado aos interesses dos indivíduos da sociedade civil, notoriamente os representantes do mercado. (Brandão, 2010).

Para o setor de turismo, é necessário haver planos/programas que desenvolvam o setor (na seção 2.2.4 consta a política de turismo para o Brasil), além disso é também importante políticas de incentivo ao turismo internacional e à captação de investimentos estrangeiros que beneficiam o desenvolvimento econômico do país anfitrião.

- Desenvolvimento Alternativo (novos conceitos de desenvolvimento)

Novos conceitos de desenvolvimento foram surgindo ao longo do tempo. São discutidos nesta seção quatro conceitos fundamentais que vêm sendo discutidos ao longo dos anos e que são relevantes para entender a evolução do setor.

1) Desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável dá importância para a satisfação das necessidades básicas, como alimentação, moradia, saúde e educação, embora o crescimento econômico continue sendo um pré-requisito fundamental. É importante ressaltar que o foco principal do desenvolvimento sustentável é, acima de tudo, o local, ou abordagem de base, a fim de garantir tanto o desenvolvimento de acordo com as necessidades locais e da promoção de escolha local e liberdade política, embora o desenvolvimento em si deva ser ecologicamente sustentável (Sharpley, 2003).

Assim, sustentável propõe um desenvolvimento a longo prazo, a perspectiva holística que defende equidade, escolha, liberdade política, a integridade cultural e desenvolvimento dentro dos parâmetros ambientais.

Turismo sustentável, de acordo com a UNWTO (2005) é o turismo que leva em consideração os seus atuais e futuros impactos econômicos, sociais e ambientais,

abordando as necessidades dos visitantes, a indústria, o meio ambiente e comunidades de acolhimento.

Princípios de sustentabilidade referem-se aos aspectos ambientais, econômicos e socioculturais do desenvolvimento do turismo, e é necessário estabelecer um equilíbrio adequado entre estas três dimensões para garantir a sua sustentabilidade a longo prazo.

Assim, o turismo sustentável deve: i) utilizar de forma consciente os recursos ambientais que constituem um elemento fundamental para o desenvolvimento do turismo e manter os processos ecológicos essenciais ajudando a conservar o patrimônio natural e a biodiversidade; ii) respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades de acolhimento; e, iii) certificar de operações econômicas viáveis, a longo prazo, proporcionando benefícios socioeconômicos para todas as partes interessadas que são distribuídos de forma justa, incluindo o emprego estável e oportunidades de geração de renda e serviços sociais às comunidades anfitriãs, e contribuindo para a redução da pobreza (UNWTO, 2005).

2) Desenvolvimento local

Segundo Moreira & Crespo (2012), o desenvolvimento local é baseado em 3 importantes pilares: preocupação com as necessidades das populações, mobilização das necessidades locais e visão integrada dos problemas e soluções.

Para Coriolano (2013) o desenvolvimento local é

“aquele realizado em pequenos lugares de forma participativa, levando às mudanças socioestruturais, com caráter endógeno. Nele, os habitantes possuem relativa autonomia, para explorar o potencial do território que beneficie a maioria deles, e decidir como cada um pode contribuir com inovações. São os residentes os agentes principais do desenrolar de todo processo de desenvolvimento e zelam

pela qualidade dos relacionamentos interpessoais, interinstitucionais, aproveitam as sinergias em benefício da coletividade” (Coriolano, 2013, p.134).

O turismo pode se beneficiar com o desenvolvimento local voltado a pequenas economias, grupos ou comunidades pois oferece oportunidades para pequenos comércios, empresas e negócios, como bares, restaurantes e pousadas, ou seja, atividades mais participativas (Coriolano, 2003).

3) Desenvolvimento endógeno

O desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo interno de ampliação da capacidade de absorção da região resultando em crescimento econômico gerado na economia local. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região (Amaral Filho, 1996).

O papel do desenvolvimento endógeno é atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos econômicos, é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade. (Barquero, 2002).

Para tanto, o desenvolvimento endógeno deve criar um entorno institucional e econômico favorável, proporcionado pelo aproveitamento dos recursos e dos serviços locais, conjuntamente e pela cooperação entre os atores, que possuem condições de promover mudança de rota.

Observa-se, portanto, que o desenvolvimento local leva em conta as características locais, seja fortalecendo, descobrindo ou fomentando. No sentido do fortalecimento das características locais, e, conseqüentemente, do fortalecimento do capital social, acontece o desenvolvimento endógeno.

De acordo com Senhoras & Cavalcante (2014, p. 3):

O desenvolvimento endógeno do turismo valoriza o papel da história, da cultura e das instituições, das localidades na articulação de diferentes atores da sociedade local para promoverem o turismo por meio de um padrão de articulação territorial e de pessoas via redes e Arranjos Produtivos Locais (APLs).

4) Desenvolvimento humano

O desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades, ou seja, o foco deve ser o ser humano e não o crescimento econômico, além de considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade de vida humana (PNUD, 2015).

Atualmente, desenvolvimento humano é considerado:

“um processo de alargamento das escolhas e das oportunidades dos indivíduos, de expansão das liberdades humanas, de valorização das capacidades dos indivíduos, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno, enquanto os preservam para as gerações futuras, com igualdade de oportunidades e em segurança”(Moreira & Crespo, 2011, p. 44).

O turismo pode impulsionar o desenvolvimento humano através do crescimento do emprego e do bem-estar melhorando a qualidade de vida do indivíduo.

2.2.4. Política Nacional de Turismo

Atualmente, o setor de turismo é considerado uma força vital para o desempenho econômico de todas as economias do mundo. Os organismos internacionais dedicam parte de suas diretrizes, estudos e procedimentos para as ações econômicas com enfoque nesse sistema, e os governos, em todas as instâncias, envidam esforços para atividades que proporcionem o crescimento econômico e social oriundo dos serviços turísticos.

De acordo com a Tabela I, em 2003 foi criado o Ministério do Turismo com o objetivo de garantir as condições necessárias para conduzir os interesses e estruturar a atividade turística. Também houve a criação da Secretaria Nacional de Políticas Públicas e o Plano Nacional de Turismo - PNT (2003-2007), fundamentado na diminuição das desigualdades regionais e sociais; na geração e distribuição de renda; na geração de empregos e ocupações e no equilíbrio da balança de pagamentos.

A Tabela I mostra a evolução das políticas nacionais de turismo do Brasil desde 1958, com a criação da COMBRATUR até a criação de Ministério do Turismo em 2003 e Plano Nacional de Turismo em 2007 e 2012.

O MTUR tem uma missão que credita ao turismo um papel relevante no Brasil, e em outro ponto estabelece um plano amplo com as propostas de melhoria do turismo brasileiro. A seguir, um breve recorte, dois momentos que revelam e ratificam estes posicionamentos. A missão do MTUR é:

Desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social. O Ministério do Turismo inova na condução de políticas públicas com um modelo de gestão descentralizado, orientado pelo pensamento estratégico (MTUR a, 2012).

TABELA I

EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS NACIONAIS DE TURISMO DO BRASIL

Ano	Plano/Programa
1958	Criação da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR) - Primeira tentativa de planejamento do turismo. Extinta em 1962.
1966	Criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e do Conselho Nacional de Turismo (CNTUR).
1967	Ampliação da concepção legal de política nacional do turismo, instituindo a sistemática de funcionamento do Sistema Nacional de Turismo.
1991	A EMBRATUR passa a ser denominada Instituto Brasileiro de Turismo, na condição de autarquia.
1992	Foi elaborado o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR) - Limitou-se ao papel, pois não havia uma Política nacional de turismo que garantisse a sustentação de sua execução.
1994	Criação do Plano Nacional de Municipalização Turística (PNMT) - Preconizava a descentralização da gestão da atividade. O objetivo central era melhorar a qualidade dos produtos turísticos enfatizando as singularidades dos Brasis, sob cunho de maior conscientização da população de seu papel perante a atividade, bem como dos impactos da mesma.
1994	Desenvolvimento de programas que visavam contemplar questões territoriais, como o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR-NE I), o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, Centro-oeste e Pantanal Matogrossense (PROECOTUR), PRODETUR – SUL e PRODETUR – SE. Apenas o PRODETUR-NE I e o PROECOTUR começaram a ser executados na mesma época. A maior parte dos recursos eram provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
Primeira década do século XXI	- Foi reestruturado o Conselho Nacional de Turismo (CNTUR), agora integrado por representantes dos ministérios, empresas e entidades de classe ligadas ao setor. - A EMBRATUR passa a cuidar da promoção do país no exterior e a centralizar a elaboração de estudos e pesquisas para orientar os processos de tomada de decisão, avaliar o impacto da atividade na economia nacional e formatar novos produtos e roteiros turísticos.
2003	- Criação do Ministério do Turismo. - Criação da Secretaria Nacional de Políticas Públicas e do Plano Nacional de Turismo (PNT 2003 – 2007).
2007	Plano Nacional de Turismo 2007 – 2010.
2012	Plano nacional de Turismo 2013 -2016.

Fonte: Adaptado de Noia, 2011 e MTUR a, 2014

De acordo com as estratégias do PNT (2003-2007) foi elaborado o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, cujo objetivo é desenvolver a atividade turística de forma regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo (MTUR, 2007). Para isso, foi adotado o conceito de regiões turísticas como referência espacial, que é o “espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território (MTUR, 2007, p. 28). Uma das primeiras ações desenvolvidas pelo programa foi o mapeamento das regiões turísticas brasileiras, que resultou em 219 regiões, às quais abrangiam 3.319 municípios.

Devido aos bons resultados do PNT (2003-2007) e com o objetivo de dar continuidade ao processo, o MTUR elaborou o Plano Nacional de Turismo (2007-2010), introduzindo o *slogan* “uma viagem de inclusão”.

Em 2012, foi lançado o Plano Nacional de Turismo (2013-2016), que dá continuidade ao Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, apoiando ações de fortalecimento institucional, promovendo o planejamento, a qualificação e as práticas de cooperação entre os diferentes atores, públicos e privados, na busca da competitividade dos produtos turísticos nas regiões. Como parte da política estratégica que norteia o desenvolvimento turístico no país, a regionalização é resultado de um processo de planejamento descentralizado e compartilhado, iniciado em 2003, que resultou na estruturação e na implementação de instrumentos e de ferramentas que têm permitido uma maior interlocução entre o Ministério do Turismo e as 27 Unidades Federativas do país.

Assim, como resultado de uma ação integrada que tem evoluído ao longo de 2003/2012, o mapa turístico brasileiro conta atualmente com 3.635 municípios, organizados em 276 regiões turísticas (MTUR b, 2012).

O SEBRAE apesar de atuar somente com entidades de pequeno porte, também contribui com o governo brasileiro para estimular o turismo. Os propósitos do SEBRAE relacionam-se com alguns tipos de turismo: Turismo rural, Ecoturismo, Turismo cultural, Turismo de aventura, Turismo de sol e praia e outros segmentos (SEBRAE, 2012).

Na década de 1990 foi implementado o PRODETUR/NE, cujo objetivo base era contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste do Brasil através do desenvolvimento da atividade turística, que era vista como meio para a criação de oportunidades de emprego e para o aumento *per capita* e da arrecadação tributária nesta região (BNB, 2011).

Em síntese, pode-se considerar que houve uma evolução na indústria de turismo no Brasil, através do planejamento, dos planos e dos programas desenvolvidos pelo governo brasileiro. Criaram-se políticas e programas com o objetivo de dinamizar ações para o crescimento do setor e geração de renda e emprego, além de contribuir sobremaneira para a profissionalização do turismo. Por fim, ocorreu o envolvimento dos atores sociais (governo, empresas e entidades) ligados a área turística.

Diante do exposto, fica evidente que o turismo é fato social indispensável para o crescimento e desenvolvimento de uma economia.

2.2.5. Diversidade geográfica e turística do Brasil

A presente pesquisa tem o Brasil como área de estudo, país localizado na América do Sul, com grande dimensão territorial (8.515.767,049 km², segundo IBGE) e grande potencial para o desenvolvimento do turismo. Compreende as seguintes Regiões Geográficas: Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-oeste e Sul (como se pode constatar na Figura 6).



Fonte: IBGE

FIGURA 6 - MAPA DO BRASIL E SUAS REGIÕES GEOGRÁFICAS

Importa ter presente que, além de sua grande extensão, possui uma população da ordem de 190.755.799 habitantes (em 2010). Acresce que o PIB brasileiro em 2013 foi de US\$ 2,052 trilhões, considerado a 6^a economia do mundo, e PIB *per capita* de US\$ 10.210,01 (Portal Brasil, 2015).

A região Sudeste foi a região de maior importância econômica brasileira, com uma área de 924.511,3 Km² e população de 80.353.724 habitantes e esse contingente populacional corresponde a 42,2% da população total do país, com uma densidade

demográfica de 87 hab/km², considerado o complexo regional mais populoso e povoado do país (IBGE, 2011). A Região Sudeste, é formada pelos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Sua economia é a mais desenvolvida e industrializada dentre as economias das cinco regiões brasileiras, nela se concentra mais da metade da produção nacional. Uma das principais atividades econômicas da região é o turismo. No Rio de Janeiro destacam-se as praias e o carnaval. Em São Paulo, as atrações vão desde Campos do Jordão, estância de inverno, até as praias do litoral Norte, como São Sebastião e Ubatuba. No Espírito Santo, Itaúnas, famosa pelas dunas de areia, que chegam a 30 metros de altura, também recebe visitantes. Em Minas Gerais, são muito visitadas as cidades históricas, principalmente Ouro Preto e Mariana (Portal Brasil, 2015).

O Nordeste é a segunda Região mais populosa do país (53.081.950 habitantes), superada somente pelo Sudeste. Apesar da Região Nordeste possuir uma população absoluta elevada, o mesmo não acontece com a população relativa (cerca de 34,1 hab./km²). A Região é formada pelos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. O elevado número de cidades litorâneas com belas praias, revela um grande potencial para o desenvolvimento do turismo.

A cultura nordestina, é um atrativo à parte para o turista. Em cada estado, há danças e hábitos seculares preservados. As rendas de bilros e a cerâmica, são as formas mais tradicionais de artesanato da região. As festas juninas em Caruarú (PE) e Campina Grande (PB), são as mais populares do país. O Nordeste é a região brasileira que abriga o maior número de Patrimônios Culturais da Humanidade, título concedido pela UNESCO. Alguns exemplos são a cidade de Olinda (PE), São Luís (MA) e o centro

histórico do Pelourinho, em Salvador (BA). Há ainda o Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí, um dos mais importantes sítios arqueológicos do país. O carnaval continua sendo o evento que mais atrai turistas, especialmente para Salvador, Olinda e Recife. Cada uma dessas cidades chega a receber 1 milhão de turistas nessa época. Outro grande destaque a nível nacional e mundial é o arquipélago de Fernando de Noronha, com suas maravilhosas paisagens naturais e mar cristalino, local que abriga os golfinhos saltadores, conhecidos em todo o mundo (Portal Brasil, 2015).

A população absoluta da Região Norte responde por cerca de 8% do total do país, somando 15.864.454 habitantes, apresenta uma população relativa de aproximadamente 4,1 hab/km. É formada pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Devido a Floresta Amazônica, considerada a maior floresta tropical úmida do mundo e a que apresenta a maior biodiversidade, o turismo da região Norte é voltado principalmente ao ecoturismo (ANDETUR, 2015).

A extensão territorial da Região Sul é de 576.409,6 km², considerada como a menor Região brasileira. No entanto, é a terceira mais populosa, segundo contagem populacional realizada em 2010 pelo IBGE, totalizando 27.386.891 habitantes. Sua densidade demográfica é de aproximadamente 47,5 habitantes por quilômetro quadrado (Mundo Educação, 2015). É formada pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e possui grande influência européia (principalmente italiana e alemã). Tem como principais atrações turísticas as suas belezas naturais, praias, cidades históricas e suas colônias européias, além do clima bem definido, marcado principalmente pelo inverno rigoroso, ou seja, o turismo de inverno é um grande atrativo na região, pois é a única região brasileira que apresenta clima temperado e possui estações bem definidas (Primeira Edição, 2012).

Finalmente, a Região Centro-oeste abrange uma área de 1.606.371 km², onde vivem 14.058.094 habitantes, A distribuição populacional ao longo dessa região é irregular (Mundo Educação, 2015). Engloba os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

O turismo vem se desenvolvendo rapidamente no Centro-oeste, atraindo visitantes de várias partes do mundo. A região mais conhecida é o Pantanal Mato-Grossense. Trata-se da maior bacia inundável do mundo, com vegetação variada e fauna muito rica. Outros pontos de interesse são as chapadas, como a dos Guimarães, em Mato Grosso, e a dos Veadeiros, em Goiás. No Sudeste goiano, a atração é o Parque Nacional das Emas. Há ainda Brasília, fundada em 1960 e caracterizada pela moderna arquitetura e que hoje é uma das maiores cidades brasileiras - "Patrimônio da Humanidade". As cidades históricas goianas de Pirenópolis e Goiás (ex-capital do estado de Goiás), preservam casários e igrejas do período colonial, com mais de 200 anos, possuindo boa rede hoteleira (Portal Brasil, 2015).

O Brasil é pois um país com enorme potencial turístico em razão da diversidade cultural e, principalmente, das belezas naturais do imenso território.

2.3. Procedimentos metodológicos

De acordo com IBGEb (2012) as atividades características do turismo são: serviços de alojamento, serviços de alimentação, transporte ferroviário e metroviário, transporte rodoviário, transporte aquaviário, transporte aéreo, serviços auxiliares do transporte, atividades de agências de viagem e organizadoras de viagens, aluguel de bens móveis bem como atividades recreativas, culturais e desportivas.

Para a coleta das informações foram utilizados dados secundários obtidos do BNB, IBGE, MTUR, INFRAERO e UNWTO. A partir desse levantamento buscou-se dimensionar e caracterizar o setor turístico do mundo e do Brasil.

Para a análise dos dados foi utilizado o método estatístico descritivo. O método estatístico descritivo por meio do cálculo de média, proporção, moda etc., “compreende a organização, o resumo e a descrição dos dados [...] para que posteriormente, possam ser utilizados nas discussões de caráter descritivo ou analítico no relatório de pesquisa” (Lima, 2004, p. 73).

2.4. Desempenho do turismo no mundo e no Brasil

2.4.1. Turismo no mundo

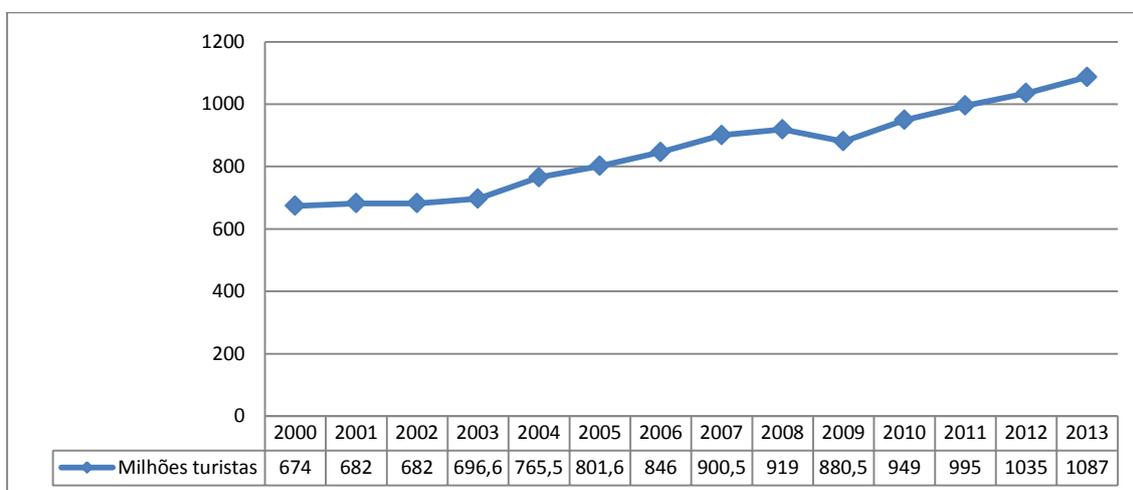
Conforme divulgado pela UNWTO (2014), o turismo internacional (viagem e transporte de passageiros) é responsável por 29% das exportações mundiais de serviços e 6% do total das exportações de bens e serviços. Como uma categoria de exportação a nível mundial, o turismo ocupa o quinto lugar depois de combustíveis, produtos químicos, alimentos e produtos automotivos, enquanto ficando em primeiro lugar em muitos países em desenvolvimento.

Dados do Barômetro Mundial do Turismo (UNWTO, 2014) mostram que as receitas internacionais de turismo excederam um 1,4 trilhão de dólares, em 2013. Em termos reais, as receitas internacionais de turismo cresceram 5%.

As economias emergentes da China, Rússia e Brasil foram motores dinâmicos do turismo emissor nos últimos anos. Em 2013, estes três mercados emissores representaram cerca de US\$ 40 bilhões do total dos US\$ 81 bilhões do aumento das

despesas do turismo internacional. A China, que se tornou o maior mercado emissor em 2012, com uma despesa de 102 bilhões, teve um aumento de 26% nos gastos no ano anterior, para um total de 129 bilhões, em 2013. A Federação da Rússia tornou-se o quarto maior mercado emissor em 2013, após um crescimento de 25% para US\$ 54 bilhões. Brasil entrou no *top ten* por despesas em décimo lugar, com US\$ 25 bilhões, um aumento de 13% em relação ao ano anterior (UNTWO, 2014). É provável que o arrefecimento econômico destes países que se começou a observar em 2014, contribua para uma redução deste crescimento mas não para uma inversão de tendência.

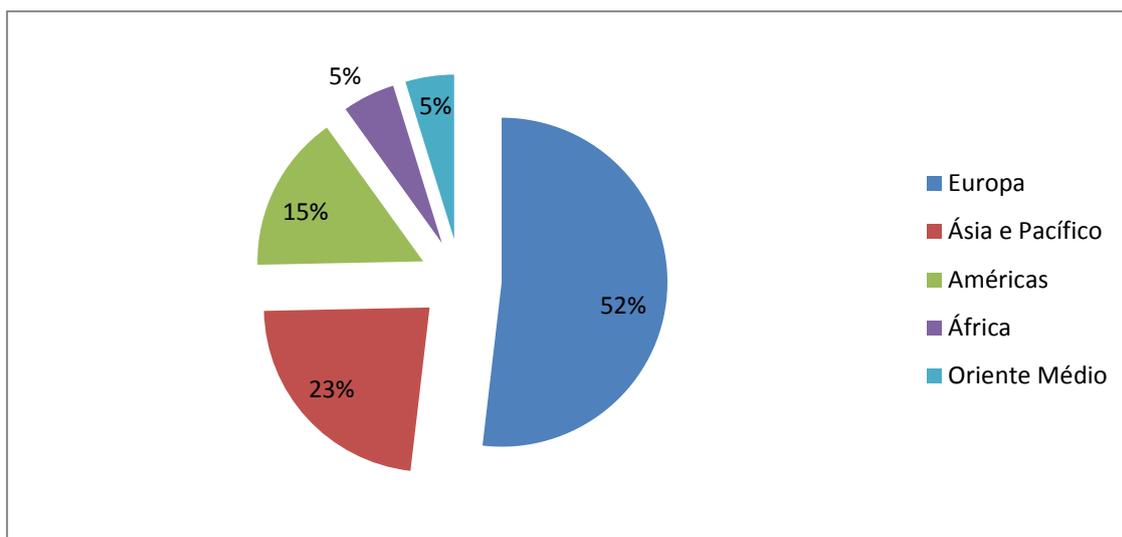
A análise do desempenho do turismo é feita, geralmente, pela observação do total de turistas, bem como da receita gerada por estes. Considerando o período de 2000 a 2013, o total de turistas mundial cresceu de 674 milhões para 1087 milhões, ou seja, um crescimento global de aproximadamente 61,27% (Figura7).



Fonte: UNTWO, vários anos

FIGURA 7 - EVOLUÇÃO DO TURISMO MUNDIAL. 2000 A 2013

O dados da Figura 8 mostram que a maioria das chegadas de turistas internacionais acontece na Europa (52%), seguida da Ásia (23%) e Américas (15%).



Fonte: UNTWO, 2013

FIGURA 8 - DISTRIBUIÇÃO TURISMO MUNDIAL POR REGIÃO. 2013

Vale destacar que ao falar em turismo internacional fala-se em turismo intra-regional pois a maioria das chegadas na Europa, Ásia e América tem como origem mercados emissores da própria região (Carvão, 2009). Considera-se, pois, que o turismo é relevante para qualquer país, incluindo Brasil, pois é um “produto” que agrega valor na dinamização econômica, em particular, nas exportações. Para além disso, fortalece e impulsiona a economia.

2.4.2. Turismo no Brasil

O Brasil é um importante país receptor e o turismo se apresenta como uma atividade promissora. Contudo, é preciso destacar que o desenvolvimento em escala do turismo no Brasil iniciou bem mais tarde que nos países europeus e nos Estados Unidos. Esses mercados turísticos emergiram após a II Guerra Mundial graças aos importantes

avanços obtidos nos setores de transportes e telecomunicações e à melhoria da qualidade de vida de suas populações (Rissato & Sambatti, 2004).

Até a década de 1970, atividade turística brasileira restringia-se a um único destino turístico conhecido internacionalmente, que possuía a infraestrutura necessária para receber turistas que era o Rio de Janeiro. Somente nos anos 1980, o turismo brasileiro começou a se desenvolver como resultado direto do aumento da oferta de infraestrutura turística, especialmente, hoteleira em outras regiões brasileiras tais como a cidade de São Paulo, a Serra Gaúcha, a cidade de Blumenau e o litoral catarinense e nordestino, com destaque para a Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco (EMBRATUR, 1998).

Os dados da Tabela II mostram que houve uma melhora nas chegadas de turistas estrangeiros no Brasil a partir de 2000. O país recebeu, em 2013, 5,8 milhões de turistas estrangeiros. Com a realização do Campeonato Mundial de Futebol (“Copa do Mundo”) em 2014, e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016, o país reúne credenciais para superar a marca dos 6 milhões de visitantes estrangeiros. De acordo com a EMBRATUR (2014), o Brasil recebeu 1 milhão de estrangeiros no período da Copa do Mundo, um número expressivo que ajudará na divulgação do País como sede de grandes eventos.

A principal razão apontada para tão escassa participação do Brasil no mercado do turismo mundial é, em geral, atribuída à sua localização, distanciada dos principais centros emissores de turistas, caracteristicamente concentrados na Europa, na América do Norte e na Ásia (já que esses continentes juntos respondem, atualmente, por 90% do emissor mundial, conforme Figura 8).

TABELA II

EVOLUÇÃO DAS CHEGADAS DE TURISTAS ESTRANGEIROS NO BRASIL, DÉCADAS DE 1970, 1980 E 1990 E NOS ANOS DE 2000 A 2013

Anos	Brasil	Tx de crescimento anual
1970	249.900	
1980	1.081.799	
1990	1.091.067	
2000	5.313.463	
2001	4.772.575	-10,18
2002	3.784.898	-20,69
2003	4.132.847	9,19
2004	4.793.703	15,99
2005	5.358.170	11,78
2006	5.017.251	-6,36
2007	5.025.834	0,17
2008	5.050.099	0,48
2009	4.802.217	-4,91
2010	5.161.379	7,48
2011	5.433.354	5,27
2012	5.676.843	4,48
2013	5.813.342	2,40

Fonte: UNTWO, vários anos.

A Tabela III mostra que, no período compreendido entre 2000 a 2013, o gasto médio *per capita* do turista estrangeiro reduziu-se de US\$ 84,38 para quase US\$ 65,36, o que constitui um fato positivo, quando se considera que a permanência média global deste turista no País aumentou de 12 dias para 17 dias, embora tenha sofrido algumas variações no período, traduzindo em alargamento do mercado. Convém observar, no entanto, que a renda média individual *per capita*/mês do visitante internacional que chega ao Brasil aumentou de US\$ 2.811,34 para US\$ 4.491,74.

TABELA III

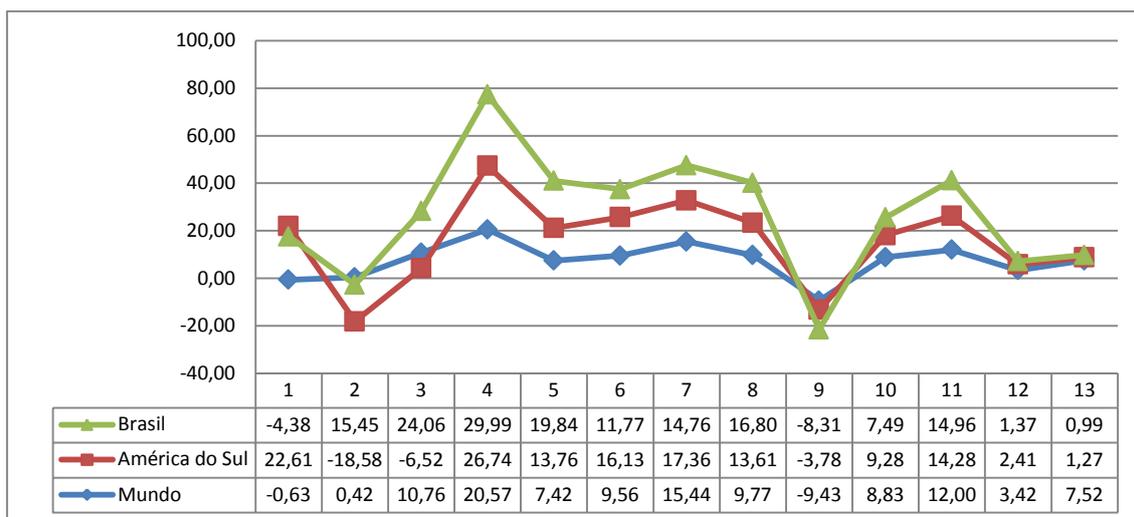
DADOS DOS TURISTAS ESTRANGEIROS NO BRASIL (2000 A 2013)

Ano	Permanência global (dias)	Renda média mensal per capita (US\$)	Gasto médio dia per capita (US\$)
2000	12,10	2.811,34	84,38
2001	12,20	2.893,90	81,21
2002	14,00	2.670,13	86,17
2003	13,50	2.547,38	87,99
2004	15,80	4.804,67	56,44
2005	17,40	5.024,83	59,11
2006	18,80	4.234,83	61,13
2007	18,80	4.375,59	65,59
2008	17,50	4.601,23	61,05
2009	17,50	4.311,37	58,19
2010	17,20	4.376,32	66,27
2011	17,30	4.641,50	71,35
2012	16,50	4.639,74	68,94
2013	17,30	4.491,74	65,36

Fonte: MTUR (vários anos)

De acordo com os dados do BACEN, a receita cambial, ou seja, os gastos de turistas estrangeiros em visita ao Brasil, em 2012, somaram US\$ 6,6 bilhões, representando um crescimento na entrada de divisas de 175% em relação a 2003, que registrava US\$ 2,4 bilhões, mostrando que o segmento do turismo tem uma grande capacidade de gerar receitas nos núcleos receptores (MTUR, 2013).

As receitas internacionais do turismo no Brasil, têm acompanhado as tendências positivas do Mundo. No entanto, é de salientar a queda entre 2008 e 2009 deveu-se a crise financeira internacional que atingiu fortemente o setor turístico em todo mundo (Figura 9).



Fonte: UNTWO, vários anos

FIGURA 9 - CRESCIMENTO DA RECEITA DO TURISMO INTERNACIONAL NO MUNDO, AMÉRICA DO SUL E BRASIL. 2000 A 2013 (%)

A Tabela IV mostra os principais países emissores de turistas para o Brasil, com Argentina e Estados Unidos liderando o *ranking*. Vale destacar que Portugal se encontra entre os principais emissores, em 2013, a 10ª posição.

TABELA IV

RANKING DOS PRINCIPAIS PAÍSES EMISSORES DE TURISTAS AO BRASIL - 2009 A 2013

País	2009	2010	2011	2012	2013
Argentina	1º	1º	1º	1º	1º
Estados Unidos	2º	2º	2º	2º	2º
Alemanha	8º	8º	8º	6º	3º
Uruguai	11º	6º	6º	5º	4º
Chile	6º	4º	3º	4º	5º
Paraguai	4º	5º	4º	3º	6º
Itália	3º	3º	5º	7º	7º
França	5º	7º	7º	8º	8º
Espanha	9º	10º	9º	9º	9º
Portugal	10º	11º	11º	11º	10º
Inglaterra	7º	9º	10º	10º	11º

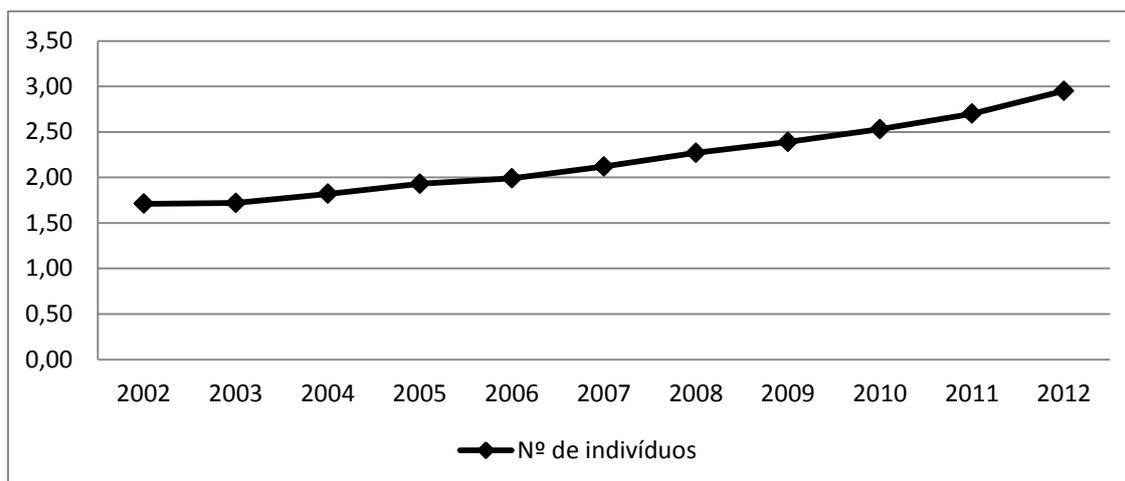
Fonte: MTUR, 2014

O mercado turístico tem apresentado grande participação no crescimento econômico brasileiro. Atualmente, a participação do turismo na economia brasileira representa 3,6% do PIB (EMBRATUR, 2015). De 2003 a 2009, o setor cresceu 32,4% enquanto a economia brasileira apresentou expansão de 24,6% (MTUR, 2013).

Outro ponto importante é a geração de empregos. Segundo Tribe (1999), a demanda de trabalho é uma demanda derivada, pois quando há demanda de bens e serviços há uma demanda de trabalho. Portanto, o emprego no setor turístico está diretamente relacionado com o consumo de bens e serviços proporcionados por este setor.

Atualmente, a indústria de viagens e turismo é considerada como a maior fonte de geração de empregos no mundo, por ser intensiva em mão-de-obra. Desde a mão-de-obra mais qualificada, em áreas que se utiliza de alta tecnologia (como transportes e comunicações) até às de menor qualificação (como alimentação), tanto no emprego formal quanto no informal, são beneficiadas com o crescimento do mercado do turismo no Brasil e no mundo. O setor é responsável pela geração de 6% a 8% do total de empregos no mundo. O estoque de ocupações formais nas ACTs, no Brasil, passou de 1,71 milhões de pessoas empregadas, em 2002, para 2,95 milhões de pessoas empregadas em 2012 (MTUR, 2013).

Analisando a Figura 10, observa-se um crescimento no emprego nas ACTs no Brasil (incremento de 72% de 2002 para 2012). De acordo com Beni (2003), nos países em desenvolvimento, como o Brasil, o setor de serviços (inclusive turismo) absorve grande quantidade de mão-de-obra que migra do campo em busca de emprego.



Fonte: MTUR, 2013

FIGURA 10 - ESTOQUE DE OCUPAÇÕES FORMAIS NAS ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO DO BRASIL (EM MILHÕES)

Os desembolsos realizados pelas instituições financeiras federais, no período de 2003 a 2013, no setor de turismo, aumentaram de R\$ 1.094 milhões para R\$ 13.507 milhões, um aumento de 1.234,64 %, sendo a Caixa Econômica Federal responsável por metade dessas aplicações (Tabela V). O BNB, principal agente financeiro da Região Nordeste, investiu R\$ 725 milhões nas atividades turísticas. Esse incremento pode ser explicado pelos investimentos para a realização da Copa do Mundo.

Constata-se que as instituições financeiras federais têm papel preponderante no volume de financiamentos concedidos para o turismo e conseqüentemente para os resultados econômicos brasileiros.

TABELA V

DESEMBOLSO DE RECURSOS REALIZADOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS FEDERAIS PARA O FINANCIAMENTO DO TURISMO NO BRASIL. 2003- 2013 (EM MIL R\$)

Ano	Total	Instituições financeiras federais				
		BB	Caixa Econômica Federal	BNDES	BNB	Banco da Amazônia
2003	1.094.324	738.504	244.399	57.259	48.416	5.746
2004	1.396.353	893.590	403.045	43.116	42.457	14.145
2005	1.978.774	1.081.238	680.821	91.353	109.377	15.985
2006	2.169.907	1.155.857	817.498	68.497	122.924	5.131
2007	2.569.988	1.420.880	986.630	66.644	79.400	16.434
2008	3.591.514	1.776.142	1.456.136	62.351	243.076	53.809
2009	5.584.403	2.326.099	2.977.942	82.427	140.231	57.704
2010	6.678.237	2.327.182	3.913.741	132.603	242.715	61.996
2011	8.609.265	2.924.648	4.281.118	997.415	288.455	117.629
2012	11.201.500	2.727.347	6.250.128	1.588.110	389.688	246.227
2013	13.507.822	4.285.433	7.167.110	908.631	725.758	420.890

Fonte: MTUR, 2014

Além disso, o Brasil vem melhorando sua competitividade no cenário internacional. De acordo com o Índice de Competitividade em Viagens e Turismo (ICVT) elaborado pelo Fórum Econômico Mundial (2015), o Brasil ocupa 28º lugar no *ranking* mundial. Os dez primeiros colocados são: Espanha, França, Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, Suíça, Austrália, Itália, Japão e Canadá. Em relação aos demais países das Américas, o Brasil é o primeiro colocado.

2.5. Considerações finais

Diante da análise dos indicadores mundiais, o setor de turismo vem crescendo nos últimos anos, principalmente nas economias emergentes, como o Brasil.

Esses indicadores apresentados refletem, pelo menos em parte, os esforços realizados nos últimos anos, no sentido de expandir a infraestrutura turística brasileira, com destaque para o PRODETUR Nacional, uma linha de crédito do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Andina de Fomento (CAF), criada em 2008, para atender estados e municípios que desejassem investir em infraestrutura turística.

No entanto, apesar dos resultados positivos obtidos pelo setor turístico nos últimos anos, o Brasil, pelas suas dimensões e potencial, ainda ocupa uma posição secundária no turismo mundial. Essa breve leitura sobre o recente desempenho da atividade turística brasileira nos permite dizer que apesar dos avanços, ainda são muitos os desafios a serem enfrentados pelo setor turístico brasileiro em todo o território nacional. Dentre eles, destacam-se fatores conjunturais tais como a divulgação insuficiente do Brasil como destino turístico, e os fatores estruturais como a má distribuição de renda que impede o crescimento da procura interna em alguns segmentos sociais, além dos problemas relacionados à infraestrutura de acesso e locomoção; à informação e à segurança.

Os governos têm um interesse crescente nas questões ligadas ao turismo, devido à sua relevância para a consolidação econômica de um país. As instituições (públicas e privadas) não podem ser limitadas apenas aos procedimentos regulatórios e políticos, devem efetivamente fomentar ambientes que produzam ofertas de produtos e serviços turísticos.

CAPÍTULO 3

DIFERENCIAIS DE SALÁRIOS

3.1. Introdução

Conforme visto no capítulo 2, o turismo tem grande importância sobre o desempenho da economia de muitos países ou regiões, funcionando como força propulsora do desenvolvimento econômico. No entanto, os diferenciais salariais podem ser um dos entraves para que ocorra desenvolvimento do setor e conseqüentemente, desenvolvimento econômico. Segundo Arbache (2001) o entendimento das causas dos diferenciais de salários tem implicações não somente teóricas, mas também de políticas públicas, além de contribuir decisivamente para o desenho de políticas públicas para o mercado de trabalho, distribuição de renda, desigualdades regionais, empregabilidade, exclusão social, desenvolvimento industrial e questões locais, dentre outras.

As teorias pioneiras de diferencial salarial para os trabalhadores sustentam-se sobre o conceito de capital humano (Mincer, 1958 e 1974; Schultz, 1961 e Becker, 1962). De acordo com Fernandes (2002) capital humano é o conjunto de habilidades e conhecimentos que o indivíduo possui, que o torna capaz de ofertar trabalho que lhe proporcione maior rendimento. A questão central da teoria do capital humano é que essas habilidades e conhecimentos podem ser adquiridos por meio de educação e treinamento.

Outras teorias muito utilizadas para explicar o diferencial de salários são: a teoria da discriminação (tratamento desigual para insumos de produção iguais), teoria da

segmentação (existência de mercados de trabalho separados ou distintos), além da teoria dos diferenciais compensatórios, ou seja, diferenças nas características do emprego têm influência sobre os salários.

Considerando a característica de desigualdade de renda do país, sua extensão territorial e diversidades locais, questiona-se: existem diferenças salariais entre o setor turístico e o setor não turístico (considerando as outras atividades do setor de serviços)?; entre trabalhadores do setor de turismo da região Nordeste do Brasil (que possui especificidades que a distinguem das demais regiões brasileiras, constituindo-se um grande potencial para a indústria do turismo) e as demais regiões geográficas, de forma a identificar as variáveis que determinam o comportamento de salários nessas atividades? e, diferenças salariais por gênero entre os trabalhadores do setor de turismo?

Este capítulo inova em matéria de diferenciais salariais por focar no setor de turismo do Brasil, concentrando-se sobre a discriminação e segregação entre homens e mulheres e segmentação (regional e setorial) do setor de turismo. Utiliza-se a decomposição de Oaxaca-Blinder aperfeiçoada por Jann (2008), corrigindo os problemas gerados pela seletividade amostral através do modelo Tobit II, desenvolvido por Heckman (1979), levando-se em consideração a amostragem complexa da PNAD.

Com este capítulo almeja-se dar respostas a questões cruciais às lacunas técnicas e científicas existentes dentro do setor de turismo, além de propiciar conhecimento e instrumentos de planejamento turístico, de ações do poder público e do setor privado, especialmente na formulação de políticas de desenvolvimento setorial e de emprego.

Assim, objetivou-se analisar os diferenciais de salários nas atividades características do turismo, para o ano de 2012. Buscou-se estabelecer as diferenças salariais no setor de turismo entre o Nordeste e as demais regiões geográficas do Brasil,

entre gênero e entre as outras atividades do setor de serviços, de forma a identificar as variáveis que influenciam o comportamento de salários nessas atividades, tais como cor, sexo, educação, idade, entre outros.

Especificamente, pretendeu-se:

1. Descrever o perfil dos trabalhadores empregados no setor turístico, no setor não turístico e no setor de serviços do Brasil, comparando-os;
2. Descrever o perfil dos trabalhadores empregados no setor turístico do Nordeste do Brasil e das demais regiões;
3. Descrever o perfil dos trabalhadores empregados no setor turístico do Brasil, comparando-o de acordo com o gênero;
4. Examinar se existe diferencial salarial entre os trabalhadores do setor de serviços ligados às ACTs e outras atividades. Caso ocorra esse diferencial, analisar os seus determinantes;
5. Examinar se existe diferencial salarial dos trabalhadores do setor de serviços ligados às ACTs do Nordeste e demais regiões. Caso ocorra, identificar e analisar os determinantes do diferencial, e,
6. Examinar se existe diferencial salarial dos trabalhadores do setor de serviços ligados às ACTs entre os gêneros. Caso ocorra esse diferencial, analisar os seus determinantes.

3.1.2. Estrutura do capítulo

O desenvolvimento deste capítulo deu-se da seguinte maneira: na próxima seção encontra-se uma revisão de literatura sobre emprego no setor turístico, gênero e turismo,

teorias que explicam a desigualdade no mercado de trabalho, modelos empíricos e revisão empírica sobre diferenciais de salários. Foi com base nesta revisão que formulou-se as hipóteses da pesquisa. Em seguida, na seção 3.4, definiu-se a fonte de dados, modelo econométrico e métodos de análise. Na seção 3.5, foram apresentados os resultados e discussões. Por fim, foram apresentadas as considerações finais.

3.2. Revisão de literatura

Nesta seção, foi realizada uma abordagem geral a respeito do emprego no setor turístico. Em seguida, foi feita uma caracterização sobre o gênero e turismo. Também foram destacadas as teorias que explicam a desigualdade no mercado de trabalho e modelos empíricos. Por fim, foi feita uma revisão empírica sobre diferenciais de salários.

3.2.1. O emprego no setor turístico

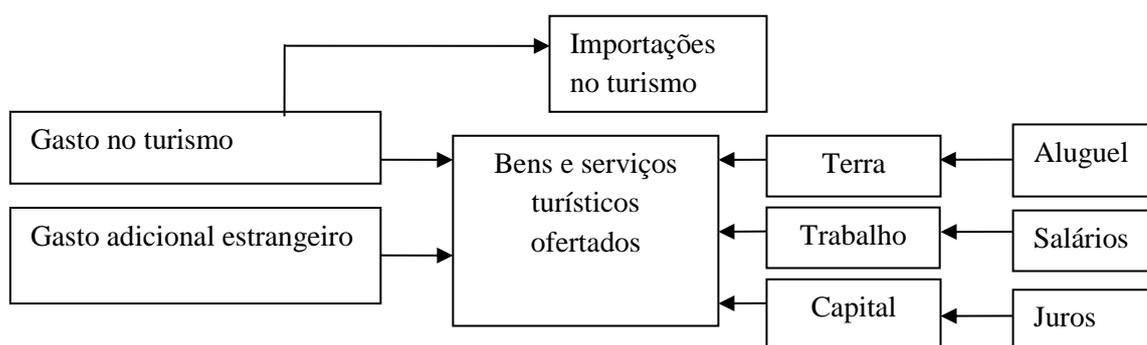
De acordo com Lage & Milone (2000), os processos de criação de emprego estritamente vinculados ao turismo são subdivididos em categorias. Por um lado, são criados empregos relacionados diretamente ao funcionamento e às diretrizes do processo turístico, por outro lado, são criados empregos derivados de atividades industriais ligadas ao turismo como transporte e agricultura, dentre outros. Segundo os mesmos autores, a geração de emprego pode não ser o objetivo de todo o desenvolvimento turístico, mas seguramente é um dos principais resultados, visto que o turismo, como uma atividade que envolve serviços, tem uma importante capacidade de

gerar novos postos de trabalho e ocupações. Beni (2003) afirma que o setor turístico requer comparativamente menos capital e mais trabalho qualificado.

Lage & Milone (2001) apresentam a relação entre turismo e emprego, onde é possível definir quatro tipos principais de empregos gerados pela atividade turística, já que a mesma depende de forma fundamental de recursos humanos disponíveis, tornando-se fonte de geração de postos de trabalhos formais:

- 1) Empregos Diretos: resultam da necessidade de atender à demanda diretamente com relação às instalações turísticas, como hotéis e agências de viagem;
- 2) Empregos Indiretos: postos de trabalho criados para suprir a necessidade dos turistas em outros setores, como farmácias, supermercados, lojas, entre outros;
- 3) Empregos Induzidos: oportunidades trazidas em função dos gastos dos residentes que estão vinculados à renda obtida com o turismo, pois com o crescimento de empregos, conseqüentemente aumenta a renda da população local que passa a gastar em bens e serviços que antes não eram procurados;
- 4) Empregos Temporários: normalmente vinculados à construção das infraestruturas turísticas ou devido aos picos sazonais (por exemplo, períodos de férias).

De acordo com a Figura 11, parte do gasto é destinado aos bens e serviços importados, que criarão emprego no estrangeiro e só acessoriamente na região (transporte, venda, etc.). Os bens e serviços de turismo provêm também do gasto interno e geram exportações. A demanda de trabalho resultante destes fatores dependerá também do salário em relação aos outros fatores de produção e da possível mistura técnica de fatores de produção para proporcionar bens e serviços.



Fonte: Tribe, 1999

FIGURA 1 1 - DEMANDA DE TRABALHO NO SETOR TURÍSTICO

Segundo Silva (2004) a função de demanda poderá sofrer impactos devido ao aumento da capacidade receptiva, a criação de estabelecimentos e instalações complementares, ou simplesmente a necessidade de atender à chegada massiva de turistas a um local habilitado a desenvolver a atividade turística. A criação de postos de trabalho pelo turismo pode se dar de forma direta - pelo aumento de locais de alojamento, abertura de novos restaurantes, incremento dos meios de transporte; e indireta - pela necessidade de expandir outros setores que prestam serviços ao turismo propriamente dito.

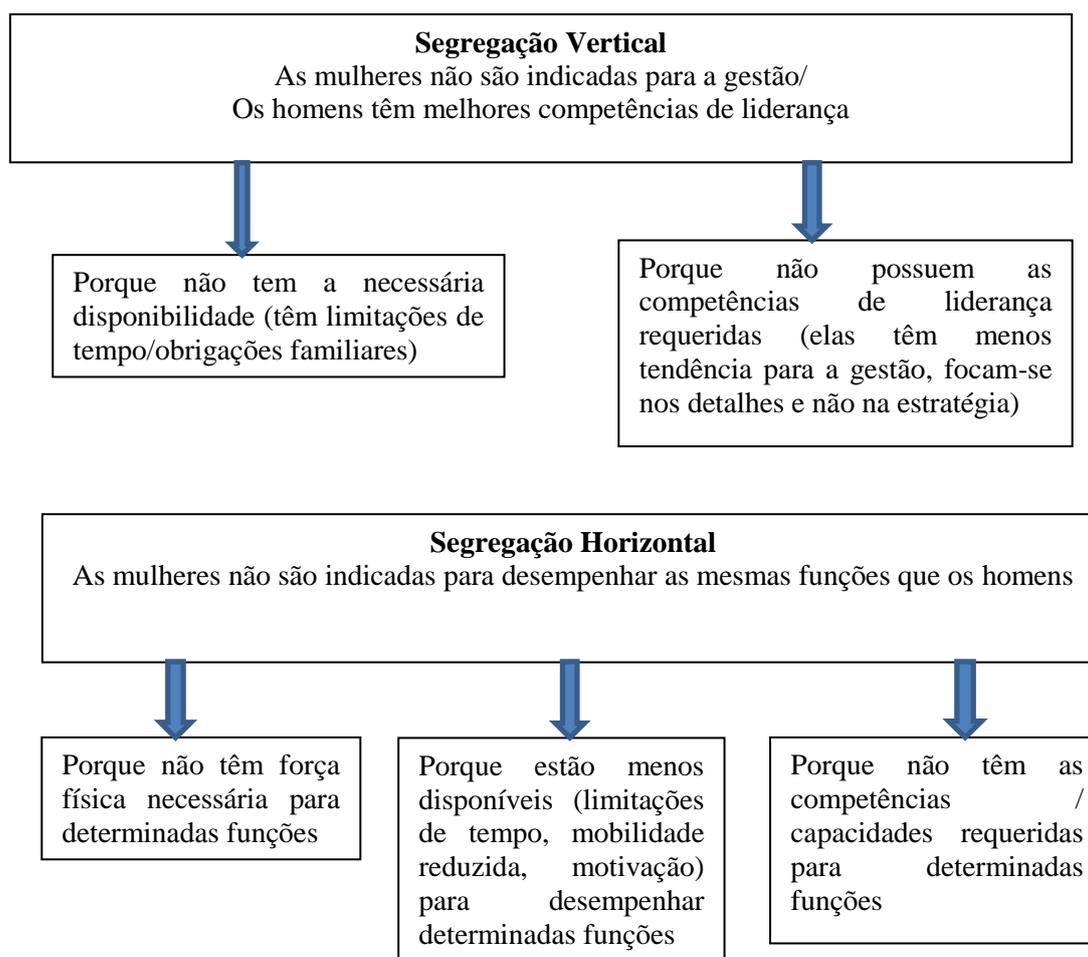
3.2.2. *Gênero e turismo*

São vários os fatores que mantêm a segregação por gênero no mercado de trabalho, dentre eles pode-se citar o estereótipo de gênero. Segundo Cook (2012) este termo descreve uma visão generalizada de atributos ou características possuídas pelas mulheres e pelos homens, ou papéis que são ou deveriam ser desempenhados por cada um respectivamente.

Neste ponto de vista, um estereótipo de gênero pressupõe que mulheres ou homens possuem certas características ou capacidades, se comportam de determinadas maneiras diferentes e/ou realizam papéis distintos predeterminados. O termo "estereótipos de gênero" descreve assim o processo de atribuir a um indivíduo (mulher ou homem) capacidades, características ou funções apenas em razão da adesão ao grupo social das mulheres ou dos homens, respectivamente. Estereótipos de gênero podem aparecer em diferentes contextos, por exemplo aproximando-se do caso de mulheres sendo percebidas como mais "aversão ao risco" do que os homens (Nelson, 2014).

Como em outros setores, admite-se que no turismo há uma significativa segregação horizontal e vertical, com relação a gênero no mercado de trabalho. Segundo CITE (2011) segregação horizontal do mercado de trabalho é a concentração de mulheres e/ou homens em diferentes tipos de atividade, ficando as mulheres restritas a um pequeno número de ocupações ou profissões. Segregação vertical do mercado de trabalho é a concentração de mulheres e/ou homens nos níveis mais baixos da hierarquia profissional. Estes dois tipos de segregação foram sintetizados, de acordo com a Figura 12, no trabalho realizado pelo Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (CIF-OIT) em parceria com a Associação Europeia de Câmaras de Comércio e Indústria (EUROCHAMBRES).

Pelas regras tradicionais e identidade de gênero, as mulheres são vistas como apropriadas para certas ocupações e elas mesmas se consideram apropriadas, além disso as mulheres são as principais responsáveis pela criação dos filhos, cuidado com os mais velhos ou idosos e trabalhos domésticos, sendo assim forçadas a realizar trabalhos casuais e com isso aceitar empregos temporários e/ou em *part-time* (SECTUR México, 2011).



Fonte: (CIT-OIT- EUROCHAMBRES, 2008)

FIGURA 12 - SÍNTESE SOBRE SEGREGAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL

De acordo com Purcell (2004), as mulheres possuem propensão a trabalhar em tempo parcial ou temporário, principalmente se tiverem filho pequeno. Além disso, observa-se disparidades salariais entre os gêneros masculino e feminino no mercado de trabalho. Mulheres recebem menores rendimentos que os homens mesmo possuindo o mesmo nível de qualificação e exercendo a mesma função.

No setor de turismo, horizontalmente, as mulheres e homens se colocam em ocupações diferentes, as mulheres são empregadas como camareiras, empregadas domésticas, limpezas, agentes de viagem, etc. Já os homens, ocupam as atividades de cantineiros, jardineiros, construção, motoristas, pilotos, etc. Verticalmente, prevalece a

“pirâmide de gênero”, os níveis e ocupações inferiores com poucas oportunidades de crescimento profissional estão dominados por mulheres e nas posições gerenciais chaves são dominadas por homens (SECTUR México, 2011).

Campos-Soria et al (2011) afirmam que ocupações dentro da área de limpeza, trabalhos administrativos com baixos níveis de responsabilidade, como secretária, telefonista ou atendente oficial e algumas relacionadas ao contato direto com os clientes, tais como o oficial de relações públicas, a equipe de entretenimento, gerente de entretenimento, agente de negócios e recepcionista, são dominados por mulheres. Homens predominam na área de manutenção, postos de trabalho com maior responsabilidade nas áreas de administração, cozinha.

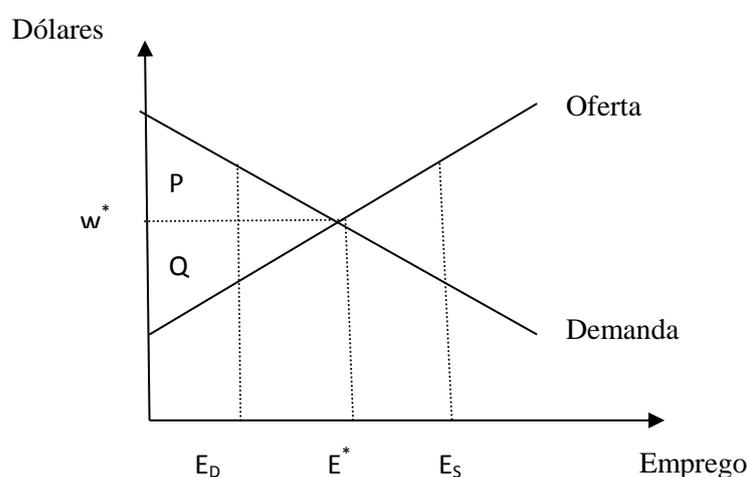
3.2.3. Teorias que explicam a desigualdade salarial no mercado de trabalho

Esta subseção teve por objetivo realizar uma discussão teórica sobre desigualdade salarial. Para tanto, inicialmente foi realizada uma discussão sobre a teoria neoclássica de determinação de salários. Principais pressupostos da teoria neoclássica são:

- Existência de uma hipotética concorrência perfeita.
- Mão-de-obra homogênea.
- Trabalhadores maximizam sua satisfação.
- Empresas maximizam seus lucros.
- Pleno emprego.
- Salário é a única variável relevante para a tomada de decisão.

De acordo com esta teoria, uma firma que opera em um mercado competitivo, assume o salário como dado e contrata trabalhadores até o ponto de maximização de lucro, ou seja, o ponto em que a produtividade marginal do trabalho iguala ao custo de trabalho (Fernandes, 2002).

Por considerar a mão-de-obra homogênea, o salário é determinado pela interação entre oferta e demanda de trabalho. Oferta de trabalho é o número de horas que os trabalhadores estão dispostos a trabalhar e procura por trabalho é o número de trabalhadores que as empresas desejam empregar.



Fonte: Borjas (2013 , pág. 145)

FIGURA 13 - EQUILÍBRIO EM UM MERCADO COMPETITIVO

De acordo com a Figura 13, o mercado de trabalho está em equilíbrio quando a oferta é igual a demanda, no ponto E^* e os trabalhadores estão empregados a um salário de w^* . Em equilíbrio, todos os indivíduos que estão à procura por trabalho no salário vai encontrar um trabalho, ou seja, não há desemprego em um mercado de trabalho competitivo. O triângulo P indica o excedente do produtor; o triângulo Q indica o superávit do trabalhador. Um mercado competitivo maximiza os ganhos do comércio, ou a soma $P + Q$ (Borjas, 2013).

No salário de mercado w^* , o número de pessoas que querem trabalhar é igual ao número de trabalhadores que as empresas querem contratar. As pessoas que não estão trabalhando não estão à procura de trabalho a este salário. É claro que muitas dessas pessoas iriam entrar no mercado de trabalho se o salário aumentasse (e muitos se retirariam se o salário caísse).

Uma economia moderna industrializada está continuamente sujeita a muitos choques ocasionando mudanças tanto na curva de oferta e como na curva de demanda. É pouco provável, portanto, que o mercado de trabalho chegue a um equilíbrio estável, com salários e emprego em uma constante nível durante um longo período de tempo. No entanto, o conceito de equilíbrio no mercado de trabalho continua útil porque ajuda a entender por que os salários e o emprego parecem subir ou descer em resposta a determinados eventos econômicos ou políticos. À medida que o mercado de trabalho reage a um determinado choque, salários e empregos tendem a se mover em direção a seu novo nível de equilíbrio (Borjas, 2013).

Segundo Fernandes (2002) neste modelo não há espaço para diferenciais de salários, para que se possa introduzi-los é necessário relaxar alguns de seus pressupostos. Um primeiro pressuposto a ser relaxado seria o que considera o salário a única variável importante para decidir a quantidade ótima de trabalho pois os trabalhadores podem estar interessados em outras condições de trabalho (teoria dos diferenciais compensatórios). Outro pressuposto a ser relaxado é o de trabalhadores serem homogêneos, um trabalhador pode adquirir habilidade que o torne mais valorizado no mercado (teoria do capital humano). Ao relaxar a hipótese de concorrência perfeita, admite-se que ocorra falhas de mercado (teoria da segmentação). Por fim, levar em consideração as características não produtivas dos trabalhadores

(sexo, cor, etnia, etc.), fazer hipóteses sobre as preferências individuais (teoria da discriminação). Além de considerar que os sindicatos e/ou a legislação possam introduzir rigidez, tornando-se o mercado imperfeito.

Em resumo, os diferenciais de salários entre indivíduos ocupados podem ser originários de quatro características presentes no mercado de trabalho:

1) diferenças nas dotações dos atributos produtivos dos trabalhadores, dentre os quais destacam-se a educação e a experiência;

b) discriminação no mercado de trabalho, quando trabalhadores igualmente produtivos são remunerados de maneira diferenciada, em decorrência de avaliações subjetivas quanto aos seus atributos não produtivos, tais como gênero e cor;

c) segmentação no mercado de trabalho para trabalhadores igualmente produtivos; e,

d) Salário eficiência, ou seja, diferenciais de salários compensatórios.

3.2.3.1. Teoria do Capital Humano

De acordo com Fernandes (2002), capital humano é o conjunto de habilidades e conhecimentos que o indivíduo possui, que o torna capaz de ofertar trabalho que lhe proporcione maior rendimento. A questão central da teoria do capital humano é que essas habilidades e conhecimentos podem ser adquiridos por meio de educação e treinamento. Esta teoria sugere que a escolaridade e a experiência são indicadores importantes de produtividade do trabalhador. Para Lillo-Bañuls & Casado-Díaz (2011), o termo capital humano designa conhecimentos, competências e habilidades úteis para a produção de bens, serviços e novos conhecimentos que são acumulados pelos indivíduos no processo de educação e formação bem como ao longo de sua experiência

de trabalho. Este termo inclui, além disso, habilidade inata e talento, fortemente influenciado pelo ambiente do indivíduo, especialmente da família.

Os principais representantes dessa teoria são: Mincer (1958, 1974), Schultz (1961) e Becker (1962).

Mincer (1958) analisou o capital humano numa perspectiva econométrica, buscando a correlação entre o investimento na formação do trabalhador e a distribuição de renda pessoal. As implicações para as diferenças individuais em investimento em capital humano é derivado de um modelo teórico em que o processo de investimento está sujeito à livre escolha. A escolha refere-se à formação diferente principalmente no período de tempo que requer. Uma vez que o tempo gasto na formação constitui um adiamento de ganhos para uma idade mais avançada, o pressuposto de escolha racional significa uma equalização presente de valores de rendimentos no momento da vida em que a escolha é feita. E com isso surgem diferenças entre as ocupações em função de diferenças no treinamento e que essas diferenças surgem quando o conceito de investimento em capital humano é estendido para incluir a experiência no emprego.

Diferenças entre o rendimento recebido pelos agentes econômicos são explicadas por diferentes níveis de investimento em capital humano, ou seja, aumento na instrução de um indivíduo. Os agentes gastam algum tempo na aquisição de conhecimentos com a expectativa de receber maiores rendimentos no futuro.

Schultz (1961) procurou analisar a contribuição da educação para o desenvolvimento econômico. Ele atribuiu um valor econômico à educação, ou seja, considera o gasto com educação como um investimento. Os investimentos em formação influenciam e diferenciam atributos pessoais. Com isso, a mão-de-obra apresentará qualificações distintas, tornando-se mais heterogênea. Os rendimentos serão diferentes

em função do grau de participação da mão-de-obra no processo produtivo, ou seja, quanto maior a qualificação maior o salário. Em resumo, quanto mais se investe na formação da mão-de-obra, maiores serão os ganhos salariais.

Em seu turno, Becker (1962) enfatiza que, toda atividade que implique em um custo presente, e que promova elevação da produtividade no futuro, pode ser considerada capital humano. Desta forma, o capital humano pode ser analisado, dentro da estrutura de investimento podendo ser geral ou específico. Ele é considerado geral quando o próprio trabalhador financia o seu treinamento, o qual poderá ser utilizado em vários empregos alternativos. É específico quando o treinamento é utilizado apenas para uma determinada empresa, e esta financia o investimento.

Mincer (1974) objetivou estimar e derivar a relação entre investimentos acumulados em capital humano dos trabalhadores e seus ganhos. As principais questões levantadas foram: 1) Como a maior parte da desigualdade existente na distribuição dos rendimentos do trabalho pode ser atribuída a diferenças individuais em investimentos em capital humano? 2) Podem os padrões estáveis da estrutura de ganhos serem entendidos em termos do comportamento do investimento em capital humano? Para tanto, formalizou um modelo para a determinação salarial onde o rendimento do trabalhador é dependente do seu nível de educação e de sua experiência no mercado de trabalho. Basicamente apresenta o modelo de capital humano de investimento em educação e em treinamento, que ficou conhecido como “função salário do capital humano” (Equação 1):

A equação padrão de regressão salarial de Mincer é:

$$\log W_t = w_t = \beta_0 + \beta_1 \text{escolaridade} + \beta_2 \text{exp}_t + \beta_3 \text{exp}_t^2 + \varepsilon_t \quad (1)$$

Onde:

w_t = Rendimento no mercado de trabalho

escolaridade = nível de escolaridade

exp = experiência acumulada no mercado de trabalho

exp^2 = experiência ao quadrado

β_0 = é a soma do valor de capital humano e o nível de habilidade

β_1 , β_2 e β_3 = são os parâmetros que representam a tecnologia pela qual a escolaridade e experiência no mercado de trabalho se transformam em habilidades.

Essa equação permite de forma simplificada ter uma idéia dos impactos que a educação e a experiência têm sobre os salários dos indivíduos. Esse impacto é mensurado na forma dos anos adicionais de escolaridade e experiência expressos nos coeficientes $\beta_1 > 0$ e $\beta_2 > 0$. A variável experiência ao quadrado indica os aumentos nos salários ocasionados pelo acúmulo de experiência e na literatura se verifica que estão sujeitos a retornos decrescentes. Por isso, o coeficiente tende a apresentar um sinal negativo, isto é, $\beta_3 < 0$.

De acordo com Neri (2015), uma das grandes virtudes desta equação é incorporar dois conceitos econômicos distintos em uma única equação: conceito de preço, ou seja, quanto o mercado de trabalho está disposto a pagar por atributos produtivos como educação e experiência e a taxa de retorno da educação, para determinar a quantidade ótima de investimento em capital humano.

De acordo com Silva & Vilela (2014), os estudos de Mincer podem ser divididos em dois momentos: primeiro, no qual identifica o efeito da experiência no mercado de trabalho e do treinamento no trabalho, na determinação e na distribuição dos ganhos; e o segundo, quando ele verifica e enfatiza a distinção entre idade e experiência no trabalho,

e a forma côncava do perfil idade-experiência sobre ganhos salariais futuros. O autor identifica que a variação dos ganhos e dos rendimentos por idade dentro de grupos populacionais classificados por nível educacional e posição ocupacional indica claramente que os ganhos não são apenas maiores, mas também aumentam mais rapidamente com a idade e nos grupos mais altamente treinados.

3.2.3.2. Teoria da discriminação

No âmbito do mercado de trabalho, a discriminação pode ser classificada de diferentes maneiras: salarial, de emprego, de trabalho ou ocupacional e nas oportunidades de obter capital humano (Loureiro, 2003).

A discriminação salarial implica que trabalhadores discriminados recebam salários menores do que os não discriminados, realizando o mesmo trabalho e tendo o mesmo nível de qualificação e treinamento. Na discriminação ocupacional, os indivíduos são arbitrariamente proibidos de assumir ocupações mesmo que sejam tão capazes quanto os outros de executar tais tarefas, dados o seu capital humano e treinamento, por exemplo. A discriminação de emprego ocorre quando os indivíduos discriminados ficam predominantemente em desvantagem no que diz respeito à baixa oferta de empregos, sendo, portanto, os mais atingidos pelo desemprego. E na discriminação decorrente das oportunidades, tem-se que os trabalhadores discriminados têm oportunidades desiguais para obter e aumentar o seu capital humano e sua produtividade, tal como na obtenção de treinamento ou ainda de serem preteridos na ascensão dentro das firmas e organizações.

Becker (1957) dá início ao estudo da discriminação e afirma que as diferenças salariais podem ser resultados de discriminação que ocorre quando há tratamento

desigual para insumos de produção iguais, como raça, gêneros e regiões. Sua teoria baseia-se na noção de preconceito dentro de uma estrutura neoclássica determinada pelas preferências em discriminar, que podem ser de três tipos: discriminação do empregador; discriminação do empregado; e, discriminação do consumidor.

- Discriminação pelo empregador

Surge quando o empregador vê sua utilidade reduzida quando contrata um trabalhador de um grupo marginalizado (por exemplo, mulheres). Para ele, o custo de contratação desse trabalhador é superior ao salário a pagar, ou seja, ajusta-se o salário pela perda de utilidade.

- Discriminação pelo empregado

Ocorre quando trabalhadores majoritários vêem sua utilidade reduzida por trabalharem com indivíduos de outro grupo e acreditam que devido à essa perda de utilidade deveriam receber um prêmio salarial.

- Discriminação pelo consumidor

Ocorre quando consumidores discriminadores preferem ser atendidos por determinados tipos de trabalhadores em detrimento de outros, provocando reduções salariais dos trabalhadores discriminados.

Para Loureiro (2003), o modelo de Becker assume que os indivíduos têm comportamento racional e maximizam as suas utilidades com base em suas preferências (cada agente tem preferências diferentes e age conforme essas preferências). Os indivíduos racionais geram preferências por discriminação. Os indivíduos são igualmente produtivos e forças competitivas tendem a eliminar diferenciais de salários oriundos da ação do empregador em discriminar trabalhadores igualmente produtivos.

Além disso, qualquer indivíduo pode negociar produtos ou serviços com base no sexo, raça, religião e etnia.

De acordo com Araújo & Ribeiro (2002, p. 197) a discriminação pode ser caracterizada tanto sob o ponto de vista social quanto econômico:

Sob o ponto de vista econômico, a discriminação se processa quando não há uma avaliação correta dos diferentes custos e benefícios produtivos de cada pessoa, mas a partir de diferentes percepções que se tem dos indivíduos envolvidos. Os prejulgamentos induzem ações discriminatórias contra pessoas que se distinguem por características visíveis (gênero e raça, por exemplo, mas também “apresentação física”), antes mesmo que elas possam demonstrar suas reais capacidades produtivas. Assim, muitas vezes as mulheres detêm uma formação, uma experiência e uma produtividade superiores às dos homens, mas nem por isso recebem os mesmos rendimentos, caracterizando portanto situações de discriminação social.

A teoria estatística da discriminação é amplamente aceita na explicação da persistência de discriminação, que surge a partir do problema de informação imperfeita. Os principais autores dessa teoria são: Phelps (1972) e Arrow (1973).

Phelps (1972) considera que há escassez de informações sobre a existência e características dos trabalhadores e empregos e que o empregador que procura maximizar o lucro esperado discriminará contra os negros ou mulheres, no caso dele acreditar que estes sejam menos qualificados, hábeis e produtivos do que os brancos e homens, respectivamente, e se o custo de obtenção de informações sobre os candidatos individuais for excessivo. O modelo mostra que o empregador é capaz de medir a performance do candidato ao emprego através de um teste de score y_i (Equação 2):

$$y_i = q_i + \mu_i \quad (2)$$

Onde:

q_i = índice de produtividade esperada do candidato ao emprego baseada em características observáveis

μ_i = termo aleatório normalmente distribuído.

Como o empregador não tem outras informações sobre cada candidato, apenas o conhecimento de cor e gênero, pode usar q_i como indicador de sua produtividade e utilizar essas características em suas decisões de contratação, ou seja, os candidatos são julgados com base em características médias do grupo a que pertencem. Acreditando que mulheres e negros possuem produtividade média menor do que os homens e brancos, os empregadores pagam menores salários às mulheres e negros.

Para Arrow (1973), a noção de discriminação envolve o conceito adicional de características pessoais dos trabalhadores que não estão relacionados à produtividade também são valorizados no mercado. Características como raça, etnia, gênero. O modelo assume que há dois grupos de trabalhadores, denotados por B e W, que são substitutos perfeitos na produção. A discriminação ocorre quando o empregador avalia negativamente B ou positivamente W, ou ambos, uma valorização para o qual ele está disposto a pagar e tem a oportunidade de pagar.

O modelo de Phelps (1972) foi estendido por Aigner & Cain (1977), no qual é considerada discriminação de grupo e não entre trabalhadores, ou seja, os empregadores tomam a decisão com base em informações relacionadas ao membro do grupo com um sinal de produtividade esperada de todo possível trabalhador contratado com aquela dotação de grupo.

O modelo de Spence (1973), conhecido como teoria da sinalização da discriminação, supõe informações imperfeitas em mercados competitivos. Na maioria

dos mercados de trabalho, o empregador não tem certeza da capacidade produtiva de um indivíduo no momento em que ele contrata, nem esta informação fica à disposição do empregador imediatamente após a contratação. O trabalhador pode levar algum tempo para ter aprendido ou aprender e, frequentemente, é necessária formação específica. Pode haver um período de contrato dentro do qual não é permitido recontração, sob a perspectiva de que é preciso tempo para conhecer as capacidades produtivas de um indivíduo significando que contratação é uma decisão de investimento. O fato é que estas capacidades não são conhecidas antecipadamente, e portanto o empregador toma a decisão sob incerteza, partindo do pressuposto de que sabe que a produtividade dos trabalhadores difere dentro de um determinado grupo.

Com base na experiência de mercado, é possível ao empregador assegurar-se da capacidade produtiva do contratado, das diversas combinações de sinais e índices. Sinais são características mutáveis do candidato, que podem ser alteradas, como educação e experiência. Índices são as características imutáveis, que não podem ser alteradas, como sexo e raça. Se os sinais sobre os indivíduos não informarem perfeitamente a produtividade, informações sobre os índices podem permitir ao empregador remunerar diferentemente trabalhadores com produtividades semelhantes. Portanto, sinais e índices devem ser considerados como parâmetros na mudança de distribuições de probabilidades condicionais que definem as crenças de um empregador.

De acordo com Cain (1986) a discriminação no mercado de trabalho é motivada por dois problemas fundamentais associados à renda e diferenças salariais entre grupos classificados por sexo, raça, etnia e outras características. O primeiro é a desigualdade de diferenças duradouras no bem-estar econômico entre os grupos; em particular, diferenças na família ou renda familiar. O segundo é a desigualdade de longa duração

das diferenças nas taxas salariais médias entre os grupos de trabalhadores classificados por características demográficas, quando se pode presumir que os grupos são igualmente produtivos ou têm a mesma capacidade produtiva. O segundo problema também levanta a questão de saber se um mercado de trabalho que paga salários desiguais aos trabalhadores igualmente produtivos é ineficiente.

3.2.3.3. Teoria da segmentação do mercado de trabalho

De acordo com Fernandes (2002) segmentação de mercado, pode ser entendida como a existência de mercados de trabalho separados ou distintos, segundo áreas geográficas, qualificação dos trabalhadores, ramos industriais, setores de atividades, etc.

Os defensores da idéia de mercado de trabalho dual tendem a dicotomizar o mercado de trabalho em um "primário" e um setor "secundário". Empregos "secundários" são caracterizados por baixa produtividade, pouca mecanização, baixos salários, a produção de bens de baixo valor agregado, poucas demissões, alta rotatividade de mão-de-obra e uma série de características sociológicas que acompanha (Weitzman, 1989). Já os empregos "primários" são caracterizados por alta produtividade, altos salários e baixa rotatividade de mão-de-obra. De acordo com Lima (1980), no segmento secundário, onde as principais características são a instabilidade de seus empregos e sua sazonalidade, o número total de horas (semanas) trabalhadas é, provavelmente, o principal responsável pelos diferenciais de salários.

Doeringer & Piore (1971) introduziram o conceito de MIT, que segundo Moraes (2005) corresponde ao segmento primário. Para esses autores, o principal determinante da segmentação é o ajuste alocativo, ou seja, a alocação de mão-de-obra é uma das principais funções do mercado.

Na teoria econômica tradicional, o volume de negócios não tem custos. Trabalho é tratado como um fator variável de produção, e os empregadores são assumidos para contratar sua força de trabalho por hora ou por dia a uma taxa horária ou diária. Volume de negócios começa a ter um custo apenas quando o trabalho torna-se um fator quase-fixo de produção. Trabalho, então, assume algumas das propriedades tradicionalmente atribuídas ao capital e a gestão incorre em custos, no caso de um trabalhador deixar e ser substituído independentemente do tempo trabalhado (Doeringer & Piore, 1971).

Há custos associados ao recrutamento, seleção e formação de novos empregados. Custo de recrutamento é o custo de atrair novos candidatos ao emprego; Custo de seleção é o custo de avaliar as qualificações e atributos dos candidatos; e Custo de formação é o custo de elevar o nível de um novo trabalhador contratado ou promovido para obter o mesmo desempenho de seu antecessor. As empresas oferecem empregos que exigem diferentes níveis de habilidades e que quanto maior é o nível de habilidade exigido maiores serão os custos supracitados.

Outros efeitos de volume de negócios resultam quando, como é comum para os trabalhadores qualificados, a quantidade de segurança e avanço que o mercado oferece é feita em função do tempo de serviço. O empregador pode, então, atribuir segurança nesses postos de trabalho aos seus trabalhadores mais experientes para a qual o custo da rotatividade é maior (Doeringer & Piore, 1971).

A principal razão para o empregador encontrar esses custos é a especificidade de habilidade. Quando a especificidade de habilidade aumenta, torna-se menos provável que os trabalhadores que possuam as competências necessárias estejam disponíveis para o mercado secundário. Conseqüentemente, para qualquer nível de especificidade de

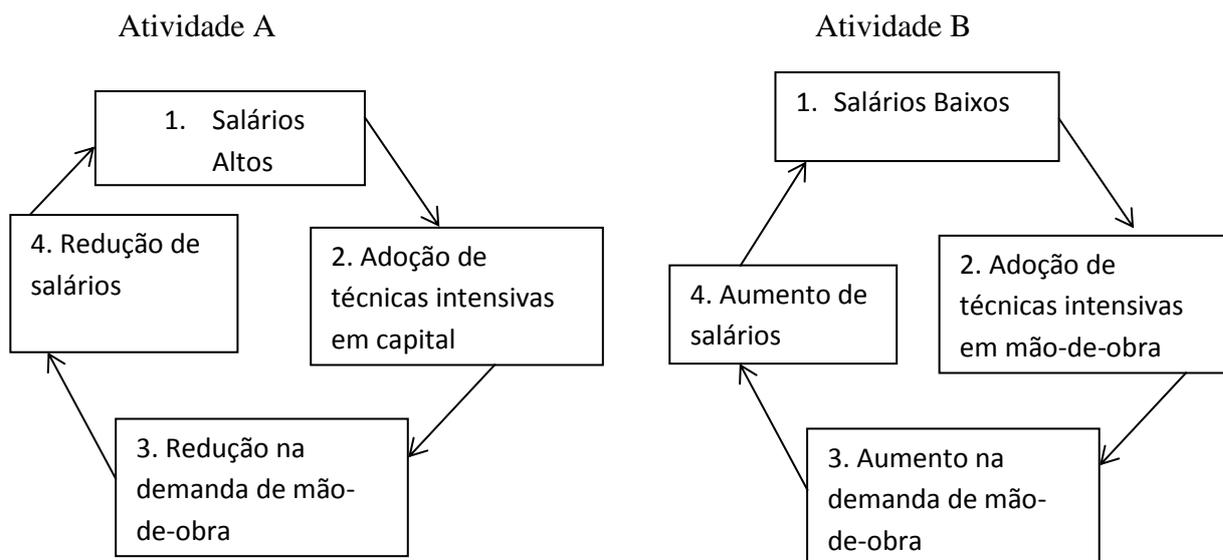
habilidade, resulta em um aumento no nível absoluto de formação e nos custos de substituição suportados pelo empregador.

Na teoria econômica convencional, a determinação dos salários e localização laboral ocorrem simultaneamente, como parte do funcionamento do mercado de trabalho competitivo. No mercado de trabalho interno as atividades também devem ser relacionadas, embora as regras e costumes administrativos, bem como as forças econômicas, devam presumivelmente governar este relacionamento. Por exemplo, as taxas salariais devem, pelo menos em princípio, influenciar o movimento do trabalho entre as portas de entrada em diferentes empresas, mesmo quando a maioria dos trabalhos são removidos da concorrência externa através de acordos de promoção interna.

O âmbito geográfico destes mercados são determinados por: relação entre a demanda e a oferta pela ocupação e sua distribuição ao longo do ano de trabalho em uma área geográfica; a mobilidade potencial da força de trabalho interno; e a área geográfica do mercado do produto no qual os empregadores participam da competição do mercado de trabalho interno. Estratégias de negociação e poder de negociação também podem ser importante na determinação da área geográfica a ser servido. Neste caso, o mercado também é influenciado pelo potencial de economias administrativas, pelas negociações trabalhistas, acordos econômicos, planos de pensão, bem como a utilização eficiente dos agentes de negócios levando a custos fixos administrativos. Estes custos incentivam os mercados de trabalho internos que são suficientemente grandes para obter economias de escala (Doeringer & Piore, 1971).

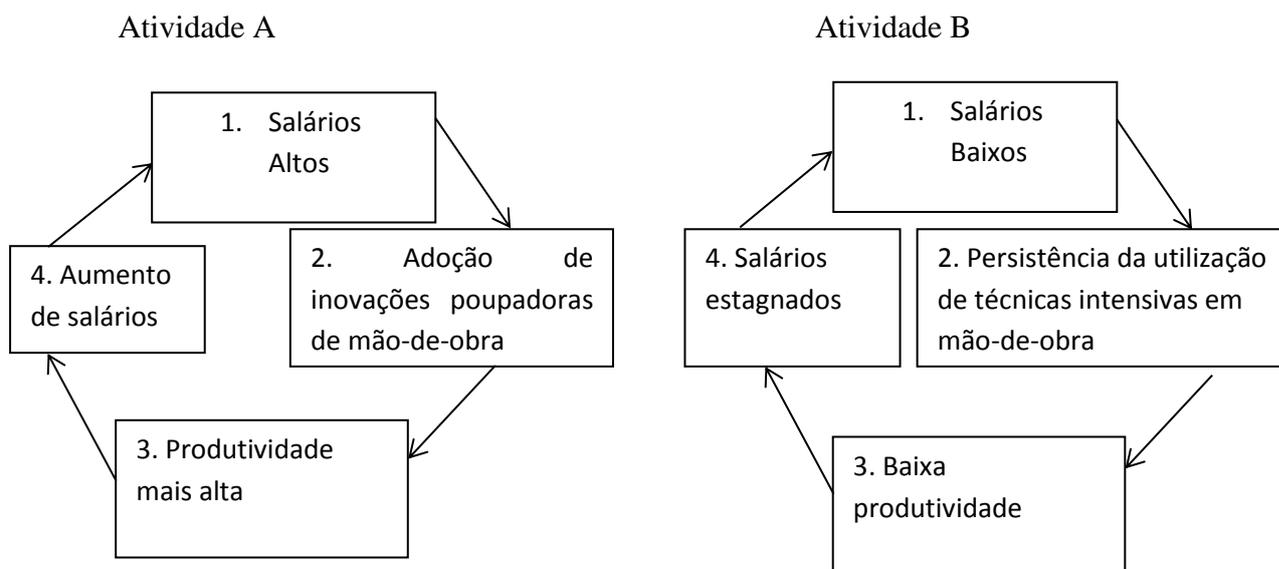
Vietorisz & Harrison (1973) apresentam outra justificativa para a segmentação do mercado de trabalho, ou seja, a segmentação ocorre devido à concentração

capitalista. Negam a hipótese neoclássica de *feedback* negativo, isto é, desenvolvimento convergente do ciclo técnico de produção, que equaliza os salários entre atividades. Admitem, por outro lado, que o mercado de trabalho é dominado por mecanismos de *feedback* positivo, ou seja, desenvolvimento divergente do ciclo técnico de produção, que implica segmentação e divergências salariais entre as atividades.



Fonte: Vietorisz & Harrison (1973, p. 368)

FIGURA 14 - CICLO TÉCNICO DE PRODUÇÃO (*FEEDBACK* NEGATIVO)



Fonte: Vietorisz & Harrison (1973, p. 368)

FIGURA 15 - CICLO TÉCNICO DE PRODUÇÃO (*FEEDBACK* POSITIVO)

O *feedback* positivo surge quando o efeito induzido após a conclusão do ciclo tem o mesmo sinal que o efeito original e, portanto, reforça.

No mercado primário, os altos salários induzem à adoção e inovação de técnicas intensivas de capital mas, ao invés de reduzir os salários via redução da demanda de trabalho (modelo neoclássico), os investimentos em capital humano acompanham os investimentos em capital físico. Estas reações acarretam em aumentos na produtividade, devido ao acoplamento entre o capital moderno adotado pela empresa e a qualificação da mão-de-obra e, conseqüentemente, aumentos de salários. No mercado secundário, em contrapartida, a persistência na utilização de técnicas intensivas de mão-de-obra e a não existência de investimentos em capital humano mantêm a produtividade e os salários estagnados (Como pode ser visto na Figura 15).

Para Reich et al (1973) segmentação do mercado de trabalho é o processo histórico pelo qual forças político-econômicas encorajam a divisão do mercado de trabalho em submercados separados, ou segmentos, distingue-se por diferentes características do mercado de trabalho e regras comportamentais. Mercados de trabalho segmentados são, portanto, o resultado de um processo de segmentação. Segmentos podem cortar horizontalmente através da hierarquia do trabalho, bem como verticalmente.

3.2.3.4. Teoria dos diferenciais compensatórios

A idéia básica da teoria dos salários compensatórios é que as características dos empregos tem influência sobre a determinação dos salários e empregos num determinado mercado de trabalho, ou seja, é importante pensar em emprego não

somente em termos de salários e sim em termos de todo um pacote que inclui tanto salários como as condições de trabalho. A introdução das compensações salariais implica que os trabalhadores diferem em suas preferências por empregos específicos e as firmas diferem nas condições de trabalho que elas oferecem.

De acordo com o modelo de Rosen (1983) os empregos diferem em apenas uma característica, a probabilidade do trabalhador sofrer um acidente enquanto estiver empregado. A utilidade do trabalhador é função tanto do salário como da probabilidade de que ele irá ser ferido enquanto estiver no trabalho. As curvas de indiferença risco-salário se inclinam para cima pois o risco de acidentes constitui-se numa característica do emprego que é considerada ruim para o trabalhador. O emprego arriscado tem um salário superior ao emprego seguro, pois como todos os trabalhadores são avessos ao risco, os empregadores devem pagar uma compensação salarial diferenciada a fim de atrair trabalhadores.

3.2.4. Modelos empíricos

Os trabalhos de Oaxaca (1973) e Blinder (1973) foram pioneiros na análise da decomposição salarial, introduziram uma nova metodologia, verificando o quanto do diferencial salarial médio entre homens/mulheres e negros/ brancos (respectivamente) era devido a diferenciais nas características médias de capital humano (que refletem a produtividade) e o quanto era atribuído à discriminação. Blinder (1973) vai além propondo uma divisão do segundo termo da equação 20. Como ambos utilizaram o mesmo modelo, esta metodologia ficou conhecida como **Decomposição Oaxaca-Blinder**.

- Modelo de Oaxaca (1973)

Oaxaca procurou identificar e comparar as diferenciações salariais existentes entre os sexos, uma forma de identificar a discriminação no mercado de trabalho. A discriminação contra as mulheres existe sempre que o salário relativo dos homens superar o salário relativo que teria prevalecido se homens e mulheres recebessem de acordo com os mesmos critérios.

Para formalizar essa noção, propôs o conceito de coeficiente de discriminação (D) como medida de discriminação (Equação 3):

$$D = \frac{(W_m/W_f) - (W_m/W_f)^\circ}{(W_m/W_f)^\circ} \quad (3)$$

Onde:

(W_m/W_f) = proporção do salário masculino-feminino observado

$(W_m/W_f)^\circ$ = proporção do salário masculino-feminino na ausência de discriminação.

Uma expressão equivalente em logaritmos naturais é:

$$\ln(D + 1) = \ln(W_m/W_f) - \ln(W_m/W_f)^\circ \quad (4)$$

Assumindo que os empregadores em um mercado de trabalho não discriminado aderem ao princípio da minimização de custos, tem-se:

$$\left(\frac{W_m}{W_f}\right)^0 = \frac{MP_m}{MP_f} \quad (5)$$

Onde:

MP_m e MP_f = produtividade marginal de homens e mulheres, respectivamente.

Para decompor os diferenciais de salários entre homens e mulheres, primeiramente, estimou uma equação de rendimento separadamente para cada grupo raça-gênero na forma funcional semi-log.

$$\ln(W_i) = Z'_i\beta + \mu_i, \quad i = 1, \dots, n \quad (6)$$

Onde:

W_i = Taxa de salário por hora do trabalhador i

Z'_i = Vetor de características individuais

β = Vetor de coeficientes

μ_i = Erro aleatório

O diferencial de salários pode ser decomposto em efeito de discriminação e efeito das diferenças nas características individuais.

Tem-se:

$$G = \frac{\bar{W}_m - \bar{W}_f}{\bar{W}_f} \quad (7)$$

Então,

$$\ln(G) = \ln(\bar{W}_m) - \ln \bar{W}_f \quad (8)$$

Onde \bar{W}_m e \bar{W}_f são os salários por hora médio de homens e mulheres, respectivamente. A partir das propriedades da estimativa dos mínimos quadrados ordinários, tem-se:

$$\ln(\bar{W}_m) = Z'_m \hat{\beta}_m \quad (9)$$

$$\ln(\bar{W}_f) = Z'_f \hat{\beta}_f \quad (10)$$

Onde:

\bar{Z}'_m e \bar{Z}'_f = Vetores dos valores médios dos regressores para homens e mulheres, respectivamente.

$\hat{\beta}_m$ e $\hat{\beta}_f$ = Vetores correspondentes dos coeficientes estimados.

Substituindo (9) e (10) em (8), obtem-se:

$$\ln(G + 1) = Z'_m \hat{\beta}_m - Z'_f \hat{\beta}_f \quad (11)$$

Se,

$$\Delta Z' = Z'_m - Z'_f \quad (12)$$

$$\Delta \hat{\beta} = \hat{\beta}_f - \hat{\beta}_m \quad (13)$$

E substituindo $\hat{\beta}_m = \hat{\beta}_f - \Delta \hat{\beta}$ em (11), o diferencial de salários entre homens e mulheres pode ser escrito como:

$$\ln(G + 1) = \Delta Z' \hat{\beta}_f - Z'_m \Delta \hat{\beta} \quad (14)$$

Com base na equação (6) e supondo que a estrutura salarial atual se aplica a ambos os sexos, masculino e feminino, em um mercado de trabalho não discriminado, pode ser mostrado que:

$$\ln\left(\frac{\widehat{W}_m}{W_f}\right)^0 = \Delta Z' \hat{\beta}_f \quad (15)$$

$$\ln(\widehat{D + 1}) = - Z'_m \Delta \hat{\beta} \quad (16)$$

Portanto, as expressões (15) e (16) representam a decomposição do diferencial de salários em estimativa dos efeitos das diferenças nas características individuais e estimativa dos efeitos de discriminação, respectivamente.

- Modelo de Blinder (1973)

Segundo Blinder, a maneira mais comum para se estudar a dispersão de salários ou renda individuais é estimando-se uma regressão como a apresentada a seguir:

$$Y_i = \beta_0 + \sum_{i=1}^n \beta_1 X_{it} + \mu_i \quad (17)$$

Onde:

Y_i = nível ou logaritmo natural dos salários, renda, ou taxa de salário, e

X_{1i}, \dots, X_{ni} = n características utilizadas para explicar Y.

Caso o objetivo seja comparar dois grupos (brancos e negros, homens e mulheres), é necessário estimar uma equação como a (17) para cada um dos grupos:

$$Y_i^H = \beta_0^H + \sum_{i=1}^n \beta_i^H X_{it}^H + \mu_i^H \quad (18)$$

$$Y_i^L = \beta_0^L + \sum_{i=1}^n \beta_i^L X_{it}^L + \mu_i^L \quad (19)$$

Onde: H indica o grupo com maiores salários (homens e brancos), e o L indica o grupo com menores salários (mulheres e negros).

Dadas as equações (18) e (19), a parte do diferencial que é explicada pela regressão é dada por $\sum_i \beta_i^H X_i^H - \sum_i \beta_i^L X_i^L$, e o montante que é capturado pelos coeficientes de deslocamento é dado por $\beta_0^H - \beta_0^L$ (a porção do diferencial que não é explicada pela regressão). A parte explicada do diferencial vem de ambas as diferenças nos coeficientes β_i^H e β_i^L e das diferenças nas características médias, \bar{X}^H e \bar{X}^L . Em particular:

$$\sum_i \beta_i^H \bar{X}_i^H - \sum_i \beta_i^L \bar{X}_i^L = \sum_i \beta_i^H (\bar{X}_i^H - \bar{X}_i^L) + \sum_i \bar{X}_i^L (\beta_i^H - \beta_i^L) \quad (20)$$

A primeira parte da equação corresponde à diferença no rendimento em virtude da diferença de atributos produtivos, como escolaridade e experiência. A segunda parte, é o termo que corresponde à diferença de rendimento em razão da discriminação salarial.

- Modelo de Heckman (1979)

A partir do trabalho de Heckman, vários estudos passaram a considerar o viés de seletividade, proveniente de barreiras à participação no mercado de trabalho. Heckman discutiu o viés que resulta da utilização de amostras não selecionados aleatoriamente

para estimar equações com um viés de especificação comum que surge por causa de um problema de dados em falta ou com erro de especificação em econometria, para tanto, desenvolveu um estimador em dois estágios, também chamado de Tobit II.

O procedimento de Heckman consiste em estimar duas equações: uma equação de participação por meio do modelo Probit, para observar a probabilidade de uma pessoa participar do mercado de trabalho, seja esta pessoa ocupada, desempregada ou inativa, a outra, com o uso dos estimadores encontrados, calcula-se lambda (λ), denominado de razão inversa de Mills, que é incorporada à equação de rendimento para corrigir o viés de seleção.

A equação de participação ou de decisão entre estar, ou não, no mercado de trabalho é dada por:

$$L_i^* = \gamma'Z_i + \mu_i \quad (21)$$

Onde:

L_i^* = variável latente que indica a participação no mercado de trabalho

Z_i = vetor do conjunto de variáveis que explicam a participação no mercado de trabalho

μ_i = termo aleatório

Embora L_i^* seja latente, a variável L pode ser observada, em que:

$$L_1 = 1 \text{ se } L_i^* > 0$$

$$L_2 = 0 \text{ se } L_i^* \leq 0$$

A equação 21 obtida pelo método Probit, estima-se a probabilidade de o indivíduo estar ocupado (L) em função de um conjunto de variáveis (Z). De acordo com

Greene (2000), assume-se que a variável latente possui distribuição normal padronizada, assim é possível que a probabilidade do indivíduo estar ocupado esteja sempre situado entre 0 e 1. O efeito marginal sobre a probabilidade de participar no mercado de trabalho remunerado é dado por:

$$\frac{\partial Prob(L_i = 1)}{\partial Z_i} = \Phi(Z_i \gamma_i) \gamma_i \quad (22)$$

Onde:

Φ = função densidade de probabilidade da normal padrão

Considerando que $\ln w_i$ representa o logaritmo natural do rendimento salário do trabalhador, tem-se:

$$\ln w_i = X_i \beta + \mu_i \quad (23)$$

Em que X é o vetor de variáveis que determinam o rendimento.

Partindo do pressuposto de que μ_i e ε_i apresentam distribuição normal, com médias zero e desvios padrões σ_μ e σ_ε , com correlação igual a ρ , L_i e Z_i forem observadas para uma amostra aleatória e $\ln w_i$ for observado apenas quando $L_i = 1$, então:

$$\begin{aligned} E(w_i \setminus L_i = 1) &= E(w_i \setminus L_i = 0) = (w_i \setminus u_i > -\gamma'Z_i) \\ &= X_i\beta + E(\varepsilon_i \setminus u_i > -\gamma'Z_i) \\ &= X_i\beta + \rho\sigma_\varepsilon\lambda_i(\alpha_\mu) \end{aligned} \quad (24)$$

Sendo:

$$\lambda_i(\alpha_\mu) = \frac{\phi(\alpha_\mu)}{1 - \Phi(\alpha_\mu)} = \frac{\phi(-\alpha_\mu)}{\Phi(-\alpha_\mu)} = \frac{\phi(\gamma'Z_i/\sigma_\mu)}{\Phi(\gamma'Z_i/\sigma_\mu)} \quad (25)$$

Em que:

$\lambda_i(\alpha_\mu)$ = Razão de Mills invertida

ϕ = função densidade de probabilidade da normal padrão

Φ = função de distribuição acumulada da normal padrão

A razão inversa de Mills representa uma variável explicativa na equação de salários e tem a finalidade de eliminar o viés de seletividade amostral, no qual a sua omissão produziria um estimador inconsistente de θ devido à correlação entre X_i e $\lambda_i(\alpha_\mu)$, ou seja, a sua inclusão elimina parte do erro correlacionada com as variáveis explicativas evitando a inconsistência. Seu sinal indica o efeito dos fatores não mensurados nas equações de participação e de salários.

- Modelo de Jann (2008)

Jann aperfeiçoou a decomposição de Oaxaca-Blinder, acrescentando um vetor de coeficientes não discriminatórios que deveria ser usado para determinar a contribuição de diferenças nos preditores e o diferencial de salários passa a ser dividido em três componentes: explicado ou efeito característica, não-explicado ou efeito preço, e termo de interação. Afirma que esta técnica pode ser utilizada para estudar diferenças entre os

grupos. Também introduziu um novo comando de implementação da técnica em Stata chamada Oaxaca.

Dado dois grupos A e B, uma variável de resultado Y, e um conjunto de características. Por exemplo, pense em homens e mulheres, (log) salários como variável dependente, e indicadores de capital humano, tais como educação e experiência de trabalho como características.

$$R = E(Y_A) - E(Y_B) \quad (26)$$

Onde $E(Y)$ denota o valor esperado de Y, representados pelos diferentes grupos.

Baseado no modelo linear, tem-se:

$$Y_l = X_l' \beta_l + \varepsilon_l, \quad E(\varepsilon_l) = 0, \quad l = \{A, B\} \quad (27)$$

Onde:

X = Vetor que contém as características e a constante

β = Vetor dos coeficientes e do intercepto

ε = Erro

A diferença média de Y pode ser expressa por:

$$R = E(Y_A) - E(Y_B) = E(X_A)' \beta_A - E(X_B)' \beta_B \quad (28)$$

Sendo,

$$E(Y_l) = E(X_l'\beta_l + \varepsilon_l) = E(X_l'\beta_l) + E(\varepsilon_l) = E(X_l)'\beta_l \quad (29)$$

Por suposição, $E(\beta_l) = \beta_l$ e $E(\varepsilon_l) = 0$.

Para identificar a contribuição da diferença das médias dos regressores (que indicam as características produtivas dos agentes e demais aspectos ligados à sua ocupação no mercado) e da diferença dos coeficientes β_1 (que são os retornos em termos de rendimentos de tais atributos) para R. Tem-se:

$$R = [E(X_A) - E(X_B)]'\beta_B + E(X_B)'(\beta_A - \beta_B) \\ + [E(X_A) - E(X_B)]'(\beta_A - \beta_B) \quad (30)$$

Esta equação é denominada por Jann (2008) de “three-fold” decomposição, ou seja, como se referiu, o diferencial é dividido em três componentes: explicado ou efeito característica, não-explicado ou efeito preço, e termo de interação.

$[E(X_A) - E(X_B)]'\beta_B$ representa o componente explicado ou efeito característica, indicando os diferenciais de rendimentos devido à diferenciação das médias dos atributos produtivos e pessoais dos trabalhadores e dos demais aspectos relacionados à inserção no mercado de trabalho de cada setor.

$E(X_B)'(\beta_A - \beta_B)$ representa o termo não explicado ou efeito preço, que representa uma medida de diferenciação entre os setores, independentemente das respectivas médias das características do trabalho e dos atributos pessoais do trabalhadores (produtivos e não produtivos).

$[E(X_A) - E(X_B)]'(\beta_A - \beta_B)$ mede a interação entre as diferenças nas médias das características de trabalho e dos atributos pessoais e as diferenças nos coeficientes entre os dois setores.

- Método da Máxima Pseudo-Verossimilhança (MPV)

Este método é utilizado para ajustar modelos paramétricos quando se considera o plano amostral (estratificação, conglomeração, etc.) e os pesos no processo de inferência com dados de amostras complexas (Cirino & Lima, 2012). A utilização deste método originou-se a partir do trabalho de Binder (1983) e foi consolidada por Skinner (1989).

De acordo com Cirino (2008) e Lima (2008) o MPV pode ser resumidamente explicado da seguinte forma:

Considerando $y_i = (y_{j1}, \dots, y_{jR})$ o vetor $R \times 1$ vetor das variáveis de pesquisa observadas na unidade j , gerada por um vetor aleatório Y_j , para $j \in U$, em que $U = \{1, \dots, N\}$, esse último vetor é considerado independentemente e identicamente distribuído com função-densidade $f(y; \theta)$, na qual θ é um vetor $K \times 1$ de parâmetros desconhecidos de interesse.

O vetor de parâmetros θ do modelo definido por $f(y; \theta)$ para população infinita, considerando-se que estão sendo utilizadas dados de uma pesquisa amostral, pode ser estimado pelo estimador de MPV, $\hat{\theta}_{MPV}$, cujo valor é a solução das seguintes equações.

$$\hat{T}(\theta) = \sum_{j \in s} w_j \mu_j(\theta) = 0 \quad (31)$$

Em que w_j são os pesos amostrais adequados para a estimação dos totais populacionais a partir da amostra s ; $\mu_j(\theta) = \partial \log|f(y_j; \theta)|/\partial \theta$ é o vetor $K \times 1$ dos escores da unidade elementar j , para $j \in U$; $\hat{T}(\theta)$ é a soma dos escores ponderados.

A partir da equação 31, é possível estabelecer a variância assintótica, $\hat{\theta}_{MPV}$, mediante o uso da matriz de primeira ordem da expansão da série de Taylor, obtendo-se a seguinte expressão:

$$\hat{V}(\hat{\theta}_{MPV}) = [\hat{J}(\hat{\theta}_{MPV})]^{-1} \hat{V} \left[\sum_{j \in S} w_j \mu_j(\hat{\theta}_{MPV}) \right] \quad (32)$$

em que

$$\hat{J}(\hat{\theta}_{MPV}) = \frac{\partial \hat{T}(\theta)}{\partial(\theta)} \Big|_{\theta = \hat{\theta}_{MPV}} = \sum_{j \in S} w_j \frac{\partial \mu_j(\theta)}{\partial(\theta)} \Big|_{\theta = \hat{\theta}_{MPV}} \quad (33)$$

E

$$\hat{V} \left[\sum_{j \in S} w_j \mu_j(\hat{\theta}_{MPV}) \right] \quad (34)$$

é um estimador consistente para a matriz de variância do estimador do total populacional dos escores.

Uma vez que é possível calcular os pesos w_j de diversas maneiras, os estimadores MPV não são únicos. Usualmente, utilizam-se os pesos do estimador Horwitz-Thompson para totais, que são iguais ao inverso da probabilidade de seleção do indivíduo na amostra.

3.2.5. Revisão empírica sobre diferenciais de salários

Nesta subseção, foi realizada uma revisão empírica sobre os diferenciais de salários. No item 3.2.5.1 fez-se uma revisão sobre diferenciais de salários por gênero,

em seguida no item 3.2.5.2. uma revisão sobre diferenciais salariais no setor de serviços e turismo e, por fim, no item 3.2.5.3 uma revisão sobre diferenciais de salários regionais.

3.2.5.1. Diferenciais salariais por gêneros

Bastos et al (2004) usaram a decomposição de Oaxaca para analisar a distribuição da discriminação salarial de gênero nos dois maiores mercados regionais de trabalho em Portugal, as cidades de Lisboa e Porto. Para tanto, empregaram em seu estudo a base de dados “Quadros de Pessoal” para o ano de 1997. Lisboa e Porto apresentam diferentes padrões de discriminação que podem ser explicados pela existência de um ambiente cultural diferente. Além disso, existe uma desigual distribuição de homens e mulheres pelo setor nas duas cidades, que pode residir na diferente distribuição setorial de gênero nas duas regiões. De fato, no Porto, as mulheres concentram-se na indústria, em particular na indústria têxtil, onde existe uma fraca participação de homens, enquanto em Lisboa as mulheres tendem a concentrar-se no setor dos serviços onde a proporção de homens é também significativa. Este fato favorece a intensificação da discriminação.

Soares & Oliveira (2004) analisaram a desigualdade de rendimento entre homens e mulheres através de um recorte por ocupações. Compararam as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil que concentram cerca de 60% da população ocupada. Concluíram que essa desigualdade é resultante tanto de características discriminatórias no mercado de trabalho, quanto da inserção das mulheres de forma excessivamente concentrada em ocupações menos qualificadas e de baixa remuneração.

Deitrick & Briem (2009) analisaram a diferença salarial de gênero em Pittsburgh, Pensilvânia, em 1999, e possíveis explicações para a disparidade de rendimentos entre mulheres e homens. Para examinar o mercado de trabalho em Pittsburgh e comparar estes resultados com análises semelhantes do mercado de trabalho dos Estados Unidos, utilizaram a metodologia Oaxaca. Os resultados indicaram que em Pittsburgh, as mulheres não estão concentradas em atividades de baixa remuneração em comparação com os Estados Unidos, mas são muito mais propensas a trabalharem em setores de baixos salários em comparação com os Estados Unidos.

No estudo de González et al (2009), foi aplicada a técnica de decomposição salarial para analisar a disparidade salarial em Portugal, para todos os trabalhadores, dividiu-se em dois grupos: mais novos (< 35 anos) e mais velhos (> 35 anos), seguindo a metodologia Oaxaca. A diferença salarial para os trabalhadores mais novos é menor que para os trabalhadores mais velhos. A maior parte dessa diferença refere-se à discriminação praticada pelos empregadores. No caso de trabalhadores mais novos a discriminação desempenha um papel cada vez maior na explicação do diferencial de salários, já nos trabalhadores mais velhos a discriminação permanece estável ao longo do tempo, uma vez que explica cerca de 60% da diferença nos 4 anos analisados. A diferença salarial por gênero mostrou-se bastante estável nos trabalhadores mais velhos e diminuiu nos mais novos.

Cirino & Lima (2012) quantificaram e explicaram a diferença do rendimento/hora do trabalho entre as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte (RMBH) e Salvador (RMS), considerando tanto os trabalhadores do gênero masculino quanto aqueles do gênero feminino. Utilizaram o procedimento de Oaxaca-Blinder para decompor os diferenciais de rendimento entre as regiões de interesse. Verificaram que o

rendimento/hora na RMBH é superior ao encontrado na RMS em 19,53% para os homens e 19,36% para as mulheres. Decompondo os diferenciais de rendimentos médios das duas regiões, observou-se que tanto o efeito característica quanto o efeito regional atuaram no sentido de aumentar o referido diferencial entre os homens e as mulheres. O primeiro efeito, ou seja, a parcela do diferencial de rendimento entre a RMBH e a RMS atribuível às diferenças nas distribuições de atributos dos ocupados e nas características do trabalho em cada uma das regiões, contribuiu, respectivamente, em 51,34% e 50,62% para o diferencial total entre os mercados considerados para homens e mulheres. Já o efeito regional, foi responsável por 64,81% no primeiro grupo e 73,78% no segundo, do hiato do logaritmo do rendimento/hora médio entre a RMBH e a RMS. Isso significa que as diferentes dimensões, complexidades e aspectos dos mercados de trabalho dessas regiões fazem que o retorno médio do trabalho seja superior na RMBH comparativamente à RMS.

Akhmedjonov (2012) estudou as diferenças salariais de gênero entre homens e mulheres na Turquia, em 2009. O estudo teve como objetivos: identificar os determinantes das diferenças dos salários por gênero e sua contribuição relativa a essas diferenças; e, avaliar o nível de discriminação salarial em relação às mulheres. Utilizou o método Oaxaca. Os resultados mostraram que a diferença salarial entre homens e mulheres na Turquia é quase totalmente explicada por discriminação no mercado de trabalho em relação às mulheres.

Salinas-Jiménez et al (2013) analisaram as diferenças salariais por gênero enfocando o papel da educação e do grau de correspondência entre a educação adquirida pelos trabalhadores e a exigida pelos trabalhos que fazem. Utilizaram os dados do *Spanish Wage Structure Survey*, 2006, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística

Espanhol. Estimaram a educação por anos de escolaridade reais, para anos de escolaridade necessários e para os anos de sobreeducação e subeducação (nível educacional superior (inferior) ao que seria exigido para a ocupação exercida, respectivamente). Utilizaram a decomposição de Oaxaca-Blinder para analisar o diferencial salarial por gênero. Os resultados mostraram a existência de incompatibilidade educacional e que as mulheres sofrem penalidades salariais maiores, que são associadas a incompatibilidade educacional. A diferença de salários entre os gêneros é menor para os indivíduos com baixos níveis de educação, descobriu-se que parte desta lacuna é devido a diferenças de retorno educacional que é maior neste grupo. Pelo contrário, a diferença entre os gêneros é maior entre os trabalhadores altamente educados, mas, neste caso, a maior parte das diferenças salariais são devido à diferenças nas características produtivas. Em qualquer caso, os resultados sugerem que a discriminação salarial por gênero tende a ser maior para aqueles trabalhadores que apresentam incompatibilidade educacional.

O artigo de Assis & Alves (2014) teve como objetivo analisar as diferenças salariais constatadas entre homens e mulheres brasileiras segundo condição de migração, e entre tipos de migrantes segundo gênero, verificando se esse hiato se deve mais a uma possível evidência de segregação ocupacional ou a indícios de discriminação salarial. Foi empregada a decomposição de Oaxaca-Blinder. Evidenciou-se que o mercado de trabalho brasileiro ainda apresenta grandes desafios no que compete ao hiato salarial entre gênero. Encontrou-se evidências de que tanto o “efeito discriminação” como também a segregação ocupacional são determinantes da superioridade salarial dos homens sobre as mulheres.

A Tabela VI sintetiza os resultados obtidos nos estudos analisados.

TABELA VI
SÍNTESE DOS TRABALHOS SOBRE DIFERENCIAIS SALARIAIS (GÊNERO)

Artigos	Amostra	Resultados
Bastos et al (2004)	Lisboa e Porto	No Porto, as mulheres concentram-se na indústria, onde existe uma fraca participação de homens, enquanto em Lisboa as mulheres tendem a concentrar-se no setor dos serviços onde a proporção de homens é também significativa. Este fato, favorece a intensificação da discriminação.
Soares & Oliveira (2004)	Regiões Nordeste e Sudeste do Brasil	A desigualdade é resultante tanto de características discriminatórias no mercado de trabalho, quanto da inserção das mulheres de forma excessivamente concentrada em ocupações menos qualificadas e de baixa remuneração.
Deitrick & Briem (2009)	Pittsburgh, Pensilvânia	Em Pittsburgh, as mulheres não são concentradas em ocupações de baixa remuneração em comparação com os Estados Unidos, mas são muito mais propensas a trabalhar em indústrias de baixos salários em comparação para os Estados Unidos.
González et al (2009)	Portugal	A diferença salarial por gênero mostrou-se bastante estável nos trabalhadores mais velhos e diminuiu nos mais novos.
Cirino & Lima (2012)	Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador	Tanto o efeito característica quanto o efeito regional atuaram no sentido de aumentar o diferencial salarial entre os homens e as mulheres nas duas regiões.
Akhmedjonov (2012)	Turquia	A diferença salarial é quase totalmente explicada por discriminação no mercado de trabalho em relação às mulheres.
Salinas-Jiménez et al (2013)	Espanha	A discriminação salarial por gênero tende a ser maior para aqueles trabalhadores que apresentam incompatibilidade educacional.
Assis & Alves (2014)	Brasil	Tanto o “efeito discriminação” como também a segregação ocupacional são determinantes da superioridade salarial dos homens sobre as mulheres.

Fonte: Elaborada pela autora

3.2.5.2. Diferenciais salariais (setor de serviços e turismo)

A maioria dos trabalhos sobre diferenciais salariais são direcionados para o setor industrial, poucos estudos são voltados para o setor de serviços e principalmente para o setor de turismo, apesar da sua importância econômica crescente.

Gottschalk & Alves (2006) apresentaram os números do setor de serviços da economia brasileira, especialmente relativos a emprego e renda e verificaram a existência e localização de prêmios salariais positivos e negativos neste setor. Constataram que há uma participação significativa do setor de serviços na ocupação de pessoal e geração de renda. Concluíram que no setor de serviços existe uma relação positiva entre escolaridade média e tempo de trabalho, e entre prêmio salarial.

Santos (2007) verificou o diferencial salarial entre trabalhadores empregados no setor de serviços formal e informal na região Nordeste do Brasil, nos anos de 1992 e 2005. Utilizou dados da PNAD para estimar equações de salários e assim calcular os determinantes dos rendimentos para os ocupados nos serviços formais e informais. Decompôs o diferencial de salários através do procedimento de Oaxaca-Blinder. Observou que apesar da população ocupada no segmento formal do setor de serviços receber um rendimento médio superior ao dos ocupados no segmento informal, esse diferencial reduziu e que mais de 70% desse diferencial é atribuído às dotações dos indivíduos.

Medeiros (2011) analisou a evolução do diferencial do setor de serviços em relação ao setor industrial do Brasil, de forma agregada e por grupos de atividades. Estimou uma equação minceriana do logaritmo do salário contra educação e diversos controles para avaliar como a inclusão desses controles afeta o diferencial salarial entre trabalhadores da indústria e do setor de serviços. Observou que a remuneração do setor de serviços é menor que da indústria mas o diferencial reduziu de 1995 para 2007, que o setor de serviços é bastante heterogêneo e que de forma agregada a média de anos de estudo é maior que na indústria. Concluiu que ainda existe um diferencial salarial a

favor do setor industrial, mas ele é cada vez menor pois o setor de serviços sofreu menos com a estabilização econômica e abertura comercial ocorridas a partir de 1995.

O artigo de Neto et al (2012) analisou o diferencial de salários dos trabalhadores do setor cultural e dos artistas no Brasil usando dados da PNAD de 2002 a 2007. Foi utilizado o estimador de efeitos fixos em um modelo de pseudo painel de cortes, considerando a correção do viés de seleção por meio do procedimento de Heckman (1979), para se estimar os diferenciais salariais. A fim de capturar o efeito do setor cultural implementou-se a decomposição de Blinder-Oaxaca aperfeiçoada por Jann. O setor cultural remunera mais seus trabalhadores e os artistas são melhores remunerados, sendo a dimensão dessa diferença em torno de 31% e 30%, respectivamente. Pode-se afirmar que há uma discriminação positiva por parte do setor cultural.

No que se refere ao setor de turismo, Santos & Varejão (2007) estudaram as diferenças salariais por gênero dos trabalhadores no setor em Portugal. Usando a decomposição de Oaxaca-Blinder para analisar o diferencial salarial por gênero, encontraram que 45% da diferença é devido a diferenças nos atributos de trabalhadores do gênero masculino e feminino no turismo. A estimativa do coeficiente de discriminação na indústria do turismo (8,4%) coloca bem abaixo da média de não-turismo (15,8%), devido à segmentação vertical existente, onde as mulheres estão muito sub-representadas em ocupações de nível superior, especialmente em cargos executivos. No entanto, no subsetor de intermediários, as mulheres são também sub-representadas em cargos de nível inferior (como trabalhadores ou em ocupações de vendas).

Muñoz-Bullón (2009) analisou as diferenças salariais entre os trabalhadores masculinos e femininos na indústria do turismo espanhol. Para isso, estimou equações de salários através de um modelo *Tobit* de efeitos aleatórios e decompôs o diferencial de

salários através do procedimento de Oaxaca-Blinder para analisar as diferenças salariais entre trabalhadores dos gêneros masculino e feminino na indústria do turismo da Espanha. Utilizando dados dos registros da Segurança Social, observou que os trabalhadores do sexo masculino ganham em média 6,7% a mais do que os do sexo feminino. O tipo de contrato realizado, as qualificações exigidas para o trabalho e o subsetor específico de trabalho são variáveis importantes para explicar essa diferença salarial. 12 % da diferença salarial média na indústria do turismo não pode ser explicada pelas diferenças nas características observáveis, o que é bem abaixo da média para o resto das indústrias em Espanha (87%).

Campos-Soria et al (2011) fizeram uma análise comparativa das estruturas salariais entre o setor hoteleiro espanhol e outras indústrias de serviços privados. Estimaram retornos de capital humano e quantificaram as diferenças salariais para as regiões de turismo da Espanha. Também analisaram se as diferenças salariais em nível regional podem ser explicadas por diferenças de rendimentos e características observáveis. Para tanto, utilizaram a decomposição salarial proposto por Oaxaca e Blinder e estimaram uma equação de salários para cada região sob a hipótese de que as características observáveis em cada região produzem diferentes retornos. Os dados foram recolhidos do *Spanish Survey of Wage Structure, 2006* (Encuesta de Estructura Salarial, EES-2006). Os resultados indicam grande variabilidade regional, tanto no setor de hospitalidade como nos outros serviços privados.

De acordo com o mesmo estudo, em todas as regiões, os retornos de educação são menores no setor de hospitalidade que nos outros setores de serviços privados, o retorno estimado para a experiência e estabilidade na empresa também são menores no setor de hospitalidade do que em outros setores, sendo por sua vez, inferiores aos da

educação. Diferenças salariais de gênero são encontrados em todas as regiões, o setor de hospitalidade é caracterizado por salários mais baixos para os trabalhadores com características semelhantes, e as mulheres são especialmente penalizadas neste aspecto. A decomposição do diferencial de salários no setor de hospitalidade mostra que, em geral, a discriminação salarial é significativa em todas as regiões espanholas, uma vez que os trabalhadores em condições e características idênticas têm salários diferentes, dependendo da região onde trabalham.

O objetivo do artigo de García-Pozo et al (2012) foi estimar os retornos do capital humano no setor de hospitalidade espanhola usando uma versão expandida da equação de salários Mincer (1974). Além disso, as diferenças salariais nas principais regiões turísticas são quantificadas utilizando a decomposição de Oaxaca-Blinder a partir de uma perspectiva de gênero. Os dados também foram retirados de *Spanish Wage Structure Survey*, 2006 (Encuesta de Estructura Salarial). Observou-se que todas as regiões analisadas apresentam retornos mais baixos de educação no setor de hospitalidade quando comparado a outros serviços privados. Existe um prêmio salarial positivo associado com a estabilidade no tipo de contratos e tamanho do estabelecimento. Os efeitos da incompatibilidade entre escolaridade e exigências de trabalho são compatíveis com estimativas apresentadas na literatura. Em particular, o excesso de educação tem um efeito negativo sobre os salários no setor de hospitalidade, enquanto subeducação tem um efeito positivo. A decomposição da diferença salarial mostra que, em geral, a discriminação salarial é significativa em todas as regiões da Espanha, dado que os trabalhadores que trabalham em condições idênticas e que têm características idênticas têm salários diferentes, dependendo da região onde trabalham. Diferenças salariais de gênero são encontradas em todas as regiões.

A Tabela VII sintetiza os resultados obtidos nos estudos analisados.

TABELA VII
SÍNTESE DOS TRABALHOS SOBRE DIFERENCIAIS SALARIAIS (SETOR DE SERVIÇOS E TURISMO)

Artigos	Amostra	Resultados
Gottschalk & Alves (2006)	Brasil: setor de serviços	No setor de serviços existe uma relação positiva entre escolaridade média e tempo de trabalho, e entre prêmio salarial
Santos (2007)	Setor de serviços formal e informal na região Nordeste do Brasil	Mais de 70% desse diferencial de salários é atribuído às dotações dos indivíduos.
Medeiros (2011)	Setor de serviços em relação ao setor industrial do Brasil	Existe um diferencial salarial a favor do setor industrial, mas ele é cada vez menor pois o setor de serviços sofreu menos com a estabilização econômica e abertura comercial ocorridas a partir de 1995.
Neto et al (2012)	Setor cultural e dos artistas no Brasil	O setor cultural remunera mais seus trabalhadores e os artistas são melhores remunerados. Há uma discriminação positiva por parte do setor cultural
Santos & Varejão (2007)	Setor de turismo de Portugal	Segmentação vertical existente, onde as mulheres estão muito sub-representadas em ocupações de nível superior, especialmente em cargos executivos. No entanto, no subsetor de intermediários, as mulheres são também sub-representadas em cargos de nível inferior (como trabalhadores ou em ocupações de vendas).
Muñoz-Bullón (2009)	Trabalhadores masculinos e femininos na indústria do turismo espanhol.	O tipo de contrato realizado, as qualificações exigidas para o trabalho e o subsetor específico de trabalho são variáveis importantes para explicar essa diferença salarial.
Campos-Soria et al (2011)	Setor hoteleiro espanhol e outras indústrias de serviços privados.	No setor de hospitalidade mostra que, em geral, a discriminação salarial é significativa em todas as regiões espanholas, uma vez que os trabalhadores em condições e características idênticas têm salários diferentes, dependendo da região onde trabalham.
García-Pozo et al (2012)	Setor de hospitalidade espanhol.	A discriminação salarial é significativa em todas as regiões da Espanha, dado que os trabalhadores que trabalham em condições e características idênticas têm salários diferentes, dependendo da região onde trabalham. Diferenças salariais de gênero são encontradas em todas as regiões.

Fonte: Elaborada pela autora

3.2.5.3. Diferenciais salariais (Regionais)

Alguns autores procuraram analisar os diferenciais de salários, levando-se em consideração os aspectos regionais. Lim & Cho (2009) explicam as diferenças salariais entre a região da capital e da região de não-capital na Coreia, no ano de 2005. Decompuseram o diferencial de salários através do procedimento de Oaxaca-Blinder. Na análise de decomposição, constataram que cerca de 26,9 % do diferencial de salários é devido a diferenças nas características de trabalho relacionados com a produtividade na região da capital e 73,1% restante é o resíduo da decomposição frequentemente rotulado como discriminação. Com relação ao efeito característica, uma parte substancial da vantagem salarial geral de trabalhadores na região da capital pode ser explicada pelo nível médio de educação mais elevado. Com relação à discriminação salarial, a grande parte do diferencial de salário foi atribuída às diferenças regionais em recompensas para o nível de educação.

Pereira & Galego (2011) objetivaram estudar os diferenciais salariais regionais em Portugal. Para a análise estática utilizaram a decomposição de Oaxaca-Blinder. Os resultados utilizando a decomposição para 1995 mostraram que as diferenças de dotação explicaram uma parte importante do diferencial de salário médio estimado para homens e mulheres. Para os homens, a região de Lisboa teve três vantagens principais que explicam este efeito: a força de trabalho com um maior nível de educação, a estrutura ocupacional mais favorável e maior percentual de grandes empresas.

Freitas (2008) avaliou o hiato de rendimentos provenientes do trabalho entre a Região Metropolitana de Salvador e de Porto Alegre. Para mensurar tal hiato, estimou, por meio de métodos econométricos, as equações de rendimentos do tipo minceriana. A fim de tornar o trabalho mais consistente, aplicou o método de correção de viés de

seletividade da amostra (Método de Heckman), para mensurar os possíveis diferenciais de rendimentos do trabalho utilizou o método de decomposição de Oaxaca. Constatou que o efeito regionalização, é o principal responsável para explicar os diferenciais de rendimentos em todas as categorias analisadas.

Os trabalhos de Bastos et al (2004), Soares & Oliveira (2004), Cirino & Lima (2012), Compos-Sória et al (2011) e García-Pozo et al (2012), também consideraram aspectos regionais.

A Tabela VIII sintetiza os resultados obtidos nos estudos analisados.

TABELA VIII
SÍNTESE DOS TRABALHOS SOBRE DIFERENCIAIS SALARIAIS (REGIONAL)

Artigos	Amostra	Resultados
Lim & Cho (2009)	Região da capital e da região de não- capital na Coreia, no ano de 2005.	Com relação ao efeito característica, uma parte substancial da vantagem salarial geral de trabalhadores na região da capital pode ser explicada pelo nível médio de educação mais elevado. Com relação à discriminação salarial, a grande parte do diferencial de salário foi atribuída às diferenças regionais em recompensas para o nível de educação.
Pereira & Galego (2011)	Portugal	Para os homens, a região de Lisboa teve três vantagens principais que explicam este efeito: a força de trabalho com um maior nível de educação, a estrutura ocupacional mais favorável e maior percentual de grandes empresas.
Freitas (2008)	Região Metropolitana de Salvador e de Porto Alegre.	O efeito regionalização, é o principal responsável para explicar os diferenciais de rendimentos em todas as categorias analisadas.

Fonte: Elaborada pela autora

Em suma, os estudos apresentados salientam a importância da utilização do método Oaxaca-Blinder para a análise sobre hiato salarial em diversos contextos.

3.3. Hipóteses da pesquisa

O foco deste capítulo é sobre trabalhadores brasileiros que atuaram nas ACTs no ano de 2012. O salário dos trabalhadores nas ACTs depende das habilidades individuais e experiência, explicada pela Teoria do Capital Humano (Mincer, 1974), do tratamento desigual para insumos de produção iguais, como raça, gêneros e regiões, explicada pela Teoria da Discriminação (Becker, 1957), além da existência de mercados separados ou distintos, explicado pela Teoria da Segmentação (Doeringer & Piore, 1971). Portanto, a teoria do capital humano, a teoria da discriminação e a teoria da segmentação são o referencial teórico fundamental deste trabalho.

Na parte empírica deste capítulo, foram testadas as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: O diferencial entre os rendimentos para distintos gêneros cresce continuamente com a idade e diminui com a escolaridade no mercado de trabalho, ou seja, varia em direções opostas, de acordo com a teoria do capital humano (Mincer, 1958 e 1974; Schultz, 1961 e Becker, 1962).

Hipótese 2: A diferença no nível de escolaridade dos trabalhadores entre os gêneros, setores e regiões é responsável, tudo o mais constante, pelo recebimento de um rendimento/hora maior dos homens, setor não turístico e demais regiões diante do verificado nas mulheres, setor turístico e Nordeste.

Hipótese 3: Ocorre discriminação por gênero, mostrando que as mulheres estão sendo menos valorizadas que os homens em seus empregos nas ACTs, com as mesmas características. Esta hipótese é baseada na teoria da discriminação (Becker, 1957, Phelps, 1972 e Arrow, 1973).

Hipótese 4: As características regionais têm relação direta com os salários regionais, ou seja, nas regiões mais desenvolvidas os trabalhadores recebem maiores

salários devido as externalidades criadas (Coelho & Corseul, 2012). No caso brasileiro, trabalhadores residentes nas demais regiões brasileiras (mais desenvolvidas) recebem um rendimento maior que os da região Nordeste (menos desenvolvida), ou seja, ocorre diferencial de salários devido ao efeito segmentação. Esta hipótese é baseada na teoria da segmentação (Doeringer & Piore, 1971).

Hipótese 5: O setor de turismo apresenta menores rendimentos de trabalho pois é considerado um mercado de baixa produtividade, com empregos que exigem pouco treinamento ou qualificação, alta rotatividade, sendo considerado um setor secundário. Esta hipótese é baseada na teoria da segmentação (Doeringer & Piore, 1971).

3.4. Metodologia

3.4.1. Fonte de dados

As estatísticas empregadas no presente trabalho foram coletadas junto aos microdados da PNAD, disponibilizada pelo IBGE no ano de 2012. Semana de referência, de 23 a 29 de setembro de 2012 (IBGEa, 2012). A escolha do ano de 2012 deveu-se ao fato de ser o mais recente disponível durante a realização deste capítulo (2014), pois os microdados de 2013 ainda não haviam sido processados.

A pesquisa abrange a população residente nas unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos). O levantamento das características de trabalho e rendimento foi feito de forma mais abrangente para as pessoas de 10 anos ou mais de idade e de forma mais restrita para as crianças de 5 a 9 anos de idade.

A PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias, municípios; unidades secundárias, setores censitários; e unidades terciárias, unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

De acordo com IBGEa (2012), no primeiro estágio, as unidades (municípios) foram classificadas em duas categorias: autorrepresentativas (probabilidade 1 de pertencer à amostra) e não autorrepresentativas. Os municípios pertencentes à segunda categoria passaram por um processo de estratificação e, em cada estrato, foram selecionados com reposição e com probabilidade proporcional à população residente obtida no Censo Demográfico 2010.

No segundo estágio, as unidades (setores censitários) foram selecionadas, em cada município da amostra, também com probabilidade proporcional e com reposição, sendo utilizado o número de unidades domiciliares existentes por ocasião do Censo Demográfico 2010 como medida de tamanho.

No terceiro estágio foram selecionados, com equiprobabilidade, em cada setor censitário da amostra, as unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos) para investigação das características dos moradores e da habitação.

A Tabela IX mostra a fração amostral da PNAD 2012, que obedece ao ordenamento regional

TABELA IX

FRAÇÃO DE AMOSTRAGEM E COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E AS REGIÕES METROPOLITANAS. 2012

Unidades da Federação E Regiões Metropolitanas	Fração de amostragem	Composição da amostra			
		Municípios	Setores	Unidades domiciliares	Pessoas
Brasil		1 100	9 166	147 203	362 451
Rondônia	1/200	23	170	2 693	6 955
Acre	1/150	11	94	1 507	4 109
Amazonas	1/250	23	240	3 651	11 031
Roraima	1/150	5	57	991	2 786
Pará	1/350	61	563	8 555	23 010
Região Metropolitana de Belém	1/150	6	264	4243	11 247
Amapá	1/200	6	60	942	2 948
Tocantins	1/200	23	148	2438	6 037
Maranhão	1/600	35	205	3129	9 032
Piauí	1/500	20	127	2188	5 645
Ceará	1/600	48	457	7551	18 491
Região Metropolitana de Fortaleza	1/250	15	289	4780	11 205
Rio Grande do Norte	1/550	19	129	2078	5 427
Paraíba	1/550	23	146	2350	6 315
Pernambuco	1/600	50	581	9000	22 115
Região Metropolitana de Recife	1/200	14	390	6189	14 665
Alagoas	1/500	18	128	1991	5 449
Sergipe	1/300	22	155	2435	6 327
Bahia	1/600	88	731	11 528	26 979
Região Metropolitana de Salvador	1/250	13	330	5311	12 356
Minas Gerais	1/650	129	813	13 377	33 475
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1/400	35	297	4996	12 895
Espírito Santo	1/450	24	187	3 056	6 961
Rio de Janeiro	1/550	47	689	11 125	25 965
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1/550	19	495	7932	18 844
São Paulo	1/950	126	1023	16 942	39 099
Região Metropolitana de São Paulo	1/850	37	489	8130	19 409
Paraná	1/600	67	457	7 295	18 317
Região Metropolitana de Curitiba	1/400	18	174	2876	7 370
Santa Catarina	1/550	45	278	4 366	9 458
Rio Grande do Sul	1/600	83	756	12 217	28 004
Região Metropolitana de Porto Alegre	1/200	32	472	7609	17 756
Mato Grosso do Sul	1/350	21	158	2 604	6 108
Mato Grosso	1/350	31	204	3 104	7 656
Goiás	1/350	51	397	6 524	15 381
Distrito Federal	1/250	1	213	3 566	9 371

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012 (IBGEa, 2012, p.44).

Nota: A composição da amostra da Unidade da Federação inclui a Região Metropolitana e as áreas urbanas e rurais.

Importa sublinhar que, de acordo com Neder (2006, p. 284):

“Esse tipo de amostragem eleva substancialmente os erros estatísticos em relação aos correspondentes a uma amostra aleatória simples, já que em cada unidade da federação as unidades domiciliares ficam concentradas em um conjunto mais restrito de áreas, reduzindo, no entanto consideravelmente os custos operacionais de levantamento”.

Em resumo, a PNAD possui um desenho amostral complexo pois engloba estratificação, conglomeração, probabilidades desiguais de seleção e ajustes de pesos amostrais para calibração com os totais populacionais.

Neste trabalho em todas as estimativas foram consideradas as características do delineamento da amostra. Utilizou-se para isto, acopladas aos microdados, duas variáveis que definem o desenho da amostra: o estrato a que pertence o domicílio levantado e a unidade primária de amostragem do mesmo, conforme Neder (2006). Foi utilizado o software Stata 10 que possui um conjunto de comandos (denominados comandos svy) para a obtenção das estimativas.

Na amostra da PNAD de 2012 havia 17.961 pessoas empregadas em empreendimentos cuja atividade principal na semana de referência é classificada como turística. A população correspondente a esta amostra é de 9.664.896, obtida através dos fatores de expansão ou pesos fornecidos pelo IBGE para cada pessoa da amostra.

3.4.2. Modelo Econométrico

Para aplicação do modelo econométrico, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: primeiramente, estimou-se a equação de rendimentos para cada grupo (O’Neill & O’Neill, 2006; Fortin, Lemieux & Firpo, 2010). A equação

de rendimentos é baseada na equação de Mincer (1974), expandida por um conjunto de outras variáveis, como pode-se verificar na equação 35.

$$\ln w_{it} = X_{it}\beta + v_i + \varepsilon_{it} \quad (35)$$

Onde:

$\ln w_{it}$ = logaritmo natural do real salário do trabalhador i no setor de turismo t

X_{it} = vetor de variáveis de controle, incluindo idade, idade ao quadrado, *dummy* de gênero, *dummies* de raça, etc.

β = vetores parâmetros a serem estimados

v_i = termo de efeito fixo individual

ε_{it} = termo de erro aleatório

O subscrito $i = 1, 2$ representa respectivamente grupo 1 e grupo 2.

Considerou-se:

Grupo 1 – Menor remuneração (setor turístico, Região Nordeste, trabalhadores do gênero feminino).

Grupo 2 – Maior remuneração (setor não turístico, demais regiões brasileiras, trabalhadores do gênero masculino).

Tendo em vista a possibilidade da existência de viés de seleção, pois o estudo visa trabalhar apenas com os ocupados com renda positiva, excluindo desempregados e inativos, utilizou-se o modelo Tobit II, desenvolvido por Heckman para corrigir os problemas gerados pela seletividade amostral, conforme seção 3.2.4.

Logo, a partir da equação 35, a regressão pode ser representada por:

$$\ln w_{it} = X_{it}\beta + v_i + \lambda_i(\alpha_\mu) + \varepsilon_{it} \quad (36)$$

Como W_i está expresso em logaritmo, o efeito marginal estimado corresponde a uma mudança percentual no rendimento real por hora do trabalho dada por $[\exp(\text{efeito marginal}) - 1] \cdot 100$. O efeito marginal mostra o impacto das alterações para cada unidade de acréscimo da variável em termos de probabilidade da variável explicativa.

Devido às características de amostragem complexa da PNAD, utilizou-se o MPV, de acordo com a seção 3.2.4.

Na segunda etapa, para detectar se o trabalhador do grupo 2 tem a mesma remuneração do grupo 1, foi realizada a decomposição de Oaxaca-Blinder aperfeiçoada por Jann. Para identificar a contribuição da diferença das médias dos regressores (que indicam as características produtivas dos agentes e demais aspectos ligados à sua ocupação no mercado) e da diferença dos coeficientes β_i (que são os retornos em termos de rendimentos de tais atributos) para D (Jann, 2008; Cirino & Lima, 2012), tem-se:

$$D = [E(X_2) - E(X_1)]' \beta_1 + E(X_1)' (\beta_2 - \beta_1) + [E(X_2) - E(X_1)]' (\beta_2 - \beta_1) \quad (37)$$

De acordo como visto na seção 3.2.4., na equação denominada por Jann, decomposição “*three-fold*”, o diferencial total entre os trabalhadores do grupo 1 e do grupo 2 é dividido em três componentes:

- 1) $[E(X_2) - E(X_1)]' \beta_1$ representa o componente explicado ou *efeito característica*, indicando os diferenciais de rendimentos devido à diferenciação das médias dos atributos produtivos e pessoais dos trabalhadores e dos demais aspectos relacionados à inserção no mercado de trabalho de cada grupo.

- 2) $E(X_1)'(\beta_2 - \beta_1)$ representa o termo não explicado ou *efeito discriminação (regional ou segmentação)*, que significa uma medida de diferenciação entre os grupos, independentemente das respectivas médias das características do trabalho e dos atributos pessoais dos trabalhadores (produtivos e não produtivos).
- 3) $[E(X_2) - E(X_1)]'(\beta_2 - \beta_1)$ mede a *interação* entre as diferenças nas médias das características de trabalho e dos atributos pessoais e as diferenças nos coeficientes entre os dois grupos.

Estas diferenças estão representadas na Figura 16, ilustrativa da decomposição proposta por Oaxaca-Blinder.

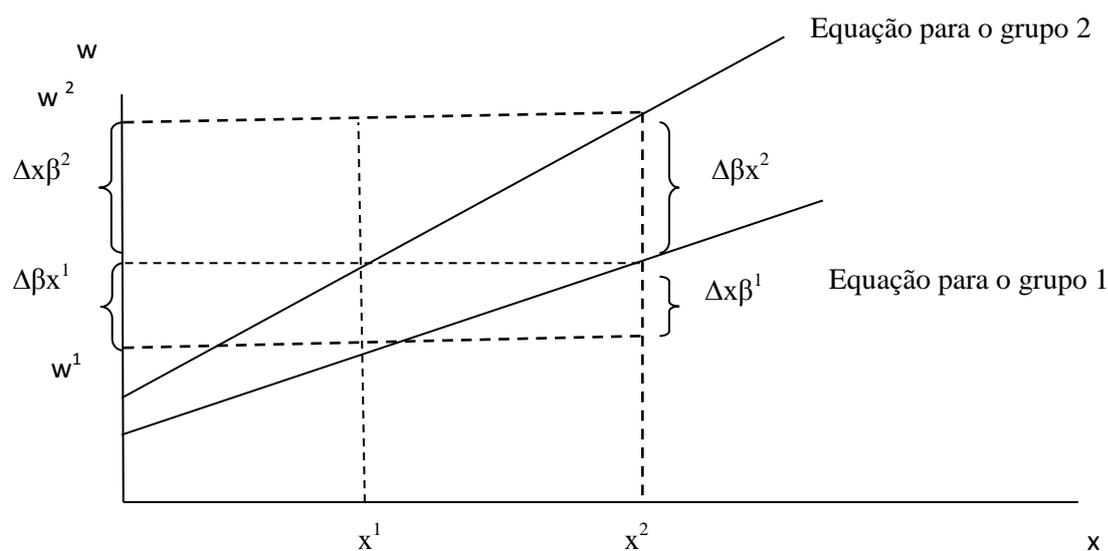


FIGURA 16 - DECOMPOSIÇÃO DE OAXACA-BLINDER

Observando a Figura 16, constata-se que o grupo 2 apresenta uma maior vantagem quando comparada com o grupo 1, ou seja, para cada valor de x , resulta em um valor de w melhor para o primeiro. Além disso, o grupo 2 tem média de x maior, ou seja, o grupo 1 tem um valor médio mais baixo que o grupo 2. Em x^2 , observa-se um incremento de $\Delta x\beta^2$ do grupo 1 para o grupo 2, que resulta no diferencial entre os dois

grupos. A partir da decomposição do diferencial, tem-se que $(\Delta\beta x^2 - \Delta\beta x^1)$ é o efeito característica e $(\Delta x\beta^2 - \Delta x\beta^1)$ é o efeito discriminação (regional).

As variáveis utilizadas na pesquisa foram: logaritmo natural do rendimento dividido pelas horas trabalhadas, uma vez que esta variável tem como característica uma distribuição assimétrica, educação (anos de estudo), idade (utilizada como *proxy* da experiência, ou seja, com o passar dos anos espera-se que os indivíduos se tornem mais especializados e eficientes nas funções que exercem e por isso tenham um retorno financeiro correspondente a tal empenho, optou-se em medir em dezenas para tornar os coeficientes maiores). Utilizou-se também idade ao quadrado, uma vez que a renda não varia linearmente com a idade, tendo um comportamento de U invertido.

Foram utilizadas *dummies* para captar a segmentação regional devido a heterogeneidade brasileira, onde a variável de controle foi a região Sudeste, que é a região mais desenvolvida do país, conforme subseção 2.2.5. Outras variáveis *dummies* utilizadas foram as condições na família pois a situação do indivíduo pode levar a diferentes responsabilidades sobre o custeio das despesas domiciliares, cuja variável de controle foi ser chefe de domicílio por possuir maior responsabilidade. A variável cor branca (branca ou não branca) foi utilizada para captar o efeito da discriminação na alocação e no rendimento do trabalho. A variável renda domiciliar utilizada para captar o impacto da necessidade do indivíduo participar do mercado de trabalho.

As variáveis região metropolitana e zona urbana foram utilizadas pois segundo Casari (2012), essas áreas oferecem diferentes oportunidades de trabalho que podem influenciar a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho e, nessas áreas, a concentração de empresas e trabalhadores de um mesmo setor é diferente, tendo efeitos sobre o mercado interno.

A variável filhos < de 14 anos foi incluída no modelo pois o setor de turismo possui muitas chances de inserção no mercado de trabalho. Para as características do emprego foram consideradas as seguintes variáveis: Contribuição para a previdência (utilizada como *proxy* para a qualidade do emprego pois nos empregos formais, obrigatoriamente, há contribuição para a previdência), Associação a sindicato (para verificar se há diferença de salário ocorrido pelo fato de o indivíduo pertencer a algum sindicato) e com carteira assinada (formalidade). Também foram criadas as variáveis interação entre experiência e educação (*expschool*) e escolaridade ao quadrado (*schooling*²).

As equações (de participação e de rendimentos) foram estimadas, onde as variáveis dependentes são a probabilidade de o indivíduo encontrar-se ocupado com rendimento positivo (L) e logaritmo natural do salário por hora do indivíduo (lnwh):

- Diferencial salarial entre os trabalhadores do setor de serviços ligados às ACTs e outras atividades

Nesta análise foi considerado apenas o setor de serviços, dividindo-se em setor turístico (ACTs) e não turístico. Para corrigir o viés de seletividade, primeiramente estimou-se a equação de participação, conforme equação 38.

$$\begin{aligned} L = & \alpha_0 + \alpha_1 \text{Norte} + \alpha_2 \text{Nordeste} + \alpha_3 \text{Sul} + \alpha_4 \text{Centro-oeste} + \\ & \alpha_5 \text{masculino} + \alpha_6 \text{metropolitana} + \alpha_7 \text{idade} + \alpha_8 \text{branca} + \alpha_9 \text{urbana} \\ & + \alpha_{10} \text{escolaridade} + \alpha_{11} \text{expescol} + \alpha_{12} \text{filhos} < 14 + \alpha_{13} \text{conjuge} + \\ & \alpha_{14} \text{filho} + \alpha_{15} \text{outros} + \alpha_{16} \text{escolaridade}^2 + \alpha_{17} \text{rendomiciliar} + u \end{aligned} \quad (38)$$

Em seguida, para analisar os efeitos dos atributos e fatores do mercado de trabalho sobre os rendimentos dos indivíduos ocupados no setor de serviços (turismo e não turismo), estimou-se a equação 39.

$$\ln wh = \alpha_0 + \alpha_1 \text{Norte} + \alpha_2 \text{Nordeste} + \alpha_3 \text{Sul} + \alpha_4 \text{Centro-oeste} + \alpha_5 \text{masculino} + \alpha_6 \text{metropolitana} + \alpha_7 \text{idade} + \alpha_8 \text{branca} + \alpha_9 \text{urbana} + \alpha_{10} \text{escolaridade} + \alpha_{11} \text{idade}^2 + \alpha_{12} \text{contribuinte} + \alpha_{13} \text{sindicato} + \alpha_{14} \text{com carteira} + \alpha_{15} \lambda + u_i \quad (39)$$

A Tabela X mostra a descrição das variáveis utilizadas no modelo e os efeitos esperados sobre as equações 38 e 39.

TABELA X
DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS E SEUS EFEITOS ESPERADOS SOBRE AS EQUAÇÕES, DE PARTICIPAÇÃO E DE RENDIMENTOS (SETOR TURISMO E NÃO TURISMO)

Variável	Descrição das variáveis	Participação	Rendimentos
Norte	1 se for Norte e 0 caso contrário	-	-
Nordeste	1 se for Nordeste e 0 caso contrário	-	-
Sul	1 se for Sul e 0 caso contrário	-	-
Centro-oeste	1 se for Centro-oeste e 0 caso contrário	- ou +	- ou +
Masculino	1 se for do gênero masculino e 0 caso contrário	+	+
Metropolitana	1 se for área metropolitana e 0 caso contrário	+	+
Escolaridade	Anos de estudo	+	+
Idade	Idade do trabalhador, medida em dezenas de anos, para evitar que os coeficientes sejam muito pequenos	+	+
Branca	1 se a pessoa for branca e 0 caso contrário	+	+
Urbana	1 se for área urbana e 0 se for área rural	+	+
Contribuinte	1 representa contribuinte e 0 caso contrário	n.a.	+
Sindicato	1 se participa de sindicato e 0 caso contrário	n.a.	+
Com carteira	1 se possui carteira assinada e 0 caso contrário	n.a.	+
Idade²	Idade ao quadrado, devido ao fato de w não variar linearmente com a idade	n.a.	-
Expescol	É o termo de interação entre idade (experiência) e a escolaridade	-	n.a.
Escolaridade²	anos de escolaridade ao quadrado	-	n.a.
Cônjuge	1 se a situação no domicílio for cônjuge e 0 caso contrário	-	n.a.
Filho	1 se a situação no domicílio for filho e 0 caso contrário	-	n.a.
Outra posição	1 se a situação no domicílio for outra posição e 0 caso contrário	-	n.a.
Filhos < 14	1 se tem filhos menores de 14 anos e 0 caso contrário	+	n.a.
Renda domiciliar	Logaritmo da renda domiciliar per capita de todas as fontes exclusive aquela oriunda do trabalho do indivíduo	-	n.a.

Nota: (n.a.) não aplicável, a variável não faz parte da equação

Fonte: elaborada pela autora

- Diferencial salarial dos trabalhadores do setor de serviços ligados às ACTs do Nordeste e demais regiões.

A escolha pela região Nordeste, foi devido às especificidades que a distinguem das demais regiões brasileiras, constituindo-se um grande potencial para a indústria do turismo, conforme visto na subseção 2.2.5. No entanto, é a região que apresenta os piores indicadores sociais e mais baixos salários. Para corrigir o viés de seletividade, primeiramente estimou-se a equação de participação, conforme equação 40.

$$\begin{aligned} L = & \alpha_0 + \alpha_1 \text{ escolaridade} + \alpha_2 \text{ idade} + \alpha_3 \text{ masculino} + \\ & \alpha_4 \text{ metropolitana} + \alpha_5 \text{ branca} + \alpha_6 \text{ urbana} + \alpha_7 \text{ cônjuge} + \alpha_8 \text{ filho} + \\ & \alpha_9 \text{ outroposição} + \alpha_{10} \text{ filhos} < 14 + \alpha_{11} \text{ exposcol} + \alpha_{12} \text{ escolaridade}^2 + \\ & \alpha_{13} \text{ renda domiciliar} + u \end{aligned} \quad (40)$$

Para analisar os efeitos dos atributos e fatores do mercado de trabalho sobre os rendimentos dos indivíduos ocupados no setor de turismo, por região brasileira, estimou-se a equação 41.

Primeiramente, estimou-se a equação de rendimentos para os trabalhadores do setor de turismo do Brasil, controlando-se a região Nordeste por meio de uma variável binária. Em seguida, estimou-se equações de rendimentos para o setor turístico de cada região brasileira.

$$\begin{aligned} \ln wh = & \alpha_0 + \alpha_1 \text{ escolaridade} + \alpha_2 \text{ idade} + \alpha_3 \text{ masculino} + \\ & \alpha_4 \text{ metropolitana} + \alpha_5 \text{ branca} + \alpha_6 \text{ urbana} + \alpha_7 \text{ com carteira} + \\ & \alpha_8 \text{ idade}^2 + \alpha_9 \text{ contribuinte} + \alpha_{10} \text{ sindicato} + [\alpha_{11} \text{ Nordeste} +] \alpha_{12} \lambda \\ & + u_i \end{aligned} \quad (41)$$

A Tabela XI mostra a descrição das variáveis utilizadas no modelo e os efeitos esperados sobre as equações 40 e 41.

TABELA XI

DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS E SEUS EFEITOS ESPERADOS SOBRE AS EQUAÇÕES, DE PARTICIPAÇÃO E DE RENDIMENTOS (REGIÃO NORDESTE E DEMAIS REGIÕES)

Variável	Descrição das variáveis	Participação	Rendimentos
Masculino	1 se for do gênero masculino e 0 caso contrário	+	+
Metropolitana	1 se for área metropolitana e 0 caso contrário	+	+
Escolaridade	Anos de estudo	+	+
Idade	Idade do trabalhador, medida em dezenas de anos, para evitar que os coeficientes sejam muito pequenos	+	+
Branca	1 se a pessoa for branca e 0 caso contrário	+	+
Urbana	1 se for área urbana e 0 se for área rural	+	+
Contribuinte	1 representa contribuinte e 0 caso contrário	n.a.	+
Sindicato	1 se participa de sindicato e 0 caso contrário	n.a.	+
Com carteira	1 se possui carteira assinada e 0 caso contrário	n.a.	+
Idade²	Idade ao quadrado, devido ao fato de w não variar linearmente com a idade	n.a.	-
Expescol	É o termo de interação entre idade (experiência) e a escolaridade	-	n.a.
Escolaridade²	anos de escolaridade ao quadrado	-	n.a.
Cônjuge	1 se a situação no domicílio for cônjuge e 0 caso contrário	-	n.a.
Filho	1 se a situação no domicílio for filho e 0 caso contrário	-	n.a.
Outra posição	1 se a situação no domicílio for outra posição e 0 caso contrário	-	n.a.
Filhos < 14	1 se tem filhos menores de 14 anos e 0 caso contrário	+	n.a.
Renda domiciliar	Logaritmo da renda domiciliar per capita de todas as fontes exclusive aquela oriunda do trabalho do indivíduo	-	n.a.
Nordeste	1 se for da região Nordeste e 0 caso contrário	n.a.	-

Nota: (n.a.) não aplicável, a variável não faz parte da equação

Fonte: elaborada pela autora

- Diferenciais de salários, por gênero, nas atividades características do turismo

Nesta análise foi considerado o setor de turismo, dividindo-se por gêneros, masculino e feminino. Para corrigir o viés de seletividade, primeiramente estimou-se a equação de participação, conforme equação 42.

$$L = \alpha_0 + \alpha_1 \text{ Norte} + \alpha_2 \text{ Nordeste} + \alpha_3 \text{ Sul} + \alpha_4 \text{ Centro-oeste} + \alpha_5 \text{ metropolitana} + \alpha_6 \text{ branca} + \alpha_7 \text{ urbana} + \alpha_8 \text{ idade} + \alpha_9 \text{ escolaridade} + \alpha_{10} \text{ expescol} + \alpha_{11} \text{ filhos} < 14 + \alpha_{12} \text{ conjuge} + \alpha_{13} \text{ filho} + \alpha_{14} \text{ outra posição} + \alpha_{15} \text{ escolaridade}^2 + u \quad (42)$$

Foram estimadas equações de rendimentos para os trabalhadores do setor de turismo, gêneros masculino e feminino separadamente, conforme equação 43.

$$\ln wh = \alpha_0 + \alpha_1 \text{ Norte} + \alpha_2 \text{ Nordeste} + \alpha_3 \text{ Sul} + \alpha_4 \text{ Centro-oeste} + \alpha_5 \text{ metropolitana} + \alpha_6 \text{ branca} + \alpha_7 \text{ urbana} + \alpha_8 \text{ idade} + \alpha_9 \text{ escolaridade} + \alpha_{10} \text{ contribuinte} + \alpha_{11} \text{ sindicato} + \alpha_{12} \text{ com carteira} + \alpha_{13} \text{ idade}^2 + \alpha_{14} \lambda + u_i \quad (43)$$

A Tabela XII mostra a descrição das variáveis utilizadas no modelo e os efeitos esperados sobre as equações 42 e 43.

TABELA XII
DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS E SEUS EFEITOS ESPERADOS SOBRE AS EQUAÇÕES, DE PARTICIPAÇÃO E DE RENDIMENTOS (GÊNEROS MASCULINO E FEMININO)

Variável	Descrição das variáveis	Participação	Rendimentos
Norte	1 se for Norte e 0 caso contrário	-	-
Nordeste	1 se for Nordeste e 0 caso contrário	-	-
Sul	1 se for Sul e 0 caso contrário	-	-
Centro-oeste	1 se for Centro-oeste e 0 caso contrário	- ou +	- ou +
Metropolitana	1 se for área metropolitana e 0 caso contrário	+	+
Escolaridade	Anos de estudo	+	+
Idade	Idade do trabalhador, medida em dezenas de anos, para evitar que os coeficientes sejam muito pequenos	+	+
Branca	1 se a pessoa for branca e 0 caso contrário	+	+
Urbana	1 se for área urbana e 0 se for área rural	+	+
Contribuinte	1 representa contribuinte e 0 caso contrário	n.a.	+
Sindicato	1 se participa de sindicato e 0 caso contrário	n.a.	+
Com carteira	1 se possui carteira assinada e 0 caso contrário	n.a.	+
Idade²	Idade ao quadrado, devido ao fato de w não variar linearmente com a idade	n.a.	-
Expescol	É o termo de interação entre idade (experiência) e a escolaridade	-	n.a.
Escolaridade²	anos de escolaridade ao quadrado	-	n.a.
Cônjuge	1 se a situação no domicílio for cônjuge e 0 caso contrário	-	n.a.
Filho	1 se a situação no domicílio for filho e 0 caso contrário	-	n.a.
Outra posição	1 se a situação no domicílio for outra posição e 0 caso contrário	-	n.a.
Filhos < 14	1 se tem filhos menores de 14 anos e 0 caso contrário	+	n.a.

Nota: (n.a.) não aplicável, a variável não faz parte da equação
Fonte: elaborada pela autora

Sinais positivos das variáveis nas Tabelas X, XI e XII na coluna de rendimento indicam que o indivíduo que possui a característica em pauta, tem impactos positivos

em seu rendimento. Sendo o contrário para sinais negativos. Já os sinais positivos nas equações de participação, indicam que o indivíduo que possui tal característica tem maior probabilidades de estar (participar) no mercado de trabalho.

Para operacionalizar a decomposição com correção de viés de seleção, utilizou-se a rotina Oaxaca do software Stata 10.

3.5. Resultados

Nesta seção, são apresentados os resultados da análise do diferencial de salários no mercado de trabalho do setor de turismo do Brasil. No item 3.5.1, estão os resultados sobre os diferenciais de salários nos setores turístico e não turístico do Brasil (ligados ao setor de serviços). No item 3.5.2. apresentou-se as diferenças salariais no setor de turismo entre o Nordeste e as demais regiões geográficas e no item 3.5.3. examinou-se se existe diferencial salarial dos trabalhadores do setor de serviços ligados às ACTs entre os gêneros.

3.5.1 Avaliação do diferencial de salários entre o setor turístico e o setor não turístico do Brasil

Neste item, primeiramente, apresentou-se a análise das variáveis associadas às características socioeconômicas dos trabalhadores ocupados no setor de serviços, turismo e não turismo, para se ter uma visão do perfil geral dos mercados de trabalho de interesse, apresentando as principais características pessoais dos trabalhadores, assim como as características referentes aos postos de trabalho. Em seguida, através da estimação da equação de rendimentos, através do método de Heckman (conforme explicado na seção 3.4.2.) são analisadas a participação no mercado de trabalho

remunerado e os determinantes do rendimento dos trabalhadores no setor turístico do Brasil. E por fim, a partir dessas equações realizou-se a decomposição da diferença salarial entre o setor turístico e o setor não turístico.

Na Tabela XIII, estão as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no modelo estimado. Constata-se que na maioria das variáveis, o setor de turismo segue a mesma média ou proporção do setor de serviços e não turístico. A maior parte dos empregados inquiridos eram da região Sudeste (46,7%), seguido da região Nordeste (23,3%).

TABELA XIII
MÉDIA (OU PROPORÇÃO) E DESVIO PADRÃO DAS VARIÁVEIS ASSOCIADAS ÀS
CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS TRABALHADORES OCUPADOS NO
SETOR DE SERVIÇOS, TURISMO E NÃO TURISMO, BRASIL, 2012

Variáveis	Turismo	Não turismo	Serviço
Idade (em anos)	38,03	37,43	37,53
Escolaridade (em anos)	9,49	11,04	10,75
Contribuinte (%)	60,74	69,79	68,13
Sexo Masculino (%)	66,97	40,45	45,33
Cônjuge (%)	22,27	29,37	28,06
Filho (%)	20,76	22,84	22,46
Outraposição (%)	6,26	6,05	6,10
Branca (%)	47,07	50,27	49,68
Sindicato (%)	14,53	15,41	15,25
Com carteira (%)	46,98	38,14	39,77
Metropolitana (%)	38,15	36,86	37,10
Zona urbana (%)	94,18	94,26	94,25
Região Norte (%)	7,32	7,44	7,42
Região Nordeste (%)	23,34	23,67	23,61
Região Sudeste (%)	46,74	45,63	45,84
Região Sul (%)	14,73	14,33	14,41
Região Centro-oeste (%)	7,86	8,92	8,72
Filhos<14 (%)	39,17	36,70	37,15
Rendimento (R\$)	1.394,62	1.553,85	1.524,51
Rendimento domiciliar (R\$)	1.808,42	2.389,02	2.282,05

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da PNAD, 2012

Sobre o local de moradia, percebe-se que houve um percentual bastante elevado de trabalhadores vivendo na zona urbana (94%) e 38,1% viviam na região metropolitana. Em torno de 39% dos indivíduos possuíam filhos menores de 14 anos e 47,07% eram de cor branca. Poucos trabalhadores eram sindicalizados (14,5%), 47% possuíam carteira assinada e 60% eram contribuintes da previdência.

Houve uma proporção substancialmente maior de homens entre indivíduos ocupados no setor de turismo, 67% dessa categoria, do que de homens entre indivíduos no setor de serviços (45%) e setor não turístico (40%). Segundo Wegrzynowski (2007) no setor de turismo prevalecem os ocupados com maior faixa etária, do sexo masculino, com maior estabilidade no emprego e com jornada de trabalho completa, ou seja, prestação de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho.

Com relação ao rendimento médio mensal, os empregados do setor não turístico receberam R\$ 1.553,85 por mês enquanto os do setor de turismo receberam R\$ 1.394,62, ou seja, os trabalhadores do setor não turístico receberam 10,25 % a mais que os do setor turístico. Segundo Wegrzynowski (2007) o salário médio nas ACTs é inferior ao do conjunto dos empregados formais, que pode ser explicado pelo fator escolaridade pois o setor emprega trabalhadores com menor nível de escolaridade, principalmente no setor de alimentação.

Os trabalhadores do setor de turismo eram cerca de 0,6 ano mais velhos que no setor não turístico. Esses possuíam 9,49 anos de escolaridade, em média, e aqueles tinham 11,04 anos de escolaridade. Ao analisar o rendimento domiciliar médio, observa-se que no setor não turístico foi de R\$ 2.389,02 enquanto a do setor de turismo foi de R\$ 1.808,42, ou seja, a renda domiciliar média do setor não turístico foi 24,3 % maior do que a do setor turístico.

A Tabela XIV apresenta os efeitos marginais da equação de participação no mercado de trabalho remunerado e os efeitos marginais condicionais sobre o rendimento por hora dos trabalhadores do setor turístico. Para esta estimativa, a população é formada apenas pelos trabalhadores ocupados nas ACTs.

TABELA XIV
PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO REMUNERADO E DETERMINANTES DO RENDIMENTO DOS TRABALHADORES NO SETOR TURÍSTICO DO BRASIL. 2012

	Equação de participação		Equação de rendimentos	
	Coefficiente estimado	Significância	Coefficiente estimado	Significância
Constante	3,3313	0,411*	-0,1482	0,068**
Norte	-0,2635	0,093*	-0,1256	0,026*
Nordeste	-0,2267	0,083*	-0,3582	0,021*
Sul	-0,1157	0,080 ^{ns}	-0,0283	0,021 ^{ns}
Centro-oeste	0,0626	0,096 ^{ns}	0,0695	0,024*
Sexo Masculino	0,4625	0,052*	0,2944	0,013*
Metropolitana	0,3813	0,064*	0,1633	0,017*
Idade	0,0022	0,001*	0,0037	0,000*
Branca	0,1196	0,058**	0,1502	0,014*
Zona urbana	0,3330	0,091*	0,0769	0,033**
Escolaridade	0,0653	0,039 ^{ns}	0,0616	0,002*
Expescol	-0,0011	0,001***		
Filhos<14	-0,0157	0,060 ^{ns}		
Cônjuge	-0,6246	0,083*		
Filho	-0,5137	0,097*		
Outra posição	-0,0238	0,121 ^{ns}		
Escolaridade ²	0,0007	0,002 ^{ns}		
Renda domiciliar	-0,4025	0,041*		
Idade ²			-0,0003	0,000*
Contribuinte			0,3630	0,025*
Sindicato			0,1022	0,019*
Com carteira			-0,3151	0,023*
rho			0,6997	
lambda			0,5067	

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da PNAD, 2012

Nível de significância: ^{ns} não significativo, *significativo a 1%, **significativo a 5%, ***significativo a 10%

Inicialmente analisando a equação de participação, observa-se que a maioria das variáveis foi significativa a 1%. Em relação a morar na região Sudeste, residir nas regiões Norte, Nordeste e Sul teve efeitos marginais negativos sobre a probabilidade de participar do mercado de trabalho remunerado, enquanto residir na região Centro-oeste teve efeito positivo. Morar em região metropolitana aumentou a probabilidade de participação no mercado de trabalho remunerado, em 38% e morar em zona urbana, em comparação à zona rural, aumentou a probabilidade de participação no mercado de trabalho em 33%. Beni (2003) afirma que o setor turístico requer comparativamente menos capital e mais trabalho. Nos países em desenvolvimento o setor de serviços (principalmente o setor de turismo) absorve grande quantidade de mão-de-obra que migra do campo em busca de emprego.

O fato de ser homem aumentou a probabilidade de participação no mercado de trabalho remunerado no setor de turismo em 46%. Isso pode ser explicado pelo fato de o setor de turismo ser predominantemente masculino com 67% do total de trabalhadores (conforme Tabela XIII).

Um aumento na idade do trabalhador aumentou a probabilidade de participar do mercado de trabalho remunerado. Este resultado está de acordo com o estudo de Pereira et al (2013), que também verificou que, com o aumento da idade, há tendência inicial de aumento da probabilidade de que o indivíduo esteja ocupado, até uma idade em que essa probabilidade é máxima. A partir desse ponto, o envelhecimento passa a resultar em redução na probabilidade dele estar no mercado de trabalho.

Comparativamente a ser chefe de domicílio, todas as posições apresentaram efeitos marginais negativos sobre a participação no mercado de trabalho remunerado, cônjuge (62,4%), filho (51,4%) e outra posição (2,4%). Esta última não foi significativa.

Para a variável renda domiciliar, constata-se que a mesma diminuiu a probabilidade do indivíduo participar do mercado de trabalho remunerado, em 40,2%, pois o trabalhador teve menor incentivo e necessidade em obter trabalho remunerado.

Passando para os determinantes dos rendimentos, observa-se que a maioria das variáveis foram significativas a 1%, apenas a variável região Sul não foi significativa. O coeficiente de correlação entre os resíduos das equações de participação e de rendimentos apresentou sinal positivo. Destaca-se que a razão inversa de Mills (λ) apresentou sinal positivo, indicando que fatores não mensurados que elevam a participação no mercado de trabalho também elevam os rendimentos salariais. Verifica-se que a razão inversa de Mills foi estatisticamente significativa indicando a necessidade de correção do viés de seleção amostral.

Em relação ao indivíduo residir na região Sudeste, morar nas regiões Norte, Nordeste e Sul teve efeitos negativos sobre o rendimento. Morar em região metropolitana ou zona urbana teve efeitos positivos relevantes sobre o rendimento dos trabalhadores remunerado 17,78% e 8,0%, respectivamente.

O fato de ser homem aumentou o rendimento dos trabalhadores em 34,2%. Uma explicação para esse diferencial pode ser o fato das mulheres terem renda menor porque se submetem a sub-empregos ou atividades não formais que as possibilitem aliar estas ao trabalho doméstico, com remuneração pequena ou incerta, no caso do turismo, serviços de camareiras, copeiras, cozinheiras e recepcionistas, serviços considerados femininos e cuja remuneração é menor.

Ser de cor branca aumentou em 16,2%. Para a variável escolaridade, observa-se que, de acordo com a teoria do capital humano, quanto maior o nível educacional do indivíduo, mais elevado o rendimento auferido no mercado de trabalho, ou seja, a cada

ano adicional de educação, os salários dos trabalhadores do setor de turismo aumentaram, em média, 6,36%. Em relação à idade, entendida como *proxy* da experiência de trabalho, de acordo com a teoria do capital humano, a equação indicou uma relação parabólica entre tal variável e o rendimento dos trabalhadores.

A contribuição para a previdência e a sindicalização apresentaram efeitos marginais sobre o rendimento na direção esperada, ou seja, aumentou o rendimento do trabalhador em 43,77% e 10,77%, respectivamente.

Uma vez estimadas as equações de participação e rendimento para os setores turístico e não turístico, tornou-se possível realizar a decomposição de Oaxaca-Blinder. Para operacionalizar a decomposição com correção de viés de seleção, utilizou-se a rotina Oaxaca do software Stata 10. De acordo com os dados da Tabela XV, verifica-se que o rendimento/hora no setor não turístico foi superior ao encontrado no setor turístico em 18%.

TABELA XV
DECOMPOSIÇÃO DA DIFERENÇA DO LOGARITMO/HORA ENTRE O SETOR
TURÍSTICO E O SETOR NÃO TURÍSTICO. 2012

Diferencial do valor esperado do Logaritmo do rendimento/hora	Coefficientes	Erro padrão	Est "t"	P>z	Rendimento/hora
Setor não turístico	1,881	0,004	492,700	0,000	5,56
Setor turístico	1,715	0,005	368,280	0,000	4,56
Diferença	0,166	0,005	31,330	0,000	18,05
Efeito característica	0,089	0,005	18,260	0,000	53,60
Efeito segmentação	0,032	0,001	21,720	0,000	19,27
Efeito interação	0,045	0,002	29,620	0,000	27,13

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da PNAD, 2012

Decompondo os diferenciais de rendimentos médios dos dois setores, constata-se que tanto o efeito característica quanto o efeito segmentação e a interação entre os

dois efeitos atuaram no sentido de aumentar o referido diferencial entre os setores turístico e não turístico.

O efeito característica, estatisticamente significativo a 1%, contribuiu em 53,6% para o diferencial total dos salários nos dois setores, ou seja, a parcela do diferencial de rendimentos entre os setores turístico e não turístico atribuídos às diferenças nas distribuições de atributos dos ocupados fez com que os trabalhadores do setor não turístico recebessem 9,3% a mais (Valor obtido calculando-se o antilog do coeficiente).

Já o efeito segmentação, estatisticamente significativo a 1%, foi responsável por 19,27% do hiato do logaritmo do rendimento/hora médio, representando a parte não explicada desse diferencial salarial, decorrente da discriminação, ou seja, do fato de o trabalhador pertencer a um ou a outro setor. As diferenças entre os dois setores fizeram com que o retorno médio do trabalho fosse superior no setor não turístico comparativamente ao setor turístico em 3,25%.

Em relação ao termo de interação entre os dois efeitos, estatisticamente significativo a 1%, foi responsável por 27,13% do diferencial de salários entre os setores, ou seja, o impacto desse termo foi aumentar em 6,0% o hiato salarial entre os setores turístico e não turístico.

Procedendo-se uma análise detalhada por grupos de variáveis da decomposição realizada, no que tange ao efeito característica a maioria das variáveis foram estatisticamente significativas a 1% (Tabela XVI).

A variável escolaridade foi a que mais forneceu contribuição do efeito característica para o diferencial de salários, pois a diferença no nível de escolaridade fez com que os trabalhadores do setor não turístico recebessem 10,11% a mais que os trabalhadores do setor turístico. Um trabalhador do setor não turístico que possuía

carteira assinada e era contribuinte da previdência, recebeu um salário/hora 2,76% e 3,6% maior que um trabalhador, na mesma situação, do setor turístico, respectivamente.

TABELA XVI
EFEITO CARACTERÍSTICA DA DECOMPOSIÇÃO DA DIFERENÇA DO
LOGARITMO/HORA ENTRE O SETOR TURÍSTICO E NÃO TURÍSTICO. 2012

Efeito Característica	Coefficientes	Erro padrão	Est "t"	P>z	% Diferença
Norte	-0,0003	0,0003	-0,9000	0,3670	-0,15
Nordeste	-0,0001	0,0016	-0,0800	0,9380	-0,08
Sul	0,0002	0,0001	2,1000	0,0360	0,14
Centro-oeste	0,0008	0,0002	4,8900	0,0000	0,50
Sexo masculino	-0,0735	0,0014	-52,9100	0,0000	-44,28
Metropolitana	-0,0013	0,0009	-1,4600	0,1460	-0,79
Idade ²	0,0165	0,0036	4,5100	0,0000	9,92
Idade	-0,0175	0,0051	-3,4100	0,0010	-10,55
Anos est	0,0963	0,0026	37,1100	0,0000	58,06
Contribuinte	0,0353	0,0019	18,5400	0,0000	21,28
Sindicato	0,0010	0,0004	2,5800	0,0100	0,62
Com carteira	0,0273	0,0017	15,9400	0,0000	16,45
Cor branca	0,0041	0,0008	5,0500	0,0000	2,46
Zona urbana	0,0000	0,0002	0,2100	0,8350	0,03
Endowments	0,0889	0,0049	18,2600	0,0000	53,60

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da PNAD, 2012

As variáveis sexo masculino e idade apresentaram sinal negativo, mostrando que ocorreu uma redução no diferencial salarial entre os dois setores, ou seja, sendo do sexo masculino o diferencial salarial reduziu e quanto maior a idade do trabalhador menor esse diferencial, ou seja, o retorno à experiência fez com que houvesse uma convergência dos rendimentos entre os dois setores, porém essa convergência diminuiu, mostrando uma tendência de equalização de rendimentos ao longo do tempo.

Passando para o detalhamento do efeito segmentação entre os setores turístico e não turístico, verifica-se que todas as variáveis foram estatisticamente significativas a 1% (Tabela XVII).

Com relação a variável escolaridade, cuja contribuição para o diferencial total (196,3%) foi a mais importante entre todas as demais, teve-se que a diferença de tal atributo entre os setores foi responsável, tudo o mais constante, pelo recebimento de um rendimento/hora 38,49% maior no setor não turístico diante do verificado no setor turístico. Residir na zona urbana fez com que o salário/hora no setor não turístico fosse 7,3% superior ao do setor turístico. Na região Nordeste (3,4%) e com carteira assinada (2,34%).

TABELA XVII
EFEITO SEGMENTAÇÃO DA DECOMPOSIÇÃO DA DIFERENÇA DO LOGARITMO/HORA
ENTRE O SETOR TURÍSTICO E NÃO TURÍSTICO. 2012

Efeito segmentação	Coefficientes	Erro padrão	Est "t"	P>z	% Diferença
Norte	0,0043	0,0001	30,3000	0,0000	2,59
Nordeste	0,0336	0,0007	48,0400	0,0000	20,24
Sul	0,0022	0,0001	36,4600	0,0000	1,34
Centro-oeste	0,0026	0,0001	32,5500	0,0000	1,57
Sexo Masculino	-0,0065	0,0000	-156,9500	0,0000	-3,90
Metropolitana	0,0022	0,0000	65,4600	0,0000	1,31
Idade ²	0,0787	0,0005	150,3900	0,0000	47,43
Idade	0,0058	0,0000	292,0200	0,0000	3,52
Anosest	0,3257	0,0014	240,2200	0,0000	196,30
Contribuinte	-0,0364	0,0003	-119,7600	0,0000	-21,96
Sindicato	0,0134	0,0003	38,8600	0,0000	8,06
Comcarteira	0,0232	0,0003	91,9400	0,0000	14,00
Cor Branca	0,0044	0,0000	89,7100	0,0000	2,68
Zona Urbana	0,0689	0,0002	292,1400	0,0000	41,50
Coefficientes	0,0320	0,0015	21,7200	0,0000	19,27

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da PNAD, 2012

Os resultados encontrados nesta seção mostraram que as diferenças de salários entre os setores de turismo e não turismo foram explicados principalmente pelas diferenças nas dotações dos trabalhadores. Esses resultados foram diferentes dos poucos trabalhos da área de turismo, como os de Campos-Soria et al (2011) e García-Pozo et al (2012) que concluíram que há segmentação no setor de hospitalidade.

3.5.2. Diferencial de salários no setor turístico do Nordeste do Brasil: uma análise comparativa com as regiões brasileiras

Neste item, primeiramente, foram analisadas algumas características socioeconômicas dos trabalhadores ocupados no setor de turismo em cada região brasileira. Em seguida, foram analisados a participação no mercado de trabalho remunerado e os determinantes do rendimento dos trabalhadores do setor turístico do Brasil (controlando a Região Nordeste) e da região Nordeste, e por fim, a decomposição da diferença salarial entre a Região Nordeste e demais regiões brasileiras.

Conforme visto na Tabela XIII para os dados da amostra, a maior parte dos empregados nas ACTs inquiridos eram da região Sudeste, seguido da região Nordeste. Na verdade, o Nordeste brasileiro, devido às suas paisagens físicas e naturais, com um litoral exuberante e características que o distinguem de outras regiões do Brasil, tem um grande potencial para o turismo (Guimarães, Rissato, & Silva, 2012; Gomes & Silva, 2014).

Analisando os dados da Tabela XVIII, observa-se que a maior parcela da população empregada nas ACTs situava-se na classe de rendimento mensal que compreende 1 a 2 salários mínimos para todas as regiões do Brasil. A região Nordeste, quando comparada com as demais regiões, foi a que apresentou maior parcela da população que recebia até 1 salário mínimo por mês (51,7%). A região Sul, seguida da região Sudeste foram as que possuíam maior participação de trabalhadores que recebiam acima de 2 salários mínimos.

TABELA XVIII
EMPREGADOS NAS ACTs, POR CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL E REGIÕES
BRASILEIRAS (EM %). 2012

Faixa de renda	Regiões				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
Menos de 1/2 Salários mínimos (SM)	8,91	16,21	3,32	2,19	3,07
1/2 a menos de 1 SM	31,14	35,53	15,55	12,41	19,78
1 a menos de 2 SM	38,21	32,14	44	46,76	40,54
2 a menos de 5 SM	18,41	13,34	29,8	31,77	29,55
5 a menos de 10 SM	2,34	2,16	5,52	5,33	5,04
Mais de 10 SM	0,99	0,63	1,82	1,55	2,03
Total	100	100	100	100	100

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da PNAD, 2012

A Tabela XIX apresenta as principais características das pessoas empregadas nas ACTs, por grandes regiões. Observa-se que a região Nordeste apresentou o menor salário médio mensal, ou seja, R\$ 894,60, representando 64,15% do salário médio mensal para o Brasil, seguido da região Norte (R\$ 1.081,18). As demais regiões apresentaram um salário médio mensal superior ao do Brasil. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2015), em 2012, o rendimento médio mensal real do trabalho (todos os setores) de todas as Grandes Regiões foram, respectivamente, R\$1.192,00 (Norte), R\$1.044,00 (Nordeste), R\$1.707,00 (Sudeste), R\$1.639,00 (Sul) e R\$1.803,00 (Centro-oeste). Observa-se que a região Nordeste também apresentou o menor rendimento médio.

Os dados mostraram que a maioria dos empregados em ACTs era do sexo masculino (66%), em todas as regiões. A escolaridade média era em torno de 9 anos de estudo e a idade média acima dos 36 anos.

TABELA XIX
MÉDIA (OU PROPORÇÃO) DAS VARIÁVEIS ASSOCIADAS ÀS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS TRABALHADORES OCUPADOS NO SETOR DE TURISMO - GRANDES REGIÕES. 2012

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
Idade média (em anos)	36,10	37,10	38,29	38,88	37,06
Escolaridade média (em anos)	9,17	8,96	9,88	9,73	9,46
Contribuinte (%)	0,40	0,43	0,68	0,75	0,66
Sexo masculino (%)	0,63	0,65	0,64	0,65	0,66
Cor branca (%)	0,23	0,28	0,50	0,77	0,40
Sindicato (%)	0,13	0,15	0,14	0,16	0,13
Com carteira (%)	0,32	0,34	0,53	0,57	0,53
Região metropolitana (%)	0,26	0,46	0,54	0,50	0,24
Zona urbana (%)	0,90	0,92	0,97	0,95	0,97
filhos < 14 anos (%)	0,41	0,40	0,37	0,39	0,38
Salário mensal médio (R\$)	1.081,18	894,60	1.519,44	1.498,67	1.573,70
Renda domiciliar média (R\$)	2.023,08	1.509,65	2.365,03	2.307,05	2.382,94

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da PNAD, 2012

As regiões Norte e Nordeste apresentaram menor participação de trabalhadores nas ACTs de cor branca (23% e 28%, respectivamente). Isso vai ao encontro do estudo do IPECE (2012) onde foi observado que do total da população de cor branca residente no Brasil quase a metade (48,6%) estava localizada na região Sudeste e 23,6% na Sul, ou seja, 72,2% de toda a população de cor branca do Brasil residiam no Sul e Sudeste. Com relação à região Nordeste apenas 17,2% eram de cor branca.

De acordo com Coelho & Corseul (2002), um trabalhador com carteira assinada goza de todos os benefícios das leis trabalhistas além de receber maior salário, observa-se que as regiões Norte e Nordeste apresentaram os menores salários, são as que possuíam menor participação de trabalhadores com carteira assinada (32% e 34%, respectivamente). As regiões Norte e Nordeste também apresentaram as menores participações de contribuintes da previdência (40% e 43%, respectivamente). Essas duas variáveis afetam a qualidade do emprego no setor turístico nessas regiões.

A Tabela XX apresenta os efeitos marginais da equação de participação no mercado de trabalho remunerado e os efeitos marginais condicionais sobre o rendimento por hora dos trabalhadores do setor turístico controlando-se a região Nordeste por uma variável *dummy* (a população é formada pelos trabalhadores ocupados nas ACTs do Brasil) e do setor turístico da região Nordeste (a população é formada pelos trabalhadores ocupados nas ACTs da região Nordeste).

TABELA XX
PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO REMUNERADO E DETERMINANTES DO RENDIMENTO DOS TRABALHADORES DO SETOR TURÍSTICO DO BRASIL (CONTROLANDO A REGIÃO NORDESTE) E DA REGIÃO NORDESTE. 2012

Variáveis	Brasil		Nordeste	
	Equação de participação	Equação de rendimentos	Equação de participação	Equação de rendimentos
Constante	2,489* (0,304)	-0,146 * (0,055)	1,918* (0,536)	-0,486* (0,107)
Escolaridade	0,074** (0,030)	0,061 * (0,002)	0,062 ^{ns} (0,054)	0,064* (0,003)
Idade	0,002* (0,000)	0,004 * (0,000)	0,024* (0,008)	0,004* (0,000)
Sexo masculino	0,467* (0,051)	0,283* (0,013)	0,561* (0,095)	0,280* (0,026)
Metropolitana	0,412* (0,053)	0,137* (0,012)	0,599* (0,105)	0,111* (0,026)
Cor branca	0,135* (0,048)	0,143 * (0,012)	0,183*** (0,102)	0,116* (0,027)
Zona urbana	0,418 * (0,072)	0,062 ** (0,027)	0,262** (0,120)	0,031 ^{ns} (0,046)
Cônjuge	-0,602* (0,074)		-0,756* (0,145)	
Filho	-0,566 * (0,089)		-0,781 * (0,168)	
Outraposição	-0,091 ^{ns} (0,120)		-0,242 ^{ns} (0,227)	
Filhos<14	0,060 ^{ns} (0,053)		-0,001 ^{ns} (0,095)	
Expescol	-0,001** (0,000)		-0,001 ^{ns} (0,001)	
Escolaridade ²	0,001* (0,002)		0,000 ^{ns} (0,003)	
Inrendomiciliar	-0,329* (0,030)		-0,224* (0,057)	
Região Nordeste		-0,315* (0,014)		
Comcarteira		-0,320* (0,019)		-0,365* (0,044)
Idade ²		0,000* (0,000)		0,0003* (0,000)
Contribuinte		0,386* (0,020)		0,540* (0,043)
Sindicato		0,105* (0,017)		0,061*** (0,034)
Λ		0,39		0,36
Rho		0,54		0,48

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da PNAD, 2012

Nível de significância: ^{ns} não significativo, *significativo a 1%, **significativo a 5%, ***significativo a 10%. Entre parêntese está o erro padrão.

Para ambas, destaca-se que a razão inversa de Mills (λ) apresentou sinal positivo, indicando que fatores não mensurados que elevam a participação no mercado de trabalho também elevam os rendimentos salariais. Assim, verifica-se que a razão inversa de Mills foi estatisticamente significativa indicando a necessidade de correção do viés de seleção amostral.

Nas equações de participação, da Tabela XX, observa-se que a maioria das variáveis foi significativa a pelo menos 10%. Para a variável renda domiciliar, constata-se que a mesma diminuiu a probabilidade do indivíduo participar do mercado de trabalho remunerado tanto no setor turístico do Brasil quanto do Nordeste, pois teve menor incentivo e necessidade em obter trabalho remunerado.

Em relação à variável escolaridade enquanto que no setor turístico do Brasil apresentou-se significativa, o mesmo não se verificou para o setor turístico do Nordeste. Uma possível explicação para essa constatação reside no fato da região Nordeste possuir um menor nível de escolaridade. Para a variável idade, observa-se, em ambos, que um aumento na idade do trabalhador aumentou a probabilidade de participar do mercado de trabalho remunerado, de acordo com os resultados obtidos por Pereira et al (2013).

Comparativamente a ser chefe de domicílio, tanto no setor turístico do Brasil quanto no Nordeste, todas as posições no domicílio apresentaram efeitos marginais negativos sobre a participação no mercado de trabalho remunerado, cônjuge (60,2% e 75,6%), filho (56,6% e 78,1%) e outra posição (9,1% e 24,2%). Outra posição não foi estatisticamente significativa. Isso mostra que ser chefe de domicílio teve maior probabilidade de estar no mercado de trabalho.

Morar em região metropolitana e em zona urbana, em comparação à zona rural, aumentou a probabilidade de participação no mercado de trabalho em 41,2% (59,9%) e 41,8% (26,25%), respectivamente.

Quanto ao sexo, constata-se que, no setor turístico, o fato de ser homem aumentou a probabilidade de participação no mercado de trabalho remunerado em 46,7% (Brasil) e 56% (Nordeste). Isso pode ser explicado pelo fato de que há uma “naturalização” por parte da sociedade que as mulheres não trabalhem de forma remunerada em alguma atividade formal porque assumem a responsabilidade do trabalho doméstico e de criação dos filhos, o que impede, de certa forma, sua inserção no mercado de trabalho. Além disso, é frágil o aparato público, com poucas ou nenhuma creche que as libere para o trabalho, entre outros fatores.

Com relação ao trabalhador ser de cor branca, verifica-se que, em ambos, aumentou a probabilidade de estar ocupado no mercado de trabalho. Isto pode ser explicado pela influência de 300 anos de escravidão no Brasil, definindo uma formação desigual, do ponto de vista racial, da população brasileira, privilegiando pessoas de cor branca, representantes dos colonizadores. O Censo demográfico de 2010 (IBGE, 2011) destacou a persistência de diferenças na distribuição dos grupos raciais, com uma maior concentração de negros e pardos no Norte e no Nordeste, e de brancos no Sudeste e Sul, o que acompanha os padrões históricos de ocupação do país e perpetuação nas desigualdades sociais. Do ponto de vista da igualdade social esperava-se que um maior número de trabalhadores negros e pardos das regiões Norte e Nordeste estivessem no mercado de trabalho.

Passando para os determinantes dos rendimentos, observa-se que todas as variáveis foram significativas a pelo menos 5%. No caso do Nordeste apenas a variável zona urbana não foi estatisticamente significativa.

Para a variável escolaridade, observa-se que, de acordo com a teoria do capital humano, quanto maior o nível educacional do indivíduo, mais elevado o rendimento auferido no mercado de trabalho, ou seja, aumento na escolaridade aumentou em 6,3% (6,62%) o rendimento do trabalhador.

Em relação à idade, entendida como *proxy* da experiência de trabalho, de acordo com a teoria do capital humano, a equação indicou uma relação parabólica entre tal variável e o rendimento dos trabalhadores, ou seja, aumentos causados pelo acréscimo de experiência estariam sujeitos a retornos decrescentes.

O fato de ser homem aumentou o rendimento dos trabalhadores em 32,7% (32,2%). Como já se viu, uma explicação para esse diferencial pode ser o fato das mulheres terem renda menor porque se submetem a sub-empregos ou atividades não formais que as possibilitem aliar estas ao trabalho doméstico, com remuneração pequena ou incerta.

O fato do trabalhador ser branco teve uma influência sobre o salário em ambos mercados, ou seja, ser de cor branca aumentava em 15,4% (12,25%) a remuneração do trabalhador do setor turístico. Esses resultados são similares ao do estudo de Santos (2007), para o setor de serviços do Brasil e Nordeste.

Segundo Casari (2012) a contribuição para a previdência é utilizada como um indicador da qualidade do emprego, o setor turístico do Brasil e do Nordeste apresentou efeito positivo, ou seja, a contribuição aumentou o rendimento do trabalhador em 11,1% e 6,3%, respectivamente. Sindicalização apresentou efeito marginal sobre o rendimento

dos trabalhadores em ambos mercados na direção esperada, ou seja, 47,7% (Brasil) e 71,53% (Nordeste). Observa-se que na região Nordeste o impacto de ser sindicalizado foi maior.

A variável relativa à região Nordeste indica que houve um diferencial de rendimentos em favor das demais regiões, ou seja, residir no Nordeste reduziu o rendimento dos trabalhadores do setor de turismo em 27%. Esse resultado mostra que houve segmentação regional, pois mesmo controlando as características socioeconômicas e variáveis relacionadas à teoria da segmentação, a região Nordeste teve impacto sobre o rendimento. Além disso, o fato de ser negativo indicou que o mercado de trabalho turístico no Nordeste era menos desenvolvido mesmo sendo uma região com grande potencial turístico.

Uma vez estimadas as equações de participação e rendimento para o setor turístico da região Nordeste, tornou-se possível realizar a decomposição de Oaxaca-Blinder. De acordo com os dados da Tabela XXI, verifica-se que o rendimento/hora no setor turístico das demais regiões foi superior ao encontrado no setor turístico da região Nordeste em 25% (Norte), 66% (Sul), 63% (Sudeste) e 61% (Centro-oeste).

Decompondo os diferenciais de rendimentos médios do setor de turismo das regiões, constata-se que tanto o efeito característica quanto o efeito segmentação atuaram no sentido de aumentar o referido diferencial entre o setor turístico da região Nordeste e demais regiões, com exceção para a região Norte, que apresentou o efeito característica negativo.

TABELA XXI
 DECOMPOSIÇÃO DA DIFERENÇA DO LOGARITMO/HORA ENTRE A REGIÃO
 NORDESTE E DEMAIS REGIÕES BRASILEIRAS. 2012

	Norte		Sul		Sudeste		Centro-oeste	
	Coef.	Rend./h	Coef.	Rend./h	Coef.	Rend./h	Coef.	Rend./h
Outra região	1,61*	4,00	1,89*	5,65	1,87*	5,51	1,86*	5,44
Nordeste	1,39*	3,00	1,39*	3,00	1,39*	3,00	1,39*	3,00
Diferença	0,22*	0,25	0,51*	0,66	0,49*	0,63	0,48*	0,61
	%		%		%		%	
	Coef.	Diferença	Coef.	Diferença	Coef.	Diferença	Coef.	Diferença
Efeito característica	0,0378*	-16,97	0,214*	42,12	0,161*	33,10	0,075*	15,81
Efeito regional	0,2486*	111,68	0,398*	78,33	0,355*	72,94	0,452*	95,19
Interação entre os efeitos	0,0118 ^{ns}	5,29	-0,104*	-20,45	0,029*	-6,03	0,052*	-11,00

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da PNAD, 2012

Nível de significância: ^{ns} não significativo, *significativo a 1%, **significativo a 5%, ***significativo a 10%

O efeito característica, ou seja, a parcela do diferencial¹ de rendimentos entre o setor turístico da região Nordeste e demais regiões atribuídos às diferenças nas distribuições de atributos dos ocupados e nas características do trabalho foi estatisticamente significativo a 1%, para todas as regiões. No caso da região Norte esse efeito contribuiu em 17% para o diferencial total dos salários nas regiões e fez com que os trabalhadores do setor turístico recebessem 3,71% a menos do que aqueles inseridos no setor turístico da região Nordeste. Com relação às demais regiões (Sul, Sudeste e Centro-oeste) esse efeito fez com que os trabalhadores do setor turístico dessas regiões recebessem 23,86%, 17,47% e 7,79% a mais que os trabalhadores do mesmo setor da região Nordeste.

Já o efeito regional, estatisticamente significativo a 1% para todas as regiões, foi responsável por 111,68 % (Norte), 78,33% (Sul), 72,94% (Sudeste) e 95,19% (Centro-oeste) do hiato do logaritmo do rendimento/hora médio, ou seja, representou a parte não

¹Valor obtido calculando-se o antilog do coeficiente

explicada desse diferencial salarial, decorrente da discriminação, ou seja, do fato de o trabalhador pertencer a uma ou a outra região. As diferenças entre as regiões fizeram com que o retorno médio do trabalho fosse superior no setor turístico das demais regiões comparativamente ao setor turístico da região Nordeste em 28,22% (Norte), 48,88% (Sul), 42,62% (Sudeste) e 57,15% (Centro-oeste). Resultados similares foram encontrados por Freitas (2008), que sugere discriminação regional no mercado de trabalho. Tal como os primeiros teóricos tinham previsto.

Segundo Coelho & Corseul (2012) a discriminação salarial persiste nos mercados de trabalho regional e está diretamente relacionada com o nível de desenvolvimento econômico regional. A região Nordeste apresenta baixos índices sociais com relação à média nacional e enfrenta sérios problemas macro-estruturais, configurando-se como uma das regiões mais pobres do País. Para reduzir esses problemas, na década de 1990 foi implementado PRODETUR/NE, conforme explicado na seção 2.2.4.

Em relação ao termo de interação entre os dois efeitos, estatisticamente significativo a 1%, foi responsável por (5,29%, -20,45%, -6,03% e -11%, respectivamente para Norte, Sul, Sudeste e Centro-oeste), do diferencial de salários entre os setores, ou seja, o impacto desse termo foi reduzir em 9,88% (Sul), 2,86% (Sudeste) e 5,07% (Centro-oeste) o hiato salarial em favor da região Nordeste. No caso da região Norte não foi significativo.

Procedendo-se uma análise detalhada por grupos de variáveis da decomposição realizada, no que tange ao efeito característica, a variável escolaridade, forneceu contribuição do efeito característica para o diferencial de salários em todas as regiões, pois a diferença no nível de escolaridade fez com que os trabalhadores do setor turístico

das demais regiões recebessem 1,3% (Norte), 4,92% (Sul), 5,97% (Sudeste) e 3,15% (Centro-oeste) a mais que os trabalhadores do setor turístico da região Nordeste (Tabela XXII).

TABELA XXII
EFEITO CARACTERÍSTICA DA DECOMPOSIÇÃO DA DIFERENÇA DO LOGARITMO/HORA ENTRE A REGIÃO NORDESTE E DEMAIS REGIÕES BRASILEIRAS. 2012

	Norte		Sul		Sudeste		Centro-oeste	
	Coef.	% Diferença	Coef.	% Diferença	Coef.	% Diferença	Coef.	% Diferença
Metropolitana	-0,0227*	-10,21	0,004**	0,83	0,008*	1,69	-0,026*	-5,38
Sexo masculino	-0,0048 ^{ns}	-2,14	-0,001 ^{ns}	-0,22	-0,004 ^{ns}	-0,83	0,000 ^{ns}	0,09
Idade	-0,0281**	-12,62	0,053*	10,43	0,035*	7,15	-0,009 ^{ns}	-1,82
Idade ²	0,0208**	9,33	-0,035*	-6,83	-0,023*	-4,72	0,009 ^{ns}	2,00
Escolaridade	0,0129***	5,78	0,048*	9,48	0,058*	11,90	0,031*	6,50
Contribuinte	-0,0111 ^{ns}	-5,00	0,171*	33,64	0,132*	27,18	0,125*	26,32
Sindicato	-0,0010 ^{ns}	-0,46	0,000 ^{ns}	0,06	0,000 ^{ns}	-0,08	-0,001 ^{ns}	-0,21
Comcarteira	0,0028 ^{ns}	1,27	-0,084*	-16,64	-0,071*	-14,66	-0,071*	-15,01
Cor branca	-0,0061*	-2,74	0,057*	11,17	0,025*	5,17	0,014*	3,03
Zona urbana	-0,0004 ^{ns}	-0,18	0,001 ^{ns}	0,19	0,002 ^{ns}	0,31	0,001 ^{ns}	0,30
Total	-0,0378*	-16,97	0,214*	42,12	0,161*	33,10	0,075*	15,81

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da PNAD, 2012

Nível de significância: ^{ns} não significativo, *significativo a 1%, **significativo a 5%, ***significativo a 10%

Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste, a variável contribuinte foi a que mais forneceu participação do efeito característica para o diferencial de salários, pois a diferença no nível de contribuição fez com que os trabalhadores do setor turístico dessas regiões recebessem 18,65%, 14,11%, 13,31%, respectivamente, a mais que os trabalhadores do setor turístico da região Nordeste. Já a variável com carteira fez com que o diferencial de salários do setor turístico da região Nordeste e demais regiões reduzisse em 8,06%, 6,85% e 6,85%.

Trabalhadores de cor branca do setor turístico da região Nordeste receberam a mais que trabalhadores com essa mesma característica das demais regiões (5,87%,

2,53% e 1,41%), com exceção a Região Norte cujos trabalhadores de cor branca receberam 0,61% a menos que da região Nordeste. Com relação à variável idade, entendida como *proxy* da experiência no mercado de trabalho e cuja contribuição para o diferencial total foi de 5,44% (Sul) e 3,56% (Sudeste), ou seja, quanto maior a idade do trabalhador maior esse diferencial.

Passando para o detalhamento do efeito regional (Tabela XXIII), apenas a variável contribuinte foi estatisticamente significativa a 1% para todas as regiões, cuja contribuição para o diferencial total foi (-30,62%, -20,37%, -23,70% e -20,74%), teve-se que a diferença de tal atributo entre os setores foi responsável, tudo o mais constante, pelo recebimento de um rendimento/hora 6,59%, 9,79%, 10,86% e 9,43% maior no setor turístico da região Nordeste diante do verificado no setor turístico das demais regiões.

TABELA XXIII
EFEITO REGIONAL DA DECOMPOSIÇÃO DA DIFERENÇA DO LOGARITMO/HORA
ENTRE A REGIÃO NORDESTE E DEMAIS REGIÕES BRASILEIRAS. 2012

	Norte		Sul		Sudeste		Centro-oeste	
	Coef.	% Diferença	Coef.	% Diferença	Coef.	% Diferença	Coef.	% Diferença
Metropolitana	-0,0172 ^{ns}	-7,71	-0,014 ^{ns}	-2,72	0,027***	5,51	0,019 ^{ns}	3,90
Sexo masculino	-0,0577**	-25,92	-0,038 ^{ns}	-7,53	0,001 ^{ns}	0,23	0,032 ^{ns}	6,67
Idade	0,2229 ^{ns}	100,13	-0,205 ^{ns}	-40,45	-0,189 ^{ns}	-38,94	0,632***	132,97
Idade ²	-0,0688 ^{ns}	-30,89	0,020 ^{ns}	3,85	0,090 ^{ns}	18,44	-0,365**	-76,81
Escolaridade	-0,0851 ^{ns}	-38,22	-0,184*	-36,18	0,012 ^{ns}	2,45	-0,067 ^{ns}	-14,17
Contribuinte	-0,0682**	-30,62	-0,103*	-20,37	-0,115*	-23,70	-0,099*	-20,74
Sindicato	-0,0033 ^{ns}	-1,49	0,026*	5,09	0,007 ^{ns}	1,50	0,007 ^{ns}	1,52
Comcarteira	0,0435 ^{ns}	19,52	-0,002 ^{ns}	-0,32	0,024 ^{ns}	4,89	0,000 ^{ns}	0,07
Cor branca	-0,0121 ^{ns}	-5,44	-0,005 ^{ns}	-0,90	0,019**	3,92	0,007 ^{ns}	1,56
Zona urbana	-0,1048 ^{ns}	-47,08	0,021 ^{ns}	4,22	0,025 ^{ns}	5,17	0,110 ^{ns}	23,22
Constante	0,3993**	179,38	0,882*	173,64	0,455*	93,46	0,176 ^{ns}	37,00
Total	0,2486*	111,68	0,398*	78,33	0,355*	72,94	0,452*	95,19

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da PNAD, 2012

Nível de significância: ^{ns} não significativo, *significativo a 1%, **significativo a 5%, ***significativo a 10%

Para a região Norte a variável sexo masculino mostrou-se significativa a 5%, mostrando que os trabalhadores masculinos da setor turístico da região Nordeste, em média, recebiam 5,61% do que aqueles inseridos no setor de turismo da região Norte. Com relação à variável escolaridade, observa-se que os trabalhadores do setor de turismo da região Nordeste recebeu, em média, 16,81% a mais pelos anos de estudo formal do que aqueles inseridos na região Sul. Já os trabalhadores sindicalizados da região Sul receberam 2,63% a mais do que os trabalhadores sindicalizados da região Nordeste.

Trabalhadores de cor branca da região Sudeste receberam, em média, 1,92% a mais que os trabalhadores de cor branca da região Nordeste, isso pode ser explicado pelo fato da região Sudeste possuir a maior população de cor branca do Brasil.

Analisando a variável idade, entendida como *proxy* da experiência no mercado de trabalho e cuja contribuição para o diferencial total da região Centro-oeste (132%) foi a mais importante entre todas as demais, teve-se que a diferença de remuneração de tal atributo foi responsável, tudo o mais constante, pelo recebimento de um rendimento/hora 88,14% maior na região Centro-oeste diante do verificado na região Nordeste.

Ainda sobre o efeito segmentação, observa-se que a diferença entre o intercepto dos dois setores foi estatisticamente significativa a pelo menos 5%, respondendo por importante contribuição para o diferencial verificado (179,38%, 173,64% e 93,46%), com exceção para a região Centro-oeste.

Os resultados encontrados nesta seção estão de acordo com o esperado, uma vez que outros estudos realizados sobre diferenciais salariais regionais, como Lim & Cho

(2009) e Freitas (2008) também encontraram que existem diferenciais salariais que são explicados pelas diferenças regionais.

3.5.3. Diferenciais de rendimentos por gênero no setor turístico do Brasil

Neste item, primeiramente, foram analisadas algumas características socioeconômicas dos trabalhadores ocupados no setor de turismo por gênero. Em seguida, foram analisados a participação no mercado de trabalho remunerado e determinantes do rendimento dos trabalhadores do setor turístico dos gêneros masculino e feminino, e por fim, decomposição da diferença salarial entre os gêneros feminino e masculino.

Pela Tabela XXIV, considerando a análise das classes de rendimento mensal por gênero, constata-se que a maior concentração da população empregada nas ACTs encontrava-se na classe de rendimento mensal que compreende 1 a menos de 2 salários mínimos, tanto para homens quanto para as mulheres. Verifica-se ainda que nas classes salariais mais elevadas a presença masculina foi mais significativa quando comparada com a presença feminina.

De acordo com Munóz-Bullón (2009) existe segregação no setor de turismo, ou seja, as mulheres estão sub-representadas nas atividades que os salários são mais altos e sobrevalorizadas nas atividades de baixa remuneração.

TABELA XXIV
EMPREGADOS NAS ACTS, POR CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL E GÊNERO (EM %)- BRASIL, 2012

Faixa de renda	Gênero		Total
	Masculino	Feminino	
Menos de 1/2 Salários mínimos (SM)	3,38	3,15	6,52
1/2 a menos de 1 SM	10,66	9,07	19,74
1 a menos de 2 SM	26,62	13,78	40,40
2 a menos de 5 SM	22,17	4,76	26,93
5 a menos de 10 SM	3,68	1,10	4,78
Mais de 10 SM	1,28	0,36	1,63

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da PNAD, 2012

A Tabela XXV apresenta as principais características das pessoas empregadas nas ACTs, por gênero. Com relação à posição no domicílio, 40,31% das mulheres eram chefes, seguindo a tendência nacional, cuja a proporção de mulheres como pessoa de referência dos arranjos familiares aumentou de 28% em 2002 para 38% em 2012 (IBGE, 2013). Segundo o IPEA (2010) essa tendência relaciona-se ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e às transformações nos lugares ocupados por elas na sociedade.

Com relação ao rendimento mensal, os empregados do gênero masculino receberam R\$ 1.551,73 por mês enquanto os do gênero feminino receberam R\$ 1.076,09, ou seja, os homens receberam 30,65% a mais que as mulheres. A escolaridade das mulheres era um pouco maior que a dos homens, mesmo que discretamente e eram mais novas 2,11 anos. Observa-se que apesar de apresentar uma maior escolaridade as mulheres recebiam um salário médio menor, isso pode ser explicado pela segregação vertical existente no setor turístico, onde, segundo Kinnaird & Hall (1996) as mulheres são recrutadas para trabalhos considerados extensão de suas habilidades domésticas, como cozinheiras e camareiras, enquanto os homens são utilizados em atividades administrativas e gerenciais.

TABELA XXV
MÉDIA (OU PROPORÇÃO) DAS VARIÁVEIS ASSOCIADAS ÀS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DOS TRABALHADORES OCUPADOS NO SETOR DE TURISMO, POR GÊNERO. 2012

	Feminino	Masculino
Empregados ACT	5969	11.993
Norte (%)	7,44	7,27
Nordeste (%)	22,89	23,56
Sudeste (%)	46,75	46,73
Sul (%)	15,10	14,55
Centro-oeste (%)	7,81	7,88
Idade média (em anos)	36,75	38,66
Escolaridade média (em anos)	9,98	9,26
Contribuinte (%)	57,73	6,22
Chefe (%)	40,31	67,51
Cor branca (%)	46,69	47,26
Sindicato (%)	10,97	16,28
Com carteira (%)	46,39	47,26
Região metropolitana (%)	38,20	38,12
Zona urbana (%)	94,55	94,00
Filhos < 14 anos (%)	39,76	38,87
Salário mensal médio (R\$)	1.076,09	1.551,73

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados da PNAD

A maior parte dos empregados nas ACTs inquiridos eram da região Sudeste, seguido da região Nordeste, para ambos os gêneros.

Ao analisar a ocupação nas ACTs (Tabela XXVI), observa-se que 44,42% dos ocupados se encontram na atividade de alimentação e alojamento, além disso, essa atividade era tipicamente feminina pois 75,34% das mulheres estavam ocupadas nesta atividade. De acordo com Coelho & Sakowski (2014) em alojamento, os homens se concentram nas ocupações de garçom e recepcionista de hotel. Destaca-se a participação das mulheres nas ocupações de camareira de hotel e copeira. No que se refere ao gênero masculino constata-se que a maioria (55,1%) estava ocupada no transporte terrestre.

TABELA XXVI
DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NAS ACTS, POR GÊNERO. 2012

Atividades características do turismo	Gênero		Total
	Masculino	Feminino	
Alimentação e alojamento	29,03	75,34	44,42
Transporte terrestre	55,11	8,21	39,52
Transporte aquaviário	1,02	0,13	0,72
Transporte aéreo	0,92	0,8	0,88
Atividades anexas do transporte	4,14	1,88	3,39
Agências de viagens	0,5	1,52	0,84
Atividades recreativas	9,28	12,11	10,22

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da PNAD, 2012

De acordo com as características de idade e escolaridade, observa-se que os homens ocupados nas atividades de transporte (terrestre, aquaviário e aéreo) e atividades anexas do transporte eram mais velhos que as mulheres, nas agências de viagens as mulheres eram mais velhas e nas atividades de alimentação, alojamento e atividades recreativas eram praticamente da mesma idade. No que se refere à escolaridade, constata-se que as trabalhadoras possuíam um maior nível de escolaridade (Tabela XXVII).

TABELA XXVII
IDADE E ESCOLARIDADE MÉDIA DOS OCUPADOS NAS ACTS POR GÊNERO. 2012

Atividades características do turismo	Idade		Escolaridade	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Alimentação e alojamento	37,67	37,52	8,92	9,19
Transporte terrestre	40,02	34,72	8,92	11,91
transporte aquaviário	40,19	30,2	9,51	13,53
transporte aéreo	36,94	33,22	12,94	13,77
Atividades anexas do transporte	35,47	32,61	9,93	12,49
Agências de viagens	33,89	35,27	12,48	13,37
Atividades recreativas	35,19	34,59	11,57	12,39

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da PNAD, 2012

Os dados de rendimentos médios mensais auferidos pela população ocupada nas ACTs, do Tabela XXVIII, mostram que a atividade alimentação e alojamento foi a de menor remuneração, tanto para homens como para mulheres. Constatase ainda que, alimentação e alojamento apesar de ser uma atividade tipicamente feminina (conforme Tabela XXVI), as mulheres receberam em média 31,6% a menos que os homens, isso pode ser explicado pela presença maior de homens em cargos de gerência e de mulheres nas atividades básicas, como copeira, cozinheira e camareira.

TABELA XXVIII
RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DOS OCUPADOS NAS ACTs POR GÊNERO. 2012

Atividades características do turismo	Masculino	Feminino	Diferença %
Alimentação e alojamento	1292,59	884,2	31,59
Transporte terrestre	1563,54	1345,66	13,94
Transporte aquaviário	2399,61	1590,54	33,72
Transporte aéreo	4338,41	2914,29	32,83
Atividades anexas do transporte	1507,78	1526,54	-1,24
Agências de viagens	3832,37	4405,44	-14,95
Atividades recreativas	1834,22	1439,91	21,50

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da PNAD, 2012

Os ocupados em transporte aéreo e agências de viagens foram os que perceberam os rendimentos mais elevados. Em suma, estes dados permitem afirmar que os homens, de maneira geral, tiveram remuneração maior que a das mulheres nas ACTs, as únicas atividades que as mulheres receberam a mais que os homens foram atividades anexas do transporte e agências de viagens, talvez por exercer atividades administrativas, nas quais há provavelmente maiores exigências na formação, embora a diferença na Tabela XXVII não seja das mais acentuadas.

A Tabela XXIX apresenta os efeitos marginais da equação de participação no mercado de trabalho remunerado e os efeitos marginais condicionais sobre o rendimento por hora dos trabalhadores dos gêneros feminino e masculino.

Inicialmente analisando a equação de participação, observa-se que um aumento na idade da trabalhadora aumentou a probabilidade de participar do mercado de trabalho remunerado e um aumento na escolaridade teve efeito marginal positivo sobre essa participação, conforme explicado anteriormente.

TABELA XXIX
PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO REMUNERADO E DETERMINANTES DO RENDIMENTO DOS TRABALHADORES DO SETOR TURÍSTICO DOS GÊNEROS MASCULINO E FEMININO. 2012

Variáveis	Masculino		Feminino	
	Equação de participação	Equação de rendimentos	Equação de participação	Equação de rendimentos
Norte	-0,4824*(0,127)	-0,1374*(0,028)	-0,1751 ^{ns} (0,109)	-0,0557 ^{ns} (0,035)
Nordeste	-0,2293**(0,114)	-0,3456*(0,021)	-0,1252 ^{ns} (0,098)	-0,3613*(0,031)
Sul	-0,2309*** (0,134)	-0,0170 ^{ns} (0,022)	-0,0362 ^{ns} (0,102)	-0,0052 ^{ns} (0,027)
Centro-oeste	-0,0327 ^{ns} (0,147)	0,0930*(0,025)	0,0651 ^{ns} (0,123)	0,0245 ^{ns} (0,035)
Metropolitana	0,2896*(0,099)	0,1338*(0,018)	0,4347*(0,080)	0,1844*(0,023)
Cor Branca	0,0014 ^{ns} (0,089)	0,1253*(0,016)	0,0293 ^{ns} (0,072)	0,1811*(0,022)
Zona Urbana	0,1880 ^{ns} (0,127)	0,0500 ^{ns} (0,035)	0,4030*(0,106)	0,1452*(0,052)
Idade	0,0003 ^{ns} (0,001)	0,0046*(0,000)	0,0021*(0,001)	0,0022*(0,000)
Escolaridade	0,0483 ^{ns} (0,056)	0,0578*(0,003)	0,1097** (0,050)	0,0695*(0,004)
Expescol	0,0003 ^{ns} (0,001)		-0,0019*(0,001)	
Filhos<14	-0,0803 ^{ns} (0,089)		0,0617 ^{ns} (0,071)	
Cônjuge	-0,4004*(0,135)		-1,0807*(0,123)	
Filho	-1,0893*(0,088)		-1,0094*(0,145)	
Outra posição	-0,3621 ** (0,152)		-0,6567*(0,171)	
Escolaridade ²	0,0002 ^{ns} (0,003)		-0,0016 ^{ns} (0,002)	
Contribuinte		0,3446*(0,026)		0,3818*(0,042)
Sindicato		0,0965*(0,020)		0,1168*(0,030)
Comcarteira		-0,3154*(0,024)		-0,3799*(0,038)
Idade ²		0,0004*(0,000)		0,0002*(0,000)
Λ		-0,1246		0,4281
Rho		-0,1740		0,6062

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da PNAD, 2012

Nível de significância: ^{ns} não significativo, *significativo a 1%, **significativo a 5%, ***significativo a 10%. Entre parêntese está o erro padrão.

Em relação a morar na região Sudeste, residir nas regiões Norte, Nordeste e Sul tiveram efeitos marginais negativos sobre a probabilidade dos trabalhadores (homens e mulheres) participar do mercado de trabalho remunerado no setor de turismo. Conforme a subseção 2.2.5., a região Sudeste foi a região de maior importância na economia brasileira, sendo o turismo uma das principais atividades da região.

De acordo com o que já se viu, morar em região metropolitana aumentou a probabilidade de participação no mercado de trabalho remunerado, em (29% para os homens e 43,5% para as mulheres) e morar em zona urbana, em comparação à zona rural, aumentou a probabilidade de participação no mercado de trabalho em 18% (homens, não significativa) e 40,3% (mulheres). Para as mulheres esse impacto foi maior pois elas encontram no setor de turismo oportunidades de emprego, por serem vistas como mão-de-obra barata, aceitando serviços de baixa remuneração.

Comparativamente a ser chefe de domicílio, todas as outras posições no domicílio apresentaram efeitos marginais negativos sobre a participação no mercado de trabalho remunerado. Em relação a presença de filhos menores de 14 anos, apesar de não significativa o sinal estava de acordo com o esperado para as mulheres, ou seja, ocorre efeito marginal positivo na participação do indivíduo no mercado de trabalho pois aumentou a necessidade de trabalhar para sustentá-los e o setor de turismo oferece importante oportunidade para a inserção da mulher no mercado de trabalho pois demanda serviços compatíveis com trabalhos desempenhados tradicionalmente pelas mulheres, como cozinheira, serviços de hotelaria e artesanatos, além de ofertar trabalhos a tempo parcial e trabalho por turno que possibilita a conciliação com os afazeres domésticos (SECTUR México, 2011). No caso dos homens, o sinal foi negativo, mostrando que eles migram para outras atividades, para obter uma melhor remuneração.

Passando para os determinantes dos rendimentos, observa-se que a maioria das variáveis foi significativa a pelo menos 10%. A hipótese estabelecida de que a correlação entre os distúrbios das duas equações fosse nula foi rejeitada. O coeficiente de correlação entre os resíduos das equações de participação e de rendimentos está entre -1 e 1. Verifica-se que a razão inversa de Mills foi estatisticamente significativa indicando a necessidade de correção do viés de seleção amostral.

Com relação à região de moradia, observa-se que para as mulheres apenas a região Nordeste foi significativa a 1%, ou seja, o fato da mulher residir no Nordeste, em comparação à região Sudeste, apresentou efeito negativo sobre o rendimento, ou seja, um diferencial de 29,22% entre as duas regiões. Esse diferencial pode ser explicado pelas características socioeconômicas da região Nordeste. Morar em região metropolitana teve efeito positivo relevante sobre o rendimento dos trabalhadores remunerados 14,32% (homens) e 20,25% (mulheres). Ser de cor branca aumentou o rendimento dos trabalhadores do setor de turismo em 13,35% e 19,85%, respectivamente.

Para a variável escolaridade, observa-se que, de acordo com a teoria do capital humano, quanto maior o nível educacional do indivíduo, mais elevado o seu rendimento auferido no mercado de trabalho, ou seja, aumento na escolaridade aumentou em (5,95% e 7,19%) o rendimento do trabalhador. Em relação à idade, entendida como *proxy* da experiência de trabalho, de acordo com a teoria do capital humano, a equação voltou a indicar uma relação parabólica entre tal variável e o rendimento dos trabalhadores. De acordo com Ehrenberg & Smith (2005), essa relação pode ser explicada pelos investimentos em capital humano realizados nos primeiros anos de emprego que apresentam período mais longo para a incorporação dos ganhos salariais.

Esses investimentos diminuem com a idade. A cada ano seguinte, ganhos reais se tornam mais próximos aos ganhos potenciais; além disso, os trabalhadores tornam-se menos dispostos a investir em capital humano à medida que envelhecem, os aumentos anuais nos ganhos potenciais tornam-se cada vez menores.

A contribuição para a previdência e a sindicalização apresentaram efeitos marginais sobre o rendimento na direção esperada, ou seja, aumentou o rendimento do trabalhador em 41,14% (46,49%) e 10,13 % (12,39%), respectivamente.

Uma vez estimadas as equações de participação e rendimento para ambos os gêneros, tornou-se possível realizar a decomposição de Oaxaca-Blinder. De acordo com os dados da Tabela XXX, verifica-se que o rendimento/hora no setor turístico do sexo masculino foi superior ao encontrado no sexo feminino em 35,3%.

TABELA XXX
DECOMPOSIÇÃO DA DIFERENÇA DO LOGARITMO/HORA ENTRE OS GÊNEROS
FEMININO E MASCULINO. 2012

Diferencial do valor esperado do logaritmo do rendimento/hora	Coef.	Erro padrão	Est "t"	P>z	Rendimento/hora
Sexo masculino	1,850	0,010	194,670	0,000	5,362
Sexo feminino	1,548	0,012	131,040	0,000	3,704
Diferença	0,302	0,014	21,740	0,000	0,353
Efeito característica	-0,025	0,008	-2,980	0,003	-8,255
Efeito discriminação	0,307	0,012	25,210	0,000	101,641
Efeito interação	0,020	0,005	4,270	0,000	6,614

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da PNAD, 2012

Decompondo os diferenciais de rendimentos por gêneros, observa-se que o efeito característica diminuiu o hiato entre o gênero masculino e feminino e que o discriminação aumentou esse diferencial. O efeito característica, estatisticamente significativo a 1%, contribuiu em 8,25% para a redução no diferencial total dos salários entre os gêneros, ou seja, a parcela do diferencial de rendimentos entre os sexos

atribuídos às diferenças nas distribuições de atributos dos ocupados e nas características do trabalho fez com que os trabalhadores do gênero feminino recebessem 2,46%² a mais do que os trabalhadores do sexo masculino.

Já o efeito discriminação, estatisticamente significativo a 1%, foi responsável por 101,64% do hiato do logaritmo do rendimento/hora médio, ou seja, representou a parte não explicada desse diferencial salarial, decorrente da discriminação, ou seja, do fato de o trabalhador pertencer a um ou a outro gênero. As diferenças entre os dois gêneros fizeram com que o retorno médio do trabalho fosse superior no gênero masculino comparativamente ao gênero feminino em 35,92%. Em relação ao termo de interação entre os dois efeitos, estatisticamente significativo a 1%, foi responsável por 6,61% do diferencial de salários entre os setores, ou seja, o impacto desse termo foi aumentar em 2,02% o hiato salarial entre os gêneros. Em termos do conjunto destes efeitos, confirma-se o forte impacto da discriminação no hiato salarial.

Procedendo-se a uma análise detalhada por grupos de variáveis da decomposição realizada, no que tange ao efeito característica a maioria das variáveis foram estatisticamente significativas a pelo menos 10%. A variável escolaridade foi estatisticamente significativa, mostrando-se importante para explicar o diferencial de salários, ou seja, um aumento da escolaridade das mulheres diminuiu este diferencial. Com relação à idade, observa-se que ela contribuiu para um aumento de 14,44% no diferencial total, ou seja, caso homens e mulheres possuíssem a mesma idade, os homens receberiam 4,45% a mais que as mulheres (Tabela XXXI).

²Valor obtido calculando-se o antilog do coeficiente

TABELA XXXI
EFEITO CARACTERÍSTICA DA DECOMPOSIÇÃO DA DIFERENÇA DO
LOGARITMO/HORA ENTRE OS GÊNEROS. 2012

Efeito Característica	Coef.	Erro padrão	Est "t"	P>z	% Diferença
Norte	0,0000394	0,000	0,220	0,824	0,013
Nordeste	-0,0039549	0,003	-1,540	0,123	-1,310
Sul	0,0000352	0,000	0,190	0,850	0,012
Centro-oeste	-0,0000007	0,000	-0,010	0,993	0,000
Metropolitana	-0,0018794	0,002	-1,190	0,233	-0,622
Idade ²	-0,0294803	0,010	-2,860	0,004	-9,763
Idade	0,0435996	0,011	4,080	0,000	14,438
Escolaridade	-0,0535697	0,006	-9,630	0,000	-17,740
Contribuinte	0,0112734	0,004	3,130	0,002	3,733
Sindicato	0,0060676	0,002	3,600	0,000	2,009
Comcarteira	0,0035393	0,004	1,000	0,317	1,172
Branca	0,0009320	0,002	0,560	0,575	0,309
Urbana	-0,0015304	0,001	-1,890	0,059	-0,507

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da PNAD, 2012

Passando para o detalhamento do efeito segmentação entre os gêneros, verifica-se que as variáveis região Norte, região Centro-oeste, região metropolitana, idade, idade², escolaridade e cor branca foram estatisticamente significativas a pelo menos 10% (Tabela XXXII).

Com relação a variável idade, entendida como *proxy* da experiência no mercado de trabalho, cuja contribuição para o diferencial total (300,12%) foi a mais importante entre todas as demais, teve-se que a diferença de tal atributo entre os gêneros foi responsável, tudo o mais constante, pelo recebimento de um rendimento/hora 147,51% maior dos homens diante do verificado nas mulheres. Isso pode ser explicado pelo fato da mulher entrar mais tarde no mercado de trabalho por causa da maternidade e com isso ser absorvida em atividades de baixa remuneração e com maior flexibilidade de trabalho, ou seja, muitas vezes trabalham *part-time*, atividades como camareira e cozinheira.

TABELA XXXII
EFEITO DISCRIMINAÇÃO DA DIFERENÇA DO LOGARITMO/HORA ENTRE GÊNEROS.
2012

Efeito discriminação	Coef.	Erro padrão	Est "t"	P>z	% Diferença
Norte	-0,0062376	0,003	-2,070	0,038	-2,066
Nordeste	0,0030296	0,008	0,400	0,691	1,003
Sul	-0,0023253	0,005	-0,480	0,632	-0,770
Centro-oeste	0,0053931	0,003	1,660	0,096	1,786
Metropolitana	-0,0197044	0,010	-1,970	0,049	-6,525
Idade ²	-0,3543988	0,111	-3,200	0,001	-117,361
Idade	0,9062931	0,209	4,340	0,000	300,124
Escolaridade	-0,1159801	0,042	-2,780	0,005	-38,407
Contribuinte	-0,0230243	0,029	-0,790	0,427	-7,625
Sindicato	-0,0021985	0,004	-0,560	0,577	-0,728
Comcarteira	0,0324484	0,021	1,520	0,130	10,745
Cor Branca	-0,0262343	0,013	-1,990	0,046	-8,688
Zona Urbana	-0,0877911	0,057	-1,530	0,126	-29,073
Constante	-0,0023417	0,124	-0,020	0,985	-0,775

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da PNAD, 2012

A diferença no nível de escolaridade entre os gêneros foi responsável, tudo o mais constante, pelo recebimento de um rendimento/hora 10,95% maior dos homens diante do verificado nas mulheres, devido a mulher ser mais instruída que o homem.

Os resultados encontrados nesta seção estão de acordo com o esperado, uma vez que outros estudos realizados sobre diferenciais de gêneros, como Bastos et al (2004), Akhmedjonov (2012) e Muñoz-Bullón (2009) também encontraram que existem diferenciais salariais que não são explicados pelas diferenças de atributos produtivos, e que, portanto, podem ser considerado discriminação.

3.6. Considerações finais

O presente estudo procurou examinar o diferencial de rendimento no setor de turismo. Para tal investida, estimou-se, com base nos microdados da PNAD para o ano de 2012, equações de participação pelo modelo Probit a partir do método de pseudo

máxima verossimilhança, com o intuito de gerar, pelo procedimento de Heckman, a variável razão inversa de Mills, para corrigir o viés de seleção da amostra. A decomposição de Oaxaca-Blinder, aperfeiçoada por Jann (2008) foi empregada para mensurar as diferenças de salários entre os trabalhadores dos setores turístico e não turístico, entre os trabalhadores do setor turístico por região e por gênero.

Os resultados obtidos mostraram que conforme o esperado, o rendimento/hora do trabalho é mais elevado entre os trabalhadores do setor não turístico em comparação ao verificado entre os trabalhadores das ACTs, com um diferencial de 18%, sendo explicado principalmente pela parcela do diferencial de rendimentos entre os setores turísticos e não turísticos, atribuídos às diferenças nas distribuições de atributos dos ocupados e nas características do trabalho, onde a variável escolaridade é a que mais fornece contribuição do efeito característica para o diferencial de salários, de acordo com a Hipótese 2.

Conforme os resultados, verifica-se que o rendimento/hora no setor turístico das demais regiões é superior ao encontrado no setor turístico da região Nordeste. Decompondo os diferenciais de rendimentos médios do setor de turismo das regiões, constata-se que tanto o efeito característica quanto o efeito segmentação atuaram no sentido de aumentar o referido diferencial entre os setores turístico da região Nordeste e o das demais regiões. O efeito regional foi o maior responsável pelo hiato do logaritmo do rendimento/hora médio, ou seja, representa a parte não explicada desse diferencial salarial, decorrente da segmentação, ou seja, do fato de o trabalhador pertencer a região Nordeste, confirmando a Hipótese 4.

O rendimento/hora no setor turístico do gênero masculino é superior ao encontrado no gênero feminino em 35,3%. Decompondo os diferenciais de rendimentos

por gêneros, observa-se que o efeito característica diminui (8,25%) o hiato entre os gêneros masculino e feminino e que a discriminação aumenta (101,64%) esse diferencial, mostrando uma forte discriminação por gênero no setor de turismo brasileiro, de acordo com a Hipótese 3.

As variáveis idade e escolaridade foram as mais importantes na explicação desses efeitos. Os resultados mostram que, no setor de turismo do Brasil, o diferencial entre os rendimentos para distintos gêneros cresce continuamente com a idade e diminui com a experiência no mercado de trabalho, ou seja, varia em direções opostas, de acordo com a teoria do capital humano, confirmando a Hipótese 1.

Conclui-se que no setor de serviços ocorre diferencial de salários devido às diferenças nas características dos trabalhadores com prejuízo para o setor turístico (Contrário à Hipótese 5), sendo importante a implantação de políticas públicas específicas para a valorização da mão-de-obra no setor e de melhoria na qualidade da educação, pois segundo Beni (2003) o setor turístico requer mais trabalho qualificado. Além de políticas que ofereçam soluções alternativas para os problemas relacionados com o crescimento econômico, geração de empregos e discriminação regional da região Nordeste.

Fica evidente também a contribuição deste trabalho na literatura ao mostrar disparidades salariais no setor de turismo no que se refere às diferenças regionais e no que se refere às diferenças por gêneros. Como perspectiva para extensão em futuros trabalhos, sugere-se a ampliação do estudo dos determinantes das desigualdades, investigando, em detalhes, as ACTs, bem como a realização de estudos longitudinais para avaliar a evolução das diferenças salariais constatadas.

CAPÍTULO 4

INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO E TURISMO

4.1. Introdução

O IDE desempenha um papel significativo no desenvolvimento econômico, pois é, entre outros motivos, aceito como um veículo importante para a transferência de tecnologia e conhecimento, bem como novas formas de gestão e organização, especialmente para países em desenvolvimento, como o Brasil.

Segundo a UNCTAD (2011), atualmente países em desenvolvimento estão considerando o turismo como um dos caminhos potencialmente promissores para o desenvolvimento econômico e humano, desde que certas vantagens comparativas se verifiquem. Por sua vez, o IDE é um dos veículos através dos quais os países em desenvolvimento podem promover o setor do turismo. No caso brasileiro, o setor de turismo é ainda comparativamente pouco importante, sendo natural que outras companhias estrangeiras, notadamente cadeias hoteleiras, através do IDE, contribuam para o desenvolvimento do setor, pois, em geral, têm mais experiência nesta área.

Paralelamente ao aumento do turismo receptivo, as economias emergentes da China, Rússia e Brasil foram motores dinâmicos do turismo emissor nos últimos anos. Em 2013, estes três mercados emissores representaram cerca de US\$ 40 bilhões do total dos US\$ 81 bilhões do aumento das despesas do turismo internacional. Brasil entrou no *top ten* por despesas em décimo lugar, com US\$ 25 bilhões, um aumento de 13% em relação ao ano anterior (UNTWO, 2014).

Como foi visto no capítulo 2, o setor possui importância significativa para a economia brasileira, sobretudo para certas regiões e vem crescendo nos últimos anos, passando a afirmar-se nos dois planos: receptivo e emissor. Portanto, é importante levar em consideração o papel que o IDE exerce no desenvolvimento do setor de turismo. Da mesma maneira faz-se necessário um estudo de causalidade bidirecional, pois o crescimento do turismo internacional no Brasil pode ter atingido um ponto onde as decisões empresariais sobre a possibilidade de investir sejam afetadas.

Apesar da importância do IDE e do turismo para o desenvolvimento econômico de um país, poucos estudos empíricos têm sido realizados sobre a natureza do vínculo e direção de causalidade. Dentre eles, pode-se citar: Sanford & Dong (2000), Tang et al (2007), Sekmen (2007), Craigwell & Moore (2008), Selvanathan et al (2009), Tiwari (2011), Fereodouni & Al-mulali (2012) e Othman et al (2012).

Diante dessas considerações, questiona-se: Qual a relação entre o IDE e o turismo no Brasil? Em que sentido funciona? O presente capítulo busca, de forma geral, analisar as relações existentes entre turismo e IDE no Brasil no período 2003-2013, via estimação de um modelo vetorial de correção de erros (VEC) e teste de causalidade de Granger.

O desenvolvimento do capítulo dá-se da seguinte maneira: na próxima seção foram discutidas algumas abordagens sobre IDE, IDE e turismo e evidências empíricas. Em seguida, na seção 4.3., definiu-se as hipóteses a serem testadas. Na seção 4.4., foram apresentadas a área de estudo, fonte de dados e métodos de análise. E na seção 4.5. foram feitas algumas análises descritivas e comparativas sobre estoques e fluxos de IDE na economia brasileira, nas ACTs e nas regiões geográficas brasileiras com base em um

modelo explicativo, que permitem enquadrar melhor os resultados obtidos, a partir do modelo econométrico. Por fim, foram apresentadas as conclusões extraídas da pesquisa.

4.2. Revisão de literatura

Nesta seção, foram destacadas as teorias que explicam o IDE. Também foi realizada uma abordagem geral a respeito da relação entre IDE e turismo. Por fim, foi feita uma revisão empírica sobre essa relação.

4.2.1. Teorias do IDE

O estudo das relações econômicas internacionais começou por focar-se no comércio. A existência do comércio internacional surgia com base nas diferenças de preços relativos dos bens produzidos nos diversos países, teve origem nas obras de Adam Smith, na “Riqueza das Nações” (1776), e David Ricardo (1817) na “Princípios de Economia Política e Tributação”. Smith desenvolveu a teoria das vantagens absolutas, onde afirma que há vantagem positiva na troca internacional para os países envolvidos. Para tanto, os países precisam especializar-se na produção do bem em que possui maior vantagem absoluta em termos de custo ou produtividade. Para Smith, o comércio internacional aumenta o bem-estar social pois permite que haja exportação de produtos para satisfação das necessidades individuais com base no aprofundamento da divisão social do trabalho e conseqüente especialização.

Ricardo introduziu a teoria das vantagens comparativas ou relativas, ou seja, reflete o custo de oportunidade relativa. Os países devem especializar-se na produção de

bens nos quais tenham vantagem comparativa, aumentando sua produção doméstica e assim o bem-estar dos países envolvidos.

O modelo de Ricardo prevê uma direção para o comércio exterior: os países exportarão os bens nos quais têm maior produtividade relativa do trabalho (têm vantagem comparativa na sua produção) e importarão os bens nos quais apresentam menor produtividade relativa do trabalho (não tem vantagem comparativa na sua produção). Nestas condições, mesmo que um país não tenha vantagem absoluta na produção de um determinado bem, pode tirar benefícios de troca internacional na base de uma vantagem comparativa.

Os modelos de Smith e Ricardo consideram o trabalho como o único fator de produção e que as diferenças na produtividade do trabalho determinam a troca. Por seu turno Heckscher (1919) e Ohlin (1933) desenvolveram um modelo com dois fatores de produção: trabalho e capital. A sua teoria é baseada na vantagem comparativa em termos de preços relativos do fator. Um país se especializa na produção de bens que requerem seu fator de produção mais abundante e os exporta e importa outros produtos cujos fatores de produção sejam relativamente escasso. Segundo esta abordagem, se um país é rico em capital, ele produzirá produtos intensivos em capital a um custo relativamente baixo e exporta-os em troca de produtos intensivos em trabalho.

Tanto a teoria clássica como a neoclássica fundamentam-se da premissa de uma imobilidade internacional de fatores, onde, portanto, o IDE não tinha lugar, a não ser uma exceção. Só mais tarde a mobilidade internacional de fatores, em especial, de capital, veio a ser progressivamente integrada na economia internacional.

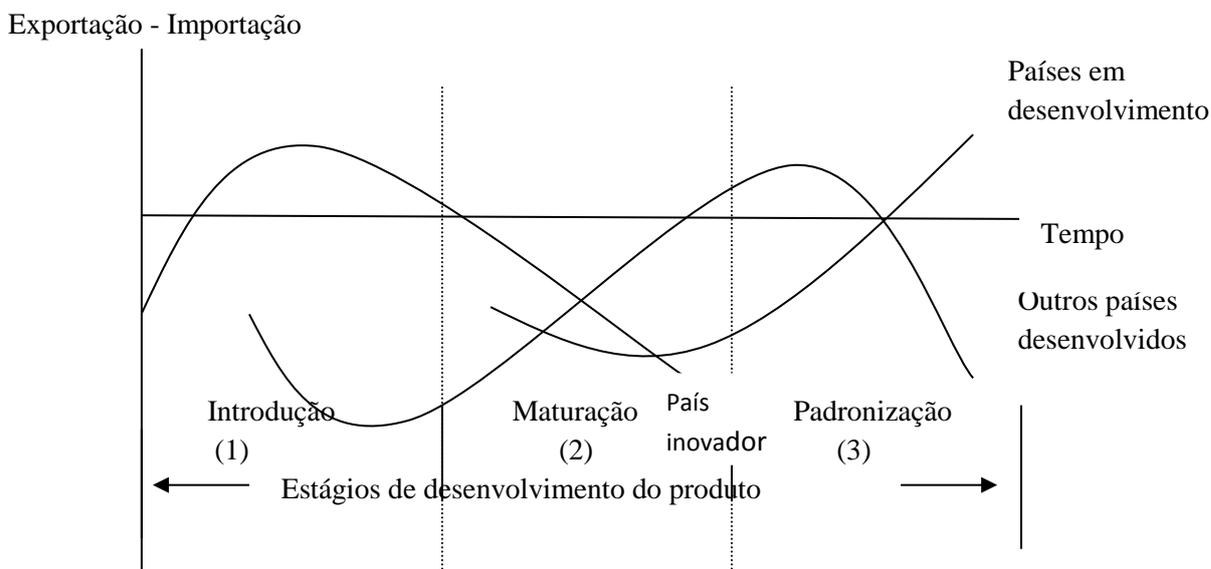
Na linha da sua tese elaborada em 1960, Hymer (1970) abordou o paradigma das imperfeições de mercado em um texto sobre circulação internacional de capital. Partiu

da idéia de que as empresas locais têm vantagens, em termos de conhecimento do mercado local, dos gostos e preferências dos consumidores, do enquadramento jurídico e institucional, barreiras culturais e com isso, as EMNs possuem custos adicionais para competirem com aquelas empresas. De outro lado, as EMNs possuem vantagens comparativas no que se refere ao nível de gestão, tecnológico (Investigação e Desenvolvimento – I & D), de organização (economias de escala), financeiro e monetário, e ao acesso privilegiado a fontes de matérias-primas, fazendo com que os custos associados com a operação internacional sejam compensados por lucros extra derivados destas vantagens. Na sua análise, Hymer seguiu as diretrizes da organização industrial (estrutura - conduta - desempenho) e salienta a importância do controle sobre as subsidiárias.

Tendo por base as vantagens locacionais dos países e a sua relação entre a produção/consumo de certo tipo de produtos, em cada uma das fases do seu ciclo de vida, é proposta mais uma teoria explicativa do IDE na sua relação com o comércio. Tal teoria é sugerida por Vernon (1966), ficando conhecida como a teoria do Ciclo de Vida do Produto. Vernon analisou a evolução das multinacionais e o padrão de IDE. Trata especificamente da inovação de produtos industriais voltados para consumidores de alta renda e poupadores de mão-de-obra. Este modelo é dividido em três etapas: introdução, maturação e padronização.

Conforme Figura 17, na primeira etapa – introdução – ocorre o lançamento de um novo produto no mercado, produzido no e para o mercado de origem. Como as características do produto são não-padronizáveis, há a necessidade de constantes alterações no produto para adaptar-se às necessidades dos consumidores. O produto possui um alto grau de diferenciação, levando a uma demanda com baixo coeficiente de

elasticidade-preço e alto coeficiente de elasticidade renda. Devido à incerteza de um novo produto, a produção tende a localizar-se nos mercados mais avançados, caracterizados com altos custos salariais e com capacidade de aquisição.



Fonte: Pessoa & Martins (2007, p. 313), a partir de Vernon (1966).

FIGURA 17 - REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DO MECANISMO DO CICLO DO PRODUTO

Na fase de maturação do produto, há um aumento na procura e com isso o produto atinge um grau de padronização. A procura torna-se mais preço-elástica. A entrada em outro país se dá através da exportação.

Na última fase, padronização, o produto é homogêneo e uniforme. O consumo se massifica e a escala de produção é otimizada. Aumenta a importância com os custos tradicionais de produção (mão-de-obra, capital) e diminui com os custos de tecnologia. A concorrência entre as empresas é via preço. Analisando os custos, a empresa decide onde localizar a produção. É nesta fase que surge o IDE, onde a firma passa a investir em outros países desenvolvidos ou em desenvolvimento.

Uma teoria bastante utilizada para explicar o IDE é a Teoria da Internalização, iniciada por Coase (1937). Em seu artigo “*The Nature of the Firm*” o autor fez os seguintes questionamentos: por que existem empresas? De onde vem as firmas? O que leva diferentes etapas do processo produtivo a serem integradas verticalmente dentro de uma empresa? Ele reconhece a existência de custos de transação, que são os custos que os agentes enfrentam toda vez que recorrem ao mercado, tornando rentável a criação de empresas, isto é, organizações que decidem hierarquicamente a alocação dos fatores de produção no seu interior, substituindo o mecanismo de mercado, pois estes custos são significativos entre as etapas do seu processo de produção. Essa criação objetiva minimizar os custos de transação, através da internalização do processo produtivo numa estrutura hierárquica. Segundo Williamson (1975) a governança hierárquica (firma) objetiva reduzir os custos de transação, ou seja, custos que ocorrem devido às falhas de mercado associadas à racionalidade limitada, oportunismo dos agentes e especificidades dos ativos. A combinação destes três fatores origina diferentes modelos contratuais.

A teoria da internalização tal como formulada por Coase não visava explicar o IDE, mas Buckley & Casson (1976), dando seguimento a este trabalho de Coase, em seu estudo “*The Future of Multinational Enterprises*”, fizeram essa integração. Partiram da constatação de que a internalização das empresas pode ocorrer de 3 formas: licenciamento, exportação e investimento direto estrangeiro, em particular criando subsidiárias de produção. O modelo considera que a escolha entre essas formas se dá pela interação entre duas variáveis: localização e propriedade. A internalização traz benefícios e custos. Dentre os benefícios pode-se citar: prática de discriminação de preços, concentração do poder de mercado, redução de incerteza de preço entre

comprador e vendedor, redução das intervenções governamentais. Os principais custos são: custos de comunicação devido à distância geográfica e cultural, custos políticos e sociais, custos relativos a posse e controle de ativos. Diante disso, a empresa no seu processo de internacionalização deve fazer análise dos benefícios e custos, ela internaliza até o ponto onde o custo marginal de internalização ultrapasse os custo de transação.

Uma das teorias do IDE mais referidas, é a teoria eclética, inicialmente proposta por Dunning (1973). Ele apresenta uma explicação mais global do IDE através de críticas à teoria do ciclo do produto e à teoria de internalização que são vistas como explicações parciais do IDE. Este modelo é conhecido também como Paradigma OLI (*Owership – Location – Internalization*), que é a junção de vantagens de propriedade, de localização e de internalização.

- Vantagem de propriedade mostra que as vantagens específicas (de gestão, marketing, monetário e financeiro, etc) da EMN deve ser superior aos custos adicionais de operar em um local diferente.

- Vantagem de localização – alguns países ou regiões possuem características que atraem EMNs, como recursos naturais abundantes, dimensão do mercado, condições institucionais favoráveis, distância cultural, custo de transporte, etc.

- Vantagem de internalização – uma vez que internacionalizando-se a empresa entra em contato com ambientes que desconhece ou conhece pouco, há vantagem de uma empresa controlar hierarquicamente a produção em vez de recorrer ao mercado.

Dunning (1993) apresentou quatro razões para que a firma invista no exterior: *busca de recursos* (recursos específicos não disponíveis no mercado doméstico, tais como os recursos naturais, as matérias-primas, a mão-de-obra barata, etc.), *busca de*

mercados (fornecimento de bens e serviços), *busca de eficiência* (através de atividades geograficamente dispersas, podem ter benefícios de economias de escala e escopo e da diversificação de risco) e *busca de ativos estratégicos* (as firmas adquirem ativos qualificados de empresas estrangeiras para sustentar ou fortalecer sua competitividade global).

A teoria comportamental foi desenvolvida pelos pesquisadores da Universidade de Uppsala, na Suécia, na década de 1970, através de estudos empíricos sobre a internacionalização das empresas suecas. Dentre esses autores destaca-se: Hornell, Vahlne & Wiedersheim-Paul (1973), Johanson & Wiedersheim-Paul (1975), Johanson & Vahlne (1977), cuja contribuição foi fundamental para a elaboração deste modelo comportamental ou gradual de internacionalização, que é visto como uma resposta ao crescimento da empresa. Devido às incertezas e assimetrias de informações no mercado, a internacionalização ocorre de maneira incremental. Quando o mercado interno está saturado as empresas procuram novos mercados e isso ocorre através da expansão geográfica, primeiramente por meio de exportação direta, conforme vai conhecendo o mercado, ocorre o estabelecimento de subsidiárias no país estrangeiro.

A empresa se internacionaliza de acordo com o conceito de distância psicológica ou psíquica. Essa distância é a soma dos fatores que interferem no fluxo de informações entre as empresas. Dentre esses fatores pode-se citar: desenvolvimento econômico, nível e conteúdo educacional, idioma, cultura, sistema político, entre outros. Quanto maior a diferença desses fatores entre o país de origem e o país estrangeiro maior a incerteza e o risco, ou seja, as empresas iniciam sua internacionalização onde incertezas e riscos sejam minimizados. De acordo com esta corrente, Johanson & Vahlne (1977), as firmas iniciam sua internacionalização em países relativamente próximos (do ponto de vista da

distância psíquica) e de maneira gradual para outros países mais distantes e entram em novos mercados via exportação direta.

Outra teoria importante é a teoria de redes. Segundo Penrose (1959, p.24-25) “rede ou rede de negócios refere-se tecnicamente a arranjos ou alianças formais de maneira contratual entre um número limitado de empresas vinculadas umas às outras numa estrutura administrativa interrelacionada, por vezes até referida como ‘quase-firmas’ ou ‘empresas virtuais’”. Através de uma rede as empresas podem escolher diferentes mercados e/ou formas de entrada no exterior. Enfraqueceu-se a importância da distância psíquica na ordem de entrada no mercado estrangeiro (Johanson & Vahlne, 1977). As empresas têm acesso privilegiado a informações sobre seus parceiros de relacionamento e sua rede de negócios, ou seja, as trocas dentro de uma rede permitem à empresa adquirir conhecimento sobre seus parceiros de relacionamento, incluindo seus recursos, necessidades, capacidades, estratégias e outros relacionamentos. Esta teoria considera, portanto, a importância de contratos e/ou alianças entre empresas, designadamente entre empresas estrangeiras e locais.

Fez-se uma síntese das principais abordagens teóricas sobre IDE, tendo em vista o desenvolvimento da pesquisa entre turismo e IDE.

4.2.2. IDE e Turismo

Os investimentos estrangeiros podem ser efetuados sob duas formas: os investimentos diretos e os investimentos em carteira. Segundo a UNCTAD (2009), o IDE é definido como um investimento que envolve o controle de gestão de uma entidade residente em uma economia por uma empresa residente em outra economia. O

IDE envolve uma relação de longo prazo refletindo um interesse contínuo do investidor em uma entidade estrangeira.

De acordo com Dunning & Lundan (2008), o objetivo do investidor é exercer um grau significativo de influência na gestão da empresa residente na outra economia. Já o investimento em carteira envolve apenas a transferência de recursos financeiros, refere-se às aplicações estrangeiras em títulos, na forma de ações ou títulos de renda fixa, negociados no país ou no exterior. O FMI e a OCDE recomendam uma participação de 10% para que um investimento estrangeiro seja identificado como IDE, caso contrário, será investimento em carteira (“*portfolio investment*”). Assim, importa também considerar que uma empresa multinacional ou transnacional é uma empresa que se engaja através do IDE e detém ou, de algum modo, controla atividades de valor agregado em mais de um país (Dunning & Lundan, 2008).

Do ponto de vista de um país anfitrião, é possível que uma filial de uma empresa estrangeira contribua para a melhoria das competências da força de trabalho, investigação e desenvolvimento (I & D) e produtividade. As ações das multinacionais e suas filiais incidem direta ou indiretamente sobre o nível, qualidade, estabilidade, crescimento e motivação da força de trabalho através da transferência de tecnologia. Para Castro & Teixeira (1999), os efeitos positivos do IDE são explicados pela incorporação de novas tecnologias, aumento do estoque de capital e externalidades que afetam a produtividade geral da economia.

O surgimento de empresas multinacionais sugere uma relação causal de mão dupla entre os fluxos de IDE e o turismo. De acordo com Fereodouni & Al-mulali (2012) a relação existente entre o turismo e o IDE pode ser explicada pelos turistas de negócios, ou seja, são empresários e gestores de outros países que, ao olhar para as

oportunidades de investir promovem e sustentam negócios no país de acolhimento, visitando vários destinos turísticos (Selvanathan et al, 2009). Segundo estes autores, para um país em desenvolvimento, o IDE pode desempenhar um papel importante no seu desenvolvimento econômico em geral e para infraestrutura do setor, em particular através da melhoria dos aeroportos internacionais, estradas, hotéis e tecnologias modernas, que são os pilares em que assenta o turismo.

O IDE gera o desenvolvimento de novas atrações e locais turísticos, que, por sua vez, pode levar a um aumento no número de turistas. Também é possível ser orientada para a exportação de IDE para expandir o comércio, o que pode criar uma crescente consciência de bens e serviços que os viajantes de negócios e de férias estejam interessados (Craigwell & Moore, 2008). Evidentemente, o IDE pode intensificar as relações com o exterior, entre elas o turismo.

O investimento estrangeiro leva a um aumento do turismo por resultar em preços relativamente reduzidos pagos pelo turistas, ou seja, os preços pagos para a utilização dos equipamentos turísticos vão ser os mesmos, independentemente de quem for o proprietário. Os proprietários estrangeiros são suscetíveis a ter acesso a entradas mais baratas, havendo pouco espaço para reduzirem os preços como resultado de um menor custo do que os proprietários domésticos (Forsyth & Dwyer, 2003).

O IDE no setor de turismo causa efeitos diretos e indiretos tanto na economia local como no balanço de pagamentos. Principais efeitos diretos são: emprego e criação de bens e infra-estrutura (sobretudo na fase inicial), ligação com fornecedores locais, atração de turistas, com aumento da demanda de produtos e receitas das empresas. Como efeitos indiretos pode-se citar: transferências de tecnologia, habilidades de

gestão, treinamento, concorrência, fornecedores a empresas de turismo podem aumentar as suas importações (Tabela XXXIII).

TABELA XXXIII
 RELAÇÃO E EFEITOS DO IDE NO SETOR DE TURISMO

Principais impactos microeconômicos		Principais impactos macroeconômicos	
			
(Positivo e negativo)			
Efeitos de encadeamento		Balança de pagamentos ou os efeitos de vazamento	
<i>Efeitos indiretos ou spillover</i>	<i>Efeitos diretos</i>	<i>Efeitos diretos</i>	<i>Efeitos indiretos</i>
As filiais estrangeiras produzem efeitos informais e intangíveis com um impacto sobre a economia doméstica (por exemplo, a transferência de tecnologia, habilidades de gestão, efeitos de formação, à concorrência e efeitos de demonstração).	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo pode criar vínculos com a economia doméstica através de emprego e à criação de bens e infra-estrutura • Ligações da cadeia de valor, com fornecedores locais (procurement) e outras empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas relacionadas com o turismo podem importar bens e serviços, repatriar lucros, pagar as taxas dos contratos de gestão ou de pagar os empréstimos feitos no exterior, e empregam trabalhadores expatriados. • Empresas transnacionais podem atrair mais turistas e aumentar receitas em divisas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os turistas podem se tornar investidores, trazendo de capital e aumentando as exportações • Fornecedores para as empresas de turismo pode aumentar suas importações

Fonte: UNCTAD, 2011

Para Forsyth & Dwyer (2003), os benefícios do investimento estrangeiro no turismo são superiores aos seus custos e favorecem uma atitude liberal para os investidores estrangeiros. No setor de serviços, como hotéis, bancos e construção civil, por exemplo, o IDE tem auxiliado na criação ou melhoria da qualidade do emprego local. Isto reflete o fato de que tais empresas servem, em geral, grupos de clientes mais

sofisticados e exigentes, abrindo novas oportunidades de mercado para si e para empresas nativas (Dunning & Lundan, 2008).

4.2.3. Evidências empíricas

Existem poucos estudos que tentam estimar a relação empírica entre IDE e turismo, em especial, sobre a direcionalidade desta relação. Em vista, a situar melhor o caso, analisou-se em seguida alguns estudos empíricos sobre esta relação.

Sanford & Dong (2000) examinaram a relação entre IDE e turismo nos Estados Unidos da América (EUA). Usando a análise TOBIT, encontraram uma relação positiva e significativa entre o turismo e o investimento direto estrangeiro. Eles, no entanto, assumiram que existe causalidade unidirecional do turismo para o IDE e, portanto, não investigaram o possível papel que os fluxos de IDE podem ter no estímulo da indústria do turismo em uma determinada região ou país.

Tang et al (2007) analisaram o IDE e seu impacto na China durante o período de 1978 a 2005. Especificamente, investigaram os determinantes do IDE e seu impacto no investimento doméstico, distribuição de renda, consumo e turismo. Foi utilizado o teste de causalidade de Granger, estimando um VAR para determinar a relação causal entre IDE e turismo. Os resultados empíricos indicam causalidade unidirecional entre IDE e turismo, explicando o rápido crescimento do turismo na China durante o período analisado.

Sekmen (2007) analisou a cointegração e causalidade entre IDE no setor de turismo da Turquia, PIB global e volatilidade da taxa de câmbio, no período de 1980 a 2005. Utilizou técnicas de causalidade de Granger e correção de erros. Os resultados

sugerem causalidade unidirecional do PIB para o IDE e bidirecional entre PIB e volatilidade da taxa de câmbio, sugerindo que são conjuntamente determinados.

Craigwell & Moore (2008) aplicaram o método de causalidade em painel para investigar a relação entre IDE e turismo em pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), para o período de 1980 a 2004. Os resultados dos testes de causalidade homogêneos e instantâneos sugerem que existe uma relação bidirecional de causalidade entre as variáveis. No entanto, esta homogeneidade não se aplica ao grupo de países. De fato, os procedimentos de causalidade heterogêneos indicam que existe uma relação causal bidirecional para apenas um pequeno conjunto de países. Para a maior parte, a relação causal vai de IDE para o turismo, o que implica que o IDE proporciona necessária capacidade de SIDS e, portanto, permite a estes países expandirem o seu produto turístico.

Selvanathan et al (2009) investigaram a relação causal entre IDE e turismo na Índia, de 1995 a 2007, através da utilização do teste de causalidade de Granger, estimando um VAR. Os resultados indicam uma relação de causalidade unidirecional do IDE para o turismo, mostrando a necessidade de políticas adequadas e planos para expandir e desenvolver o turismo.

Tiwari (2011) analisou o impacto das receitas do turismo, das exportações e IDE no crescimento econômico em quatro países asiáticos, ou seja, Índia, China, Paquistão e Rússia. Empregou dados em painel. O estudo concluiu que o turismo teve impacto positivo e IDE teve um impacto negativo no crescimento econômico nos quatro países asiáticos enquanto as exportações de bens e serviços sobre o crescimento econômico não foi conclusiva.

Fereodouni & Al-Mulali (2012) investigaram a relação empírica entre IDE no setor imobiliário e o turismo internacional para alguns países da OCDE, no período de 1995 a 2009. Para tanto, utilizaram primeiramente a cointegração e, em seguida, a causalidade de curto prazo e longo prazo entre variáveis por meio do teste de causalidade de Granger. Os resultados mostraram a existência de uma relação causal bidirecional de longo prazo entre elas. Estes resultados sugerem que o desenvolvimento de uma indústria turística em um país de destino pode aumentar os fluxos de IDE para o setor imobiliário. Por outro lado, uma maior quantidade de entradas de IDE para o setor poderia promover a indústria do turismo.

Othman et al (2012) estudaram a relação entre o desenvolvimento do turismo, crescimento econômico (PIB) e IDE dos 18 maiores destinos turísticos internacionais³. Utilizaram o modelo ARDL (*Autoregressive distributed lag*) para analisar a relação entre essas variáveis que consiste em três etapas: i) teste de estacionaridade ou teste de raiz unitária; ii) teste de cointegração, e, iii) teste de causalidade de Granger. Os resultados da pesquisa demonstraram a existência de relações de longo prazo entre as variáveis estudadas. Devido à presença de relacionamento de longo prazo, foi necessário fazer o teste de causalidade. As conclusões dos testes de causalidade mostraram que existem vários tipos diferentes de relações entre as três variáveis.

A relação bidirecional entre turismo e PIB existem no Reino Unido, Malásia, Cingapura, Áustria, Turquia, Holanda e Canadá, significando que o desenvolvimento do turismo é o fator determinante para o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, o crescimento econômico é também determinante para o desenvolvimento do turismo.

³Austria, Canadá, França, Alemanha, Grécia, Itália, México, Países Baixos, Portugal, Espanha, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos, China, Hong Kong, Malásia, Cingapura, Tailândia.

Relação bidirecional entre turismo e IDE foi encontrado na França, México, China e Hong Kong, enquanto relação bidirecional entre IDE e PIB para Áustria e México.

Os resultados da pesquisa também mostraram que variáveis IDE e PIB não tem qualquer relação em muitos países estudados, esta situação pode dever-se ao valor de IDE para aqueles países serem relativamente pequeno em comparação com o seu PIB. Seguido pela ausência de qualquer relação entre as variáveis turismo e IDE em 10 países, nomeadamente a Alemanha, Grécia, Itália, Portugal, Espanha, Tailândia, Turquia, EUA, Holanda e Cingapura. Isso pode indicar que o ingresso de IDE para o país foi, possivelmente, menor na indústria do turismo e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento da indústria do turismo não é atraente o suficiente para incentivar o ingresso de IDE nestes países.

Existiu uma relação bastante forte entre variáveis turismo e PIB. Uma relação unidireccional foi observada na Áustria, Canadá e Malásia, ou seja, o IDE foi o determinante para o turismo. Na Alemanha, EUA e China, o PIB foi determinante para IDE. No geral verificou-se que as variáveis que têm importantes relações são entre turismo e PIB e entre turismo e IDE.

A Tabela XXXIV sintetiza os resultados obtidos nos estudos analisados.

TABELA XXXIV

SÍNTESE DOS TRABALHOS EMPÍRICOS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE IDE E TURISMO

Artigos	Amostra	Resultados
Sanford & Dong (2000)	Estados Unidos	Existe causalidade unidirecional do turismo para o IDE
Tang et al (2007)	China	Causalidade unidirecional entre IDE e turismo, explicando o rápido crescimento do turismo na China durante a última década.
Sekmen (2007)	Turquia	Causalidade unidirecional do PIB para o IDE no turismo
Craigwell & Moore (2008)	Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS)	Para a maior parte, a relação causal vai de IDE para o turismo, o que implica que o IDE proporciona muito necessária capacidade de SIDS e, portanto, permite a estes países expandir o seu produto turístico.
Selvanathan et al (2009)	Índia	Relação de causalidade unidirecional do IDE para o turismo, mostrando a necessidade de políticas adequadas e planos para expandir e desenvolver o turismo.
Tiwari (2011)	Índia, China, Paquistão e Rússia	O turismo tem impacto positivo e IDE tem um impacto negativo no crescimento económico nos quatro países asiáticos enquanto as exportações de bens e serviços sobre o crescimento econômico não é conclusiva.
Fereodouni & Al-mulali (2012)	alguns países da OCDE	Os resultados mostram a existência de uma relação causal bi-direcional entre IDE e turismo.
Othman et al (2012)	18 maiores destinos turísticos internacionais	Relação bidirecional entre turismo e IDE foi encontrado na França, México, China e Hong Kong. Uma relação unidirecional é observada na Áustria, Canadá e Malásia, ou seja, o IDE é o determinante para turismo.

Fonte: elaborada pela autora

Em suma, os estudos apresentados salientam a importância da relação entre IDE e turismo, especialmente para os países em desenvolvimento. Com relação ao Brasil, no âmbito da pesquisa não foi encontrado nenhum trabalho desta natureza.

4.3. Hipóteses

A parte empírica deste capítulo testa as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: Turismo causa IDE - O turismo internacional permite que os potenciais investidores experimentem e conheçam os produtos e serviços do país de acolhimento, além de informações sobre concorrentes, ambiente regulatório, ética do trabalho e cultura (Sanford & Dong, 2000).

Hipótese 2: IDE causa turismo - Investidores fornecem a capacidade de turismo que está em falta no país através da construção de mais hotéis e atrações turísticas (Craigwell & Moore, 2007; Tang et al, 2007).

Hipótese 3: Causalidade bidirecional (Turismo causa IDE e IDE causa turismo)

Hipótese 4: independência – nenhuma causalidade entre as variáveis.

4.4. Metodologia

Esta seção mostra a metodologia utilizada no capítulo que dividiu-se em duas partes: uma parte descritiva e comparativa do IDE na economia e outra, onde introduziu-se os fundamentos metodológicos que sustentam os testes e procedimentos econométricos que foram utilizados na verificação das relações entre IDE e turismo.

4.4.1. Investimento Direto Estrangeiro na Economia

Para a coleta das informações foram utilizados dados secundários obtidos junto ao BACEN e à UNCTAD. Para a análise dos dados foi utilizado o método estatístico descritivo e o método comparativo. O método estatístico descritivo por meio do cálculo

de média, proporção, moda etc., “compreende a organização, o resumo e a descrição dos dados [...] para que posteriormente possam ser utilizados nas discussões de caráter descritivo ou analítico no relatório de pesquisa” (Lima, 2004, p. 73). No intuito de comparar as diferenças e similaridades, foi utilizado o método comparativo, que, segundo Fachin (2003, p. 37), “[...] consiste em investigar coisas ou fatos e explicá-los segundo suas semelhanças e suas diferenças”, tornando-se o método ideal para estudos que trabalham com universos populacionais diferentes, distanciados pelo espaço ou pelo tempo.

A ferramenta utilizada no presente estudo para identificar o comportamento do IDE foi a taxa de crescimento acumulada mediante a equação 44:

$$TC(X_t) = \frac{(X_t - X_{t-1})}{X_{t-1}} \quad (44)$$

Onde:

TC (X_t) = Taxa acumulada de crescimento

X_t = Valor final

X_{t-1} = Valor inicial

4.4.2. Relação causal entre IDE e turismo do Brasil

Esta seção tem por objetivo introduzir os fundamentos metodológicos que sustentaram os testes e procedimentos econométricos que foram empregados na verificação da relação entre IDE e turismo. Esta verificação foi feita com base no Modelo Autorregressivo Vetorial (VAR). Para tanto, foram realizados os procedimentos econométricos usuais de séries temporais, como a análise da estacionariedade das séries, por meio de testes de raiz unitária; o critério de seleção de defasagens; causalidade de

Granger; Cointegração de Jonhasen; estimação e análise do modelo Vetorial de Correção de Erro (VEC) e estimação da função impulso-resposta.

Para investigar a relação entre IDE e turismo foi utilizado o sistema VAR de ordem p para duas variáveis (IDE e Turismo), analisado por Tang et al (2007), Considerou-se o período compreendido entre janeiro de 2003 a dezembro de 2013.

$$IDE_t = \mu_1 + \sum_{i=1}^p \alpha_{i1} IDE_{t-1} + \sum_{i=1}^p \beta_{i1} TOUR_{t-1} + e_{1t} \quad (45)$$

$$TOUR_t = \mu_2 + \sum_{i=1}^p \alpha_{i2} IDE_{t-1} + \sum_{i=1}^p \beta_{i2} TOUR_{t-1} + e_{2t} \quad (46)$$

Onde:

IDE = Investimento Direto Estrangeiro no Brasil.

TOUR = Chegadas de turistas internacionais ao Brasil.

A análise dinâmica de sistemas de variáveis econômicas através dos modelos VAR foi introduzida por Sims (1980).

A forma usual do VAR é dada pelo seguinte sistema de equações:

$$y_t = \alpha_1 y_{t-1} + \alpha_2 y_{t-2} + \dots + \alpha_p y_{t-p} + \beta x_t + \xi_t \quad (47)$$

Onde:

y_t = vetor de variáveis endógenas

x_t = vetor de variáveis exógenas

$\alpha_1, \alpha_2, \dots, \alpha_p$ e β = matrizes dos coeficientes a serem estimados

ξ_t = vetor de resíduos que podem ser contemporaneamente correlacionados entre si, mas não são correlacionados com seus valores defasados e nem com as variáveis do lado direito da equação 47.

A estimação de um modelo VAR requer alguns quesitos, sendo o primeiro relacionado à estacionariedade das variáveis envolvidas no sistema, ou seja, devem ser estacionárias. Para a identificação da estacionariedade das séries aplicou-se o teste de Dickey-Fuller Aumentado (Equação 48).

$$\Delta y_t = \alpha + \delta t + \beta y_{t-1} + \gamma \sum_{t=1}^p \Delta y_{t-1} + \mu_t \quad (48)$$

Onde:

Δy_t = teste de raiz unitária usando o logaritmo de y para as variáveis do modelo (IDE e TOUR)

Δy_{t-1} = Primeira diferenciação

μ_t = erro aleatório

α, δ e β = Coeficientes a serem estimados.

As hipóteses testadas foram:

$H_0: \beta = 0$, indica que a série é estacionária

$H_1: \beta < 0$, indica que a série é não estacionária

Uma grande dificuldade da modelagem VAR é definir o número correto de defasagens para que as séries endógenas sejam estacionárias. Para a determinação da ordem de defasagem considerou-se o critério da parcimônia, usando a maioria das variáveis econômicas da forma mais razoável, que consistiu no primeiro passo da análise. Contudo, existem versões multivariadas dos critérios de informação dos

modelos univariados que podem ser utilizados, tais como o critério de informação de Akaike (AIC), critério de informação Schwarz (BIC) e critério de informação de Hannan-Quinn (HQ).

O segundo passo foi realizar o teste de cointegração proposto por Johansen (1991) para determinar a existência (ou ausência) de relação de longo prazo entre as variáveis de estudo integradas de mesma ordem. Para testar o número dos vetores de cointegração, o autor propôs o uso de duas estatísticas: a do traço (λ_{trace}) e a do máximo autovalor (λ_{max}).

No teste do traço, a hipótese nula é que o número de vetores cointegrantes distintos seja ao menos igual a r , isto é, assume a existência de r^* vetores cointegrantes e a hipótese alternativa de $r > r^*$, ou seja: $H_0: r = r^*$ e $H_1: r > r^*$. Esse teste foi calculado como:

$$\lambda_{trace} = -T \sum_{i=r+1}^n \ln(1 - \hat{\lambda}_i) \quad (49)$$

O teste do máximo autovalor busca identificar a significância do maior autovalor. Foi calculado de forma similar ao anterior, exceto que a hipótese nula desse teste é que existem r^* vetores cointegrantes e a sua hipótese alternativa é que existem $r^* + 1$ vetores cointegrantes. Esse teste foi calculado como:

$$\lambda_{max} = -T \ln(1 - \hat{\lambda}_{r+1}) \quad (50)$$

Sendo,

T = o número de observações utilizadas $r = 0, 1, 2, \dots, n-2, n-1$

λ_i = o valor estimado da raiz característica (ou valor próprio) da matriz estimada.

No caso de existir cointegração entre as variáveis, ou seja, relações de longo prazo, termo(s) de correção de erro(s) devem ser introduzidos ao modelo ajustado com as séries em diferenças, para evitar erros de especificação, que foi o terceiro passo

Assim, o VEC possibilita a incorporação de informações, tanto de curto quanto de longo prazo, isto é, fornece informações estatísticas das relações de curto prazo entre quaisquer variáveis cointegradas. As estimativas fornecidas pelo VEC indicam quando o modelo escolhido está em equilíbrio ou se algum estado de desequilíbrio existe.

O quarto passo buscou auferir o sentido de causalidade entre as variáveis examinadas, para tanto, realizou-se o teste de causalidade à Granger, que permite verificar relações de curto e médio prazo entre as variáveis (Ligthart, 2000). Utilizada para verificar se existe uma relação de causa defasada entre duas ou mais variáveis. Uma variável Z causa, no sentido de Granger, uma variável Y , se a previsão obtida no valor corrente de Y puder ser melhorada levando em consideração as informações defasadas de Z .

O estudo foi complementado com a função impulso-resposta e a decomposição de variância.

4.4.3. Fonte e operacionalização do modelo

A presente análise compreendeu o período de janeiro de 2003 a dezembro de 2013, compreendendo ao todo 132 observações. Os dados referentes ao turismo foram

obtidos junto ao anuário estatístico do MTUR do Brasil. Como *proxy* do turismo utilizou-se o número de chegadas de turistas internacionais.

O ingresso total de investimentos diretos estrangeiros no Brasil (IDEt), em US\$ milhões, obtido junto ao BACEN. A escolha por esta variável deveu-se ao fato da limitação dos dados de fluxo de IDE publicados mensalmente mas que não são desagregados por Estado ou Município e nem pelas ACTs. Contudo, esta pode ser utilizada sem prejuízo para a análise pois o IDE pode afetar o turismo, conforme verificado na seção 4.2.2.

Para captar o efeito da estabilidade cambial⁴, esses valores foram transformados em reais (através da taxa de câmbio) e deflacionados pelo Índice Geral de Preços—Disponibilidade Interna (IGP-DI), fornecidos pelo IPEADATA, valores deflacionados para reais de 2013.

Para a operacionalização do modelo foi utilizado o software econométrico Stata 10.

4.5. Resultados

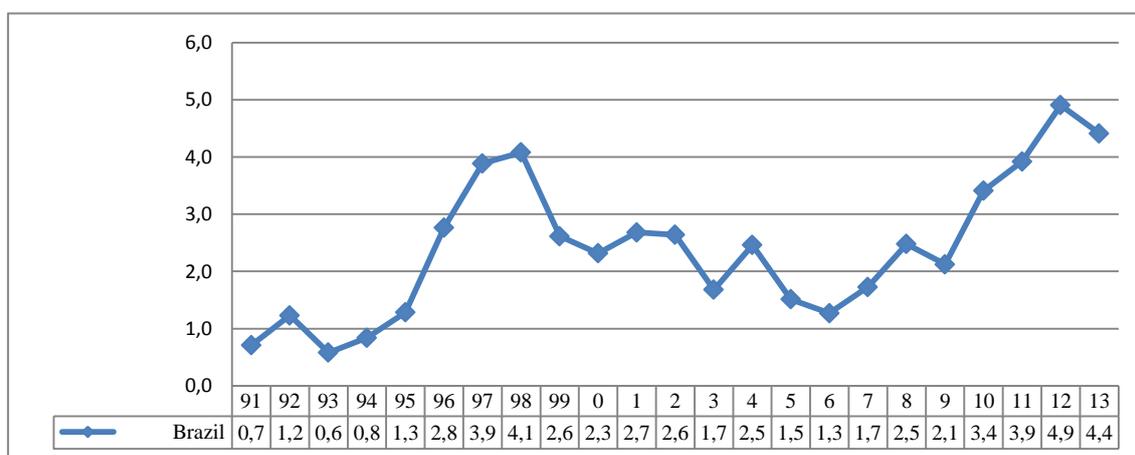
Nesta seção, foram apresentados os resultados da análise da relação entre IDE e turismo no Brasil. No item 4.5.1., estão os resultados sobre IDE na economia. No item 4.5.2. foram apresentados os resultados da análise da relação entre IDE e o setor de turismo (chegadas internacionais) do Brasil.

⁴ A estabilidade cambial constitui importante questão relacionada aos lucros e dividendos que serão remetidos à matriz. Tanto o investimento como o retorno são realizados em dólares, porém a receita ocorre em reais e para a remessa de lucros é necessária a sua conversão (Gregory & Oliveira, 2005, p. 25)

4.5.1. Investimento Direto Estrangeiro na Economia

4.5.1.1. Fluxos e estoque de IDE no Brasil

A participação do Brasil nos fluxos mundiais registrou um período de ascensão até 1998, com uma participação de 4,1%, desde então apresentou um período de queda até 2006 onde atingiu 1,3%, a partir de 2007 vem apresentando recuperação atingindo em 2012 uma participação de 4,9% (Figura 18). Vale destacar que na década de 1990 a principal forma de IDE foram as fusões e aquisições, designadamente no âmbito dos processos de privatização que então tiveram lugar. Segundo Faria (2013) o IDE é particularmente importante para o Brasil pois o governo reduziu a capacidade de atração de outros tipos de investimento estrangeiro (especialmente portfólio), devido ao controle de capital e intervenção agressiva em companhias abertas.



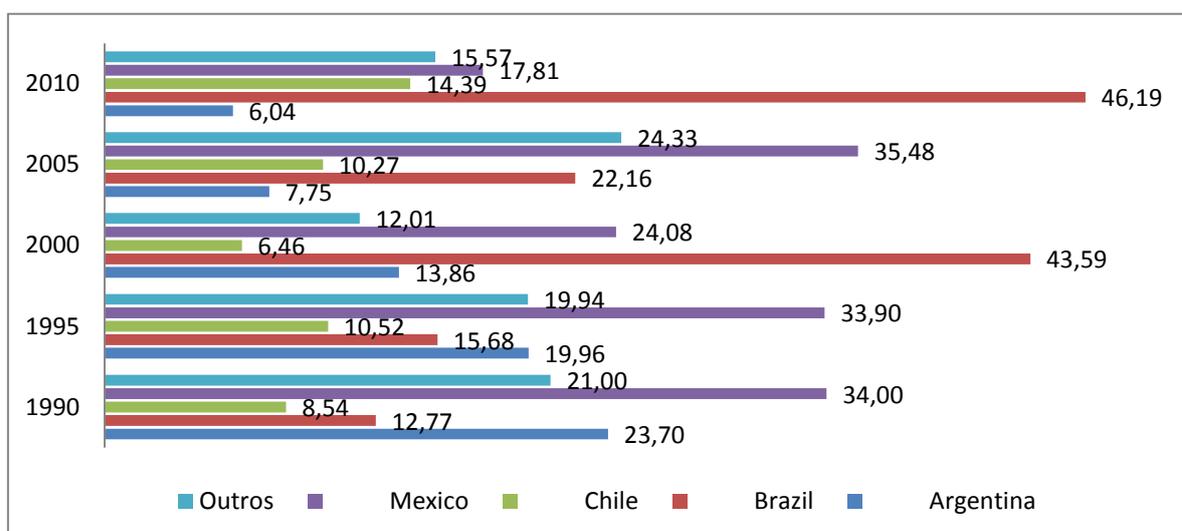
Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da UNCTAD

FIGURA 18 - PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO TOTAL DO FLUXOS MUNDIAIS DE IDE. 1990 - 2013

Com relação à participação do Brasil no total dos fluxos de IDE na América Latina, constata-se que em 1990 era 12,7% passando para 46% em 2010, mostrando a

importância do Brasil na atração de investidores estrangeiros (Figura 19). Segundo Lacerda & Oliveira (2009, p. 13) “nenhuma empresa que pretenda ser global pode se dar ao luxo de ficar de fora da economia brasileira. De acordo com o Banco Mundial (2015), o Brasil, em 2013, ocupava a sétima posição no *ranking* mundial.

De acordo com a CEPAL (2011) a América Latina e o Caribe apresentam uma preponderância de projetos de IDE em setores de tecnologia baixa e média-baixa; nos últimos anos, observa-se um incremento dos projetos em setores de tecnologia média-alta e de projetos associados a atividades de pesquisa e desenvolvimento; e a participação da região em projetos com alto conteúdo tecnológico é ainda reduzida em comparação com outras regiões, estando estes projetos concentrados sobretudo no Brasil e no México.



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da UNCTAD

FIGURA 19 - PARTICIPAÇÃO POR PAÍS NO TOTAL DOS FLUXOS DE IDE PARA AMÉRICA LATINA. 1990 - 2010 (EM %)

Em relação à distribuição setorial do IDE, observa-se a importância dos setores de serviços e indústria em todo período analisado. Em 2013, 48% nos serviços, 31 %

indústria e 20% agricultura, pecuária e extrativa vegetal (Tabela XXXV). De acordo com Lacerda & Oliveira (2009) a predominância dos investimentos diretos estrangeiros no setor de serviços e nos destinados ao setor industrial, voltados para o mercado interno, revela uma reestruturação significativa da produção brasileira. O IDE destinado ao Brasil concentrou-se basicamente em setores *non-tradables*, fazendo com que do ponto de vista do impacto no Balanço de Pagamentos, essas atividades demandem remessas de lucros e dividendos, sem geração de receita adicional exportadora.

TABELA XXXV
PARTICIPAÇÃO DOS INGRESSOS DE IDE NOS SETORES DA ECONOMIA. EM %

Atividade	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	7,1	3,4	11,5	5,3	10,2	6,1	14,8	29,6	14,7	30,9	14,8	10,8	20,2
Indústria	33,3	40,2	34,9	52,8	29,8	39,3	36,1	31,9	39,2	40,5	38,6	36,7	30,8
Serviços	59,6	56,4	53,6	41,9	60,1	54,5	49,1	38,5	46,1	28,0	46,0	51,9	48,4

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do BACEN

Os dados do Tabela XXXVI mostram que o estoque de IDE no Brasil teve uma ascensão muito significativa no período analisado, principalmente no período de 1995 a 2000, com um incremento de 188,14%, período marcado pelas concessões dos serviços públicos e, como já referido, privatizações das empresas estatais. Segundo Franco (2005) essa ascensão ocorreu em decorrência do Plano Real, uma extraordinária “onda” de entrada de capital produtivo no Brasil que pouco se viu afetada pelas crises da Ásia e Rússia e mesmo pela crise na Argentina.

TABELA XXXVI
ESTOQUE DE IDE NO BRASIL, POR SETOR, 1995, 2000, 2005 E 2010 (R\$ MILHÕES; VALORES DEFLACIONADOS PARA REAIS DE 2010) E TAXA DE CRESCIMENTO (EM %)

Setor	1995	2000	2005	2010	1995/2000	2000/2005	2005/2010
Primário	3.524,10	10.668,78	17.613,55	163.284,00	202,74	65,09	827,04
Secundário	106.322,62	154.297,30	160.755,68	416.021,76	45,12	4,19	158,79
Terciário	49.008,53	292.761,12	307.440,50	454.182,08	497,37	5,01	47,73
Total	158.855,25	457.727,19	486.806,31	1.033.487,84	188,14	6,35	112,30

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do BACEN

Observa-se que no período 2000/2005 houve aumento de IDE mas a uma taxa bem menor, ou seja, houve um aumento de 6,35% no estoque de IDE no Brasil. Esse quadro mudou devido ao cenário internacional adverso, a partir de 2001, com os efeitos dos atentados terroristas de setembro e também com o escândalo nas fraudes dos balanços contábeis das grandes empresas.

Quanto à distribuição setorial relacionada com o estoque de capital estrangeiro, constata-se que o setor primário teve pequena participação (4%, em 2005 e 16% em 2010), no entanto, a partir de 1995 apresentou aumentos representativos, acima do aumento total de IDE para o Brasil (188% em 1995/2000, 6,3% em 2000/2005 e 112,3% em 2005/2010). No período 2005/2010 o setor primário cresceu 827 %, que pode ser explicado pelo aumento na demanda de *commodities*. Dentro do setor primário destaca-se a extração de minerais metálicos, especialmente o ferro.

Com relação ao setor terciário, observa-se um incremento de 497,37% no período 1995/2000, bastante significativo, mostrando a grande atratividade deste setor no período (Silva & Fernandes, 2003), já no período de 2000/2005 e 2005/2010, o setor continuou a crescer mas numa proporção menor. O setor industrial teve pouco atratividade no período (Tabela XXXVI).

Os dados do Tabela XXXVII, sobre a distribuição do estoque, mostram que os países que mais investiram no Brasil foram os Estados Unidos e Países Baixos. Seguindo a tendência da América Latina e o Caribe, que segundo a CEPAL (2011) os Estados Unidos continuam sendo o principal investidor na região, com 17% do IDE recebido em 2010, seguidos pelos Países Baixos (13%). De acordo Credit Suisse (2013) os investimentos dos Estados Unidos estão concentrados em manufaturas (42% do total), serviços financeiros (29%) e eletricidade e gás (7%).

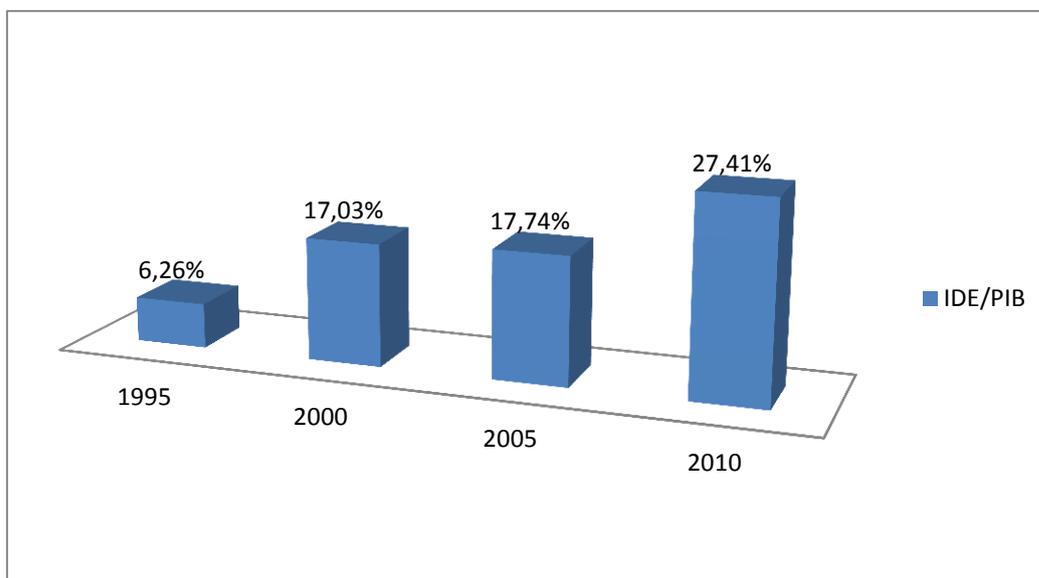
TABELA XXXVII
RANKING POR PAÍS DE ORIGEM DOS RECURSOS DO ESTOQUE DE IDE NO BRASIL

1995	2000	2005	2010
Estados Unidos	Estados Unidos	Estados Unidos	Países Baixos
Alemanha	Espanha	Países Baixos	Estados Unidos
Suíça	Países Baixos (Holanda)	Espanha	Espanha
Japão	França	México	Luxemburgo
Diversos Estrangeiros	Cayman, Ilhas	França	França
França	Alemanha	Alemanha	Japão
Reino Unido	Portugal	Brasil	Reino Unido
Canadá	Diversos Estrangeiros	Canadá	México
Países Baixos (Holanda)	Virgens, Ilhas (Britânicas)	Ilhas Cayman	Alemanha
Itália	Itália	Ilhas Virgens (GB)	Canadá
Virgens, Ilhas (Britânicas)	Japão	Itália	Ilhas Cayman
Cayman, Ilhas	Suíça	Reino Unido	Suíça
Uruguai	Uruguai	Japão	Bermudas
Bermudas	Canadá	Suíça	Chile
Panamá	Bermudas	Luxemburgo	Portugal
Suécia	Panamá	Portugal	Itália

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do BACEN

A Figura 20 apresenta a participação do estoque de IDE no PIB brasileiro no período de 1995 – 2010. Observa-se que a relação IDE/PIB aumentou de 6,26% , em 1995, para 17,01% e 17,73% (em 2000 e 2005, respectivamente) e para 27,45%, em 2010, apontando a importância do capital estrangeiro para a economia brasileira. O

crescimento na década de 1990-2000 deveu-se a uma série de privatizações ocorridas após a abertura comercial.



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do BACEN

FIGURA 20- PARTICIPAÇÃO DO ESTOQUE DE IDE NO PIB BRASILEIRO (1995 - 2010)

4.5.1.2. *Estoque de IDE no setor de turismo do Brasil*

O setor do turismo não é contabilizado separadamente, portanto, é possível estimar o estoque de IDE através das ACTs. De acordo com IBGE (2012) as ACTs são: serviço de alojamento, serviços de alimentação, transporte ferroviário e metroviário, transporte rodoviário, transporte aquaviário, transporte aéreo, serviços auxiliares do transporte, atividades de agências de viagem e organizadoras de viagens, aluguel de bens móveis bem como atividades recreativas, culturais e desportivas

No que concretamente diz respeito à distribuição de IDE nas atividades características do turismo (ACTs) tiveram um aumento de 145,66% em 1995/2000, 542,18%, em 2000/2005 e 22,14% em 2005/2010. A relação do estoque de IDE nas

ACTs ao PIB, em termos percentuais foi de 1,36% em 1995, 0,22% em 2000, 0,73% em 2005 e 0,52% em 2010 (Tabela XXXVIII). Apesar de uma relação pequena, as ACTs passaram por um crescimento, tornando importante do ponto de vista internacional, devido ao desenvolvimento tecnológico e à globalização.

TABELA XXXVIII
ESTOQUE DE IDE NAS ACTs, 1995, 2000, 2005 E 2010 (R\$ MILHÕES;
VALORES DEFLACIONADOS PARA REAIS DE 2010)

ACTs	1995	2000	2005	2010
Atividades características do Turismo	3.565,61	5.553,00	19.997,50	19.115,36
ACTs/Serviços (%)	7,28	1,90	6,50	4,21
Relação IDE/PIB (%)	1,36	0,22	0,73	0,52
Taxa de crescimento				
TC 1995/2000 (%)		145,66		
TC 2000/2005 (%)		542,18		
TC 2005/2010 (%)		22,14		

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do BACEN

De acordo com a UNCTAD (2011) os principais investimentos das ACTs são em hotéis e restaurantes. Com relação aos países que mais investem nas atividades de Alojamento e alimentação, constata-se que em 2000 e 2005, o País que mais investiu nessas atividades foi também os Estados Unidos, seguido dos Países Baixos. Já em 2010 Países Baixos, seguido dos Estados Unidos. Observa-se ainda que Espanha e Portugal, em 2005, apareceram entre os 5 países que mais investiram nessas atividades no Brasil e em 2010 aparece França (Tabela XXXIX).

TABELA XXXIX
RANKING DO ESTOQUE DE IDE NAS ATIVIDADES DE ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO
DO TURISMO POR PAÍS DE ORIGEM DOS RECURSOS

1995	2000	2005	2010
Chifre	Estados Unidos	Estados Unidos	Países Baixos
Estados Unidos	Países Baixos	Países Baixos	Estados Unidos
japão	Ilhas Cayman	Ilhas Virgens (Britânicas)	Espanha
Panamá	Reino Unido	Portugal	Luxemburgo
Uruguai	Ilhas Virgens (Britânicas)	Espanha	França

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do BACEN

4.5.1.3. Estoque de IDE nas regiões geográficas do Brasil

No Tabela XL são apresentados dados sobre a distribuição do estoque de IDE pelas cinco regiões brasileiras referentes aos censos de capital estrangeiro dos anos de 1995, 2000 e 2005⁵. Analisando os dados apresentados, observa-se que a região Sudeste foi que recebeu maior investimento estrangeiro em todos os períodos, seguido da região Sul e Nordeste. Vale ressaltar, ainda, que houve um crescimento de IDE em todo o Brasil, de 188,21% em 1995/2005. Apesar disso, esse crescimento foi desigual nas diferentes regiões brasileiras.

TABELA XL
DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DO ESTOQUE DE CAPITAL PARA O BRASIL (R\$ MILHÕES;
VALORES DEFLACIONADOS PARA REAIS DE 2010) E TC (EM %)

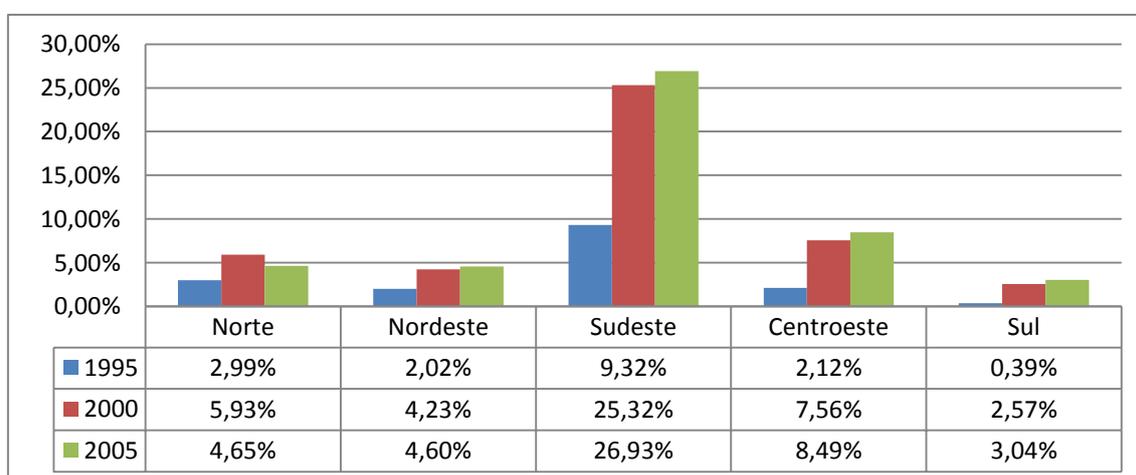
Região	1995	2000	2005	1995/2000	2000/2005
Norte	3.203,02	6.982,52	6.321,30	118,00	-9,47
Nordeste	6.166,21	14.161,08	16.477,79	129,66	16,36
Sudeste	139.757,20	396.885,17	417.742,78	183,98	5,26
Sul	8.701,18	33.451,84	38.630,43	284,45	15,48
Centro-oeste	830,37	5.792,71	7.393,07	597,61	27,63
Total	158.657,97	457.273,32	486.565,36	188,21	6,41

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do BACEN

⁵No censo de 2010, a distribuição de estoque de IED por unidade da federação é restrita ao setor industrial por questões metodológicas.

A região Centro-oeste brasileira foi a região que apresentou a maior taxa de crescimento de IDE em todos os períodos (597% em 1995/2000 e 27,63% em 2000/2005). Segundo Holanda & Magalhães (2012) houve um aumento no estoque de IDE em todas as regiões, com maior concentração na região Sudeste (mais de 88% em 1995 e 86% em 2005) e foi a região que recebeu maior investimento estrangeiro em todos os períodos, seguido da região Sul e Nordeste. A região Centro-oeste brasileira foi a região que apresentou a maior taxa de crescimento de IDE, ainda que o seu ponto de partida fosse bastante baixo.

Ao analisar a relação entre o estoque de IDE e o PIB nas regiões brasileiras, observa-se que o ano de 2005 apresentou a maior participação de IDE no PIB em todas as regiões (4,60% Nordeste, 26,93% Sudeste, 8,49% Centro-oeste e 3,04% Sul), com exceção da região Norte que o melhor período foi 2000 com 5,93% da participação no PIB (Figura 21).



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do BACEN e IBGE

FIGURA 21- PARTICIPAÇÃO DO ESTOQUE DE IDE NO PRODUTO INTERNO BRUTO DAS REGIÕES BRASILEIRAS (EM %)

Em resumo, os resultados positivos obtidos nos últimos anos, permite-se dizer que houve muitos avanços no que diz respeito ao crescimento dos estoques e fluxos de IDE no Brasil.

4.5.2. Relação entre IDE e turismo

Nesta seção, são apresentados os resultados da análise da relação entre IDE e o setor de turismo (chegadas internacionais) do Brasil. Para tanto, utilizou-se o Modelos com Vetores Autoregressivos (VAR). Para obter um VAR, primeiramente foi necessário obter o número de defasagens. De acordo com os critérios de AKAIKE (AIC), *Final Prediction Error* (FPE) e *Likelyhood Ratio Test* (LR), a melhor estrutura de lags correspondeu ao modelo de 4 lags (Tabela XLI).

TABELA XLI
TESTE PARA A ESCOLHA DO NÚMERO DE DEFASAGENS (LAGS)

lag	LL	LR	df	p	FPE	AIC	HQIC	SBIC
0	-120,01	0,023	2	1,925	1,9510			
1	-66,97	106,080	4	0,000	0,0107	1,140	1,194	1,274*
2	-60,60	12,731	4	0,013	0,0103	1,103	1,194	1,326
3	-54,98	11,242	4	0,024	0,0101	1,078	1,205	1,390
4	-46,59	16,786*	4	0,002	0,0094*	1,009*	1,172*	1,410

Fonte: elaborada pela autora

O passo seguinte consistiu na realização do teste de raiz unitária de Dickey-Fuller aumentado. Esse teste mostrou a ordem da integração das variáveis do modelo. O teste ADF foi estimado para os casos das séries: i) com intercepto e, ii) com intercepto e com tendência. Os valores da Tabela XLII mostram que em ambas séries, todos os valores calculados foram superiores aos valores críticos. Assim, rejeitou-se a hipótese

nula e constatou-se a estacionariedade em todas elas para todos os níveis de significância.

TABELA XLII
TESTE ADF PARA AS SÉRIES SELECIONADAS (EM LN)

	ADF	1%	5%	10%
Variável com Intercepto				
Turismo	-5,042	-3,5	-2,888	-2,578
IDE	-10,439	-3,5	-2,888	-2,578
Variável com intercepto e com tendência				
Turismo	-5,303	-4,03	-3,446	-3,146
IDE	-12,234	-4,03	-3,446	-3,146

Fonte: elaborada pela autora

Os resultados encontrados para o teste de causalidade, através dos valores da estatística $p > \chi^2$, na qual a hipótese nula é a afirmação de que não há causalidade de Granger entre as variáveis, observa-se na Tabela XLIII ocorreu causalidade bidirecional entre Turismo e IDE, ou seja, IDE causa turismo e turismo causa IDE. Esse resultado confirma a hipótese 3. Resultado semelhante foi encontrado por Othman et al (2012) para França, México, China e Hong Kong.

TABELA XLIII
TESTE DE CAUSALIDADE À GRANGER

Série de dados	Variável dependente	chi2	Prob > chi2
Inchegadas	lnidet	26.875	0.000
lnidet	Inchegadas	9.5895	0.048

Fonte: elaborada pela autora

De acordo com o teste do traço e do máximo autovalor, foi possível rejeitar a hipótese nula de que não há equilíbrio de longo prazo entre as variáveis. O teste de Johansen mostrou que houve uma equação de cointegração ao nível de 5%, pois a

estatística tanto do traço como do máximo autovalor foram maiores que os valores críticos do teste (Tabela XLIV).

TABELA XLIV
TESTE DE CINGTEGRAÇÃO DE JOHANSEN

rank	Autovalor	Estatística do traço	Valor crítico (5%)	Valor crítico (1%)
0		57,5028	15,41	20,04
1	0,27312	16,6718	3,76	6,65
2	0,12212			

rank	Autovalor	Estatística domáximo autovalor	Valor crítico (5%)	Valor crítico (1%)
0		40,831	14,07	18,63
1	0,27312	16,6718	3,76	6,65
2	0,12212			

Fonte: elaborada pela autora

Para captar os efeitos de curto prazo entre as variáveis utilizou-se o modelo de Vetor de Correção de Erro (VEC), que foi obtido através da relação de cointegração. De acordo com Cândido Junior (2008) com os coeficientes do VEC é possível captar a relação de equilíbrio de longo prazo.

Os resultados para o modelo de curto prazo são apresentados na Tabela XLV. Para a variável turismo, os resultados indicaram que o coeficiente de ajustamento apontou para uma velocidade relativamente alta, da ordem de aproximadamente 56% a cada período. Como o coeficiente foi negativo (-0,561) e estatisticamente significativo, houve um desequilíbrio transitório (curto prazo) e sua velocidade de correção rumo ao equilíbrio de longo prazo foi relativamente alta, ou seja, os desequilíbrios de longo prazo do número de chegadas internacionais devido à variações no IDE são reduzidos de uma forma relativamente rápida. Já para a variável IDE o modelo não estava em equilíbrio de curto prazo. Constata-se, ainda, que o coeficiente de ajustamento não foi significativo, ou seja, 15,5% das discrepâncias entre IDE de longo e curto prazo são

corrigidas dentro de 3 meses, pois o coeficiente torna-se estatisticamente significativo na terceira defasagem.

TABELA XLV
ESTIMATIVA DO MODELO VETORIAL DE CORREÇÃO DE ERRO (VEC)

	coeficiente	Erro padrão	z	P>z
D_Inchegadas				
_ce1				
L1,	-0,561	0,083	-6,760	0,000
Inchegadas				
LD,	0,364	0,083	4,410	0,000
L2D,	0,180	0,086	2,090	0,036
L3D,	0,144	0,085	1,710	0,088
Inidet				
LD,	-0,013	0,035	-0,360	0,718
L2D,	-0,046	0,036	-1,280	0,199
L3D,	0,006	0,030	0,200	0,838
_cons	-0,005	0,016	-0,300	0,762
D_Inidet				
_ce1				
L1,	-0,155	0,248	-0,630	0,531
Inchegadas				
LD,	-0,304	0,246	-1,240	0,217
L2D,	-0,097	0,257	-0,380	0,707
L3D,	-0,614	0,252	-2,430	0,015
Inidet				
LD,	-0,883	0,105	-8,420	0,000
L2D,	-0,732	0,107	-6,850	0,000
L3D,	-0,449	0,091	-4,960	0,000
_cons	0,017	0,047	0,370	0,714

Fonte: elaborada pela autora

O resultado para a equação de longo prazo indicou que o sinal está corretamente especificado, mostrando uma relação direta entre turismo e IDE, ou seja, um aumento de 1% no IDE deve produzir, no longo prazo, uma elevação de 0,28% no turismo do Brasil, *ceteris paribus*. Apresentou-se estatisticamente significativo (Tabela XLVI).

Este resultado confirma a importância do IDE para o desenvolvimento do setor de turismo e conseqüentemente para o desenvolvimento econômico do país.

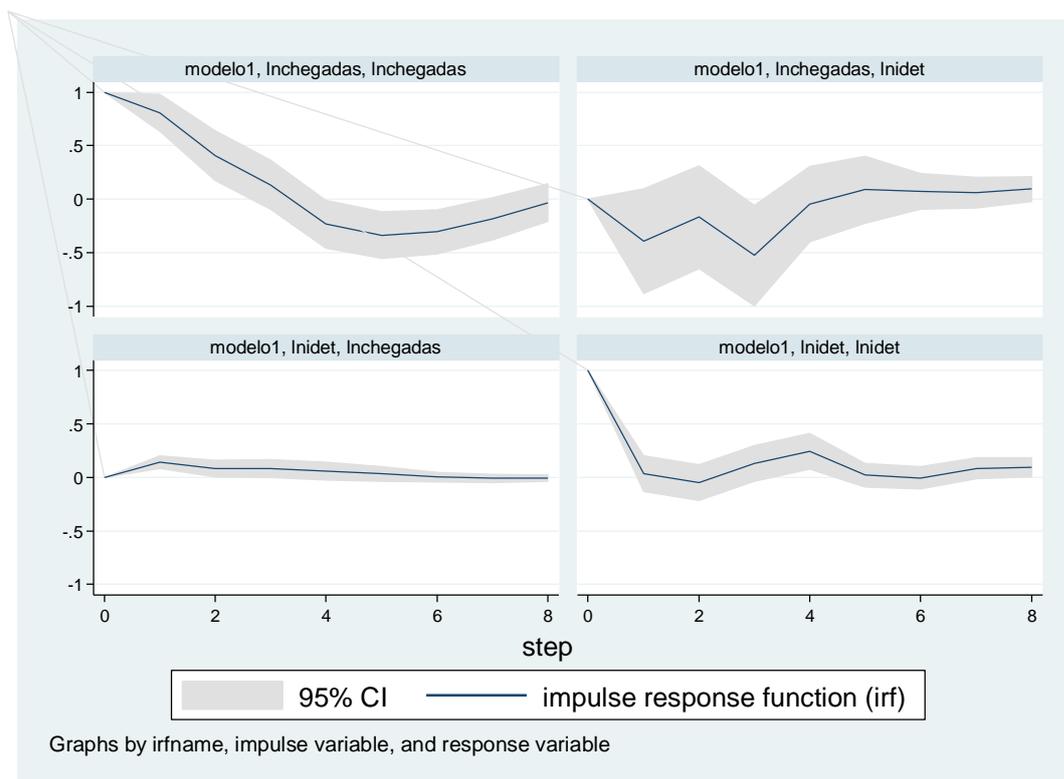
TABELA XLVI
ESTIMATIVA DE LONGO PRAZO DA ANÁLISE DE COINTEGRAÇÃO (JAN/2003 A
DEZ/2013)

	coeficiente	Erro padrão	z	P>z
Inchegadas	1			
Inidet	-0,2820924	0,1060446	-2,66	0,008
_cons	-10,42306			

Fonte: elaborado pela autora

A estimativa do modelo é dada por: $\text{Intour} = 10,423 + 0,282 \text{ Inide}$.

Concluída a etapa de identificação e estimação do modelo VEC, analisaram-se as funções de impulso-resposta, com o objetivo de verificar principalmente o impacto dos choques de IDE sobre o número de chegadas de turistas no Brasil, e vice-versa. Devido à frequência mensal dos dados, foi utilizado para as análises um período de 8 meses após a ocorrência dos choques. A análise da função de impulso-resposta para o turismo (primeira linha da Figura 22) revelou que um choque positivo sobre a própria variável tende a provocar um impacto negativo no seu montante até o quinto mês, a partir daí observa-se uma ligeira recuperação. Por outro lado, um choque inesperado no número de turistas internacionais possuiu uma influência desregular até o terceiro mês, a partir daí passou a reagir positivamente a esses choques (Figura 22). Observou-se ainda, que a variável IDE não produziu efeito futuro sobre a variável turismo (chegadas) e sobre a própria variável, constatou-se uma redução imediatamente no IDE.



Fonte: elaborada pela autora

FIGURA 22 - FUNÇÕES IMPULSO - RESPOSTA PARA O MODELO

Diferentemente da análise de impulso-resposta, na decomposição de variância avaliou-se a importância relativa (percentual) sobre os erros de previsão para uma determinada variação. A análise da decomposição da variância revelou que a maior parte da variância foi explicada pela própria variável (88,41% - Tour e 92,8% - IDE) (conforme Tabela XLVII).

TABELA XLVII
DECOMPOSIÇÃO DE VARIÂNCIA PARA O MODELO

Período	LnIDE		ln tour	
	LnIDE	Ln Tour	ln tour	Ln IDE
1	97,02	0,00	100,00	2,98
2	95,36	8,28	91,72	4,64
3	94,95	9,76	90,24	5,05
4	92,69	11,65	88,35	7,31
5	93,00	12,39	87,61	7,00
6	92,91	12,18	87,82	7,09
7	92,87	11,73	88,27	7,13
8	92,80	11,59	88,41	7,20

Fonte: elaborada pela autora

Assim, é importante salientar que a análise econométrica parece confirmar as evidências fornecidas no início do capítulo.

4.6. Considerações finais

O presente capítulo buscou analisar as relações existentes entre turismo e IDE no Brasil no período 2003-2013. Para identificar os efeitos entre essas variáveis, foram utilizados procedimentos econométricos de séries temporais, tais como: teste raiz unitária, teste de cointegração de Johansen, causalidade de Granger, o modelo vetorial com correção de erros, função de impulso-resposta e decomposição da variância. O resultado do teste de raiz unitária mostra que as variáveis são estacionárias com 4 lags. O teste de cointegração de Johansen mostrou a existência de relação de longo prazo entre as variáveis. O teste de Granger, confirmou causalidade bidirecional entre IDE e turismo, confirmando a hipótese 3. O resultado para a equação de longo prazo indicou que o sinal está corretamente especificado, mostrando uma relação direta entre turismo e IDE. Esse fato mostra a importância deste tipo de investimento para o setor de turismo brasileiro.

A principal contribuição deste capítulo diz respeito à própria investigação, dado que há poucos estudos sobre IDE e turismo. Outra contribuição é que os resultados são importantes para a formulação de políticas públicas, em especial para a atração de IDE, desenvolvimento do turismo e desenvolvimento econômico. Portanto, são necessárias políticas adequadas para explorar os recursos turísticos e planos para desenvolver novos locais turísticos e instalações para satisfazer a crescente demanda turística resultante do aumento de IDE.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÃO

O objetivo do presente estudo foi analisar o setor de turismo no Brasil, considerado um grande vetor para o desenvolvimento econômico. Para tanto, verificou-se primeiramente a existência de diferenças salariais no setor seja por gênero, regional e entre outras atividades do setor de serviços (setor não turístico), pois sua existência pode ser um dos entraves para o desenvolvimento do setor e conseqüentemente do país.

Com relação aos trabalhadores do setor de turismo do Brasil, são geralmente da zona urbana, assim possuem maior probabilidade de inserir-se no mercado de trabalho pois o setor é intensivo em trabalho e grande absorvedor de mão-de-obra vinda da zona rural. Recebem menos que os trabalhadores de outras atividades do setor de serviços pois geralmente os postos de trabalho do setor não são bem remunerados devido às condições desfavoráveis, como turnos irregulares, trabalho dominicais, horas-extras não remuneradas, além da elevada quantidade de ocupações informais e alta rotatividade no emprego podendo ser explicada pela sazonalidade típica do setor. O diferencial salarial é explicado pelas diferenças nas características nos atributos pessoais e do trabalho dos ocupados no turismo, principalmente pela escolaridade.

Apesar de ser um dos setores mais promissores da economia e que demanda baixo investimento na geração de emprego, ainda é incipiente quando comparado com outros setores, sendo necessário melhorar seus indicadores econômicos e sociais para alcançar melhores níveis de desempenho e qualidade. Para tanto, é necessário instrumentos governamentais que garantam que o desenvolvimento do turismo redunde em desenvolvimento humano, local e sustentável.

No que se refere à região Nordeste, apesar de ser considerada uma região de grande potencial para a indústria do turismo, apresentou o menor salário médio mensal quando comparada às demais regiões brasileiras. A variável escolaridade não foi significativa na equação de participação no mercado de trabalho, isso pode ser explicado pelo fato da Região possuir o menor nível de escolaridade do país. Seu mercado de trabalho é o menos desenvolvido, além de ocorrer segmentação regional, ou seja, só pelo fato de residir no Nordeste o rendimento dos trabalhadores foi menor.

A esse respeito, e no que concerne à redução das desigualdades regionais, é necessário se pensar em ações mais diretas sobre o desenvolvimento da atividade no território brasileiro, como o PRODETUR. Além disso, é importante investir em educação, pois sem isto os trabalhadores, principalmente nordestinos, não conseguirão se beneficiar e nem dinamizar as atividades econômicas.

Passando para a questão de gêneros, os resultados mostraram que o setor é predominantemente do gênero masculino, aumentando a chance de participar do mercado de trabalho; estes ocupavam as classes salariais mais elevadas e que apesar das mulheres serem um pouco mais instruídas, recebiam, em média, menor rendimento, o que mostra haver segregação no setor, tanto vertical como horizontal. Isso pode ser explicado pelo fato de as mulheres exercerem atividades tipicamente femininas, como cozinheiras e camareiras e ocupações com poucas oportunidades de crescimento. Em todas as ACTs, os homens receberam maiores salários, com exceção das atividades anexas do transporte e agências de viagens, talvez pelo fato dessas atividades serem administrativas e exigirem pessoal mais qualificado.

Mulheres mais experientes e com maior nível de escolaridade aumentam a chance de participação no mercado de trabalho apesar de ainda haver dificuldade de se

inserir no mercado de trabalho. No entanto, as mulheres vêm no turismo uma oportunidade de entrarem no mercado de trabalho pois podem adequar o trabalho com afazeres domésticos e tempo disponível, ou seja, podem trabalhar *part time*. Porém, ainda são consideradas mão-de-obra barata. Portanto, a inclusão da mulher no mercado de trabalho pode reduzir a disparidade entre os gêneros, além de melhorar sua autonomia financeira e econômica. Para que tal fato ocorra, é necessário que políticas públicas promovam a participação feminina nas ocupações hierarquicamente mais importantes, bem remuneradas e dignas do setor.

No que tange à decomposição do diferencial salarial, observou-se que a variável escolaridade foi a que teve maior participação na explicação desse diferencial em todos os grupos analisados (seção 3.4.2.), confirmando o papel fundamental da escolaridade para o aumento da produtividade no mercado de trabalho pois uma maior produtividade representa maior eficiência econômica, ou seja, maior geração de produto por unidade de fator de produção e, por consequência, maior nível de produto. O aumento da produtividade do trabalho, ao mesmo tempo que contribui para acelerar o crescimento econômico, tem também o efeito de redistribuir de forma mais equitativa a renda pois aumenta a remuneração dos salários.

A variável idade, entendida como *proxy* da experiência no mercado de trabalho, também mostrou-se importante na explicação do diferencial de salários, ou seja, quanto maior a idade (experiência) maior esse diferencial. No entanto, ocorre uma relação parabólica entre tal variável e o salário dos trabalhadores, fazendo com que ocorra uma convergência de salários entre os dois grupos ao longo do tempo, tendendo à uma equalização de rendimentos.

Contudo os resultados obtidos neste estudo evidenciam a necessidade da educação e da experiência no trabalho como forma de obter incremento nos rendimentos e reduzir as disparidades salariais entre grupos. Nesse contexto, as políticas públicas têm, sem dúvida, um papel importante, através de medidas que reduzam esse alto nível de desigualdade salarial, característica que barra o desenvolvimento do setor de turismo e conseqüentemente o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Podem, por exemplo, contribuir com crédito subsidiado para atenuar as desigualdades de oportunidades no acesso aos sistemas educativo e formativo, problemas que afetam os cidadãos com menores recursos econômicos. Além de medidas que visam reduzir as disparidades educacionais no país.

Outro ponto importante no estudo foi a análise do IDE na economia. Os resultados mostraram que o fluxo de IDE no Brasil cresceu nos últimos anos, mostrando que o país é importante para atrair investimentos estrangeiros. Há uma predominância de IDE no setor de serviços, no qual o setor de turismo está inserido e que vem aumentando sua participação. A relação do IDE nas ACTs no PIB é baixa mas de grande relevância do ponto de vista internacional. Conclui-se que, a partir do cenário exposto, as saídas e os estoques de IDE sofreram crescimento significativo nos últimos 20 anos, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do Brasil.

No que se refere à relação entre IDE e turismo, constatou-se que ocorreu causalidade bidirecional entre essas variáveis, ou seja, o IDE causa o turismo e o turismo causa o IDE. Muitas empresas internacionais passaram a investir no Brasil devido à vantagem de localização, principalmente após a abertura comercial, pois o país possui recursos naturais e mão-de-obra abundantes, condições institucionais favoráveis e política do governo de incentivo à entrada de investimentos. Com o aumento de IDE

houve a necessidade de incorporar novas tecnologias e melhorar a infraestrutura, como a modernização dos aeroportos internacionais, estradas rodoviárias e aumento da oferta hoteleira para atender os potenciais investidores. Estas melhorias atraíram mais turistas para o país. O desempenho do turismo no Brasil vem melhorando ao longo do tempo, conforme observado no capítulo 2, incentivado pelos programas e planos do governo com o intuito de desenvolver o setor, além dos financiamentos concedidos pelas instituições financeiras federais. Houve uma expansão da infraestrutura turística brasileira tornando-o mais atrativo tanto para turistas como para novos investidores, conforme a teoria neoliberal.

Esta constatação tem importantes implicações para a política econômica. Visando um maior crescimento, justifica-se o aprofundamento do processo de abertura comercial e a adoção de estratégias para atrair novos investidores estrangeiros para o país. Entretanto, é importante registrar que o sucesso de tais medidas depende também de outras variáveis exógenas, como um cenário internacional favorável e a disposição dos parceiros comerciais em adquirir produtos nacionais

Através da equação de longo prazo (modelo VEC) observou-se que houve uma relação direta entre IDE e turismo, isto é, uma elevação de 1% no IDE produz uma elevação de 0,28% no turismo do Brasil, *ceteris paribus*. Isso mostra que as atividades das empresas multinacionais parecem reforçar o crescimento do turismo no Brasil.

Por último, os resultados confirmam o argumento teórico de que o IDE desempenha um papel significativo em expandir o setor do turismo no Brasil, sendo de grande relevância a elaboração de políticas estratégicas e promocionais adotadas pelos governos e decisores políticos para atrair mais IDE para os diversos setores econômicos e regiões brasileiras.

Sintetizando, a tese confirma a hipótese de que o setor de turismo vem desenvolvendo-se nos últimos anos apesar dos desafios a serem enfrentados. Um dos desafios seria a redução dos diferenciais de salários, principalmente através da melhoria da educação, não só educação básica mas também um sistema educação que adapte o conhecimento científico às necessidades e demandas dos trabalhadores do setor, gerando condições para o desenvolvimento das potencialidades destes trabalhadores.

A principal contribuição deste estudo diz respeito à própria investigação, dado que há poucos estudos sobre turismo, no que diz respeito a diferenciais de salários e IDE, principalmente no que se refere ao desenvolvimento econômico. Outra contribuição é que os resultados obtidos são importantes para a formulação de políticas públicas para um setor ainda relativamente incipiente e que contribuam para uma melhor compreensão do comportamento do setor de turismo no contexto da redução dos diferenciais de salários e aumento de IDE.

Como toda pesquisa científica, este trabalho apresenta limitações que podem ser fonte de inspiração para trabalhos futuros. Uma destas limitações está relacionada ao uso de um único ano na análise dos diferenciais de salários. Pode-se trabalhar com vários anos e, assim, verificar a evolução desses diferenciais ao longo do tempo, enriqueceria naturalmente o conhecimento aqui produzido. Outra limitação está relacionada com o modelo escolhido. Pode-se utilizar modelos mais sofisticados, mais intensivos na questão computacional. Com relação ao fluxo de IDE, a principal limitação foi a inexistência de dados desagregados por estados, regiões brasileiras e ACTs. Seria de grande importância estudos voltados para mensurar na atualidade a efetividade dos programas do governo para o setor de turismo, como o PRONATEC Turismo (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) e o

PRODETUR. Em termos gerais, foi um primeiro passo para investigação sobre a gama de questões de interesse direto para o desenvolvimento do setor de turismo.

Portanto, a presente investigação afigura-se passível de aprofundamento no futuro.

REFERÊNCIAS

- Aigner, D. & Cain, G. (1977). Statistical theories of discrimination in labor markets. *Industrial and Labor Relations Review* 30 (2), 175–187.
- Akhmedjonov, A. (2012). New evidence on pay gap between men and women in Turkey. *Economics Letters* 117, 32–34.
- Amaral Filho, J. (1996). Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. *Planejamento e Políticas Públicas* 14, 35-73.
- ANDETUR (2015). Turismo no Brasil. Disponível em: <http://www.andetur.com.br/Norte.html> [Acesso em: 17/03/2015]
- Araújo, V. F. & Ribeiro, E. P. (2002). Diferenciais de salários por gênero no Brasil: Uma análise regional. *Revista Econômica do Nordeste* 33 (2), 196-217.
- Arbache, J. S. (2001). Wage differentials in Brazil: theory and evidence. *The Journal of Development Studies* 38 (2), 109–130.
- Arrow, K. (1973). Higher education as a filter. *Journal of Public Economics* 3 (2), 193–216.
- Assis, R. S. & Alves, J. S. (2014). Hiato salarial entre homens e mulheres no Brasil segundo condição migratória: O mercado de trabalho é segregado ou discrimina? *Revista Econômica da Nordeste* 45 (1), 120-135.
- BACEN - Banco Central do Brasil (2015). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/> [Acesso em: 28/02/2015].
- BNB - Banco do Nordeste do Brasil (2011). *Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste: Primeira fase*. Disponível em:

http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum_9_pc_r_i.pdf [Acesso em: 29/08/2011].

Banco Mundial (2015). *Gross Domestic Product 2013*. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/download/GDP.pdf> [Acesso em: 24/04/2015].

Barbosa, L. G. M. (2002). Os impactos econômicos do turismo e sua implicação nas políticas públicas: O caso do município de Macaé-RJ, Brasil. In *Congresso Internacional del Clad sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública: 7*. Lisboa, Portugal. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044545.pdf> [Acesso em: 22/05/2006].

Barquero, A. V. (2002). *Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 278 p.

Barros, C. P.; Botti, L.; Peypoch, N.; Robinot, E.; Solonandrasana, B. & Assaf, A. G. (2011). Performance of French destinations: tourism attraction perspectives. *Tourism Management* 32, 141–146.

Bastos, A.; Leão, G. F. & Passos, J. G. X. de (2004). Estimation of gender wage discrimination in Portuguese labour market. *Notas Económicas*. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/24937> [Acesso em: 01/04/2014].

Becker, G. S. (1957). *The Economics of Discrimination*. Chicago: Univ Chicago Press.

Becker, G. S. (1962). Investments in human capital: a theoretical analysis. *Journal of Political Economy* 70, 9-44.

Beni, M. C. (2003). *Análise Estrutural do Turismo* (8 ed). São Paulo: SENAC.

- Binder, D. A. (1983). On the variances of asymptotically normal estimators from complex surveys. *International Statistical Review* 51, 279-292.
- Blinder, A. S. (1973). Wage discrimination: Reduced form and structural estimates. *Journal of Human Resources* 8 (4), 436–55.
- Borjas, G. J. (2013). *Labor Economics*. (6 Ed.). New York: Mc Graw-Hill.
- Brandão, P. (2010). O ideário neoliberal na Política Nacional do Turismo Brasileiro: avanços e retrocessos. *Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*, pág. Web. 1 Abr. 2015.
- Buckley, P. J. & Casson, M. (1976). *The Future of the Multinational Enterprise*. Londres: Macmillan Press.
- Cain, G. (1986). The Economic Analysis of Labor Market Discrimination: a Survey. In: Ashenfelter, O. A. & Layard, R. (Eds.). *Handbook of Labor Economics* 1, 693–785.
- Campos-Soria, J. A., Marchante, A. J. & Roperó-García, M. A. (2011). Patterns of occupational segregation by gender in the hospitality industry, *International Journal of Hospitality Management* 30, 91-102.
- Campos-Soria, J. A.; García-Pozo, A.; Sánchez-Ollero, J. L. & Benevides-Chicón, C. G. (2011). A comparative analysis on human capital and wage structure in the Spanish hospitality sector. *Journal of Service Science and Management* 4, 458-468.
- Cândido Júnior, J. O. (2008). *Política Fiscal e Impactos Produtivos dos Gastos Públicos*. Tese de doutorado. Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas.

- Carvão, S. (2009). Tendências do turismo internacional, N° Temático – *Turismo e Patrimônio*. Madrid: OMT. Disponível em: <http://www.exedrajournal.com/docs/S-tur/02-Sandra-Carvao-32.pdf> [Acesso em: 04/08/2012].
- Casari, P. (2012). *Segmentação no Mercado de Trabalho Brasileiro: Diferenças entre o Setor Agro-pecuário e os Setores não Agro-pecuários, Período de 2004 a 2009*. Tese de Doutorado. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Brasil.
- Castro, E. A. & Teixeira, J. R. (1999). Investimento direto estrangeiro, transferência tecnológica e extensões do modelo norte-sul de Wang. *Revista Brasileira de Economia* 53 (2), 167-181.
- Cirino, J. F. (2008). *Participação Feminina e Rendimento no Mercado de Trabalho: Análises de Decomposição para o Brasil e as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Viçosa, MG, Brasil.
- Cirino, J. F. & Lima, J. E. (2012). Diferenças de rendimentos entre as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador: uma discussão a partir da decomposição de Oaxaca-Blinder. *Revista Econômica da Nordeste* 43 (2), 371 – 389.
- CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (2011). Disponível em: http://www.cite.gov.pt/Formar_Iguald/PDFs_Manual/M07_Glossario.pdf [Acesso em: 05/06/2014].
- CIT-OIT-EUROCHAMBRES (2008). *Romper com os estereótipos de género, dar uma oportunidade ao talento: Conjunto de ferramentas para Consultores de PME e*

Gestores de Recursos Humanos. Disponível em:

http://www.cite.gov.pt/pt/destaques/complementosDestqs/Romper_estereotipos_genero.pdf [Acesso em: 14/05/2014].

Coase, R. H. (1937). The Nature of the Firm. *Economica* (New Series) 4 (16), 386-405.

Coelho, A. M. & Corseuil, C. H. (2002). *Diferenciais salariais no Brasil: um Breve Panorama*. Rio de Janeiro: IPEA.

Coelho, M. H. P. & Sakowski, P. A. M. (2014). *Perfil da mão de obra do turismo no Brasil nas atividades características do turismo e em ocupações*. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1938.pdf [Acesso em: 18/12/2014].

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2011). *O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e Caribe*. (Documento informativo 2010). Santiago: CEPAL, 2011.

Cook, R. J. (2012). Structures of discrimination. *Macalester International* 28 (1), 8. Disponível em: <http://digitalcommons.macalester.edu/> [Acesso em: 05/06/2014]

Cooper, C.; Fletcher, J.; Fyall, A.; Gilbert, D. & Wanhill, S. (2008). *Tourism: Principles and Practice*. (4. Ed.). Harlow, England: Prentice Hall Financial Times.

Coriolano, L. N. M. T. (2003). Os limites do desenvolvimento e do turismo. *Revista de Turismo e Patrimônio Cultural* 1 (2), 161 – 171.

Coriolano, L. N. M. T. (2013). Lazer e turismo para o desenvolvimento na escala humana. *Revista Lusófona de Estudos Culturais* 1 (2), 127 – 142.

- Craigwell, R. & Moore, W. (2008). Foreign direct investment and tourism in SIDS: evidence from panel causality tests. *Munich Personal RePEc Archive*. Paper nº 33438. Disponível em: [http:// mpra.ub.uni-muenchen.de/33438/](http://mpra.ub.uni-muenchen.de/33438/) [Acesso em: 15/02/2014].
- Credit Suisse (2013). Brazil Breaking News: Foreign Direct Investments. Disponível em: <https://www.credit-suisse.com>. [Acesso em: 16/05/2014].
- Cunha, L. (2006). *Economia e Política do Turismo*. Portugal: Verbo.
- Deitrick, S. & Briem, C. (2009). Gender wage disparity in the Pittsburgh Region. *American Behavioral Scientist* 53 (2), 239-260. Disponível em: <http://abs.sagepub.com/content/53/2/239> [Acesso em: 10/10/2014].
- Doeringer, P. B. & Piore, M. J. (1971). *Internal Labor Markets and Manpower Analysis*. Lexington: D. C. Heath & Co.
- Dunning, J. H. (1973). The determinants of international production. *Oxford Economic Papers* 25, 289- 336.
- Dunning, J. H. (1993). *Multinational Enterprises and the Global Economy*. Wokinghan: Addison-Wesley.
- Dunning, J. H. & Lundan, S. M. (2008). *Multinational Enterprises and the Global Economy*. Second Edition (2.ed.). Cheltenham. UK: Edward Elgar.
- Ehrenberg, R. G. & Smith, R. S. (2012). *Modern Labor Economics: Theory and Public Policy*. (11 ed.). New York: Pearson Education.
- EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo (1998). Anuário estatístico, vários anos. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/anuario_downloads_anuario/anuario_2008_internet.pdf [Acesso em: 21/07/2011].

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo (2014). Copa do Mundo fortalece imagem do Brasil como destino turístico. Disponível em: http://www.embratur.gov.br/piembratur/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/Copa_do_Mundo_fortalece_imagem_do_Brasil_como_destino_turistico.html [Acesso em: 24/04/2015].

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo (2015). *Turismo contribui com 9% do PIB mundial*. Disponível em: http://www.embratur.gov.br/piembratur/opencms/salaImprensa/artigos/arquivos/Turismo_contribui_com_9_do_PIB_mundial.html [Acesso em: 23/04/2015].

Eusébio, C. (2006). *Avaliação do Impacte Económico do Turismo a Nível Regional - o Caso da Região Centro de Portugal*. Tese de doutorado, Turismo, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

Fachin, O. (2003). *Fundamentos de Metodologia*. São Paulo: Saraiva.

Faria, D. M. C. P. (2012). Desenvolvimento e turismo: uma Abordagem Conceitual. Texto para discussão 462. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20462.pdf> [Acesso em: 26/03/2015].

Faria, J. C. de (2013). *Brazil Economic Update*. Deutsche Bank.

Fereidouni, H. G. & Al-mulali, U. (2014). The interaction between tourism and FDI in real estate in OECD countries. *Current Issues in Tourism* 17 (2), 105-113. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13683500.2012.733359> [Acesso em: 17/12/2014].

Fernandes, I. P. & Coelho. M. P. (2002). *Economia do Turismo*. Rio de Janeiro: Campus.

- Fernandes, R. (2002). Desigualdade Salarial: Aspectos Teóricos. In: Corseuil, C. H.; Fernandes, R.; Menezes – Filho, N.; Coelho, A. M. & Santos, D. D. *Estrutura Salarial: Aspectos Conceituais e Novos Resultados Para o Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA.
- Forsyth, P. & Dwyer, L. (2003). Foreign investment in Australian tourism: a framework for analysis. *The Journal of Tourism Studies* 14 (1), 67 - 77.
- Fortin, N.; Lemieux, T. & Firpo, S. (2010). Decomposition Methods in Economics. *Working Paper 16045*. Cambridge: National Bureau of Economic Research,. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w16045> [Acesso em: 13/10/2014].
- Fórum Econômico Mundial (2015). *The Travel & Tourism Competitiveness Index 2015 Ranking*. Disponível em: <http://reports.weforum.org/travel-and-tourism-competitiveness-report-2015/index-results-the-travel-tourism-competitiveness-index-ranking-2015/> [Acesso em: 26/11/2015].
- Franco, G. H. B. (2005). *Investimento direto estrangeiro (IDE) no Brasil 1995-2004: “passivo externo” ou “ativo estratégico”?* Disponível em: http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/CIDEC_IDE%20no%20Brasil.PDF [Acesso em 21/11/2013].
- Freitas, U. R. P. (2008). *Diferenciais de Rendimentos do Trabalho entre Regiões Metropolitanas de Salvador e de Porto Alegre: uma Avaliação Empírica Baseada nos Procedimentos de Heckman e de Oaxaca*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Brasil.

- García-Pozo, A.; Campos-Soria, J. A. & Sánchez-Ollero, J. L. (2012). The regional wage gap in the Spanish hospitality sector based on a gender perspective. *International Journal of Hospitality Management* 31, 266-275.
- Gomes, L. & Silva, J. R. (2014). Spanish and Portuguese hotel networks in Brazil: Evidence from the Northern Coast of Bahia. *Regional Science Inquiry* VI (2), December, 39-55.
- González, P.; Santos, L. D. & Santos, M. C. (2009). Education and gender wage differentials in Portugal: what can we learn from an age cohort analysis? *Education Economics* 17 (2), 263-278.
- Gottschalk, M. V. & Alves, P. F. (2006). Diferenciais de salários no setor de serviços, In *Tecnologia, Exportação e Emprego*, Capítulo 13, Brasília: IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_13.pdf [Acesso em: 10/03/2013].
- Greene, W. (2000). *Econometric Analysis*. NJ: Prentice-Hall.
- Gregory, D. & Oliveira, M. F. B. A. (2005). *O Desenvolvimento de Ambiente Favorável no Brasil para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto*, 58p. Disponível em: www.cebri.org.br/pdf/238_PDF.pdf [Acesso em: 03/02/2015].
- Guimarães, C. R. F. F.; Rissato, D. & Silva, J. R. (2012). Desenvolvimento da atividade turística: o caso do Nordeste Brasileiro. *Journal of Tourism and Development* 17/18 (2), 1145-1156.
- Heckman, J. J. (1979). Sample selection bias as a specification error. *Econometrica* 47, 153–161.
- Heckscher, E. (1919). The effect of foreign trade on the distribution of income. *Ekonomisk Tidskrift*, 497–512. Translated as chapter 13 in American Economic

Association, *Readings in the Theory of International Trade*, Philadelphia: Blakiston, 1949, 272–300, and a new translation is provided in Flam and Flanders.

Holanda, M. C. & Magalhães, A. M. (2012). FDI in Brazil from a regional perspective, In Baer, W. (Ed.). *The Regional Impact of National Policies: the Case of Brazil*, (pp, 122 – 137). Cheltenham, UK e Northampton, MA, USA: Edward Elgar.

Hörnell, E.; Vahlne, J. & Wiedersheim-Paul, F. (1973). *Exports and Foreign Establishments*. Stockholm: Almqvist & Wiksell..

Hymer, S. (1970). The Efficiency (Contradictions) of Multinational Corporations. *The American Economic Review* 60 (2). Papers and Proceedings of the Eighty-second Annual Meeting of the American Economic Association (May, 1970), pp. 441-448. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1815843> [Acesso em: 20/03/2012].

Ignarra, L. R. (1999). *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Pioneira.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat> [Acesso em 04/08/2011].

IBGEa - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2012). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de indicadores 2012*. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGEb - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). *Economia do Turismo: uma Perspectiva Macroeconômica 2003-2009*. Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Disponível

em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf> [Acesso em: 15/01/2015].

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2010). *Perfil da Raça da População Cearense: Análise a partir dos Dados do Censo Demográfico 2010*. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/Ipece_Informe_23_fevereiro_2012.pdf [Acesso em: 20/05/2014].

IPEA – Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (2010). *PNAD 2009 - Primeiras Análises: Investigando a Chefia Feminina de Família*. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101111_comunicadoipea65.pdf [Acesso em: 23/03/2015].

Jann, B. (2008). A stata implementation of the Blinder-Oaxaca decomposition. *Technical Report 5*. ETH Zurich Sociology. Working Paper.

Johansen, S. (1991). Estimation and hypothesis test of cointegration vector in Gaussian vector a autoregressive models. *Econometrica* 59, 1551-1580.

Johanson, J. & Wiedersheim-Paul, F. (1975). The internationalization of the firm: four Swedish cases. *Journal of Management Studies* 12, 305-22.

Johanson, J. & Vahlne, J. (1977). The internationalization process of the firm: A model of knowledge development and increasing foreign market commitments. *Journal of International Business Studies* 8 (1): 23–32.

Kinnaird, V. & Hall, D. (1996). Understanding tourism process: A gender-aware framework. *Tourism Management* 17 (2), 95-102.

Lacerda, A. C. & Oliveira, A. (2009). *Influxos de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no Brasil: uma Análise da Desnacionalização da Estrutura Produtiva nos Anos 2000*. Disponível em:

http://www.pucsp.br/eitt/downloads/vii_ciclo_debates_2009/Microsoft_Word_-_VIICiclo2009_ArtLacerda-Alexandre_23.04.09.pdf [Acesso em: 25/08/2014].

- Lage, B. H. G. & Milone, P. C. (2000). Impactos socioeconômicos globais do turismo. In: Lage, B. H. & Milone, P. C. (org). *Turismo: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas.
- Lage, B. H. G. & Milone, P. C. (2001). *Economia do Turismo*. (7. Ed.). São Paulo: Atlas.
- Lage, B. H. G. & Milone, P. C. (2004). *Turismo na Economia*. São Paulo: Aleph, (Coleção ABC do Turismo).
- Lepp, A. (2008). Tourism and dependency: An analysis of Bigodi village, Uganda. *Tourism Management* 29, 1206-1214.
- Lewis, W. A. (1954). Economic Development with Unlimited Supplies of Labour. *Manchester School* 22, 139-191.
- Ligthart, J. (2000). *Public Capital and Output Growth in Portugal: An Empirical Analysis*. IMF: Working Paper nº11.
- Lillo-Bañuls, A. & Casado-Díaz, J. J. M. (2011). Capital humano y turismo: rendimiento educativo, desajuste y satisfacción laboral. *Estudios de Economía Aplicada* 29 (3), 755-780.
- Lim, U. & Cho, S. C. (2009). The decomposition of regional wage differentials in Korea. *The Social Science Journal* 46, 375 – 383.
- Lima, J. R. F. (2008). *Efeitos da Pluriatividade e Rendias Não-agrícolas sobre a Pobreza e Desigualdade Rural na Região Nordeste*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Viçosa, MG, Brasil.
- Lima, M. C. (2004). *Monografia: a Engenharia da Produção Acadêmica*. São Paulo: Saraiva.

- Lima, R. (1980). Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. *Pesquisa e Planejamento Econômico* 10, 217-272.
- Lopes, L. M. & Vasconcellos, M. A. (2000). *Manual de Macroeconomia*. (2. ed.). São Paulo: Atlas.
- Loureiro, P. R. A. (2003). Uma resenha teórica e empírica sobre economia da discriminação. *Revista Brasileira de Economia* 57 (1), 125-157.
- Matias, Á. A. C. A. (2007). *Economia do Turismo: Teoria e Prática*. Lisboa: Editora Piaget. Coleção Sociedade e Organizações.
- Medeiros, B. L. (2011). *Diferencial de Salários e Produtividade no Setor de Serviços Brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Escola de Pós- Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas, Brasil.
- Mincer, J. (1958). Investment in human capital and personal income distribution. *Journal of Political Economy* 66 (4), 281–302.
- Mincer, J. (1974). *Schooling, Experience and Earnings*. National Bureau of Economic Research.
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2013). *Principais resultados da PNAD 2012 potencialmente relacionados às ações e programas do MDS – Versão Preliminar*. Estudo Técnico N.º 27/2013. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/estudos_tecnicos/pdf/60.pdf [Acesso em: 03/03/2015].
- MTUR - Ministério do Turismo do Brasil (2007). *Plano Nacional de Turismo – 2007/2010*. Uma Viagem de Inclusão. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/

downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf [Acesso em: 23/05/2013].

MTUR - Ministério do Turismo do Brasil (2011). *Pesquisa anual de conjuntura econômica do turismo* / EBAPE/Núcleo de Turismo (7. ed.). Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

MTURa - Ministério do Turismo do Brasil (2012). *Missão e Plano Nacional*. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/missao/index.html [Acesso em: 04/08/2012].

MTURb - Ministério do Turismo do Brasil (2012). *Turismo no Brasil 2011-2014*. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes_downloads_publicacoes/Documento_Referencial_Turismo_no_Brasil_2011_2014.pdf [Acesso 21/7/2012].

MTUR - Ministério do Turismo do Brasil (2013). *Mais turismo, mais desenvolvimento: indicadores*. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/Cartilha_Mais_Turismo_mais_desenvolvimento_2013.pdf [Acesso em: 29/09/2013].

MTUR - Ministério do Turismo do Brasil (2014). *Estatísticas básicas do turismo no Brasil*. Disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/estatisticas_basicas_turismo/ [Acesso em 11/02/2015].

MTUR - Ministério do Turismo do Brasil (vários anos). Estudo da demanda turística internacional. Disponível em:

http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/demanda_turistica/internacional/ [Acesso em: 12/03/2015].

Moraes, S. M. A. (2005). *Discriminação Salarial por Gênero nos Segmentos Industriais do Brasil: uma Análise para os Anos de 1993, 1998 e 2003*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Moreira, S. B. & Crespo, N. (2012). Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. *Revista de Economia* 38 (2), 25 – 50.

Mundo Educação (2015). *Geografia humana do Brasil*. Disponível em: <http://www.mundoeducacao.com/geografia/geografia-humana-brasil.htm> [Acesso em: 28/02/2015].

Muñoz-Bullón, F. (2009). The gap between male and female pay in Spanish tourism industry. *Tourism Management* 30, 638 – 649.

Neder, H. D. (2006). Indicadores sociais no Brasil: uma análise de sua evolução em período recente. *Parcerias Estratégicas* 22, 283-315.

Nelson, J. A. (2014). The power of stereotyping and confirmation bias to overwhelm accurate assessment: the case of economics, gender, and risk aversion. *Journal of Economic Methodology* 21(3), 211-231.

Neri, M. (2015). Equação de salários minceriana. Disponível em: http://www.cps.fgv.br/cps/pesquisas/Políticas_sociais_alunos/2011/pdf/BES_EquacaoMinceriana.pdf [Acesso em: 18/03/2015].

- Neto, A. B. F.; Freguglia, R. S. & Fajardo, B. A. G. (2012). Diferenciais salariais para o setor cultural e ocupações artísticas no Brasil. *Economia aplicada* 16 (1), 49 – 76.
- Noia, A. C. (2011). *A Construção do Desenvolvimento Local no Município de Ilhéus – BA: uma Análise das Alternativas de Desenvolvimento Geradas Após a Crise da Monocultura do Cacau*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, Brasil.
- O’Neill, J. & O’Neill, D. (2006). What do wage differentials tell us about labor market discrimination? In *The Economics of Immigration and Social Policy*, edited by Polachek, S.; Chiswick, C. & Rapoport, H. *Research in Labor Economics* 24, 293-357.
- Oaxaca, R. L. (1973). Male-female differentials in urban labor markets. *International Economic Review*, 14 (3), 693-709.
- Ohlin, B. (1933). *Interregional and International Trade*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1966.
- Oliveira, F. M. (2010). Trabalho em turismo e suas diferenças regionais no Brasil. In: Moretto, A.; Krein, M. P. & Macambira, J. *Economia, Desenvolvimento Regional e Mercado de Trabalho do Brasil.*, p. 179-222. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho. Disponível em: http://www.sineidt.org.br/Publicacoes/Livros/004_Economia_Developimento_Regional_e_Mercado_de_Trabalho_do_Brasil.pdf [Acesso em: 15/02/2015].
- UNWTO - Organização Mundial do Turismo (1994). *Recommendations on Tourism Statistics*. New York: UNWTO.

UNWTO - Organização Mundial do Turismo (2005) *Making Tourism More Sustainable*
- *A Guide for Policy Makers*, UNEP and UNWTO, p.11-12.

UNWTO - Organização Mundial do Turismo (2014). *World Tourism Barometer*. V. 12,
April 2014. Disponível em:
http://dtxqt4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/pdf/unwto_barom14_02_apr_e_xcerpt_0.pdf [Acesso em: 05/07/2014].

UNWTO - Organização Mundial do Turismo (vários anos). *Tourism Highlights*.
Madrid: OMT. Disponível em: <http://unwto.org/facts/menu.html> [Acesso em:
30/09/2013].

UNWTO - Organização Mundial do Turismo (vários anos). *Tourism Market Trends*.
Madrid: OMT. Disponível em: <http://unwto.org/facts/menu.html> [Acesso em:
30/09/2013].

Othman, R.; Salleh, N. H. M. & Sarmidi, T. (2012). Analysis of causal relationship
between tourism development, economic growth and foreign direct investment:
an ARDL approach. *Journal of Applied Sciences* 12 (12),1245-1254.

Penrose, E. T. (1959). *The Theory of the Growth of the Firm*. New York: John Wiley.

Pereira, J. & Galego, A. (2011). Regional wage differentials in Portugal: static and
dynamic approaches. *Papers in Regional Science* 90 (3), 529 -549.

Pereira, V. F.; Lima, J. E.; Lima, J. R. F.; Braga, M. J. & Mendonça, T. G. (2013).
Avaliação dos retornos à escolaridade para trabalhadores do sexo masculino no
Brasil. *Revista de Economia Contemporânea* 17 (1), 153-176.

Pessoa, E. & Martins, M. (2007). Revisitando a teoria do ciclo de produto. *Revista
Economia Contemporânea* 11 (2), 307 – 329.

- Phelps, E. S. (1972). The Statistical Theory of Racism and Sexism. *The American Economic Review* 62 (4), 659 – 661.
- Primeira Edição. (2012). Turismo na Região Sul do Brasil. Disponível em: <http://primeiraedicao.com.br/noticia/2012/07/07/turismo-na-regiao-Sul-do-brasil> [Acesso em: 16/03/2015].
- Portal Brasil (2015). Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/brasil.htm> [Acesso em: 24/02/2015].
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2015). *O que é Desenvolvimento Humano*. Disponível em: http://www.pnud.org.br/idh/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH [Acesso em: 01/04/2015].
- Purcell, K. (2004). Gênero e insegurança no trabalho no Reino Unido. *Estudos Feministas* 12 (2), 147-176.
- Reich, M.; Gordon, D. & Edwards, R. (1973). A theory of labor market segmentation. *American Economic Review* 63 (2), 359-365.
- Ricardo, D. (1817). *Principles of Political Economy and Taxation*, reprinted by J.M. Dent, London, in Everyman's Library, 1911.
- Ríos, M. S. & Solé, T. T. (2007). El turismo como elemento de crecimiento económico en el ámbito español. Madrid: IX Reunión de Economía Mundial.
- Rissato, D. & Sambatti, A. P. (2004). Algumas considerações sobre o desempenho recente do mercado hoteleiro em Foz do Iguaçu. Anais do *III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas*. Disponível em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/.../artigos/> [Acesso em: 10/10/2011].

- Rosen, S. (1983). Unemployment and Insurance. *Carnegie – Rochester Conference Series on Public Policy* 19, 5 – 49.
- Rostow, W. (1956). The Take-Off Into Self-Sustained Growth. *Economic Journal* 66 (261), 25-48.
- Ruschmann, D. V. de M. (1999). *Turismo e Planejamento Sustentável: a Proteção do Meio Ambiente*. Campinas, SP: Papiros, 1997 (Coleção Turismo) (4. ed.).
- Salinas-Jiménez, M. del M.; Rahona-López, M. & Murillo-Huertas, I. P. (2013). Gender wage differentials and educational mismatch: an application to the Spanish case. *Applied Economics* 45 (30), 4226 – 4235.
- Sancho, A. & Buhalis, D. (2001). *Introdução ao Turismo*. São Paulo: Roca.
- Sanford, D. M. & Dong, H. (2000). Investment in familiar territory: tourism and new foreign direct investment. *Tourism Economics* 6 (3), 205-19.
- Santos, L. D. & Varejão, J. (2007). Employment, pay and discrimination in the tourism industry. *Tourism Economics* 13(2), 225–240.
- Santos, L. M. dos (2007). *Diferencial de Rendimentos entre o Setor de Serviços Formal e Informal: o Caso do Nordeste nos Anos de 1992 e 2005*. Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Sociais aplicadas, Universidade Federal da Paraíba.
- Schultz, T. W. (1961). Investment in human capital. *American Economic Review* 51, 1-17.
- SECTUR México - Secretaría de Turismo do México (2011). *Análisis económico del mercado laboral en el sector turístico: hacia una política pública para la igualdad entre mujeres y hombres*. Disponível em:

http://www.sectur.gob.mx/PDF/planeacion_estrategica/COLMEX_entregable%20final.pdf [Acesso em: 29/06/2014].

Senhoras, E. M. & Cavalcante, J. S. (2014). Turismo e os padrões de desenvolvimento endógeno e exógeno. *Revista Turydes: Turismo y Desarrollo* 17. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/turydes/17/desenvolvimento-endogeno.html>. [Acesso em: 19/05/2015].

Sekmen, F. (2007). Cointegration and causality among foreign direct investment in tourism sector, GDP and exchange rate volatility in Turkey. *Munich Personal RePec Archive*. Disponível em: http://mpira.ub.uni-muenchen.de/8736/MPRA_Paper_No.8736 [Acesso em: 18/05/2014].

Selvanathan, S.; Selvanathan E. A. & Viswanathan, B. (2009). Causality between foreign direct investment and tourism: empirical evidence from Índia. Madras School Of Economics: *Working Paper* 46/2009.

Serviço de apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE, 2012). *Segmentos Turísticos e Turismo no Brasil*. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/setor/turismo/o-setor/turismo-no-brasil> [Acesso em: 01/08/2012].

Sharpley, R. (2003). Tourism, modernisation and development on the island of Cyprus: challenges and policy responses. *Journal of Sustainable Tourism* 11 (2 & 3), 246-265.

Silva, F. P. & Vilela, E. M. (2014). *Os efeitos de diferentes estratégias de vida sobre o rendimento e a posição ocupacional*. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=9175&Itemid=456 [Acesso em: 04/11/2014]

- Silva, J. A. S. (2004). *Turismo, Crescimento e Desenvolvimento: uma Análise Urbano-Regional Baseada em Cluster*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes. Disponível em: www.eumed.net/tesis/jass/indice.htm [Acesso em: 13/04/2011].
- Silva, J. R. & Fernandes, F. C. R. (2003). Os novos fluxos de IDE para o Brasil desde 1995. *Prospectiva e Planejamento* 9 (nº especial), 57-68.
- Silveira, M. A. T. (2002). Planejamento Territorial e Dinâmica Local: bases para o turismo sustentável. In: Rodrigues, A.B. *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: HUCITEC.
- Sims, C. A. (1980). Macroeconomics and reality. *Econometrica* 48, 1-48.
- Skinner, C. J.; Holt, D. & Smith, T. M. F. (1989). *Analysis of Complex Surveys*. John Wiley & Sons, Chichester.
- Smith, A. (1776). A Riqueza das Nações. São Paulo: Victor Civita, 1983. Steedman, I. (ed.) (1979a) *Fundamental Issues in Trade Theory*. New York: St. Martin's Press.
- Soares, C. & Oliveira, S. (2004). Gênero, estrutura ocupacional e diferenciais de rendimento. *Econômica* 6 (1), 5 – 33.
- Spence, M. (1973). Job Market Signaling. *Quarterly Journal of Economics* 87, 296-332.
- Tang, S.; Selvanathan, E. A. & Selvanathan, S. (2007). The relationship between foreign direct investment and tourism: empirical evidence from China. *Tourism Economics* 13 (1), 25-39.
- Telfer, D. J. (2014). The Evolution of tourism and development theory. In: Sharpley, R. & Telfer, D. J. *Tourism and Development: Concepts and Issues*. (2. Ed.). Clevedon: Chanel View Publication, 35-78.

- Tiwari, A. K. (2011). Tourism, exports and FDI as a means of growth: evidence from four Asian Countries. *The Romanian Economic Journal* 40, 131 – 151.
- Tribe, J. (1999). *Economia del Ocio y el Turismo*. (2. ed.). Madrid: Editorial Síntesis.
- UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development (2009). Disponível em: <http://www.unctad.org/sections/press/docs/pr0127por.pdf> [Acesso em 30/05/2009].
- UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development (2011). *FDI in Tourism*. Disponível em: http://www.unctad.org/en/docs/iteiia20075_en.pdf [Acesso em: 20/06/2011].
- Valor econômico. (2015). Disponível em: <http://www.valor.com.br/internacional/3884548/investimento-estrangeiro-direto-cai-8-no-mundo-em-2014-diz-onu> [Acesso em: 11/02/2015].
- Vernon, R. (1966). International Investment and International Trade in the Product Cycle. *The Quarterly Journal of Economics* 80 (2), 190-207. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1880689> [Acesso em: 16/02/2012].
- Vietorisz, T. & Harrison, B. (1973). Labor market segmentation: positive feedback and divergent development. *American Economic Review* 63 (2), 366-376.
- Wegrzynowski, R. (2007). Turismo & Trabalho - desvendando um setor socialmente importante. *Revista Desafios do Desenvolvimento*. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1172:reportagens-materias&Itemid=39 [Acesso em 15/03/2013].
- Weitzman, M. (1989). A theory of wage dispersion and job market segmentation. *Quarterly Journal of Economics* 104, 121-38.

Williamson, O. E. (1975). *Markets and Hierarchies, Analysis and Antitrust Implications: A Study in the Economics of Internal Organization*. Nova Iorque: The Free Press.

DECLARAÇÃO

O presente documento resultou de um trabalho levado a cabo durante cerca de 4 anos. Ao longo deste período, foram elaborados artigos, divulgados publicamente partes do mesmo e a serem divulgados. A este propósito importa referir o seguinte:

I) Artigos apresentados

1) VIII Seminário Brasil Portugal Internacionalização de Empresas a 26 de outubro de 2011, em Lisboa no ISEG, com a apresentação intitulada “Turismo e investimento estrangeiro: o caso do Nordeste Brasileiro”, no painel sobre “Estratégias, Políticas Públicas e Mercados”.

2) Conference INVTUR 2012, realizada no período de 16 a 19 de maio de 2012, na Universidade de Aveiro, com a apresentação do seguinte artigo: Desenvolvimento da atividade turística: o caso do Nordeste brasileiro.

3) 2ª Conferência Internacional Gentour e INVTUR (2014), em Aveiro (Portugal), 07 a 10 de maio de 2014. Apresentação oral do artigo intitulado “Wage differentials by gender in the tourist industry of Brazil”.

4) XXVIII Congresso Internacional de Economía Aplicada- ASEPELT 2014, realizada no período de 22 a 25 de outubro de 2014, na Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universidad de Málaga, com apresentação do trabalho intitulado “Investimento direto estrangeiro e emprego no setor de turismo brasileiro”. (ISSN: 2174-3088)

II) Artigos publicados

Freire, C. R. F., Rissato, D. & Silva, J. R. (2012). Desenvolvimento da atividade turística: o caso do Nordeste Brasileiro. *Revista Turismo & Desenvolvimento* (Online), 17/18 (2), p.1145 - 1156. (ISSN: 1645-9261).

Guimarães, C. R. F. F., Góes, A. O. S. & Guimaraes Junior, G. S. (2013). Diretrizes institucionais para o setor de turismo: análise comparativa entre Brasil e Portugal. In: *Desafios Econômicos e Gerenciais da Relações Luso-Brasileiras: Uma Década em Perspectiva*. 1 ed. Lisboa: Edições Colibri, p. 113-128. (ISBN 978-989-689-360-6)

Guimarães, C. R. F. F. & Silva, J. R. (2014). Wage differentials by gender in the tourist industry of Brazil. *Revista Turismo & Desenvolvimento* (Online), 21/22 (5), p.5-6. Disponível em: http://www.ua.pt/degei/rtd/indice21_22_vol5. (ISSN: 1645-9261)

Guimarães, C. R. F. F. & Silva, J. R. (2014). Investimento Direto Estrangeiro e emprego no setor de turismo brasileiro. In: *XXVIII Congreso Internacional de Economía Aplicada - ASEPELT, 2014, Málaga. Anales de Economía Aplicada 2014*. Málaga: Delta Publicaciones, v.1, p.1 – 12.

III) Artigos completos submetidos ou em preparação

1. Pay gap by gender in the tourism industry of Brazil. Submetido ao *Journal Tourism Management* Em co-autoria de Joaquim Ramos Silva. (Em processo de revisão).
2. Diferenças de salários, por gênero, no setor de turismo do Brasil. Submetido *Journal of Tourism and Development*. Em co-autoria de Joaquim Ramos Silva. (Em processo de revisão).

3. Diferencial de salários no setor turístico do Nordeste do Brasil: uma análise comparativa com as regiões brasileiras. Submetido à Revista Econômica do Nordeste. Em co-autoria de Joaquim Ramos Silva. (Em análise).
4. The relationship between Foreign Direct Investment and Tourism: Evidence for Brazil. Em co-autoria de Joaquim Ramos Silva. (Em estado avançado de preparação).
5. Avaliação do diferencial de salários entre o setor turístico e o setor não turístico do Brasil. Em co-autoria de Joaquim Ramos Silva. (Em estado avançado de preparação).